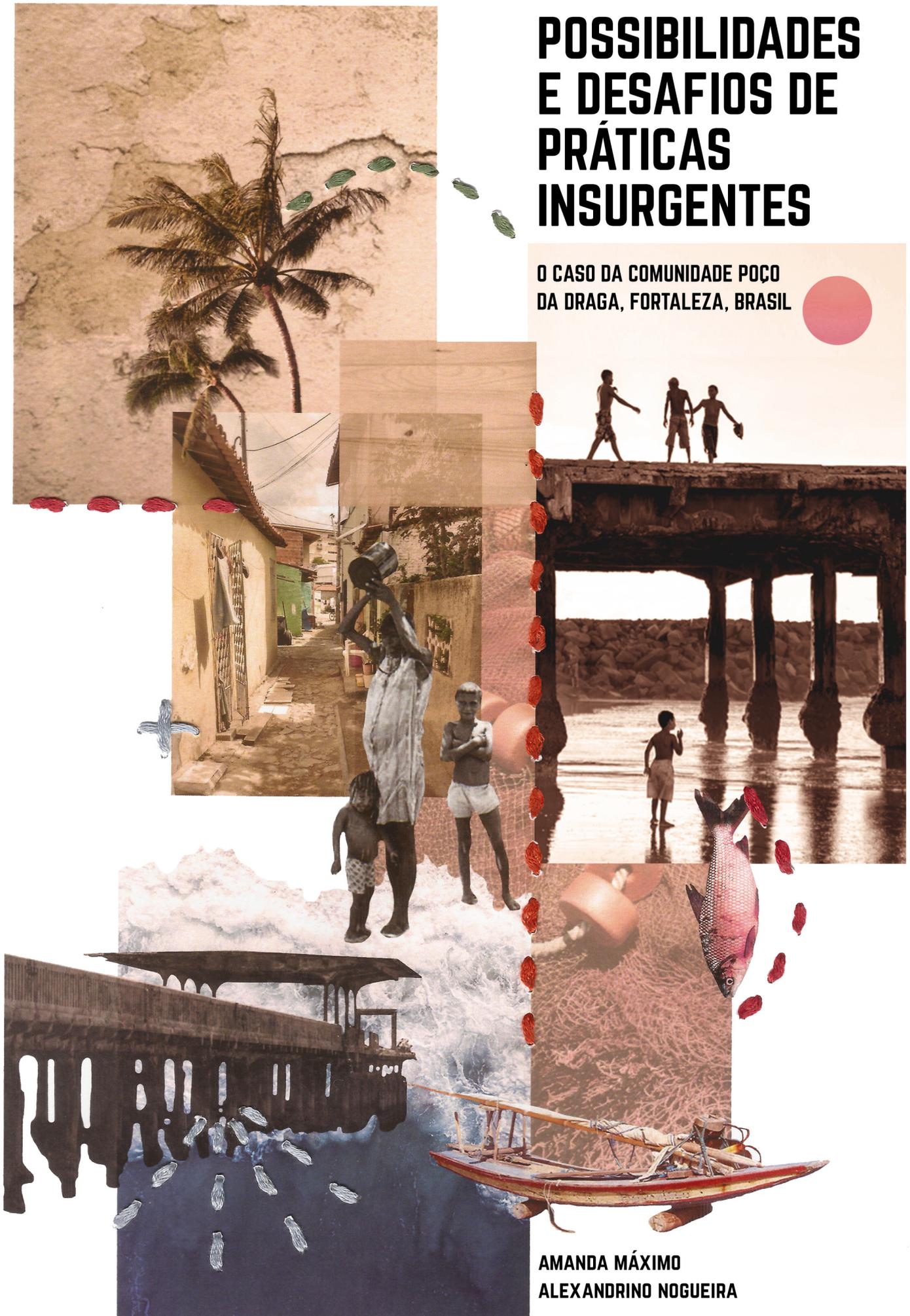


POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES

O CASO DA COMUNIDADE POÇO
DA DRAGA, FORTALEZA, BRASIL



AMANDA MÁXIMO
ALEXANDRINO NOGUEIRA

AMANDA MÁXIMO ALEXANDRINO NOGUEIRA

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES

O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA, FORTALEZA, BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Orientadora: Prof.^a Clarissa F. S. Freitas

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N71p Nogueira, Amanda Maximo Alexandrino.
POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES : O CASO DA
COMUNIDADE POÇO DA DRAGA, FORTALEZA, BRASIL / Amanda Maximo Alexandrino
Nogueira. – 2020.
262 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Clarissa Sampaio Freitas.

1. Cidadania Urbana.. 2. Planejamento Urbano Insurgente. 3. Lutas Sociais Urbanas. 4.
Poço da Draga. I. Título.

CDD 720

AMANDA MÁXIMO ALEXANDRINO NOGUEIRA

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES

O CASO DA COMUNIDADE POÇO DA DRAGA, FORTALEZA, BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico. Linha de pesquisa: Planejamento Urbano e Design da Informação.

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Clarissa Sampaio Freitas (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Linda Maria de Pontes Gondim

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Natacha Silva Araújo Rena

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vicente e Heloisa, pelo eterno carinho e suporte. Não existem palavras que possam descrever meu sentimento de gratidão e amor por vocês! Aos meus irmãos, Davi e Raul, por se desdobrarem no papel de melhores amigos e por sempre me servirem de exemplo. Aos meus avós, pelas mensagens de ternura e sabedoria. Aos meus sobrinhos Lucas e Miguel, por sempre me fazerem lembrar o que realmente importa na vida, por cada sorriso que faz tudo valer a pena! Ao Jean, meu companheiro incansável de vida, por mais uma jornada compartilhada e pelas aventuras que ainda estão por vir! Mais uma vez, a dimensão de seu apoio é a prova de uma lealdade que me conforta para sempre!

Aos moradores do Poço da Draga que estiveram comigo, no meu dia a dia, compartilhando apreensões, afetos e lutas. Abriam suas portas e novos caminhos possíveis, transformando-me profundamente. Por razões de anonimato, não posso citar nenhum nome, mas espero ter conseguido ressoar suas vozes nesta dissertação. Com vocês quero seguir aprendendo e lutando!

À Fundação CAPES e a toda sociedade brasileira, por garantirem condições para a realização desta pesquisa. Sou muito grata por ter tido essa oportunidade e espero poder retribuir a confiança em mim depositada, procurando sempre lutar por uma sociedade mais democrática e justa. À minha orientadora, Clarissa Freitas, por ter acreditado no meu potencial durante todo o processo da pesquisa, demonstrando bastante compreensão e carinho diante de tantas angústias e inseguranças! Com você, aprendi não apenas como pesquisar, mas também como ser uma profissional ética, justa e gentil. Serei eternamente grata! Às professoras Natacha Rena e Linda Gondim, duas grandes referências para a realização deste trabalho, pela generosidade em compartilhar e somar conhecimentos. Aos professores e funcionários do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, por toda atenção e presteza, dentro e fora de sala.

Aos amigos Elisa Carvalho, Gustavo Figueiredo, Thais Vieira, Beto Sousa, Raquel Leite e Gisele Vasconcelos pela colaboração na etapa final. Aos colegas do grupo de estudo sobre informalidade urbana e planejamento insurgente e a todos do Laboratório de Estudos da Cidade. Aos queridos companheiros de jornada, Davi, Érica, Fernanda, Lúcia, Luiz, Júlia, Natália, Sylvia, Pedro, Plínio e Samuel, por todo apoio e fraterna amizade, pelas pausas maravilhosas em momentos de estresse, por compartilharem sonhos e valores, por serem referência. Sou muito feliz por ter encontrado vocês!

Aos familiares e amigos, os pilares que me apoiam em todas as etapas da vida.

RESUMO

Esta pesquisa busca compreender as possibilidades e os desafios de práticas insurgentes de moradores urbanos, diante dos conflitos de interesses e das disputas por poder de decisão sobre os territórios. Essa problematização considera que grande parte das deliberações de produção do espaço acontecem no âmbito das práticas institucionais, de produção heterônoma, implementadas por órgãos de planejamento, sancionadas pelo Estado e frequentemente a serviço de interesses privados. Perante esta conjuntura, lutas urbanas coletivas, frente às expropriações do comum pelo Estado-capital, surgem como faíscas de esperança: seriam elas capazes de impulsionar mais justiça e igualdade em nossas cidades? Nesse cenário, a noção de insurgent planning — que denomina de planejamento as ações coletivas ocorridas fora das estruturas formais de representação — tem ganhado aceitação no debate teórico nacional e internacional, por radicalizar os processos democráticos e assegurar a atuação direta dos cidadãos na produção do espaço urbano. Através da investigação empírica do estudo de caso da comunidade Poço da Draga, a pesquisa busca levantar elementos relevantes que contribuam para o debate teórico e para a discussão não especializada sobre a atuação auto-organizada da sociedade civil no planejamento urbano. Nas últimas décadas, o planejamento estratégico, que preconiza a cidade-mercadoria, vem contribuindo para o agravamento das disputas territoriais em Fortaleza. Esse padrão de governança, ao atender aos interesses do capital, vem colocando em risco a manutenção de algumas comunidades situadas em áreas potencialmente lucrativas para o mercado imobiliário, como o Poço da Draga, que resiste à ameaça de remoção há décadas. A pesquisa buscou investigar, interagir e atuar colaborativamente junto aos diversos atores envolvidos nas lutas urbanas por direito à cidade, através de ações de mobilização, mapeamento e produção de conhecimento. Diante dessas questões, a pesquisa aponta alguns aspectos da relação conflitual entre as práticas do poder público e a ação direta dos moradores do Poço da Draga frente à forma antidemocrática de condução das decisões que afetam a comunidade. Trata-se de um esforço etnográfico, cujos procedimentos metodológicos concentraram-se na observação participante, na elaboração e análise de diário de campo e de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais e resistências atuantes no território. Apesar dos entraves e das enormes assimetrias de poder político e econômico entre as diferentes classes sociais, a pesquisa sugere que as práticas insurgentes podem contribuir para a constituição de um bem comum urbano mais democrático.

Palavras-chaves:

Cidadania Urbana. Planejamento Urbano Insurgente. Lutas Sociais Urbanas. Poço da Draga.

ABSTRACT

This research seeks to understand the possibilities and challenges of insurgent practices of urban dwellers, in the face of conflicts of interest and disputes over decision-making power over territories. This problematization considers that most of the deliberations of space production take place within the scope of institutional practices of heteronomous production, implemented by state-sanctioned planning bodies and often in the service of private interests. Faced with this conjuncture, collective urban struggles in the face of capital-state expropriations of the common appear as sparks of hope: would they be able to drive more justice and equality in our cities? In this scenario, the notion of insurgent planning — which refers to planning as collective actions that take place outside the formal structures of representation — has gained acceptance in the national and international theoretical debate, by radicalizing democratic processes and ensuring the direct action of citizens in the production of space. urban. Through the empirical investigation of the case study of the Poço da Draga community, the research seeks to raise relevant elements that contribute to the theoretical debate and to the unspecialized discussion about the self-organized performance of civil society in urban planning. In the last decades, the strategic planning, which advocates the commodity city, has contributed to the aggravation of territorial disputes in Fortaleza. This pattern of governance, in meeting the interests of capital, has jeopardized the maintenance of some communities located in potentially lucrative real estate areas, such as Poço da Daga, which has withstood the threat of removal for decades. The research sought to investigate, interact and act collaboratively with the various actors involved in urban struggles for the right to the city, through actions of mobilization, mapping and knowledge production. Given these issues, the research points out some aspects of the conflicting relationship between the practices of the government and the direct action of residents of Poço da Draga against the undemocratic way of conducting decisions that affect the community. This is an ethnographic effort, whose methodological procedures focused on participant observation, the elaboration and analysis of field diary and semi-structured interviews with different social actors and resistances acting in the territory. Despite the obstacles and enormous asymmetries of political and economic power between different social classes, research suggests that insurgent practices may contribute to the constitution of a more democratic urban common good.

Keyword:

Urban Citizenship. Insurgent Urban Planning. Urban Social Struggles. Poço da Draga.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Reconstrução da Ponte Metálica em concreto.	89
Figura 02. Balneabilidade da Praia de Iracema pelas elites da época e, ao fundo, Estoril, reduto da boemia na primeira metade do século XX.	91
Figura 03. Edificações na orla da Praia de Iracema destruídas em decorrência do avanço das marés, após a transferência do porto para a Praia do Mucuripe.	93
Figura 04. Contrastes entre a Praia de Iracema e o Poço da Draga, na cidade de Fortaleza.	108
Figura 05. Perspectiva eletrônica de parte do projeto Fortaleza 2040 para os bairros Centro e Praia de Iracema.	128
Figura 06. Linha do tempo trazendo os principais eventos promovidos tanto pelo Estado como pelo capital imobiliário.	137
Figura 07. Foto aérea de 1972, antes da construção da INACE e da abertura da Av. Leste-Oeste. Observa-se residências populares em toda faixa de praia.	161
Figura 08. Registro do cotidiano da comunidade, na rua Viaduto Moreira da Rocha.	170
Figura 09. Registro do “Pocinho”, feitos por uma moradora, como parte do ensaio Filhos do Poço, exposto nos tapumes do Acquário, no aniversário de 110 anos do Poço da Draga.	170
Figura 10. Registro do Expresso 113 no dia 05 de outubro de 2019.	197
Figura 11. Relação do moradores com a praia, na cobertura fotográfica da comemoração dos 110 Anos da Comunidade Poço da Draga.	204
Figura 12. Linha do tempo sobre o território, trazendo as principais práticas de resistência e insurgência dos moradores.	217
Figura 13. Registro da oficina de mapeamento coletivo, assinalando precariedades, práticas de controle, repressão e exclusão, bem como práticas culturais, ao longo do tempo.	237
Figura 14. Registro da oficina de mapeamento coletivo, assinalando práticas de exploração e gentrificação, bem como práticas de resistência dos moradores.	237

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Localização de Fortaleza na Região Metropolitana de Fortaleza.	82
Mapa 02. Assentamentos informais precários em Fortaleza.	83
Mapa 03. Eixos e manchas urbanas do crescimento da cidade nos dois últimos séculos.	95
Mapa 04. Delimitação das Zeis de Fortaleza.	102
Mapa 05. Inserção urbana do Poço da Draga na cidade de Fortaleza.	107
Mapa 06. Macroestruturas e barreiras visuais do Poço da Draga.	110
Mapa 07. Zoneamento PDP-FOR (Nº 62/2009).	112
Mapa 08. Intervenções e projetos do poder público na Praia de Iracema.	115
Mapa 09. Setores da Zona Especial - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema.	115
Mapa 10. Plano geral de Reurbanizações do Fortaleza 2040.	127
Mapa 11. ZEIS prioritárias para Regularização.	129
Mapa 12. Novo zoneamento proposto para OUC Litoral Central.	132
Mapa 13. Sobreposição do zoneamento do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Nº 62/2009) com as alterações propostas para OUC Litoral Central.	132
Mapa 14. Microterritórios no Poço da Draga.	168
Mapa 15. Mapa de Questionários Aplicados.	201
Mapa 16. Mapa dos moradores que pretendem permanecer no Poço da Draga.	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Dados comparativos entre os parâmetros estabelecidos pelo PDP-FOR (Lei Nº 62/2009) e os propostos para OUC Litoral Central.	133
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH — Banco Nacional de Habitação

CDMAC — Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura

CDPDH — Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza

CEBs — Comunidades Eclesiais de Base

COHAB — Companhias Habitacionais

CPPD — Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor

EIA RIMA — Estudo e Relatório de Impacto Ambiental

IAB — Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inace — Indústria Naval do Ceará S.A.

Ipanfor — Instituto de Planejamento de Fortaleza

IPTU — Imposto Predial Territorial Urbano

Iphan — Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional

Habitafor — Fundação Habitacional de Fortaleza

Labocart — Laboratório de Cartografia (UFC)

LEHAB — Laboratório de Estudos da Habitação

LUOS — Lei de Uso e Ocupação do Solo

MNRU — Movimento Nacional pela Reforma Urbana

MST — Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OAB — Ordem dos Advogados do Brasil

ONG — Organização Não Governamental

OUC — Operação Urbana Consorciada

PAC — Programa de Aceleração do Crescimento

PDDU — Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDPFor — Plano Diretor Participativo de Fortaleza

PEMAS — Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais

PLANDIRF — Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza

Pirf — Plano Integrado de Regularização Fundiária

PlhisFor — Plano de Habitação de Interesse Social de Fortaleza

PMCMV — Programa Minha Casa Minha Vida

PPP's — Parcerias Público—Privadas

PROAFA — Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza

PROMORAR — Programa de Erradicação dos Aglomerados de Sub-habitações

QDSP — Quem Dera Ser um Peixe

RIP — Registro Imobiliário Patrimonial

RMF — Região Metropolitana de Fortaleza

Sefaz — Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Seinfra — Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado do Ceará

Seinf — Secretaria de Infraestrutura do Município de Fortaleza

Seuma — Secretária Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza

Sudene — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCE — Tribunal de Contas do Estado

UFC — Universidade Federal do Ceará

UNIFOR — Universidade de Fortaleza

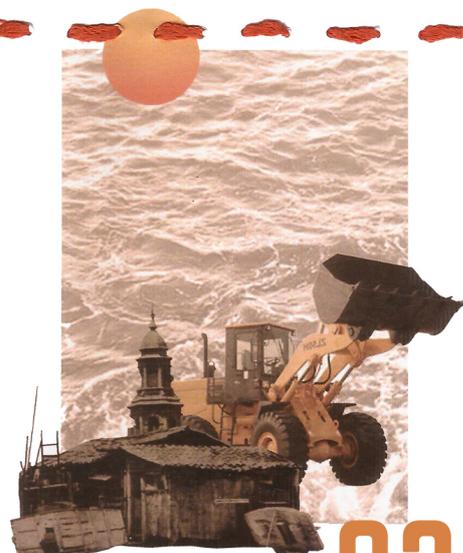
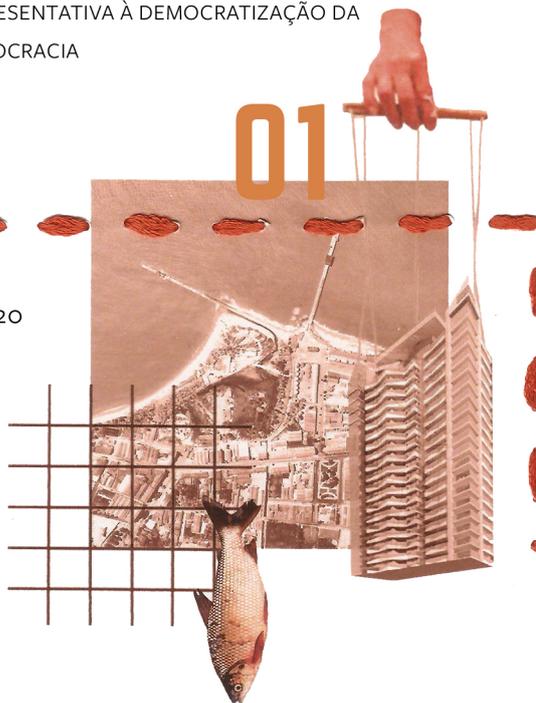
ZEIS — Zonas Especiais de Interesse Social

LIMITES E EMERGÊNCIAS	30
1.1 ENTRE A CIDADANIA DIFERENCIADA E A EMERGÊNCIA POR CIDADANIA URBANA	31
1.2 DO PLANEJAMENTO URBANO INSTITUCIONAL AO PLANEJAMENTO INSURGENTE	48
1.3 LUTAS URBANAS: ENTRE A LUTA INSTITUCIONAL E A AÇÃO DIRETA	65
1.4 DAS LIMITAÇÕES DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA À DEMOCRATIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	70

INTRODUÇÃO

20

01



02

PLANEJAMENTO URBANO E EXCLUSÃO TERRITORIAL: OS CASOS DE FORTALEZA E DO POÇO DA DRAGA	80
2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM FORTALEZA	85
2.2 PLANEJAMENTO SELETIVO E INFORMALIDADE URBANA EM FORTALEZA	96
2.3 AÇÕES E OMISSÕES DO PODER PÚBLICO NO POÇO DA DRAGA	106

INSURGÊNCIAS	148
3.1 OS MORADORES E AS ORGANIZAÇÕES	151
3.2 OCUPAÇÃO, PERTENCIMENTO E RESISTÊNCIA	157
3.3 MICROTERRITÓRIOS NA VIDA COTIDIANA: SOCIABILIDADES E CONFLITOS	167
3.4 PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DO POÇO DA DRAGA	175



03



CONSIDERAÇÕES FINAIS

240

REFERÊNCIAS

244

04



PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES	226
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----



INTRODUÇÃO

A pesquisa busca compreender as possibilidades e os desafios de processos de auto-organização de grupos de moradores urbanos, diante dos conflitos de interesses e das disputas por poder de decisão sobre um determinado território¹. Essa problematização considera que grande parte das deliberações de produção do espaço acontecem no âmbito das práticas institucionais, de produção heterônoma², implementadas por órgãos de planejamento e de gestão, sancionadas pelo Estado e frequentemente a serviço de interesses privados. Tais práticas, em geral, são baseadas em processos autoritários de tomadas de decisão, e mesmo no âmbito da participação popular seguem a tônica meramente informativa, servindo mais para legitimar um plano formal já definido pelos especialistas do que para o diálogo com os moradores (MIRAFTAB, 2009; KAPP & BALTAZAR, 2012). Essa participação institucionalizada não é apenas insuficiente, mas perigosa, ao mascarar os conflitos e as desigualdades sociais, e forjar uma falsa simetria no poder de decisão e de força política. Ademais, ela representa um obstáculo para a democratização da produção do espaço, pois frustra e desgasta a confiança dos cidadãos em relação aos mecanismos democráticos (SOUZA, 2012).

¹ Território, conforme Souza (1995, p. 78), é compreendido como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Estas, segundo Rogério Haesbaert (2004, p. 95), são manifestadas tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação. Conforme Lefebvre (1986, p.411), esta distinção refere-se à vinculação da dominação ao valor de troca, para realizar funções, e da apropriação ao valor de uso, carregado pelas marcas do “vivido”, para produzir significados.

² O conceito de heteronomia adotado parte da perspectiva de Cornelius Castoriadis (1991), em que as leis são produzidas por uma instância separada da sociedade, estando esta alienada dos processos de tomada de decisão ou hierarquicamente subordinada, marcando uma separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos.

Como observa Faoro (2001, p. 447), a abissal assimetria de poder político e econômico entre as diferentes classes sociais é resultado da íntima relação histórica corporativa entre o Estado e as elites locais, que atravessa regimes políticos, através de um “jogo interno de troca de vantagens sustentada fundamentalmente por meio de uma rede patriarcal”. Ademais, com a integração do país aos circuitos globalizados do capital financeiro, a ideologia neoliberal provoca mais uma era de mudanças dramáticas nas cidades brasileiras, com a expansão das desigualdades econômicas e das polaridades sociais (ARANTES, 2012). A partir da década de 1980, o Banco Mundial e o BID passam a difundir políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada com objetivo de estabelecer parcerias com o setor privado. Para atender às necessidades sociais, prescrevem a promoção do acesso a bens e serviços por meio das relações de mercado e da financeirização da moradia. Nesse modelo, o Estado torna-se cada vez mais facilitador da iniciativa privada, o que leva a uma ruptura dos processos democráticos de construção da cidade, reforçando padrões sociais de exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381). Como resultado, observa-se uma condição similar em várias cidades ao redor do mundo: grande parte da população mundial reside em periferias autoconstruídas e empobrecidas, em condições ilegais ou irregulares de moradia, no entorno de centros urbanos que se beneficiam de seus serviços e de sua pobreza. Não obstante, observa-se que as mesmas condições de segregação e desigualdade incitam os residentes marginalizados a entender suas necessidades básicas não apenas em termos de habitar e sofrer a cidade, mas em termos de construí-la, como um direito à cidade e à cidadania (HOLSTON, 2016).

Nesse cenário, lutas urbanas coletivas surgem como faíscas de esperança: seriam elas capazes de impulsionar mais justiça e igualdade em nossas cidades? A emergência por cidadania urbana, frente às expropriações do comum pelo Estado-capital³, contextualiza os diversos conflitos e insurreições metropolitanas que marcaram o início do século XXI. Manifestações em diversas cidades ao redor do mundo, como Atenas, Cairo, Nova York, Istambul e São Paulo, compartilham reivindicações e características fundamentais, como: a

³ Conforme Dardot e Laval (2016), o Estado-capital representa o modelo de governança da lógica neoliberal contemporânea.

ocupação dos espaços públicos; a rejeição à democracia representativa; a resistência à violência policial; o uso das mídias sociais; a mobilização contra o sucateamento de bens e serviços públicos; e a urgência por novas formas de participação e deliberação coletiva (HOLSTON, 2016). O aspecto central dessas manifestações é o entendimento das péssimas condições de vida nas grandes cidades e das falhas das políticas públicas e do planejamento urbano institucional por reforçarem práticas de segregação e expropriação do comum, como a falta de transporte acessível, a gentrificação e a privatização do espaço público. Conforme Holston (2016), a interseção entre processos de “fazer a cidade acontecer”, “ocupar a cidade” e “reivindicar direitos” gerou movimentos por novas formulações de cidadania, que demandam e realizam novas formas de democracia direta e novos tipos de planejamento.

Perante esta conjuntura, a noção de *radical planning* e *insurgent planning* têm ganhado aceitação no debate teórico nacional e internacional, por radicalizar os processos democráticos e assegurar a atuação direta dos cidadãos na produção do espaço urbano e nas funções de planejamento (FRIEDMANN, 1988; SANDERCOCK, 1998b; MIRAFTAB, 2009; ROY, 2009). Para Friedmann (1987), o planejamento, quando separado da governança democrática, está fadado a ter consequências destrutivas vinculadas às dinâmicas do capitalismo e às limitações da democracia representativa. Por essa razão, o autor (1987) defende uma forma radical de planejamento, frente às forças de opressão e exploração, entre as quais se destacam tanto o Estado burocrático quanto as elites empresariais, para criar condições de uma democracia efetiva, e re-centralizar o poder político na sociedade civil. MirafTAB (2009) defende que, para interromper as estruturas de alienação do neoliberalismo, as práticas de planejamento radical precisam ser insurgentes, fora das estruturas formais de representação. Enquanto o planejamento participativo, como praticado nas últimas décadas, guia-se na crença pelo modelo democrático liberal de cidadania e em seus canais representativos para cumprir a promessa de justiça, o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação, e guia-se pela compreensão da cidadania como uma prática construída a partir de baixo, através da ação direta dos cidadãos para o desenvolvimento de sua comunidade política autodeterminada.

Segundo MirafTAB (2009), as práticas de planejamento insurgentes são conduzidas frequentemente por cidadãos excluídos ou vulnerabilizados, que

reconhecem a limitação dos direitos formais e se voltam para a participação direta como projeto de justiça. Para a autora, tais práticas são emancipatórias pois não se limitam aos espaços de cidadania “convidados”, arenas de participação sancionadas pelo Estado, mas vão além para tomar decisões e atuar em espaços de cidadania “invadidos” e “inventados” pela ação direta coletiva. Tais práticas são contra-hegemônicas e desestabilizam as relações de dominação, exercendo pressão para que se amplie o poder de decisão dos cidadãos sobre certas porções urbanas, priorizando a luta por fora das dimensões do Estado. E são práticas imaginativas, pois buscam conceber cidades mais justas a partir das experimentações e das lutas do presente, para desmistificar a falácia de que não há alternativas ao neoliberalismo (MIRAFTAB, 2009).

As lutas emergentes por cidadania urbana no Sul global, agravadas pelas complexidades das relações entre Estado e cidadão dentro dos regimes coloniais e pós-coloniais, oferecem uma visão histórica indispensável às práticas de planejamento insurgentes (MIRAFTAB, 2009, p. 33). À medida que o desmonte do *welfare state* encolhe a esfera da responsabilidade pública no Norte global, fortalecendo as desigualdades e alienando as populações marginalizadas, as experiências particulares do Sul global adquirem alcance universal e têm relevância crescente para o planejamento radical na era do neoliberalismo, invertendo o fluxo tradicional (Norte-Sul) de produção de conhecimento (FREITAS, 2017a; ROY, 2009). No Brasil, apenas uma parcela limitada do desenvolvimento urbano ocorre por meio de estruturas formais de planejamento, enquanto que grande parte da população, excluída do mercado imobiliário, toma para si os desafios da habitação e do desenvolvimento comunitário, atuando diretamente na produção do espaço cotidiano, ao largo das leis e dos planos. Essas ocupações informais são a corporificação da insurgência dos cidadãos, mas servem também para estabilizar o sistema (MIRAFTAB, 2009, p. 35). Em virtude da sua “ilegalidade”, as ocupações informais são funcionais para o Estado manipular politicamente os mais pobres, mantendo-os refém de práticas clientelistas por serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo, provocam a criação de movimentos contra-hegemônicos e insurgentes, mobilizando os cidadãos a reivindicarem o direito à cidade, para além do controle do Estado.

Dentro do espectro explorado pela literatura nacional e internacional sobre *radical planning* e *insurgent planning*, a pesquisa parte de algumas questões:

quais as possibilidades e os desafios enfrentados por grupos de moradores urbanos, econômica e politicamente desfavorecidos, em processos de auto-organização sócio-espacial⁴? Como esses grupos ganham a experiência e a confiança necessárias para provocar mudanças sociais e políticas significativas? Como as práticas de planejamento insurgentes podem questionar a produção hegemônica do espaço, e desafiar os processos de planejamento heterônomo? Através da investigação empírica de um estudo de caso, a pesquisa busca levantar elementos relevantes que contribuam para o debate teórico e para a discussão não especializada sobre a atuação auto-organizada da sociedade civil no planejamento urbano. O pressuposto da pesquisa é que as práticas de planejamento insurgentes abrem um campo de experimentação para que diferentes coletividades possam participar efetivamente das tomadas de decisão que afetam suas vidas, de forma coletiva e autodeterminada, rompendo com a alienação experimentada pela grande maioria da sociedade.

Em Fortaleza, o planejamento estratégico, que preconiza a cidade-mercadoria, vem se consolidando na última década através da formação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e da proposta de grandes projetos urbanos convenientes ao capital imobiliário, mas que são fortemente questionáveis quanto à qualidade de vida urbana e à justiça social. Esse padrão de governança vem colocando em risco a manutenção de algumas comunidades situadas em áreas potencialmente lucrativas para o mercado imobiliário, como a comunidade⁵ Poço da Draga, localizada na faixa litorânea entre o bairro boêmio e turístico da Praia de Iracema e o centro da cidade. Há décadas, a comunidade vem sendo palco de disputa territorial e alvo frequente de projetos voltados para a “revitalização urbana” que incitam a especulação imobiliária e o con-

⁴ Optou-se por utilizar a grafia sócio-espacial com hífen, seguindo a proposta de Marcelo Lopes de Souza (2008, p. 160), para fazer referência simultaneamente às relações sociais e ao espaço (social), como dimensões que não se sobrepõem, mas que são essencialmente interdependentes.

⁵ Os moradores do Poço da Draga costumam referir-se ao local com o termo comunidade, por evocar uma noção de fraternidade, pertencimento e coesão, em contraponto às representações de caráter depreciativo do termo favela. Por essa razão, esse conceito será utilizado com mais frequência nesta pesquisa, tendo em vista que a nomeação de qualquer fenômeno social é uma das formas elementares de poder político, no campo das lutas simbólicas (BOURDIEU, 1989). Saliento, entretanto, que não compartilho com o entendimento reificante de “comunidade” como estrutura monolítica, sem contradições e conflitos.

sequente processo de gentrificação. Essa tendência não é apenas local, mas um fenômeno global. Para tornar-se mais competitiva no turismo globalizado e atrair investimentos, as cidades investem em projetos arquitetônicos e urbanísticos de forte apelo imagético e icônico. A estratégia é criar uma imagem singular de cidade, mas paradoxalmente homogênea e simplificada, com cenários “sanitarizados” e apolíticos, livres de qualquer conflito. Novas identidades coletivas são criadas, acrílicas e segregadoras, enquanto a memória plural e complexa é apagada após a remoção da população local, guardiã das tradições culturais — fenômeno no qual Jacques (2004) denomina de “espetacularização urbana”. Face às frequentes ameaças de remoção, os moradores do Poço da Draga buscam fortalecer a memória da comunidade e seus vínculos de solidariedade, bem como estimular discussões sobre a produção do espaço urbano, com táticas que trazem consigo uma mensagem de resistência.

Diante desse cenário, a pesquisa tem como objeto processos de auto-organização dos moradores do Poço da Draga desencadeados pelas disputas por poder de decisão sobre a produção do espaço urbano, na escala microlocal. A escolha do estudo de caso parte da experiência transformadora que tive, em 2016, quando participei de um levantamento sócio-espacial na comunidade, realizado pelos próprios moradores como instrumento de contrapoder, frente às representações da comunidade baseadas em estigmas de violência e precariedade. A cada encontro semanal, percebia transformações na paisagem urbana da comunidade, que parecia um canteiro de obras sem fim, em constante mudança. Casas que eram rebocadas, pavimentos que eram construídos, novos revestimentos que surgiam nas fachadas. Com a experiência, tive oportunidade de compreender o papel dos moradores não como objetos de estudo, mas como agentes do planejamento, e não somente como objetos de políticas públicas, mas como sujeitos ativos na construção da paisagem urbana. Conseqüentemente, passei a questionar qual o papel do planejador profissionalmente treinado na produção do espaço urbano e na manutenção do status quo, na medida em que o poder público não dialoga com os moradores, e propõe planos segundo critérios de aparência neutra, mas que marginaliza uma parcela importante da sociedade. A priori, essa foi a pergunta de partida para o meu trabalho final de graduação⁶ (NOGUEIRA, 2017), que

⁶ O trabalho intitulado Práticas alternativas: Um ensaio para o Poço foi realizado entre 2015

buscou investigar as possibilidades de atuação do arquiteto no contexto da autoprodução do espaço habitacional de interesse social, propondo alternativas com foco na autonomia dos moradores.

Por sua vez, a pesquisa de mestrado não apresenta propostas a serem aplicadas, mas busca compreender os entraves para o desenvolvimento do potencial criativo das práticas auto-organizadas de moradores do Poço da Draga e a sua relação conflitual com as práticas do poder público. Trata-se, sobretudo, de uma pesquisa de natureza qualitativa, que parte de um esforço etnográfico, para interagir e atuar colaborativamente junto aos diversos atores envolvidos nas lutas por direito à cidade, através de ações de mobilização, denúncia, mapeamento e produção de conhecimento. Os procedimentos metodológicos concentraram-se na observação participante em diferentes reuniões⁷ com as resistências atuantes no território, na participação em audiências públicas e em reuniões com órgãos de planejamento, na análise de diário de campo e na elaboração de entrevistas semi-estruturadas com diferentes atores sociais. A construção da lente teórica parte das discussões com o grupo de estudos da Universidade Federal do Ceará sobre planejamento insurgente e informalidade urbana, como parte da pesquisa intitulada *Statute of the City and Urban Inclusion: Study of Formal Planning and Citizens? Informal Insurgent Practices in Fortaleza, Brazil*, realizada em parceria com a Prof. Faranak Miraftab, da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign. A pesquisa documental parte da análise de documentos oficiais, que associados aos relatos orais dos moradores, informam as trajetórias institucionais dos planos e das políticas urbanas, no contexto abordado.

e 2016, sob orientação do professor Almir Farias da Universidade Federal do Ceará. Inicialmente, o objeto de pesquisa seria a Praia de Iracema, por ser o berço histórico da cidade, lugar de contradições e conflitos. Ao conhecer os processos de resistência da comunidade, reduzi a escala do meu objeto. Foi a primeira mudança de rota. A partir de então, as atividades de aproximação e interação com a comunidade, de leitura e de mapeamento se cruzaram ao longo de cada passo, possibilitando desvios e recomeços, na busca por alternativas produzidas colaborativamente, tentando romper com as fronteiras tradicionais de hierarquia entre o conhecimento técnico e o saber popular. Nesse sentido, foram pensadas as etapas de crítica, mediação e interface, voltadas para o Poço da Draga, tendo como base as proposições levadas a cabo pelo grupo de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) da Escola de Arquitetura da UFMG.

⁷ Realizadas com maior incidência no ano de 2018 com a criação do coletivo Poço Vivo.

A pesquisa parte do entendimento que, a partir de sua matriz europeia, a universalidade tem reproduzido o discurso hegemônico dos “vencedores” das lutas sociais do passado, isto é, daqueles que subjugarão povos e impuseram um saber dito global, o qual deveria ser válido para qualquer contexto, ao passo que o mundo colonial ainda encontra-se invisível. De acordo com Boaventura de Souza Santos (2018, p. 75), em nome de um conhecimento racional ocidental, são esquecidos saberes pelos quais a ciência não se interessou, e que quando mencionados em trabalhos acadêmicos, muitas vezes são abordados como matéria-prima, ou simplesmente dados e descrição de fatos. Essas barreiras para a assimilação de uma “epistemologia do Sul”, segundo o autor, podem ser atribuídas a combinação nefasta do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Essa invisibilidade produzida por uma perspectiva enviesada de universalidade promove o “epistemicídio” dos saberes de outros contextos considerados menores e colonizados, o que impede a diversidade de experiência do mundo. Ao concordar com a afirmação do autor, o presente trabalho parte do princípio de que não se produz conhecimento sem a razão, assim como não se constrói a razão sem a emoção. Portanto, nas palavras de Santos (2018 p. 78), “ninguém vai à luta apenas por razões. Tem que haver paixão. Tem que haver emoção. É desta luta que surgem alternativas, projetos utópicos de sociedades mais justas [...]”. Dessa “artesanaria das práticas” espera-se fornecer recursos para produção de outras formas de universalismo, nascidas a partir de baixo, da realidade, das lutas, de saberes ignorados, que são para além de simples objetos de pesquisa, mas também fontes de conhecimento.

O trabalho escrito está estruturado em quatro capítulos. O **primeiro capítulo** expõe as disjunções existentes entre a forma e a substância da cidadania, as limitações da democracia representativa nos moldes neoliberais e a crise do planejamento urbano por estar frequentemente a serviço dos interesses privados, ao invés de atender ao bem público. O objetivo da lente teórica é enfatizar a necessidade de um novo tipo de planejamento, que reconheça o campo de experimentação de práticas de cidadania insurgentes para conceber cidades mais livres e justas, onde a democracia direta tenha chance de florescer. O **segundo capítulo** apresentará a magnitude da urbanização informal em Fortaleza, os principais discursos que orientaram a atuação do Estado no planejamento urbano e os efeitos provocados na dinâmica sócio-espacial da cidade. Por fim, será apresentado o estudo de caso da comunidade Poço da Draga e como as análises e os planos desenvolvidos pelo poder público agem

no sentido de deslegitimar a presença da comunidade no território valorizado. O **terceiro capítulo** apresentará alguns processos de auto-organização dos moradores do Poço da Draga frente às diversas ameaças de remoção da comunidade. No **quarto capítulo**, são formuladas algumas reflexões sobre a atuação auto-organizada da sociedade civil no planejamento urbano, a partir do cruzamento das possibilidades e desafios das práticas identificadas no estudo de caso com alguns dos elementos do referencial teórico proposto.



capítulo 1

LIMITES E EMERGÊNCIAS

O referencial teórico relaciona os conceitos de cidadania, planejamento urbano e democracia com elementos da perspectiva estadocrítica, apontando cenários de crise e emergência de novas formulações. O objetivo do referencial é iluminar a análise crítica do estudo de caso no que tange às possibilidades e aos desafios das práticas insurgentes de moradores urbanos, para colocar em relevo as consequências políticas destas tanto no cotidiano de onde partem quanto na estrutura formal do planejamento e gestão urbanos.

Salientamos que a lente teórica, apesar de ser apresentada no primeiro capítulo, não foi construída linearmente, e não precedeu a pesquisa de campo. Ao contrário, sua construção esteve em constante diálogo com os aspectos do caso empírico, possibilitando desvios e recomeços, na busca por alternativas produzidas colaborativamente.

1.1 Entre a cidadania diferenciada e a emergência por cidadania urbana

Desde o período clássico, o conceito de cidadania se transforma constantemente ao longo do tempo, sendo objeto de disputas, em diferentes contextos históricos e nacionais. O termo remete à Grécia antiga, onde a participação política na pólis era uma fonte de privilégios e de deveres associados à cidadania, mas negada a mulheres e escravos. A associação do conceito a um território passa a existir no Império Romano, para distinguir os cidadãos da cidade de Roma das populações que habitavam territórios conquistados e incorporados ao império. Durante a Idade Média, o conceito eurocêntrico de cidadania praticamente desaparece, sendo substituído por um sistema feudal de direitos e obrigações. Por sua vez, sua conceituação moderna deriva das revoluções dos séculos XVII e XVIII, em particular da Revolução Francesa, com a queda do absolutismo e o advento das democracias liberais ocidentais. Surge fundamentalmente baseada na metáfora do contrato social, a partir do

qual os cidadãos abandonam o estado de natureza, para dar nascimento a uma sociedade civil e legitimar a autoridade política do Estado. Os cidadãos passavam a ser soberanos, mas deveriam trocar a liberdade e a igualdade naturais inerentes aos seres humanos por liberdade civil e igualdade de tratamento perante a lei (ROUSSEAU, 1978, p. 36).

O trabalho de T. H. Marshall (1967, p. 76) resume os princípios que norteiam a cidadania democrática liberal, a qual define como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status”. Em seu ensaio, Marshall (1950) explica o desenvolvimento da cidadania britânica como um conjunto de direitos que foram conquistados progressivamente e de forma cumulativa, em três estágios: dos direitos civis, no século XVIII; aos direitos políticos, no século XIX; aos direitos sociais, no século XX. Segundo Marshall (1967, p. 63), os direitos civis eram necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos – e ao acesso à justiça. Os direitos políticos eram necessários à participação no exercício do poder político, tanto como eleitor como membro de um corpo eleito. Os direitos sociais eram necessários para garantir padrões mínimos de bem-estar econômico e os direitos à cultura e à história partilhadas.

Os princípios da cidadania democrática liberal foram objeto de importantes debates políticos e filosóficos, e passaram a ser bastante questionados na literatura contemporânea em ciências sociais. As abordagens feministas revelam o fracasso da promessa de inclusão da era moderna e dos direitos políticos universais enquanto as mulheres permaneceram excluídas das estruturas formais de representação política durante séculos, mesmo nas sociedades do Norte global. Narrativas feministas avançaram no debate sobre cidadania, ao incluir as arenas informais de ativismo comunitário como um domínio igualmente importante para travar a luta por suas reivindicações (YUVAL-DAVIS, 1997; SANDERCOCK, 1998). James Holston (2013) critica o modelo linear e cumulativo elaborado por Marshall e avança ao enfatizar o caráter disjuntivo da cidadania, que se expande e se desgasta simultaneamente, progredindo e regredindo de forma complexa, a depender dos contextos locais de cada país. Bryan Turner (1990), por sua vez, elucida que os direitos sociais não foram concedidos através de políticas representativas, mas foram conquistados

com muita luta, pelos movimentos sociais e sindicais. A crítica do autor contribui ao reconhecer que a cidadania pode ser construída tanto de cima para baixo, através dos direitos formais concedidos pelo Estado, quanto de baixo para cima, através das ações cotidianas dos cidadãos para garantir seus direitos, em esferas públicas ou privadas (1990, apud MIRAFTAB, 2012).

Boaventura de Sousa Santos (2018) salienta que o próprio conceito de cidadania, na tradição eurocêntrica, produz exclusão e cria excluídos. Santos (2018, p. 259) distingue três tipos de sociedade civil, que coexistem no mesmo espaço social: a sociedade civil íntima, onde estão os cidadãos que possuem privilégios e podem privatizar o Estado para fazer valer os seus interesses; a sociedade civil estranha, onde estão os cidadãos que possuem direitos e deveres, com a proteção, embora frágil, do sistema de justiça; e, por último, a sociedade civil incivil, a mais ampla, onde vivem aqueles que não podem exercer seus direitos, e que na prática possuem status de subcidadãos. À vista disso, o autor avança na discussão ao analisar a cidadania a partir da perspectiva daqueles que não a têm, aplicando a sociologia das ausências¹ ao conceito de cidadania, para promover as epistemologias do Sul. Estas correspondem a um conjunto de procedimentos epistemológicos que visam reconhecer e validar o conhecimento que emana das práticas dos que sofrem as injustiças causadas pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo colonialismo. Nesse sentido, é um conhecimento nascido na luta contra os diferentes modos de dominação e suas infinitas articulações, a fim de descolonizar o conhecimento e vislumbrar alternativas mais justas e solidárias para lidar com os problemas que afligem as nossas sociedades.

Tais debates expõem as disjunções existentes entre a forma e a substância da cidadania, e a falácia do modelo liberal de que todos os cidadãos possuem igualdade de direitos. Essa realidade se mostra ainda mais perceptível no atual quadro de erosão dos direitos sociais, com o surgimento de modos de governança neoliberais e a privatização do risco social em favor do livre mercado, reduzindo as responsabilidades do Estado pelo bem-estar e transferindo o ônus para os cidadãos. Ao mesmo tempo, vimos a emergência de movimentos

¹ A sociologia das ausências, proposta por Boaventura de Sousa Santos, busca evidenciar as experiências sociais que são invisibilizadas e silenciadas pelo conhecimento hegemônico e pela imposição colonial do pensamento ocidental.

sociais e de grandes manifestações não só entre populações que nunca foram incluídas nas promessas universais da cidadania liberal, como também entre cidadãos recém-desprotegidos das políticas de bem-estar social para recuperar seus direitos (MIRAFTAB, 2012). Essas transformações provocaram definições alternativas de cidadania – como a cunhada por Holston (2013) de cidadania insurgente – para lançar luz a essas práticas insurgentes de comunidades marginalizadas. Nesse modelo, as ações de base não se limitam aos espaços de cidadania “convidados”, arenas de participação popular sancionadas pelo Estado, mas vão além para tomar decisões e atuar em espaços de cidadania “inventados” pela ação direta dos cidadãos (MIRAFTAB; WILLS, 2005).

Nesse contexto, James Holston (2013) analisa minuciosamente a trajetória da cidadania brasileira, na sua obra *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. Para o autor (2013, p.29) a formulação brasileira seguiu, ao longo da história, o princípio de distribuição diferenciada e seletiva de direitos, que toma o status social e econômico como medida para perpetuar e legitimar privilégios historicamente enraizados nos costumes e nas leis brasileiras, em prejuízo da grande parcela da população. Segundo o autor, esse modelo de cidadania — a qual denomina de cidadania diferenciada — persistiu sob os governos colonial (1500 - 1822), imperial (1822 - 1889) e republicano (1889 - presente), prosperando a despeito do regime político, sob a monarquia, a ditadura e até mesmo a democracia.

O autor (2013) analisa a trajetória histórica da cidadania brasileira a partir da combinação de duas dimensões: a incorporação dos indivíduos ao Estado-nação; e a distribuição de direitos para os que são considerados cidadãos. Com relação à primeira, segundo o autor, no início do século XIX, com a Independência do Brasil (1822), para evitar conflitos semelhantes às revoluções francesa e americana, as elites governantes brasileiras buscaram estabelecer critérios amplamente includentes para determinar o pertencimento de indivíduos à nação, evitando a exclusão preventiva de certos grupos sociais, como ocorreu na França e nos Estados Unidos². No entanto, no final daquele

2 Na França e nos Estados Unidos, os preconceitos se apoiavam principalmente na estratégia de exclusão preventiva, que “tinha como objetivo manter os que não eram considerados merecedores da cidadania nacional totalmente excluídos, uma vez que a admissão exigia ple-

século, enquanto as cidadanias francesa e americana se expandiam e se tornavam mais igualitárias, após a proclamação da República (1889), a cidadania brasileira tornou-se ainda mais desigual na distribuição de direitos, e fez uso extensivo da desqualificação seletiva para diferenciar seus cidadãos. Em ambos os casos, porém, as mulheres foram excluídas do exercício da cidadania, confinadas na esfera privada durante séculos, e sujeitas a formas acrescidas de dominação determinadas em critérios de inferioridade e inaptidão. No Brasil, essas múltiplas exclusões combinavam colonialismo e patriarcado (SANTOS, 2018, p.267).

Dentre as estratégias de inclusão, a cidadania brasileira foi constitucionalmente definida, em 1824, e adotava incondicionalmente o jus soli (direito de nascimento) e condicionalmente o jus sanguinis (direito de ancestralidade), permanecendo essencialmente inalterada até hoje (HOLSTON, 2013, p. 97). Diferente da cidadania americana, no Brasil, uma sociedade não menos escravista, o jus soli era irrestrito para todos os nativos brasileiros livres, independentemente de seu perfil racial, incluindo, assim, índios e negros libertos. Escravos, por sua vez, não eram cidadãos, não possuíam personalidade jurídica para ter acesso à lei e eram considerados como propriedades de seu senhor, postos à margem de qualquer possibilidade real de inserção social (CARVALHO, 2016, p. 27).

Em relação aos índios, durante o período colonial, a Coroa portuguesa utilizou duas estratégias como forma de dominação e obtenção de mão de obra: a domesticação em aldeias, para serem catequizados e civilizados, em regime de trabalho compulsório; e o extermínio ou escravidão, através de “guerras justas”, de todos os que se opusessem aos colonizadores ou a propagação da fé cristã. Após a Independência, a questão indígena passa da exploração do trabalho para a exploração de terras (HOLSTON, 2013, p. 109). Apesar de serem considerados como cidadãos brasileiros, o Estado restringia seus direitos políticos e civis como menores sob tutela paternalista, considerando-os órfãos pela lei. Além disso, o Estado brasileiro estimulava a miscigenação como estratégia velada de assimilação, para eliminar quaisquer identidades

nos direitos.” (HOLSTON, 2013, p.75). A diferença era que, na fundação das nações, enquanto o problema decisivo para a definição da cidadania americana foi o preconceito racial, na cidadania francesa foi a intolerância religiosa contra judeus.

indígenas e legitimar a usurpação de suas terras. Da mesma forma, em relação aos negros, o estigma da escravidão sobre os libertos persistia por várias gerações, e só diminuía após processos de branqueamento³ e assimilação cultural. Ademais, na maioria das vezes, o processo de alforria costumava ser a critério do senhor de escravo e de forma condicionada: os escravos compravam a liberdade pelo preço de mercado, após negociar empréstimos com seus senhores, mas concordando com a continuação de serviços que condicionavam sua liberdade por anos. Até lá, os condicionalmente libertos se tornavam como cidadãos menores, reduzidos pela tutela, como os “índios órfãos”, muitas vezes permanecendo em servidão até a morte (HOLSTON, 2013, p. 117).

Assim, para lidar com o problema da diversidade étnica dos povos nativos e dos negros, a solução foi incluir para diferenciar. Como resultado dessa combinação, a formulação da cidadania brasileira seguiu um padrão específico: uma cidadania nacional que, desde o início, foi universalmente includente na incorporação e maciçamente excludente na distribuição de seus direitos (HOLSTON, 2013, p. 258). Dessa forma, sua dimensão formal permite a construção de uma identidade nacional amplamente includente, mas que ofusca a discriminação dos cidadãos em diferentes categorias, a partir de diferenças sociais⁴, para gerar uma gradação de direitos entre eles e proporcionar privilégios para alguns cidadãos e negá-los a outros. Nesse sentido, Holston (2013, p. 28) defende que esse modelo de cidadania diferenciada consolida uma estrutura social profundamente hierárquica ao legitimar e perpetuar desigualdades. Dentre a natureza destas, a elaboração e a aplicação da lei pelas elites tem sido uma fonte notável de injustiça na sociedade brasileira. Discordando da narrativa errônea de inoperância da lei (*unrule of law*), Holston (2013, p. 259) demonstra que as elites brasileiras têm utilizado de forma eficaz, ainda que perversa, a lei — em particular a legislação fundiária — para: fazer valer seus interesses; neutralizar oponentes; incorporar ilegalidades dentro dos

³ Durante boa parte da história do Brasil, houve a noção generalizada de que, com a miscigenação, a raça branca aperfeiçoaria as raças inferiores e apagaria a negritude e o indigenismo na nação. Conforme Holston (2013, p. 105), “o ‘quanto mais branco melhor’ sempre foi uma orientação cultural dominante no Brasil, e o branqueamento é uma importante teoria racial pelo menos desde Bonifácio, no início do século XIX. [...] Assim, essa mistura significa pintar de branco as outras cores para produzir pessoas que estejam no caminho de se tornar fenotípica e culturalmente brancas”.

⁴ Sobretudo diferenças de renda, educação, propriedade, raça, gênero e ocupação.

processos judiciais, legalizando usurpações; garantir a impunidade; obscurecer disputas; e subjugar cidadãos. Esse uso da lei submerge qualquer possibilidade de justiça que o sistema jurídico brasileiro pregue, tornando-se um mau governo da lei (*misrule of law*): um sistema de artimanhas e emaranhados burocráticos para criar uma desordem calculada, onde a manipulação ou obediência seletiva da lei são sinônimos de poder.

Para controlar a cidadania política, as elites governantes negaram direitos políticos à maioria dos brasileiros durante um século, ao proibir o voto dos analfabetos a partir da Lei 3029, conhecida como Lei Saraiva⁵, em 1882, até a década de 1980. Na primeira eleição após a aprovação da Lei Saraiva, o número de cidadãos que preenchia os requisitos para participação política caiu 86% (HOLSTON, 2013, p. 141). Já na última eleição antes do golpe militar de 1964, os direitos políticos eram negados a 60% dos adultos. Como resultado, as oligarquias locais consolidaram seu domínio ao controlar a política nacional, evitando a propagação da democracia de massa no país. Ademais, a carta republicana, promulgada em 1891, representou mais um retrocesso ao isentar o Estado de qualquer responsabilidade de garantir acesso gratuito ao ensino. Assim, era negada educação como um direito do cidadão, mas o analfabetismo e o gênero eram usados para restringir a cidadania política. Apenas em 1985, a emenda constitucional nº 25 acabou com a privação do direito de voto aos cidadãos analfabetos. Na primeira eleição direta após o fim do regime militar, em 1989, a participação eleitoral quebrou recordes mundiais: 91% dos adultos foram registrados e 80% votaram (HOLSTON, 2013, p. 147).

Para restringir a cidadania civil, o limitado acesso à propriedade fundiária vivenciado pela maioria dos brasileiros, desde o período colonial, tornou a ilegalidade a norma de suas moradias e teve graves consequências que ainda reverberam até os dias de hoje. Ainda no período colonial, a Coroa portuguesa ratificou um emaranhado de regulamentações, leis e decretos governamentais que se anulavam uns aos outros de forma contraditória, criando novas condições de ilegalidade e novas camadas de confusão e conflitos (HOLSTON, 2013, p. 166). As elites agrárias, por sua vez, aprenderam a complicar ainda mais o sistema jurídico para favorecer seus interesses, manipulando tal

⁵ O voto do analfabeto chegou a existir durante o período colonial e o início do Império, até ser abolido em 1881.

pilha de confusão legislativa para dominar o sistema de distribuição de terra. Até então, este era regulamentado pelo Estado português através do sistema de sesmarias, que dividia o país em enormes latifúndios e oferecia generosos incentivos aos sesmeiros para estimular a produção agrícola. Devido a essa concentração, as famílias pobres, sem recursos para se candidatar a sesmarias, só tinham acesso à terra por meio da posse, e viviam sob o temor da remoção. Juridicamente, as posses sem concessão real eram ilegais, contudo, elas poderiam ser legalizadas se fossem continuamente cultivadas e se impostos fossem pagos conforme especificado (HOLSTON, 2013, p. 167). Esses custos, entretanto, eram impeditivos para a maioria dos cidadãos brasileiros. Mas, para as elites agrárias, tal ambiguidade estimulava a invasão de terras públicas, muitas vezes de forma violenta, como forma de enriquecimento, visto que a usurpação de terra poderia ser reconhecida pela lei.

No início do século XIX, os líderes da Independência demonstraram interesse no liberalismo econômico, mas não na democracia liberal, instituindo livre-comércio em benefício das elites agrárias, mas mantendo as estruturas sociais existentes e o trabalho escravo. Com a Independência (1822), o sistema de sesmarias foi abolido, mas nenhum substituto legal foi estabelecido para a aquisição de terras públicas. Como consequência, o acesso à terra tornou-se ainda mais violento e restrito. Enquanto a política agrária norte-americana distribuía pequenos lotes de terra para gerar melhores oportunidades aos cidadãos e atrair colonizadores para o interior dos Estados Unidos, no Brasil, as oligarquias rurais evitavam o debate da reforma agrária e das questões fundiárias (HOLSTON, 2013, p. 170). Na metade do século, porém, elas não tiveram escolhas. Sob pressão dos britânicos, em 1850, a Coroa brasileira ratificou a Lei Eusébio de Queiroz, que extinguiu o comércio de escravos. Como consequência, as elites agrárias, bem representadas no governo, combinaram duas estratégias: para resolver a escassez de mão de obra nas lavouras, estimularam a imigração internacional de trabalhadores livres estrangeiros; e, para subsidiá-la, a criação de um novo mercado de investimento, com a transformação da terra em mercadoria negociável por meio da venda de terras públicas e da regularização de títulos.

Para regulamentar esse novo mercado imobiliário, em 1850, foi promulgada a Lei de Terras, que estabelecia a compra como a única forma para a aquisição de terras públicas, e negava o reconhecimento da posse como forma legítima

de propriedade fundiária. Como resultado, Holston (2013, p. 259) demonstra que, ao manter o preço da terra alto e os salários baixos, a lei impediu o acesso legal das massas trabalhadoras à propriedade de pequena escala e à produção independente, forçando-as a um trabalho barato e servil. Além disso, ao criminalizar a posse, a lei colocou na ilegalidade a maioria dos cidadãos e imigrantes pobres — que de fato faziam uso produtivo da terra — representando, assim, uma transição entre dois conceitos de propriedade: como valor de uso e como valor de troca (HOLSTON, 2013, p. 185).

Holston (2013, p. 182) aponta ainda, que a lei de 1850 foi um retumbante fracasso em quase todos os objetivos. Na falta de meios legais de estabelecer títulos de propriedade, poucas terras públicas foram vendidas, o que gerou pouca receita para subsidiar a imigração. Além disso, o Brasil não era competitivo na atração de imigrantes. Enquanto os Estados Unidos, a Austrália e o Canadá reduziam o preço das terras públicas, com doações de pequenos lotes de terra a custo praticamente zero, os brasileiros aumentaram o das suas, de forma proibitiva aos trabalhadores estrangeiros. Como consequência, o imenso interior do país continuou desocupado e não cultivado. Ademais, por não conseguir garantir os direitos de propriedade, a insegurança dos títulos ameaçava o valor da terra como ativo, e desestimulava sua legalização. As fraudes fundiárias se multiplicaram, com a intensificação da grilagem e da manipulação da lei para dissimular a usurpação da terra. A ilegalidade se tornou norma nos assentamentos, tanto por grileiros e latifundiários que se apropriavam de terras para especulação e construção de propriedades, como por pobres para garantir a própria subsistência (HOLSTON, 2013, p. 194). Como resultado, os conflitos fundiários se multiplicaram de forma incontrolável, com o crescente abuso da violência pelos coronéis locais e seus jagunços.

Excluídos da cidadania política, do acesso à terra e aos meios de produção agrícolas, os trabalhadores rurais labutavam em condições de exploração extrema. Em consequência, começaram a migrar do campo para a cidade em busca por melhores condições de vida, advindas dos processos de modernização e industrialização nascentes (HOLSTON, 2013, p. 145). Da mesma forma, os imigrantes estrangeiros não substituíram o trabalho escravo por muito tempo, nem se tornaram produtores agrícolas independentes, mas logo deixaram as lavouras e tornaram-se uma nova classe urbana pobre e sem-terra (HOLSTON, 2013, p. 183). Contudo, com o desenvolvimento das grandes ci-

dades, o processo de urbanização no país repetiu o mesmo padrão de exclusão à propriedade que marcou o acesso à terra no campo, dificultando o acesso à moradia via mercado formal, devido à reduzida oferta de terrenos urbanizados a preços acessíveis. Como consequência, as cidades se condensaram para acomodar as hordas de trabalhadores, com a construção de bairros operários e cortiços insalubres, considerados lócus de pobreza.

Como resposta às péssimas condições de vida nas cidades e à falta de moradia, nas primeiras décadas do século XX, o movimento sindical se fortaleceu, e os protestos organizados aumentaram drasticamente (HOLSTON, 2013, pg. 218). A resposta do Estado, no entanto, foi negligenciar as demandas dos trabalhadores e reprimir suas manifestações. Holston (2013) argumenta que, embora a história do país seja marcada por muita luta, insurreições populares, revoltas agrárias, ocupações de terra, greves e manifestações trabalhistas, a repressão das mobilizações populares pelas elites brasileiras tem sido uma norma no país, se considerarmos o curso dos últimos séculos. Para o autor, “as massas têm sido vulneráveis ao poder das elites, enquanto as elites têm se mantido imunes à força” (HOLSTON, 2013, p. 43). Os exemplos históricos são abundantes. Como a destruição violenta de movimentos socio religiosos rurais, no final do século XIX e início do século XX — Canudos e Contestado, por exemplo — e a repressão das manifestações trabalhistas, na década de 1920, apoiada por leis que consideravam militantes como subversivos e permitiam a rápida deportação de seus líderes estrangeiros, acusados de propagar ideias anarquistas e comunistas.

A proliferação de movimentos em prol da democracia representativa e a divisão das elites governantes em campos liberal e conservador produziram uma grande variedade de conflitos. Como resultado, as lutas políticas intensificaram-se, alternando regimes democráticos e ditatoriais, além de sucessivos golpes de Estado. A luta dos trabalhadores, através do movimento operário, e das mulheres, em prol do sufrágio universal e da igualdade de direitos políticos, construíram o longo caminho de acesso à cidadania social. Nessa conjuntura, a partir da Revolução de 1930, direitos políticos e civis sofreram grande abalo no período da Era Vargas (1930 - 1945), enquanto direitos sociais foram concedidos a certos tipos de trabalhadores urbanos, como resposta às novas condições da sociedade industrial urbana, mas também como forma de despolitizar os trabalhadores e esvaziar sua autonomia organizacional (HOLS-

TON, 2013, p. 255).

Com a ascensão de Getúlio Vargas, foi dado início a um processo de regulamentação e de expansão dos direitos trabalhistas, atendendo algumas exigências do movimento sindical. Vale salientar, entretanto, que esses direitos estavam disponíveis apenas aos trabalhadores urbanos que exercessem ocupação oficialmente regulamentada, mediada por contrato legal entre empregador e empregado, sendo excluídos trabalhadores agrícolas. O governo instituiu ainda as carteiras de trabalho para comprovar dados sobre a vida profissional do trabalhador e sua situação contratual (HOLSTON, 2013, p. 252). Ao analisar esse período, Holston (2013, p. 256) conclui que Getúlio Vargas modernizou o modelo de cidadania diferenciada ao distribuir direitos apenas a categorias específicas de cidadãos. Com isso, criou um novo conceito de marginalidade social, ao excluir não só desempregados e criminosos, mas trabalhadores informais, empregados de forma irregular, ou regular, mas em ocupações não regulamentadas, além dos trabalhadores rurais. Ademais, tal exclusão perpetua a legitimidade da distribuição desigual de direitos, ao culpar os excluídos por suas condições de miséria ao invés de responsabilizar o Estado.

Após intensa industrialização, o caos das cidades passa a ser visto como questão de saúde pública e desperta a preocupação das autoridades. O vilão em quase todos os diagnósticos eram as vilas operárias infestadas de cortiços, que produziam marginalidade social, doenças e imoralidade; geravam trabalhadores indisciplinados e improdutivos, mais suscetíveis à propaganda da luta de classes, e que não consumiam o suficiente para a expansão industrial (HOLSTON, 2013, p. 212). A solução encontrada foi demolir os cortiços, dispersar sua população em casas unifamiliares subsidiadas, e remodelar os centros das cidades sob os preceitos haussmanianos. Assim, sob o discurso da modernização higienista, levou-se adiante o processo de segregação espacial com a expulsão dos trabalhadores pobres das zonas centrais das cidades. Como contrapartida às remoções, o governo federal assumiu, pela primeira vez, a responsabilidade pela construção de moradias para os trabalhadores, com a criação de instituições de crédito governamentais. No entanto, boa parte dos recursos subsidiados pelo setor público foi utilizada para a construção de moradia para classes sociais de média e alta renda, sem alterar o grande gargalo do déficit habitacional do país.

Na contraposição, entre as décadas de 1940 e 1970, o país teve seu mais in-

tenso ritmo de urbanização, e mais de 50 milhões de habitantes migraram do campo para a cidade, muitos fugindo dos flagelos das secas. Com a reduzida capacidade do Estado de promoção e gestão de políticas públicas voltadas à moradia, a maior parte desse crescimento populacional ocorreu nas periferias urbanas, com a consequente intensificação do processo de “periurbanização precária” (MARTINS, 2004). Em geral, as ocupações informais ofereciam a única alternativa de acesso à terra urbana para as famílias de baixa renda, embora representassem custos sociais consideráveis, como: isolamento das oportunidades de emprego; carência e altos custos de transporte; condições precárias e insalubres de habitação; falta de infraestrutura e de acesso a serviços públicos básicos; insegurança de posse; estigma da criminalidade; e degradação das condições ambientais. Ademais, sua condição de moradores pobres e “ilegais” os alienou da lei e de qualquer acesso a seus direitos. Essa gigantesca informalidade urbana não é fruto da ação de “lideranças subversivas que querem afrontar a lei”, mas resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui, caracterizado por um rápido processo de industrialização com baixos salários, pela exclusão de boa parte da população do acesso legal ao mercado imobiliário, pela falta de investimento público para atender às necessidades mais básicas da maioria dos cidadãos e pela aplicação arbitrária da lei (MARICATO, 2013, p.155).

Não obstante, Holston (2013, p. 29) demonstra que as próprias condições urbanas de segregação e desigualdade nas periferias estimularam seus autoconstrutores a tomar parte das lutas políticas cotidianas como forma de superar as desvantagens e as péssimas condições de vida. Os cidadãos marginalizados construíram suas próprias casas, se organizaram coletivamente para conseguir serviços essenciais e lutaram para manter suas moradias em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela posse dos imóveis. Em algumas décadas, muitos consolidaram e urbanizaram suas periferias, enfrentando a negligência do Estado como provedor de serviços básicos para o bem-estar dos cidadãos. A autoconstrução os transformou em sujeitos ativos na produção da vida urbana. Ela expressa narrativas individuais de realização pessoal, conquistada por meio das melhorias habitacionais produzidas pelos próprios moradores, como narrativas coletivas por meio de suas práticas urbanas. Embora não se deva romantizar, visto que as ocupações informais derivam mais de necessidades do que de escolhas, os moradores acabam estabelecendo outras redes de sociabilidade e uma outra relação com o espaço. Na

condição de construtores da cidade, eles passaram a se compreender como cidadãos portadores do direito a direitos⁶, tão merecedores como qualquer outra classe de cidadãos, articulando o direito à cidade como um direito de cidadania urbana.

Holston (2013) ressalta que, fora das vistas do aparato repressivo da ditadura militar, as periferias como lugares de diferenciação impulsionaram a insurgência de uma nova concepção de cidadania, que tem como protagonista cidadãos socioeconomicamente desfavorecidos, que até então viam o sistema de justiça como mecanismo para perpetuar privilégios e favorecer grupos com capital político e econômico capazes de fazer valer seus interesses. Conforme o autor (2013, p. 329), essa nova concepção — a qual denomina de cidadania insurgente — propõe princípios de igualdade substantiva de direitos entre os cidadãos, independentemente de suas posições sociais, para superar a diferenciação e refazer a cidadania brasileira na direção de uma sociedade democrática. Holston (2013, p. 322) esclarece, no entanto, que essa nova concepção não substitui as antigas formulações de cidadania diferenciada, mas, ao contrário, o insurgente e o diferenciado coexistem e se confrontam no mesmo espaço social da cidade.

Nesse cenário, no processo de redemocratização, a articulação dos movimentos sociais pela reforma urbana politiza o debate sobre a informalidade urbanística e cria o contexto favorável para a conquista de importantes marcos legais em direção à inclusão social e à diminuição das desigualdades sociais (ROLNIK, 2015, p. 268). Tais mobilizações deram forma à Constituição Federal de 1988, com a ampliação da participação popular na formulação da lei. No campo da política urbana, a inclusão dos artigos 182 e 183 reconhece a função social como princípio, e encarrega aos municípios a competência para definir o uso e a ocupação da terra urbana, por meio da elaboração dos Planos Diretores aprovados pelos legislativos, bem como propõe alguns mecanismos para coibir as especulações imobiliárias, como: taxações progressivas de IPTU, parcelamento ou edificação compulsória e até a desapropriação. Os artigos citados foram regulamentados, após muitos anos de negociação, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257), em 2001, que propôs um

⁶ Como Hannah Arendt (2008) formula: ser cidadão não é apenas ter direitos, é ter direitos a direitos.

conjunto inovador de instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos para democratizar o acesso à cidade, como o IPTU progressivo, o Usucapião urbano coletivo e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Com efeito, na perspectiva normativa e institucional, o Brasil encontra-se numa posição de vanguarda quanto ao entendimento da informalidade urbana e quanto à previsão de instrumentos legais para garantir a função social da propriedade e da cidade. Após aprovação do Estatuto da Cidade, a lei passa a ser um ativo para os moradores da periferia, desestabilizando o regime diferenciado a partir do status social. Todavia, observa-se que este avanço, do ponto de vista institucional, não se efetivou no cotidiano das periferias, que oscilaram entre processos simultâneos de expansão e de erosão da cidadania democrática no Brasil (FREITAS, 2017a). Os aparatos jurídicos e burocráticos criados contrastam com a frágil capacidade operacional, equiparando o Estado brasileiro a um corpo de elefante, sustentado por pés de garça (MARRICATO, 2017, p. 23). Observa-se ainda que, quando a democracia se enfraquece, novos tipos de violência, injustiça, corrupção e impunidade são criados, constituindo o paradoxo perverso da democratização do Brasil (HOLSTON, 2013, p. 349).

Constata-se que, nos últimos anos, apesar dos avanços conquistados⁷, o poder de participação dos cidadãos no planejamento e gestão da cidade não foi significativamente ampliado. Ao contrário, observa-se a ampliação do poder de empresas da construção civil e de outros grupos econômicos sobre as estruturas do poder público, que passam a imprimir a lógica do empresariamento⁸ aos modelos de gestão e planejamento urbano. Muitas das inovações constitucionais socialmente progressistas arrastam-se até hoje por falta de regulamentação e políticas executáveis. Nesse sentido, observa-se a capa-

⁷ Destacam-se avanços, como: a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, em 2006; a promulgação da Lei Geral de Regularização Fundiária (11.977/09); dentre outros.

⁸ Para VAINER (2000), na analogia cidade-empresa, “o conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados” (VAINER, 2000, p. 89).

cidade do setor privado de influenciar localmente os governos municipais para procrastinar a aplicação de instrumentos urbanísticos ligados à reforma urbana e orientar a aplicação de instrumentos voltados para a implantação de Parcerias Público-Privadas, como as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), desenhadas para atrair investimentos privados e ampliar as fronteiras do complexo imobiliário-financeiro. Assim, a aplicação do Plano Diretor segue a lógica da cidadania diferenciada. O “plano-discurso” é aplicado de acordo com as circunstâncias e os interesses envolvidos, e cumpre um papel ideológico (VILLAÇA, 1995) de retórica ao ajudar a encobrir a força motriz que comanda os investimentos urbanos. Esses, muitas vezes, não obedecem a um plano explícito, apresentado à sociedade, mas são obras públicas sem plano, enquanto o plano-discurso continua sem apontar obras (MARICATO, 2013, p.142).

Esse quadro é resultado da íntima relação histórica corporativa entre o Estado e o capital privado, através de um “jogo interno de troca de vantagens sustentada fundamentalmente por meio de uma rede patriarcal”, que negligencia os reais interesses democráticos, para atender aos interesses das grandes corporações e do capital financeiro (FAORO, 2001, p.447). Todavia, essa trajetória não decorre apenas da atuação do Estado e das elites locais, mas da integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças, com o avanço da agenda neoliberal e das políticas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (ARANTES, 2012). A partir dos anos 1980, com a crise da dívida na América Latina, o poder exercido por essas duas instituições se amplia — uma hegemonia na qual a coerção se constrói pela dependência financeira, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida, protagonizados pelo Fundo Monetário Internacional, e pela ideologia da racionalidade técnico-científica para produzir consentimento. A partir de então, o Banco Mundial e o BID passam a difundir políticas públicas que seguem critérios empresariais de rentabilidade e um modelo de gestão estatal terceirizada com objetivo de estabelecer parcerias com o setor privado. Para atender às necessidades sociais, prescrevem a promoção do acesso a bens e serviços por meio das relações de mercado e da financeirização da moradia. Conforme Arantes (2012), as cidades passam a ser geridas não apenas como negócio, mas para fomentar negócios. Nesse modelo, o Estado torna-se cada vez mais facilitador da iniciativa privada, o que leva a uma ruptura dos processos democráticos de construção da cidade, reforçando os padrões sociais de

exclusão que fabricam um número crescente de “subcidadãos” e “não cidadãos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381).

A globalização, dominada pela ideologia neoliberal, impacta nas condições de vida nas grandes cidades brasileiras, ao impor a desregulamentação e a privatização dos bens públicos, eliminando a noção de subsídio, em forte oposição aos interesses e necessidades da maioria da população brasileira (MARI-CATO, 2007; ARANTES, 2012). Essas mudanças derrocam sobre um sistema político patrimonialista, caracterizado pelas relações de favor ou de troca, pela privatização da esfera pública e pela personalização das leis brasileiras. Derrocam sobre uma sociedade na qual grande parte da população ainda não teve acesso aos direitos sociais mais básicos e à construção da cidadania, e permanece na informalidade urbana e sem acesso aos direitos trabalhistas (MARI-CATO, 2007, p. 68). Derrocam ainda sobre uma inexperiente democracia representativa, ameaçada pelo capital financeiro que não se submete ao ritmo lento e às incertezas das instituições democráticas nacionais.

Boaventura Santos (2018, p. 263) acrescenta que o neoliberalismo significa a quebra do contrato social. Este, segundo a lógica da teoria política liberal, depende da combinação mútua de duas obrigações políticas: a vertical que regula a relação entre o Estado e os cidadãos; e a horizontal, que regula as relações entre os cidadãos. A fragilidade de uma pressupõe a fragilidade da outra, assim, quando o Estado fracassa na proteção dos seus cidadãos, a obrigação horizontal também diminui, com o aumento, por exemplo, da criminalidade e da violência. Em oposição, o pensamento neoliberal prega que para fortalecer a sociedade civil é necessário enfraquecer o Estado. Como consequência, assistimos em vários países do mundo, a incluir o Brasil, à degradação do Estado e da própria sociedade civil, alterando o paradigma do contrato social para o paradigma do contrato individual (SANTOS, 2018, p. 270).

Maricato (2007, p. 73) salienta, no entanto, que ao contrário da retórica neoliberal, o Estado brasileiro não foi diminuído. Enfraquecera-se apenas em relação às políticas sociais, abandonando suas responsabilidades para com o povo, para adaptar-se às exigências do capital financeiro. Boaventura Santos (2018) observa que, à medida que o neoliberalismo se aprofunda, a estabilidade dos mercados passa a ter mais prioridade que a estabilidade dos cidadãos. “Os cidadãos que tomem ansiolíticos. Os ansiolíticos do mercado são os nossos salários, são as nossas pensões, são a degradação dos direitos.” (SANTOS,

2018, p. 272), corrompendo a democracia, em vários países do mundo. Santos (2018, p. 272) acrescenta ainda: “Vejam o cuidado com que os mercados são tratados. Como não se podem dizer certas coisas para não os ofender, porque eles são muito sensíveis. Isto é a ética do cuidado, só que não aplicada a crianças ou seres humanos, é aplicada aos mercados.” (SANTOS, 2018, p. 272). Com isso, fragilizam a obrigação vertical do Estado para com os cidadãos, e, conseqüentemente, fragilizam a obrigação horizontal dos cidadãos para com os demais cidadãos.

A fragilidade destas relações, por sua vez, fragiliza a própria cidadania. A crescente violência urbana é o sinalizador mais visível deste modelo e é provocada tanto pelos cidadãos, como pelo Estado e por grupos de milícias. Ao mesmo tempo que crescem o tráfico de drogas e o crime organizado, o Estado usa o argumento de “guerra às drogas” para baixar a proteção dos cidadãos e aumentar a coercitividade através da cultura do medo (SANTOS, 2018, p.274). Como consequência, ao mesmo tempo que uma geração de cidadãos insurgentes democratiza o espaço urbano, um clima generalizado de medo e incivildade⁹ passa a permear as relações sociais e os encontros públicos cotidianos. Associado ao apoio das elites e da classe média à violência policial¹⁰ como uma realização de seu direito à segurança, esses novos estranhamentos produzem a criminalização racista das classes mais pobres, a violação aos direitos humanos, a privatização dos bens comuns associada ao neoliberalismo, o abandono do espaço público e a fortificação das residências e dos centros comerciais, protegidos por seguranças particulares e vigilância de alta tecnologia (HOLSTON, 2013, p. 361). Por sua vez, Holston acrescenta que o sistema judiciário e a polícia ficaram ainda mais desacreditados, e ineficientes na proteção dos direitos dos cidadãos, assim como os representantes políticos, cercados por escândalos de corrupção. Ambos fracassam e minam a democracia política do

⁹ Holston (2013, p. 363) emprega o termo incivildade para se referir aos confrontos e desavenças na convivência de cidadãos preteridos de direitos, que exigem igualdade e ameaçam as desigualdades existentes, com cidadãos privilegiados, que sentem seu domínio social ameaçado.

¹⁰ Como as ações da Polícia Militar nas favelas e periferias que, constantemente, são caracterizadas por abusos como tortura, execuções sumárias e invasão de domicílio sem mandato de busca e apreensão. Essa violência “representa uma das formas mais visíveis de dominação étnica e de classe e impõe limites para a extensão da cidadania e da democracia ao conjunto do território” (ROLNIK, 2015, p. 274).

Brasil pelo estabelecimento de um estado de direito não democrático, e um estado de exceção não declarado (HOLSTON, 2013, p. 351).

A emergência por cidadania urbana, frente às expropriações do comum pelo Estado-capital, contextualiza os diversos conflitos e insurreições metropolitanas que marcaram o início do século XXI. Manifestantes em diversas cidades ao redor do mundo, como Atenas, Cairo, Nova York, Madri, Londres, Istambul e São Paulo, reivindicam o desejo de decidir, imaginar e produzir a cidade, refletindo a assimetria de poder político e econômico entre as diferentes classes sociais na produção do espaço urbano. Esses levantes compartilham características fundamentais, como: a ocupação dos espaços públicos; a rejeição à democracia representativa; a mobilização pelo direito à cidade; a resistência à violência policial; o uso das mídias sociais; e a urgência por novas formas de participação e deliberação coletiva (HOLSTON, 2016). O aspecto central dessas manifestações é o entendimento das péssimas condições de vida nas grandes cidades, das falhas das políticas públicas e do planejamento seletivo do Estado, ao reforçarem práticas de segregação e expropriação do comum.

Diante desse cenário, tanto de ordem global como local, pergunta-se: como a teoria e a prática do planejamento urbano se articulam com o debate sobre a cidadania? Como o planejamento responde à mudança na conceituação da cidadania e das relações Estado-cidadão? Como incluir no planejamento as formas insurgentes de cidadania, as mobilizações de base e as práticas cotidianas que subvertem as agendas estatais? Como o planejamento pode estar a serviço da democratização do espaço urbano e não da manutenção do status quo capitalista? Como as práticas insurgentes podem contribuir para a construção de uma democracia direta?

1.2 Do planejamento urbano institucional ao planejamento insurgente

Conforme John Friedmann (1987), na obra *Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action*, o planejamento é a transformação do conhecimento à ação no domínio público. O foco geográfico de Friedmann (1987) está principalmente na história do planejamento norte-americano, mas as questões desencadeadas informam importantes debates para além das fronteiras territoriais. Por adotar uma conceituação mais ampla, Friedmann (1987, p. 38) apresenta a história de dois séculos (1780-1980) do planejamento norte-

-americano ao longo de um *continuum* de construções sobrepostas que oscilam entre duas formas de planejamento: de um lado, orientação social, como função do Estado; e do outro, transformação social, como ação auto-organizada dos cidadãos. Com isso, o autor (1987) questiona o planejamento como atividade exclusiva do planejador profissionalmente treinado, e expande o campo profissional para incluir a sociedade civil nas funções de planejamento. O argumento de Friedmann (1987) é que este, quando separado da governança democrática, está fadado a ter consequências destrutivas vinculadas às dinâmicas do capitalismo. Por essa razão, o autor (1987) defende uma forma radical de planejamento, frente às forças de opressão e exploração, entre as quais se destacam tanto o Estado burocrático quanto as elites empresariais, para criar condições de uma democracia efetiva, em que os cidadãos tenham papel ativo na vida política e nas tomadas de decisão que afetam suas vidas.

Friedmann (1987) apresenta quatro tradições principais do pensamento e da prática do planejamento: *social reform*, *policy analysis*, *social learning* e *social mobilization*. As duas tradições mais antigas, a *social reform* e a *social mobilization*, remontam à primeira metade do século XIX. As outras duas, *policy analysis* e *social learning*, originaram-se no período entre a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. As quatro tradições se estendem por amplo espectro ideológico. Na *social reform* e na *policy analysis*, o planejamento é aplicado em processos de orientação social, mediado pelo Estado e preocupado principalmente com a manutenção e a mudança do sistema. Na *social learning* e, principalmente, na *social mobilization*, o planejamento é aplicado em processos de transformação social do sistema, para além das arenas sancionadas pelo Estado. Friedmann (1987) ressalta, no entanto, que estas categorias podem se sobrepor, e que, durante certos períodos e para certos propósitos, uma ou duas formas de discurso de planejamento tendem a predominar (FRIEDMANN, 1987, p. 75).

O autor (1987, p. 19) descreve ainda duas racionalidades que guiam o posicionamento técnico-político dos planejadores: a racionalidade de mercado e a racionalidade social. Ambas se mostram presentes em todas as correntes de planejamento, em maior ou menor grau, e disputam seu domínio. De acordo com a primeira, o indivíduo vem antes da sociedade, e é movido por uma racionalidade baseada no seu próprio interesse e na satisfação de suas necessidades materiais. Para legitimar o individualismo, Adam Smith (1776, apud

FRIEDMANN, 1987) defendia que o somatório dos esforços de cada indivíduo, mesmo que não intencionalmente, tende a beneficiar a sociedade como um todo. O pressuposto latente é que os interesses do capital e os interesses dos trabalhadores não são necessariamente conflitantes, e podem ser unificados para aumentar a eficiência econômica. Essa premissa fundamenta o conceito de ótimo de Pareto, aplicado na economia para definir um estado de alocação eficiente de recursos, no qual é impossível melhorar a satisfação econômica de um indivíduo sem piorar a de outro. Esse estado seria obtido pelo sistema de livre mercado, e representaria o nível máximo de bem-estar social alcançado pelos indivíduos de uma determinada sociedade. A eficiência de Pareto, entretanto, é criticada por não avaliar a justiça social do resultado alcançado, e por ter um forte viés antidistributivo (SEN, 2000, p. 71).

Ademais, à medida que as forças do mercado aumentam os ganhos de uma pequena parcela da população, aumentam também a exploração do trabalho e exacerbam as desigualdades de renda entre as diferentes classes sociais que compõem a sociedade capitalista. Diante dessa realidade, a racionalidade social ganha destaque durante o século XIX e segue a lógica oposta: as formações sociais vêm antes do indivíduo, na medida em que este, ao nascer, encontra postas circunstâncias sociais e já participa de um grupo específico. Nessa visão, a razão deve ser exercida em nome dos interesses coletivos, formulados e desenvolvidos por meio de ações apropriadas (FRIEDMANN, 1987, p. 20). Em termos políticos, essa concepção defende a centralização, por parte do Estado, das funções de planejamento, para intervir nas questões econômicas. Como o interesse público prevalece sobre os interesses individuais, o ótimo de Pareto deixa de ser válido como critério de bem-estar social.

Segundo Friedmann (1987, p. 22), antes do século XIX, o planejamento não emergia como uma prática distinta, e ainda estava subordinado à razão divina ou cósmica. Como pretendia impor uma ordem racional e euclidiana às formas orgânicas da natureza, o autor o denomina de design ortogonal. Para seus praticantes, linhas e ângulos retos eram exemplos clássicos de ordenação racional e hierárquica do espaço. Durante o período do Iluminismo, a cultura eurocêntrica rompe radicalmente com o passado, período em que a Igreja perde poder, e a razão em sua forma científica e técnica passa a predominar sobre a razão divina. As raízes ideológicas do planejamento, no sentido moderno, remetem ao início do século XIX, com a concepção de que a ciência

estaria a serviço da humanidade, como instrumento para o progresso social. Conforme Saint-Simon (1969 apud FRIEDMANN, 1987), um dos profetas da nova era, a sociedade seria, a partir de então, governada por princípios científicos. As questões de Estado seriam informadas pelo planejamento e conduzidas por homens de espírito público, especializados na mediação entre o conhecimento científico e a ação, e incumbidos de selecionar tecnicamente os meios mais apropriados para a execução de políticas públicas, com base em critérios de eficiência. Nessa concepção, ao contrário do desenho ortogonal, o planejamento precisa se justificar politicamente, e ser aceito em processos democráticos, com a convergência de diferentes atores e campos disciplinares. Ademais, para além da forma urbana e dos limites da cidade, o planejamento passa a atravessar vários níveis de organização territorial, e a realizar várias atividades heterogêneas, sendo o planejamento físico apenas uma das suas modalidades.

As primeiras práticas de planejamento foram aplicadas, durante a Primeira Guerra Mundial, para mobilizar a economia de guerra americana e atender às crescentes necessidades da indústria empresarial (FRIEDMANN, 1987, p. 24). Naquele cenário, a equação implícita era simples: o que fosse bom para a indústria também seria bom para o país. Assim, desconsideravam possíveis conflitos entre o interesse público e os interesses do capital. O planejamento seria neutro e apolítico, heroico em seus ideais, e o planejador seria a voz da razão, um servo do Estado benigno, confiante na sua própria perícia e na sua capacidade de adivinhar o interesse público (SANDERCOCK, 1998a, p. 62). Nas décadas seguintes, as ideias de planejamento proliferaram, especialmente nos níveis urbano e regional. Nos meados do século XX, após a grande depressão econômica, uma forma modificada de racionalidade social foi gradualmente adotada nos países capitalistas. Para mitigar as consequências socioeconômicas da crise, a racionalidade de mercado teria rédea livre, mas apenas dentro das restrições legais destinadas a proteger o interesse coletivo (FRIEDMANN, 1987, p. 21). Dessa forma, o Estado assumiria o protagonismo na produção do espaço para assegurar o interesse público, ou pelo menos aparentar servi-lo, bem como garantir as condições gerais de reprodução do capital. Sua origem, nos Estados Unidos, tem por base a política de intervenção estatal adotada pelo governo de Franklin Delano Roosevelt, com uma série de

medidas¹¹ que ficaram conhecidas como New Deal — um programa de ajuda governamental, com o objetivo de recuperar e reformar a economia norte-americana. O autor (1987, p. 21) ressalta, entretanto, que embora os planejadores estivessem mais preocupados com os resultados sociais das políticas públicas, na maioria das vezes, estas só obtinham sucesso quando eram amplamente compatíveis com os interesses do capital corporativo.

Friedmann (1987, p. 27) demonstra que, geralmente, o planejamento estatal apoia as atividades lucrativas do setor privado, e pode abranger diversos usos com base em critérios de racionalidade de mercado, para: orientar a estabilidade e o crescimento econômico; construir grandes obras de infraestrutura; subsidiar os interesses corporativos; assegurar a proteção aos direitos de propriedade; dentre outras ações. Porém, a lucratividade desenfreada pode destruir os laços de reciprocidade entre os cidadãos e corroer os alicerces do bem-comum. Por esta razão, o Estado pode adotar critérios de racionalidade social, para: redistribuir renda; amenizar as consequências disfuncionais da racionalidade de mercado; prestar serviços públicos para atender às necessidades gerais da população; aplicar abordagens de planejamento para o desenvolvimento regional e rural; e impor restrições ao setor privado para salvaguardar o interesse público. Esta última ação diz respeito às políticas que restringem o funcionamento normal dos mercados e, historicamente, representa a causa para as principais batalhas público-privadas já travadas. A partir destas, observa-se que a legitimidade e a efetividade do planejamento dependem da mobilização política dos cidadãos em larga escala para defender seus interesses coletivos. Friedmann (1987, p. 29) analisa ainda que toda prática de planejamento reflete inevitavelmente esse papel complexo e conflituoso.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o confronto global exigia mais uma vez a produção, mobilização e alocação de recursos para financiar e sustentar a guerra. Nos Estados Unidos, métodos de planejamento foram aplicados ao racionamento e controle de preços, ao recrutamento de civis, à construção de

¹¹ Das quais se destacam: reforma no sistema financeiro; investimento maciço em obras públicas para a geração de novos empregos; controle sobre os preços e a produção, para evitar a superprodução na agricultura e na indústria; programas básicos de serviço social; criação da previdência social e do seguro desemprego; incentivo à criação de sindicatos para facilitar a defesa dos novos direitos instituídos; dentre outras ações.

indústrias para suprir as forças armadas em rápida expansão, à capacitação da mão-de-obra, ao desenvolvimento de novas tecnologias e à produção das primeiras bombas atômicas. Ao fim do conflito, a conversão para uma economia em tempos de paz também manifestava desafios. Na Europa e no Japão, por exemplo, muitas cidades foram intensamente bombardeadas e tiveram que ser totalmente reconstruídas. O Estado novamente era o ator providencial, fiador de oportunidades econômicas para estimular a economia, a manutenção do pleno emprego e a redistribuição de renda. Nesse período, a escola Keynesiana forneceu a principal inspiração para os formuladores de políticas econômicas nos países capitalistas ocidentais, que desfrutaram um período de forte crescimento econômico, denominado por Hobsbawm (1994) como a *Era de Ouro do Capitalismo*.

Nas décadas de 1950 e 1960, a ênfase principal do planejamento era utilizar o paradigma científico e as novas tecnologias para tomar decisões de forma socialmente racional, e traçar os cursos de ação para o futuro, através de modelos de previsão. Como membros do aparato estatal, os planejadores consideravam o Estado como o guardião do bem público, e o planejamento como instrumento para o progresso social. No entanto, durante a Guerra do Vietnã, contrariando o sonho do progresso, as taxas de desemprego e de pobreza aumentaram drasticamente nas cidades de grande e médio porte norte-americana. O surgimento da contracultura e a eclosão de movimentos sociais marcaram um intenso período de conscientização política. Como resposta, o Estado respondeu “com o punho da repressão e a luva de veludo do planejamento social”¹² (FRIEDMANN, 1987, p. 08, tradução nossa). Líderes nacionais foram assassinados e estudantes ativistas se organizaram na luta política. Grandes revoltas populares se alastraram em todo país, com a confluência de diferentes frentes de luta, contra a guerra do Vietnã, o racismo, a exclusão social, o machismo, a degradação ambiental e a homofobia. Esses movimentos emancipatórios impulsionaram uma alternativa radical à prática de planejamento, que re-centraliza o poder político na sociedade civil.

Na década de 1980, ativistas feministas desenvolviam suas próprias análises espaciais, sociais e políticas das desigualdades de gênero; ativistas afrodes-

¹² “(...) with the mailed fist of repression and the velvet glove of social planning” (FRIEDMANN, 1987, p. 08).

cendentes chamavam a atenção para as práticas racistas e segregadoras do planejamento urbano; ativistas gays e lésbicas documentavam uma história de práticas espaciais e sociais opressivas; e ativistas ambientais alertavam contra as práticas de planejamento urbano que degradavam a natureza (SANDERCOCK, 1998a, p. 98). A partir de formulações anteriores de marxistas como, à época, Manuel Castells e David Harvey, questões sobre a justiça social e a cidade foram expandidas para incluir como seria uma cidade não-sexista? E, por extensão, como seria uma cidade não-racista e não-homofóbica? O que os planejadores poderiam fazer sobre essas desigualdades? Refletindo sobre as contradições e as falsas promessas do planejamento centrado no Estado capitalista, a maioria das respostas para essas questões estava relacionada à organização comunitária, aos movimentos sociais urbanos e às questões de empoderamento coletivo.

Após essa breve análise histórica, Friedmann (1987) se concentra na descrição das quatro tradições de planejamento. A primeira delas, a *social reform*, remete à obra de Saint-Simon e, particularmente, de Auguste Comte, com a criação de uma nova doutrina social baseada nas ciências, para abrandar o mal-estar social da Revolução Francesa e guiar o caminho para o progresso social do país. Esta tradição adota modelos de racionalidade social e defende o papel forte do Estado na orientação da sociedade. Filosoficamente, os autores dessa tradição entendem que a atividade de planejamento é a aplicação do conhecimento técnico aos assuntos públicos, e que somente os planejadores são suficientemente informados para se engajar no planejamento. O vocabulário da *social reform* deriva de três fontes: economia institucional, macrosociologia e filosofia política. A partir da Teoria Geral de Keynes, em 1936, os economistas da *social reform* defendem a intervenção estatal na economia para salvaguardar o bem-estar da população em geral. Em suas convicções políticas, os autores dessa tradição afirmam a democracia representativa, os direitos humanos e a justiça social. Dentro dos limites tolerados, eles acreditam que através de reformas apropriadas, tanto o capitalismo quanto o Estado podem ser aperfeiçoados.

A *policy analysis* remete ao período pós-Segunda Guerra Mundial e foi fortemente influenciada pelos trabalhos do economista Herbert Simon sobre o comportamento das organizações econômicas e, particularmente, como elas poderiam racionalizar os processos de tomada de decisão para identificar

os melhores cursos de ação possíveis. Grande parte do vocabulário da *policy analysis* deriva da administração pública, da economia neoclássica, da matemática e da ciência da computação. Os valores da economia neoclássica foram incorporados à essa tradição, sobretudo o individualismo, a supremacia do mercado e o conservadorismo. Assim, os valores das classes dominantes são ainda mais aceitos do que na tradição da *social reform*. Seus praticantes se consideram técnicos a serviço do Estado e de grandes corporações privadas, especializados em identificar as melhores soluções através de técnicas analíticas específicas, como modelagem, simulação e otimização.

A *social learning*, por sua vez, deriva do pragmatismo de John Dewey, que enfatiza o conhecimento como parte integrante da ação. Sua filosofia política visa a autorrealização do indivíduo através da governança democrática e de uma epistemologia da prática que poderíamos chamar de “*learning by doing*” (SANDERCOCK, 1998a, p. 60). Os teóricos da *social learning* afirmam que o conhecimento emerge da experiência, através de um processo dialético contínuo de aprendizado, onde a teoria e a prática se informam mutuamente. A tradição desvia do paradigma positivista, de leis imutáveis da natureza e da sociedade, ao afirmar que o comportamento social pode ser mudado cientificamente através da experimentação social, do processo contínuo de agir no mundo e refletir sobre essa ação, para aprender com os erros. Para o planejamento, a tradição avança ao reconhecer o conhecimento que emana do cotidiano de diversos atores, e ao sugerir alguns questionamentos, como: qual o conhecimento válido para o planejamento? Com que base os planejadores argumentarão que sua visão de mundo é superior e mais legítima? Podemos supor que o conhecimento deles é sempre mais confiável do que o conhecimento dos cidadãos comuns? Dewey influenciou diretamente e indiretamente dois fluxos muito diferentes de práticas de planejamento. À direita, seus preceitos foram adaptados pelos teóricos de um novo campo de especialização profissional, conhecido como desenvolvimento organizacional, ligado às escolas de administração de empresas. À esquerda, sua influência foi sentida dentro do marxismo, e teve maior expressão no ensaio *On Practice*, de Mao Tse-tung, e particularmente entre práticas de planejamento cujo objetivo é o empoderamento da comunidade.

Já a *social mobilization* enfoca as práticas políticas de transformação do sistema, a partir da ação coletiva dos cidadãos. Em contraste com as tradições

social reform e *policy analysis*, que abordam o planejamento como função do Estado e aparentemente neutro, na *social mobilization*, o planejamento é interpretado como ato político, e pode ser conduzido sem as mediações da ciência e do Estado. A linguagem da tradição baseia-se tanto nos movimentos revolucionários quanto no discurso mais abstrato de teóricos. Suas influências filosóficas derivam de três grandes correntes: o comunitarismo utópico, que visiona arranjos sociais alternativos; o anarquismo social, que rejeita as forças de opressão e dominação do Estado e do capitalismo, e defende unidades de produção de pequena escala, descentralizadas e autogerenciadas, enfatizando sua natureza cooperativista; e o materialismo histórico, que parte da crítica revolucionária da sociedade capitalista, e enfatiza a luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Apesar das divergências filosóficas, de forma geral, a *social mobilization* é uma ideologia dos excluídos, para transformar as estruturas políticas, econômicas e sociais que criam e mantêm o status quo.

Friedmann (1987) denomina o planejamento que recorre à *social mobilization* de *radical planning*, como prática emancipatória que emerge da ação auto-organizada dos cidadãos, frente às forças opressivas engendradas pelo Estado e pelas grandes corporações econômicas. As estratégias de luta das práticas radicais podem envolver ações violentas ou não-violentas, políticas ou apolíticas, revolucionárias ou reformistas, mas, em todos os casos, devem ir além da resistência (FRIEDMANN, 1987, p. 301). Não obstante, é “enganoso pensar que o *radical planning* pode prescindir do Estado”¹³ (SANDERCOCK, 1998a, p. 101, tradução nossa) ou tratá-lo apenas como adversário. Conforme Friedmann (1987), as práticas radicais devem disputar estrategicamente as ações estatais, em arenas políticas, para defender suas legítimas reivindicações. De toda forma, essas lutas buscam abrir espaço para a emergência da participação direta dos cidadãos na governança democrática, o que exige, decerto, uma reestruturação permanente do Estado, por meio de um processo gradual e contínuo de reformas radicais em todos os domínios da ação pública (FRIEDMANN, 1987, p. 407). Tomadas em conjunto, essas lutas podem desestabilizar as relações de dominação, aumentando o poder social e político dos excluídos, embora a nível local. Para Friedmann (1987, p. 303), a prática transformadora ocorre, inerentemente, em comunidades, para evitar uma organização

¹³ “(...) it is equally misleading to think that radical planning can do without the state” (SANDERCOCK, 1998a, p. 101).

burocrática, e garantir uma relação pessoal íntima entre seus membros, que tenham como premissa o diálogo e o aprendizado mútuo. Entretanto, o autor (1987, p. 400) ressalta a importância de conectar grupos sociais diversificados em redes de cooperação política, para que a transformação ocorra para além das margens do sistema. E que a principal mediadora entre esses grupos é a metrópole.

Epistemologicamente, o paradigma da *social learning* desempenha um papel importante no radical planning, no qual o conhecimento é adquirido pelos grupos sociais mobilizados no curso de suas próprias ações. Nesse sentido, na prática radical, o papel tradicional do planejador como força motriz passa a ser questionado, assim como as definições dominantes de quem é um planejador. Pois, no radical planning, a teoria e a prática são exercícios de todos, e as responsabilidades por ambas são múltiplas e sobrepostas, sem uma divisão técnica do trabalho. Entretanto, os planejadores profissionalmente treinados combinam habilidades gerais, específicas e substantivas que são bastante úteis para a prática radical, como as de análise, síntese, comunicação e gerenciamento de processos de grupo (SANDERCOCK, 1998a, p. 99). Estas, quando encravadas de ética e pensamento crítico, podem ser usadas para confrontar o conhecimento formal com o conhecimento extraído da luta e da experiência, para romper com as fronteiras tradicionais de hierarquia entre o saber acadêmico e o saber popular, e a dicotomia entre a teoria e a prática (FRIEDMANN, 1987, p. 303). A partir dessa discussão, Friedmann (1987, p. 395) apresenta quais são as tarefas concretas do planejador radical.

A começar, os planejadores podem fornecer uma análise crítica da realidade existente, que compreenda e explique o porquê e como as coisas são. Suas habilidades podem auxiliar a comunidade mobilizada a encontrar e aperfeiçoar soluções práticas que atendam às suas necessidades, bem como conceber estratégias de ação apropriadas. Ademais, os planejadores podem desenvolver métodos de aprendizagem social, para que o grupo aprenda com a sua própria prática, e dissemine o conhecimento recém-adquirido para outros grupos interessados. Segundo o autor (1987, p. 305), a comunidade pode buscar a colaboração do Estado, sob condições cuidadosamente controladas, a depender da estratégia adotada. Os planejadores podem mediar esse encontro, sendo representantes do grupo mobilizado e agentes da luta coletiva. Como o tempo de decisão é geralmente escasso e urgente, os processos em grupo são difíceis

de gerenciar, e tendem a se concentrar nas lideranças comunitárias. Friedmann (1987, p. 305) ressalta, no entanto, que os planejadores devem evitar essa tendência oligárquica, de monopólio das informações e dos processos de tomada de decisão, para assegurar a ampla participação de todos os membros da comunidade. O autor acrescenta ainda que os planejadores radicais não devem se afastar do grupo mobilizado, mas também não devem ser absorvidos pelas lutas cotidianas da prática radical. Nessa linha tênue, quanto mais próximo estiverem da linha de frente, menos úteis serão suas mediações; mas quanto mais longe estiverem das ações imediatas do grupo, menos serão capazes de realizá-las, pois podem fraturar os laços de confiança estabelecidos com a comunidade (FRIEDMANN, 1987, p. 405).

No atual contexto de capitalismo global neoliberal, o conceito de cidadania insurgente, articulado primeiramente por Holston, em 1995, foi incorporado ao discurso do planejamento por Sandercock (1998a, 1998b), Friedmann (2002), Miraftab & Wills (2005) e Roy (2009) como práticas de planejamento radical. Em *Making the Invisible Visible*, Sandercock (1998b) desmistifica a imagem heroica da história do planejamento, representado como a voz neutra da razão na sociedade moderna, para revelar as tradições insurgentes de planejamento, que sempre existiram fora do Estado e às vezes em oposição a ele, como uma prática mais ampla e inclusiva de planejamento. A intenção da autora (1998b) é apresentar a pluralidade de histórias, com ênfase na insurreição de conhecimentos subjugados, de culturas negligenciadas, reprimidas ou esquecidas, e na necessidade de novas formas de teorizar a história, como um ato transformador “que nos dará um senso de nós mesmos como pessoas que fazem história, que podem fazer a diferença”¹⁴ (SANDERCOCK, 1998b, p. 25, tradução nossa)

Sandercock (1998b) evidencia que, nos retratos modernistas, o herói planejamento não apresenta falhas fatais. Se as batalhas são às vezes, ou mesmo frequentemente, perdidas, não é culpa do herói, nem das intenções progressistas do planejador, mas porque a implementação estava nas mãos de “mortais inferiores” (SANDERCOCK, 1998b, p. 4). Além disso, pressupõem a capacidade dos planejadores de adivinhar “o interesse público”, sem considerar os

¹⁴ “[...] that will give us a sense of ourselves as people who make history, who can make a difference” (SANDERCOCK, 1998b, p. 25).

possíveis preconceitos de classe, gênero ou etnia dos planejadores (FREITAS, 2019). Peter Hall (1988), por exemplo, reproduz incondicionalmente o conceito de uma subclasse urbana, ao culpar os mais pobres (especificamente as mulheres negras que criam seus filhos em famílias monoparentais) por suas condições de vida, e estigmatizá-los como perigosos, incompetentes e ignorantes. Tal responsabilização ignora tanto os padrões de desigualdade estrutural como também os efeitos das políticas de segregação engendradas pelas práticas de planejamento institucional, sancionadas pelo Estado. A esse respeito, Holston (1998, p. 46, tradução nossa) ressalta que a agenda do planejamento modernista deseja “uma dominação racional do futuro em que seu plano total e totalizador dissolve qualquer conflito entre a sociedade imaginada e a existente na coerência imposta de sua ordem”¹⁵. Todavia, nesse modelo, como lembra Guy Debord (1997), a grande maioria da população se torna espectadora passiva, pois a “sociedade do espetáculo” é a sociedade do monólogo, verdadeira fábrica de alienação.

Segundo Sandercock (1998b), a história é um campo contestado por ser sempre uma representação, uma reconstrução textual, e não um reflexo direto do passado. Nesse sentido, a autora (1998b, p. 7) chama a atenção para as omissões das principais correntes da história do planejamento. A começar, apenas os planejadores profissionalmente treinados são vistos como agentes históricos relevantes, o que restringira o campo, por muito tempo, a apenas homens brancos de classe média, uma vez que mulheres e negros foram, pelo menos até recentemente, sistematicamente excluídos das instituições de educação superior. Há ainda o predomínio de uma visão heroica do planejamento à custa da omissão de qualquer percepção crítica sobre os efeitos excludentes provocados pelas práticas de planejamento. São omitidas também as práticas que não são conduzidas através do Estado, às custas de todo o domínio do planejamento comunitário. Nesse sentido, Sandercock (1998b, p. 8, tradução nossa) questiona:

Onde estão as mulheres? Onde estão os americanos nativos, afro-americanos, mexicanos-americanos, japoneses e chineses

¹⁵ “(...) a rational domination of the future in which its total and totalizing plan dissolves any conflict between the imagined and the existing society in the imposed coherence of its order” (HOLSTON, 1998, p. 46).

americanos? Onde estão os gays e lésbicas? Onde estão eles, tanto como sujeitos — fazendo planejamento, contribuindo para a construção da cidade e da comunidade, pesquisando problemas urbanos — e como objetos (vítimas, se preferirem) da negligência ou do desejo dos planejadores de ter controle sobre as preocupações e interesses particulares desses grupos?¹⁶

Como contraponto à narrativa modernista, há uma tradição de resistência de comunidades urbanas que, excluídas do projeto de modernização hegemônico, produziram, em resposta, práticas alternativas de autoajuda, solidariedade e organização comunitária para se desenvolverem social e economicamente. Narrativas que testemunham a capacidade de cidadãos comuns de planejar em seu próprio nome, apesar das forças de exclusão, discriminação e marginalização que caracterizaram as políticas urbanas, por várias décadas, e que reforçaram barreiras e práticas de segregação social por raça através do zoneamento (SANDERCOCK, 1998b, p. 10). Como resposta à essas exclusões sistemáticas, a partir da década de 1980, houve uma proliferação de abordagens alternativas da história urbana, que tomavam como ponto de partida a diversidade étnica, reconhecendo as experiências díspares de classe e gênero nas cidades, e colocando as mulheres no centro e não na periferia da vida urbana. “As histórias de resistência às definições dominantes de ‘ordem’ e ‘higiene’ e ‘patologia’ tornam-se uma importante dimensão das histórias de planejamento insurgentes”¹⁷ (SANDERCOCK, 1998b, p. 19, tradução nossa), e o direito à cidade torna-se uma das principais demandas dos movimentos sociais, em todo mundo. Essas abordagens alternativas questionavam também a relação entre o planejamento e as contradições do desenvolvimento capitalista; a relação entre o planejador, os interesses de classe e o Estado; e a tendência do planejamento em atender às necessidades do capital.

¹⁶ “Where are women? Where are Native Americans, African Americans, Mexican Americans, Japanese and Chinese Americans? Where are gays and lesbians? Where are they, both as subjects — doing planning, contributing to city and community building, researching urban problems — and as objects (victims, if you like) of planners’ neglect or desire to have control over these groups’ particular concerns and needs in cities?” (SANDERCOCK, 1998b, p. 8).

¹⁷ “The stories of resistance to dominant definitions of “order” and “hygiene” and “pathology” become an important dimension of insurgent planning histories” (SANDERCOCK, 1998b, p. 19).

No atual contexto neoliberal, as cidades estão experimentando mais uma era de mudanças dramáticas, que exacerbam as desigualdades econômicas e as polaridades sociais, bem como as tensões étnicas e raciais (SANDERCOCK, 1998b, p. 19). Até então, no Brasil e em outros países da América Latina, o paradigma moderno fora aplicado somente a uma pequena parte das grandes cidades, chamada de cidade formal ou legal, e servira de instrumento ideológico para a formação de um mercado imobiliário excludente e especulativo e para ocultar a cidade real (MARICATO, 2013, p. 123). A partir da década de 1970, no entanto, a matriz do planejamento urbano modernista passa a ser desmontada pelas propostas neoliberais que acompanham as mudanças globais. Observa-se a expansão do poder das instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o BID, que passaram a propor sucessivas agendas para as cidades do Sul global, para abafar a influência do bloco comunista e minimizar o risco de insurreições populares nesses países. A primeira delas baseia-se em um modelo de urbanização com baixos padrões, guiado pela capacidade de pagamento individual (*ability to pay*), e não pelas necessidades habitacionais mínimas (*housing needs*), invertendo os postulados do urbanismo moderno de padrões universais, e advogando pela desregulação dos códigos de obra e uso do solo, ao invés das políticas de zoneamento (ARANTES, 2006, p. 65).

Como já descrito anteriormente, a partir dos anos 1980, com a crise da dívida na América Latina, o poder de barganha das agências multilaterais se amplia, através da coerção financeira, como parte das exigências dos acordos de renegociação da dívida. O Banco Mundial e o BID passam a difundir a mercantilização das cidades para atrair investimentos, o vocabulário corporativo e a prática de gestão empresarial, o corte de subsídios e a financeirização da moradia, construindo alternativas descentralizadas de mercado para o financiamento das cidades. Nessa lógica, as privatizações e Parcerias Público-Privadas (PPPs) seriam oportunidades para atrair investimentos privados na gestão urbana, preservando os recursos públicos para investir na área social (ARANTES, 2006, p. 67). No entanto, como demonstra David Harvey (1996), as privatizações e parcerias acabam sendo adotadas, quase sempre, para implementar infraestrutura urbana nos trechos das cidades de interesse do mercado, para ampliar a base de acumulação do capital. O que implica, na maioria das vezes, a apropriação de recursos públicos por atores privados e subsídios locais ao capital, ao invés de atender aos menos privilegiados. Nessa conjuntura, observa-se a ampliação da informalidade na atividade econômi-

ca, no mercado de trabalho e nos assentamentos urbanos, com a destruição dos princípios filosóficos do *welfare state*.

Enquanto isso, as instituições financeiras, em vez de responsabilizar os circuitos globalizados do capital e as políticas de ajuste, afirmam que o “planeta de favelas” resultara sobretudo da “má governança” (DAVIS, Mike, 2004, p. 11) dos governos locais, e passam a propagar o modelo de governança corporativa para tornar o setor público menor e mais eficiente. Conforme Dardot e Laval (2016, p. 17), “o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia, ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”, através de um sistema normativo generalizado que estende a lógica do capital e da concorrência a todas as relações sociais e a todas as esferas da existência humana. Assim, a empresa é promovida a modelo universal de subjetivação, e a generalização da concorrência passa a ser norma de conduta para a construção do “Estado-empresa”, da “cidade-empresa” e do “indivíduo-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379). Assistimos a uma individualização radical, que fabrica homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, produtivos, responsáveis pelas consequências de suas escolhas, sujeitos empreendedores de si, que estão em contínua competição com os demais sujeitos empreendedores, ao mesmo tempo que privatiza o risco social e precariza as relações de produção. Dessa forma, segundo David Harvey (2012, p.12), “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”.

Enquanto a exploração da mais-valia, no capitalismo fordista, se dava nas fábricas via força de trabalho, atualmente, dentro da lógica neoliberal, se dá em todo território urbano via capital em expansão. Trata-se da lógica da cidade-empresa, competitiva e lucrativa para o Estado e para o mercado; da especulação imobiliária; da flexibilização do controle de uso do solo; das políticas de revitalização que causam gentrificação; do uso da cultura em intervenções que expropriam o bem comum já existente; dos projetos para megaeventos; do planejamento estratégico que faz surgir novas centralidades urbanas, em regiões periféricas, para que o capital financeiro e imobiliário se expanda; e da redução de investimentos públicos onde não há mercado. Da mesma for-

ma, enquanto o tempo de exploração no capitalismo fordista referia-se ao tempo da jornada de trabalho, atualmente, no capitalismo neoliberal, ocupa todo o tempo de nossas vidas, haja vista capturar os desejos e as subjetividades da sociedade para reduzi-la a trabalhadores e consumidores obedientes, e, na maioria das vezes, endividados (RENA, 2016, p. 30). Ademais, segundo Harvey (2014, p. 17), enquanto as lutas, em tempos de capitalismo fordista, localizavam-se nas fábricas e eram organizadas pelos sindicatos para atender aos interesses do proletariado, as lutas em tempos de capitalismo neoliberal localizam-se nas metrópoles, a partir de movimentos sociais urbanos — ou como denomina Maria da Glória Gohn (2014) “novíssimos movimentos sociais”, múltiplos em suas aspirações e necessidades. Trata-se, portanto, de grupos menos organizados e fluidos do que solidamente implantados, como um conjunto de resistências ao neoliberalismo e à expropriação do comum.

Em contrapartida, para conter as insurreições populares e legitimar a lógica neoliberal de subordinação do poder público às exigências do capital internacional e local, o Estado-capital constrói um *sentimento de crise* para apaziguar conflitos internos e produzir consenso entre os principais atores públicos e privados, através da promoção de um *patriotismo cívico* (VAINER, 2013, p. 91). Além disso, mecanismos de participação passam a ser utilizados para despolitizar as lutas populares e estender o controle estatal dentro da sociedade, servindo mais como álibi para decisões elitistas e direcionadas pelo setor privado. Embora sejam convidados a participar, os cidadãos têm pouco ou nenhuma influência na tomada de decisões, muitas vezes já prefixadas a priori pelos técnicos, criando apenas uma ilusão de participação (MIRAFTAB, 2009; KAPP & BALTAZAR, 2012). Essa participação institucionalizada não é apenas insuficiente, mas perigosa, ao mascarar os conflitos e as desigualdades sociais, e forjar uma falsa simetria no poder de decisão e de força política. Ela não constitui um avanço em direção à autonomia coletiva e à democratização da produção do espaço, mas frustra e desgasta a confiança dos cidadãos em relação aos mecanismos democráticos (SOUZA, 2012). Ao se manter na esfera institucional, através de uma suposta lógica que desconsidera as contradições do espaço, o planejamento estratégico “conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania” (VAINER, 2013, p. 98).

Nessa conjuntura, a linguagem dos direitos sociais foi progressivamente

substituída pela linguagem da inclusão pelo consumo, mas sem traduzi-la em equidade redistributiva, para estabilizar as relações Estado-cidadão e alcançar a potência hegemônica do capital. Por essa razão, Miraftab (2009) defende que, para interromper as estruturas opressivas e alienadoras de “inclusão” e “participação” do neoliberalismo, as práticas de planejamento radical precisam ser insurgentes, fora das estruturas formais de representação. Enquanto o planejamento participativo, como entendido e praticado nas últimas décadas, guia-se na crença pelo modelo democrático liberal de cidadania e em seus canais representativos para cumprir a promessa de equidade de direitos, o planejamento insurgente descentraliza o papel da representação, e guia-se pela compreensão da cidadania como uma prática construída a partir de baixo, através da ação direta dos cidadãos. Conforme Miraftab (2009), as práticas insurgentes não buscam a inclusão formal, através da representação política; buscam a inclusão substantiva, através da autodeterminação. Essa mudança de perspectiva acaba por privilegiar a democracia direta sobre a democracia representativa. Enquanto na democracia representativa os cidadãos relegam a defesa de seus interesses a outros, sejam eles representantes políticos ou especialistas técnicos, na democracia direta, os cidadãos reconhecem a limitação dos direitos formais e se voltam para a participação direta nas tomadas de decisão que afetam suas vidas, buscando justiça.

Embora esses movimentos não ofereçam, de forma alguma, um plano urbanístico, suas práticas são fundamentais para obstruir a besta da ganância urbana. Essas práticas podem ou não permanecer válidas para outra luta, outro tempo e lugar, mas necessitamos inventar novas formas de ação, compartilhá-las, criar um repertório, um idioma de planejamento (para usar os termos de Ananya Roy) para empurrar os limites da imaginação e evocar um futuro alternativo que seja pela justiça espacial.
(MIRAFTAB, 2009, p. 373)

Para Miraftab (2009), as práticas insurgentes são emancipatórias, pois não se limitam aos espaços de cidadania “convidados”, arenas sancionadas pelo Estado de participação do cidadão, mas vão além para tomar decisões e atuar em espaços de cidadania “invadidos” e inventados pela ação direta coletiva, muitas vezes com práticas de oposição que respondem a contextos e questões específicas. Contudo, a autora (2016) alerta que as instituições de poder, tais como o Estado, a grande mídia e as corporações dominantes, buscam sistematicamente colocar no ostracismo e criminalizar os espaços inventados,

considerando somente os espaços convidados como apropriados para a participação dos cidadãos. Para se proteger da tendência dominante de repressão e cooptação, o ativismo insurgente necessita reinventar constantemente seus espaços de ação através de “práticas de ruptura e criação”, pois, conforme Marcelo Svirsky (2010, apud MIRAFTAB, 2016), “está sempre em risco de ser sitiado e contido pelo organismo de Estado”. Miraftab (2009) enfatiza, no entanto, que não se trata de celebrar ingenuamente toda e qualquer ação insurgente e de oposição como inerentemente boas e democráticas, mas ser guiado por um pensamento crítico e historicizado, que reconhece a luta pelo poder dentro das práticas de planejamento.

Conforme Roy (2009, p. 09, tradução nossa), a “insurgência frequentemente se desdobra em um contexto de informalização onde a relação entre legalidade e ilegalidade, o reconhecido e o criminalizado, o incluído e o marginalizado, é precisamente a causa da contra-política”¹⁸. Para promover a transformação social, as práticas de planejamento insurgentes são orientadas por três princípios: contra hegemonia, transgressão e imaginação (MIRAFTAB, 2009, p. 46). São práticas contra-hegemônicas por desestabilizar as relações de dominação, exercendo pressão para que se amplie o poder de decisão dos cidadãos sobre certas porções urbanas, priorizando a luta por fora das dimensões do Estado. São práticas transgressoras (no tempo, no espaço e na ação), pois transgridem os limites do tempo através de uma consciência historicizada, transgridem as fronteiras nacionais ao construir solidariedades transnacionais de pessoas marginalizadas, e transgridem as dicotomias entre espaços de cidadania convidados e inventados. E são práticas imaginativas, pois buscam descolonizar o futuro, para conceber uma sociedade mais justa a partir das experimentações e das lutas do presente, e desmistificar a ilusão de que não há alternativas ao neoliberalismo — contrariando o discurso “*there is no alternative*” (TINA) proclamado por Margaret Thatcher e amplamente divulgado.

1.3 Lutas urbanas: entre a luta institucional e a ação direta

Tendo como foco o protagonismo dos moradores urbanos na produção do

¹⁸ “Insurgence often unfolds in a context of informalization where the relationship between legality and illegality, the recognized and the criminalized, the included and the marginalized, is precisely the cause of counter-politics” (ROY, 2009, p. 09).

espaço, Souza (2006a, 2006b, 2012) faz uma distinção conceitual entre movimentos sociais urbanos e outras formas de ação coletiva, tais como os ativismos sociais urbanos. Estes, para o autor (2006b), são um conjunto mais amplo de ações coletivas organizadas, pautadas no “direito à cidade” e relativamente duradoras, que se contraponham às dinâmicas sócio-espaciais dominantes. Como exemplo, Souza (2006b, p. 286) destaca o ativismo de bairro, que pode ser classificado entre uma luta de bairro — com reivindicações mais pontuais, representada por atores instituídos, como associações de moradores — e uma luta a partir do bairro — menos suscetível à cooptação e com horizontes mais amplos. Já os movimentos sociais seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, por articularem questionamentos específicos locais e questionamentos estruturais, relativos a problemas nacionais e internacionais.

Diferente de um ativismo local “paroquial”, que opera mais ou menos como um mero grupo de pressão, a fim de preservar certos privilégios ou obter alguns ganhos no quadro geral do status quo econômico e político, e sem criticar o status quo como tal, os movimentos sociais atuam como “particularismos militantes”, que são, ao mesmo tempo ligados a experiências de lugares específicos e comprometidos com valores éticos “universais” mais gerais e objetivos políticos mais amplos. (SOUZA, 2006a, p.340, tradução nossa).¹⁹

Nesse sentido, os movimentos sociais seriam capazes de “construir pontes entre conjunturas e estruturas”, questionando a produção hegemônica do espaço urbano e desenvolvendo alternativas ao planejamento heterônomo. Nas décadas de 1970 e 1980, tanto o ativismo de bairro como o de favela tinham potencial semelhante, pois eram capazes de pressionar o Estado, travando lutas universais pelo “direito a ter direitos”. Contudo, com a redemocratização, a emergência dos canais participativos levou muitos dos ativismos de bairro a especializarem-se na luta institucional, incorporando-se ao aparato estatal

¹⁹ “However, different from a ‘parochial’ local activism which operates more or less as a mere pressure group in order to preserve certain privileges or obtain some gains in the general framework of the economic and political status quo, and without criticizing status quo as such, social movements act as ‘militant particularisms’ which are at the same time imbedded in place-specific experiences and committed to more general, ‘universal’ ethical values and broader political goals” (SOUZA, 2006a, p.340).

(GOHN, 2014). Souza ressalta que, especialmente a partir dos anos 1990, as associações de bairro perderam a eficácia política que tinham e, atualmente, permanecem como “[...] corporativismo territorial para os moradores da classe média ou como estruturas para barganhas políticas (troca de votos por pequenos favores) por parte dos pobres — ou mesmo (e cada vez mais) como instrumentos nas mãos de traficantes de drogas nas favelas” (SOUZA, 2006a, p.331, tradução nossa)²⁰. Por sua vez, a partir de então, as organizações não-governamentais (ONGs) passam a preencher a lacuna assistencialista criada pelo neoliberalismo, seguindo o léxico empresarial de eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades, ou propondo soluções temporárias dentro do espírito da filantropia empresarial e das parcerias com o poder público (GOHN, 2000).

Souza e Rodrigues (2004) sintetizam as principais causas da crise dos ativismos de bairro no Brasil: o comportamento demagógico e populista de muitos políticos à frente das administrações públicas, ao oferecer medidas paliativas e compensatórias, que podem “domesticar” e desmobilizar o ativismo; a cooptação de lideranças com o objetivo de criar “currais eleitorais”; o personalismo nas organizações, com a monopolização das decisões; o “clientelismo” entre associações e políticos; a crise econômica dos anos 1980 e o aumento do desemprego, dos anos 1990 até os dias de hoje, que diminuem o tempo e a quantidade de recursos disponíveis para a sobrevivência individual e familiar, dificultando o engajamento em associações; e o controle imposto pelo tráfico de drogas nas favelas.

Alastra-se a crise, que poderia, talvez, ser caracterizada como um “estado de coma”. As organizações dos ativismos, quando não definham, entram em colapso e retrocedem a uma espécie de miserável “vida vegetativa” [...], começando a tentar mimetizar o “formato ONG” [...] ou escorar-se em articulações com o Estado e em canais participativos oficiais para tentar sobreviver.

²⁰ “[...] neighbourhood associations are usually nothing else than clientelistic, serving as bastions of ‘territorial corporatism’ for middle-class residents or as structures for political bargaining (exchange of votes for petty favours) on the part of the poor—or even (and increasingly) as instruments in the hands of favela-based drug traffickers” (SOUZA, 2006a, p.331).

O que se segue é uma grande onda de cooptação: a perspectiva de “ser governo” ou de participar de uma parceria com o Estado no âmbito de institucionalidades como os conselhos gestores e orçamento participativo acaba colaborando para o desarmamento e a “domesticação” de muitas organizações de ativismos. (SOUZA, 2006b, p. 282).

Por essa razão, dentro do espectro explorado pelos movimentos emancipatórios, Marcelo Lopes de Souza (2012) questiona: qual é o valor tático de se utilizar canais institucionais do aparato do Estado para tentar promover certos avanços ou evitar determinados retrocessos? Quais os riscos e armadilhas tal uso tático pode trazer consigo? Como reduzir esses riscos? A luta institucional pode ser complementar à ação direta ou é a sua antítese? É sensato simplesmente ignorar o aparelho de Estado? Como os movimentos sociais devem atuar: junto ao Estado, apesar do Estado ou contra o Estado? Antes de adentrar a essa discussão, o autor (2012) esclarece os significados e as diferenças entre a ação direta e a luta institucional: a primeira compreende o conjunto de práticas que não tem vínculo institucional ou econômico com instâncias estatais, e que são conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado; a última, por sua vez, designa práticas que usam canais institucionais e recursos estatais, tais como conselhos gestores e orçamentos participativos.

Souza (2012) diferencia também três posturas concorrentes no campo crítico-radical: estadocêntrica, estadófoba e estadocrítica. A perspectiva estadocêntrica é devidamente representada pelos leninistas, que se engajaram na construção de um Estado socialista, sem proceder a uma crítica do Estado em si, se organizando segundo formatos hierárquicos e centralizados. A estadófoba é representada pelos anarquistas clássicos, que rejeitavam radicalmente o aparelho de Estado em geral e, salvo algumas exceções, desqualificavam completamente a luta institucional. A estadocrítica, por sua vez, é representada por diversos autores autonomistas e neoanarquistas, como Cornelius Castoriadis e Murray Bookchin, que perceberam que não seria possível simplesmente ignorar o Estado, mas encontrar brechas na estrutura política vigente que propiciem práticas transformadoras não partidárias, sem que se perca de vista os problemas da estrutura heterônoma do aparelho estatal.

Sob esta luz, Souza (2012) argumenta que o Estado é a principal estrutura de ordem heterônoma, por ser, ao mesmo tempo, expressão da manutenção de

uma assimetria de poder, e de uma hierarquia institucionalizada e rígida, que divide a sociedade entre dirigentes e dirigidos. Entretanto, a crítica à heteronomia do aparato estatal não implica, pura e simplesmente, ignorá-lo. A luta institucional pode ser inevitável ou necessária para os movimentos sociais em determinadas circunstâncias (SOUZA, 2006a, p. 335). Ainda segundo o autor (2006), o Estado não é um tipo de estrutura monolítica, sem fissuras ou contradições internas, mas deriva das correlações de forças existentes na sociedade, e está sujeito a apresentar, conjunturalmente, oscilações controladas por forças mais ou menos progressistas. Tais contradições internas, oferecem pontos vulneráveis e, a depender da conjuntura, potencialidades a serem ocasionalmente exploradas pelos movimentos sociais na luta institucional, para criar ou explorar brechas na legislação e nas instituições vigentes.

Souza (2012) esclarece, entretanto, que os movimentos sociais emancipatórios colocam em risco a sua autonomia quando atuam junto com o Estado, mesmo quando este é conduzido por governos progressistas, devido à tendência de enquadramento de suas experiências pelo aparato estatal e pelos vícios político-partidários mais corriqueiros. Ademais, os processos de participação institucionalizados podem ser uma armadilha que anula o potencial transformador das práticas dos movimentos, através da “cooptação estrutural” (SOUZA, 2006a, p. 335). Por essas razões, o autor defende que as táticas institucionais devem se dar com muita precaução, e até mesmo temor, pois, estruturalmente, o Estado não serve à liberdade, mas sim à sua restrição e, em casos limites, até à sua supressão. Ainda segundo o autor (2006), como o Estado é uma estrutura heterônoma, os movimentos sociais devem optar pela luta apesar do Estado e, principalmente, contra o Estado. Desse modo, a atuação com o Estado só pode ser, na melhor das conjecturas, algo subordinado à ação direta, profundamente crítica e seriamente exigente no que se refere a qualquer utilização de canais estatais. Assim, é a ação direta que deve direcionar e delimitar a luta institucional, e não o contrário. A luta institucional é apenas uma possibilidade, enquanto a ação direta será sempre uma necessidade (SOUZA, 2006a). Dessa forma, para Souza (2012), a sabedoria dos movimentos passa por discernir com apurado senso crítico e advertência a utilidade de certos canais de participação institucionalizada, desde que estejam preparados para tirar proveito de certas margens de manobra com cautela, em vez de serem triturados e cooptados pelo Estado.

1.4 Das limitações da democracia representativa à democratização da democracia

Quando se confundem cidadão e consumidor, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos sociais. Até mesmo a política passa a ser uma função do consumo. Essa segunda natureza vai tomando lugar sempre maior em cada indivíduo, o lugar do cidadão vai ficando menor, e até mesmo a vontade de se tornar cidadão por inteiro se reduz. (SANTOS, 1987 p. 69)

Conforme Milton Santos (2008), em sua obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, no mundo globalizado, o consumo, a competitividade, e a confusão dos espíritos constituem a base do presente estado de coisas, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia, enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado. Nesse sentido, a competitividade controla nossas formas de ação. O consumo controla nossas formas de inação. E, por sua vez, a informação totalitária e a confusão dos espíritos que se instala obstruem o nosso entendimento do mundo, do nosso país, da sociedade e de cada um de nós mesmos.

Santos (2008) nos apresenta três visões do mundo globalizado: visto como fábula, tal como nos fazem crer; visto como perversidade, tal como ele é; e o mundo como ele pode ser, mediante uma globalização mais humana. A globalização como fábula relaciona-se aos mitos que a cercam, como a aldeia global — para fazer crer que a disseminação instantânea de notícias realmente informa os cidadãos; a contração do espaço e do tempo — a partir do encurtamento das distâncias, como se o mundo tivesse se tornado ao alcance da mão de todos; a existência de uma cidadania universal e, por sua vez, de uma humanidade desterritorializada; e o mito que a “morte do Estado” melhoraria a vida dos homens e da própria democracia. Com efeito, fala-se “com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil” (SANTOS, Milton, 2009, p.19). Nesse sentido, a globalização tal como é apresenta-se como uma fábrica de perversidades para grande parte da humanidade, e está baseada em duas violências: a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro como motor central da vida econômica e social. Essas violências são os

alicerces do sistema ideológico que justifica as “ações hegemônicas” e nos leva ao “império das fabulações”, a “percepções fragmentadas” e ao “discurso único do mundo”, base para os novos totalitarismos, a partir da adesão desenfreada aos comportamentos competitivos, enquanto o culto ao consumo é estimulado. Todavia, Santos (2018, p.176) acrescenta que “a globalização atual não é irreversível” e que podemos construir uma nova história, mediante uma globalização mais humana. A emergência de contra-racionalidades, produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os mais pobres, constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, podendo basear-se nas mesmas técnicas hoje utilizadas pelo grande capital para construir a globalização perversa, mas, dessa vez, para veicular valores humanos e superar a tirania do dinheiro e da informação.

Ainda segundo o autor (2009, p. 57), a competitividade como parte do sistema ideológico, que justifica o processo perverso de globalização, extrapola as relações entre as empresas e o Estado, e apresenta-se no comportamento cotidiano utilitarista, narcisista, imediatista e egoísta da sociedade, pois a competição nesse estágio “provoca o afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência” (SANTOS, 2009, p. 57). Eis, portanto, o que Santos denomina como violência estrutural, na qual o dinheiro, a competitividade e a potência em estado puro levam-nos a um “globalitarismo”, ou seja, uma globalização totalitária. O comportamento bélico derivado do grau violento de competição assimilado nas relações cotidianas, seja entre indivíduos, instituições ou empresas, em que o outro é um empecilho à busca dos fins desejados, leva a mais uma grave consequência social: a corrupção.

Essa guerra como norma justifica toda forma de apelo à força, a que assistimos em diversos países, um apelo não dissimulado, utilizado para dirimir os conflitos e consequência dessa ética da competitividade que caracteriza nosso tempo. Ora, é isso também que justifica os individualismos arrebatadores e possessivos: individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem da política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). (SANTOS, 2009, p.47).

Dentro desse quadro, há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, com o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado. Isso se dá à medida que cresce o papel político das empresas na regulação da vida social. Com isso, o discurso predominante é o neoliberal, do Estado mínimo, para uma maior liberdade da produção e do consumo. Contudo, como se trata de um “capitalismo monopolista”, cada vez menos empresas beneficiam-se desse discurso, enquanto que, como consequência, aumenta-se a desigualdade entre os indivíduos. Esse sistema ideológico, como tratado anteriormente, não poderia ocorrer sem a importante participação das mídias, que ignoram o “debate civilizatório” pelo “discurso único do mercado”, o qual tem por trás dos ditos marketing e estratégia, o engodo e o cinismo. Com isso, a ética, a solidariedade e a própria política entram em colapso, uma vez que os objetivos pragmáticos do convencimento publicitário solapam a “moralidade pública”.

Enquanto Santos (2008) aborda os aspectos econômicos da globalização, analisando o papel das empresas na internacionalização do capital, Anthony Giddens (2003), em *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*, argumenta que a globalização é um fenômeno cada vez mais descentralizado, não submetido ao controle de nenhum grupo de nações, e menos ainda das grandes empresas. Para Giddens (2003), a globalização não é um processo singular, mas um conjunto complexo de processos, que operam de uma maneira contraditória ou antagônica. Com a globalização, o mundo deixa de ser “familiar”, com todas as consequências liberadoras e perturbadoras desse fato, afetando não apenas a ordem financeira mundial, mas até os aspectos mais íntimos e pessoais de nossas vidas, como uma “revolução verdadeiramente global da vida cotidiana”. Nesse sentido, a globalização incide em esferas da vida social até então intocadas como, por exemplo, os sistemas tradicionais de família e de gênero, à medida que as mulheres reivindicam maior igualdade. Quanto à democracia, Giddens (2003, p. 83) afirma que o avanço tecnológico dos veículos de informação também fornece ferramentas para uma maior conscientização dos cidadãos, se comparados com os tempos anteriores. Por outro lado, tem-se uma maior insatisfação nas democracias até então estabelecidas. Quanto a isso, Castells (2018) observa que à medida que um número crescente de pessoas descredita na democracia liberal, uma grande maioria ainda defende o ideal democrático, no entanto:

precisamente porque as pessoas querem crer na democracia, o

desencanto é ainda mais profundo em relação à forma como vivem. E desse desencanto nascem comportamentos sociais e políticos que estão transformando as instituições e as práticas de governança em toda a parte (CASTELLS, 2018, p.13).

Assim, a informação pode ser utilizada para instruir e para convencer. Contudo, o convencimento como uma prática publicitária, a partir da mediação tecnológica através do mercado, encontra-se mais presente, já que a publicidade antecipa a produção, assim como o discurso antecipa a ação. Desse modo, a competição pela hegemonia faz com que a informação do convencimento se torne dominante em relação à instrução. Visto que os progressos técnicos permitiram pensar o mundo próximo ao instantâneo, mas essa velocidade não está ao dispor de forma igualitária a todos (SANTOS, 2009, p. 28). Nesse sentido, Giddens (2003) parece coadunar com Santos (2008), ao acrescentar que a mídia, em particular a televisão, tem uma dupla relação com a democracia:

Por um lado, como enfatizei, a emergência de uma sociedade global da informação é uma poderosa força democratizante. Por outro lado, a televisão e os outros meios de comunicação tendem a destruir o próprio espaço público que abrem, mediante uma incansável banalização e personalização das questões políticas. Além disso, o crescimento de gigantescas empresas multinacionais de comunicação significa que magnatas não eleitos podem deter enorme poder. (GIDDENS, 2003, p. 87).

Castoriadis (1999a, p. 71) acrescenta que, se a democracia liberal é o regime no qual a esfera pública se torna verdadeira e efetivamente pública, pertencente e aberta à participação de todos, ela de fato não existe, pois, na prática, “o essencial dos negócios públicos é sempre negócio privado de diversos grupos e clãs que dividem entre si o poder efetivo, as decisões são tomadas por trás dos panos, e o pouco que é levado à cena pública é maquiado, pré-condicionado e tardio até a irrelevância”, caracterizando-se mais como uma oligarquia liberal do que como uma democracia. Nesse sentido, o mito da expertise política, que é a base da democracia representativa, desconsidera que só se aprende a decidir por si mesmo, “executando o poder político, discutindo, tomando decisões” (CASTORIADIS, 1997, p. 30). Com efeito, conforme Castells (2018, p. 10), não se pode afirmar que a democracia é representativa, a menos que os cidadãos pensem que estão sendo representados. Se for rompido esse víncu-

lo subjetivo entre os governados e os governantes, tem-se o colapso gradual de um modelo político de representação, que, por mais simples que pareça, foi construído nos últimos séculos à custa de lágrimas, suor e sangue. Embora esse desajuste possa ser autocorrigido na democracia liberal a partir da “pluralidade de opções” e das eleições, Castells (2018) demonstra que as escolhas se limitam “àsquelas opções que já estão enraizadas nas instituições e nos interesses criados na sociedade”, o que inibe a participação de novos candidatos que pretendem ingressar em uma estrutura já um tanto quanto embarreirada. A respeito dessa concentração de poder a partir de pequenos grupos, o autor complementa:

Os partidos podem diferir em políticas, mas concordam em manter o monopólio do poder dentro de um quadro de possibilidades preestabelecidas por eles mesmos. A política se profissionaliza, e os políticos se tornam um grupo social que defende seus interesses comuns acima dos interesses daqueles que eles dizem representar: forma-se uma classe política, que, com honrosas exceções, transcende ideologias e cuida de seu oligopólio. (CASTELLS, 2018, p. 10).

O autor (2018, p. 14) acrescenta que a crise da democracia liberal resulta de vários fatores que se acentuam reciprocamente. A globalização da economia e da comunicação abalou as economias locais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder a questões que vão além de suas fronteiras, como a crise financeira, o terrorismo, a violação de direitos humanos, a mudança climática. Considerando, porém, o paradoxo que foram os próprios Estados que estimularam o processo de globalização, desmantelando as regulações e fronteiras a partir década de 1980, nas administrações de Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Para expandir o grau de competitividade de seus países, criaram “o Estado-rede”, baseado no acordo institucional dos Estados-nação, que “se transformam em nós de uma rede supranacional para a qual transferem soberania em troca de participação na gestão da globalização”, a exemplo da União Europeia (CASTELLS, 2018, p. 15). Como consequência, observa-se que quanto mais o Estado-nação se distancia da nação que ele representa diretamente, maior a crise de legitimidade política na mente dos cidadãos, mantidos completamente à margem de decisões que afetam suas vidas. Na raiz dessa crise está a crise do capitalismo financeiro global, transformada em crise econômica e de emprego, que explodiu nos Estados Unidos e na Europa em meados de 2008, como consequência da imposição do capital

virtual especulativo sob a capacidade produtiva da economia de bens e serviços. Essa “espiral especulativa fez colapsar uma parte substancial do sistema financeiro e esteve prestes a gerar uma catástrofe sem precedentes. À beira do precipício, os governos, com nosso dinheiro, salvaram o capitalismo” (CASTELLS, 2018, p. 16). Não obstante, enquanto vários sacrifícios foram impostos aos cidadãos como forma de sair da crise, em cada canto do mundo, começou-se a denunciar uma série de casos de corrupção política que acabou por romper radicalmente a confiança nas classes políticas e nos partidos. Para Castells (2018), embora talvez a corrupção tenha sido sempre sistêmica, ela aprofunda-se no modelo neoliberal triunfante, com a “ideologia do consumo como valor” e do “dinheiro como medida do sucesso”, centrado no indivíduo para alcançar seus fins.

Por outro lado, tem-se a “política do escândalo”, a qual tem como objetivo destruir a confiança em determinados políticos a partir do questionamento moral, de injúrias e de difamações nem sempre verdadeiras, muitas vezes manipuladas ou até fabricadas. Embora os efeitos dessa estratégia sejam indeterminados para os resultados de eleições, a desconfiança a respeito da moral do conjunto de políticos passa ser generalizada e comprometedora para a legitimidade da democracia (CASTELLS, 2018, p. 20). Essa insatisfação, segundo o autor, faz com que a maioria dos habitantes do planeta desacreditem na representatividade dos políticos, uma vez que os governos são associados à corrupção, à injustiça, à burocracia e à opressão. Os partidos, por sua vez, representam seus próprios interesses, como o da manutenção do poder pelo poder, e que, portanto, mantêm parlamentares que não representam àqueles que os elegeram.

E como num mundo de redes digitais em que todos podem se expressar não há outra regra além da autonomia e da liberdade de expressão, os controles e censuras tradicionais se desativam, as mensagens de todo tipo formam uma onda bravia e multiforme, os bots multiplicam e difundem imagens e frases lapidares aos milhares, e o mundo da pós-verdade, do qual a mídia tradicional acaba participando, transforma a incerteza na única verdade confiável: a minha, a de cada um. (CASTELLS, 2018, p. 21).

Castells (2018) acrescenta ainda que o medo dos efeitos da globalização incita a população a buscar refúgio no projeto messiânico de nacionalismo. Com o medo da violência e do terrorismo, surge a política do medo. A saber, o de-

sejo de proteção dos cidadãos é utilizado deliberadamente para estabelecer um estado de emergência permanente, que corrói, bem como nega, as liberdades civis e as instituições democráticas. O multiculturalismo e a imigração, dimensões essenciais da globalização, induzem os cidadãos a afirmarem sua “comunidade identitária”, sua religião, seu grupo étnico. Assim, nos EUA, por exemplo, de repente, os homens brancos perceberam que ninguém defendia sua identidade específica. Nesse caldo de cultura se desenvolveram grupos racistas, neonazistas e antissemitas, que até então estavam na penumbra e viram chegar seu momento, em 2016. Por sua vez, em diversos países, as desconfianças nas instituições e nos partidos políticos conduzem a uma busca por novas lideranças que se apresentam falsamente como antissistemas e *outsiders* da política, mas que se comportam como homens do sistema. Ainda conforme Castells (2018), atrelada a essas questões, a crise dessa velha ordem política adota também a manipulação midiática da frustração das expectativas de renovação democrática que irromperam por toda parte do mundo, entre 2011 e 2013, por “encantadores de serpentes” (CASTELLS, 2018, p. 111).

Em todas as sociedades, os setores sociais mais vulneráveis são os que reagem, movidos pelo medo, à mais poderosa das emoções, e se mobilizam em torno daqueles que dizem aquilo que o discurso das elites não lhes permite dizer. Daqueles que, sem rodeios, articulam um discurso xenófobo e racista. Daqueles que apelam para a força do Estado como forma de resolver as ameaças. Daqueles que simplificam os problemas mediante a oposição entre o em cima e o embaixo. E daqueles que denunciam a corrupção imperante em todo canto, embora em muitos casos eles e elas façam parte dessa mesma corrupção. (CASTELLS, 2018, p. 29).

Esses caudilhos narcisistas servem-se da democracia, mas não servem à democracia. Nesse sentido, Levitsky e Ziblatt (2018) organizaram características que ajudam a reconhecer governos autoritários, que geralmente alcançam alto índice de popularidade em tempos de crise econômica, são elas: rejeição às regras democráticas; negação da legitimidade dos oponentes; tolerância e incentivo à violência; indícios de restrição a liberdades civis de oponentes, o que inclui a própria mídia. Esses líderes apresentam propostas de aparente renovação do quadro político, cujas promessas pautam-se na negação de princípios básicos de direitos humanos, vistos como “privilégios de bandidos”, e na utilização da violência para alcançarem interesses que muito mais

alinham-se aos privados. Isso se dá também a partir da “consolidação de máfias no poder” e de “teocracias fundamentalistas, aproveitando as estratégias geopolíticas dos poderes mundiais” (CASTELLS, 2018, p. 111). No Brasil, a singularidade desses processos é a mistura tóxica entre neoliberalismo e conservadorismo religioso. A violência associada ao racismo de Estado, assim como à misoginia e à homofobia, instaurada como estratégia do biopoder e da biopolítica, ao que Achille Mbembe (2018) descreveu como “necropolítica”, e o desrespeito aos direitos civis constituem uma das principais dimensões da democracia disjuntiva do país. Em 2016, um golpe institucional instaurou-se no Brasil, assegurando e aprofundando tanto a “crise de representação” quanto a “crise de participação”, estabelecendo uma democracia de tão baixa intensidade que facilmente se confunde com antidemocracia, que tem como contrapartida o “fascismo social”, para utilizar os conceitos de Boaventura de Sousa Santos (2016). Atualmente, ainda vivemos uma conjuntura ainda mais perigosa, em uma onda ultraconservadora, populista e fundamentalista, que procura sobretudo polarizar a sociedade de uma maneira antidemocrática, através da política do ódio e da manipulação da opinião pública.

Mas por que a democracia é tão vulnerável a quem a vai minando? Para responder a essa questão, Santos (2018, p. 309) analisa a crise do modelo democrático que está em vigor em grande parte do mundo a partir de algumas questões. A primeira é que a democracia liberal se ocupa apenas da relação vertical entre o cidadão e o Estado, sazonal a cada período de eleição, enquanto a relação política horizontal, entre os cidadãos, que acontece no cotidiano de nossas vidas, fica fora do espectro. A outra ameaça consiste na imposição do “constitucionalismo global” do neoliberalismo, com normativas próprias, ao constitucionalismo nacional. O terceiro problema encontra-se na destruição do equilíbrio entre os poderes, fundamentalmente em favor do executivo. Ademais, observa-se que a condução política deixa de ser determinada pelas opções dos cidadãos e passa a ser determinada pelo poder econômico das sociedades, pervertendo a democracia através da corrupção, enquanto o poder judiciário fracassa ao permitir a impunidade. Outro fator de debilitação deste modelo é a discrepância, cada vez mais grave, entre os programas eleitorais e as atividades políticas dos partidos quando chegam ao poder. Arelada a essas questões:

[...] a democracia neoliberal dá total primazia ao mercado dos valores econômicos e, por isso, o mercado dos valores políticos

tem de funcionar como se fosse um mercado de ativos econômicos. Ou seja, mesmo no domínio das ideologias e das convicções políticas, tudo se compra e tudo se vende. Daí a corrupção endêmica do sistema político, corrupção não só funcional, como necessária. A democracia, enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto (SANTOS, 2016, p. 21).

Ademais, os princípios básicos de democracia — igualdade legal, liberdade política e civil, autonomia política e inclusão universal — foram resignificados com critérios de mercado, como eficiência e rentabilidade, corroendo os direitos sociais do cidadão (BROWN, 2012). Quanto a isso, Dardot e Laval (2016, p. 382) questionam: “Quando o desempenho é o único critério de uma política, que importância tem o respeito à consciência e à liberdade de pensamento e expressão? Que importância tem o respeito às formas legais e aos procedimentos democráticos?”. A racionalidade neoliberal promove seus próprios critérios de validação, que não correspondem em nada com os princípios morais e jurídicos da democracia liberal. Ao contrário, enquanto doutrina, o neoliberalismo produz essencialmente um antidemocratismo. Para os autores (2016, p. 379), a racionalidade neoliberal, como racionalidade dominante que invade todas as dimensões da existência humana, corrói os fundamentos da democracia liberal, ao: (i) diluir o direito público em benefício do direito privado; (ii) submeter a ação pública aos critérios de rentabilidade e de produtividade; (iii) promover o cidadão-consumidor e atentar diretamente contra a lógica democrática da cidadania social, reforçando padrões de exclusão que fabricam um número crescente de subcidadãos e não cidadãos; (iv) subverter a relação entre governantes e governados; (v) levar a cabo reformas sem deixar claro quais os resultados se tentam obter por essa ação sobre a sociedade; (vi) questionar os direitos até então ligados à cidadania, como o direito à proteção social e os direitos trabalhistas; (vii) privatizar os bens públicos, assim como afetar os princípios de sua distribuição.

Dardot e Laval (2016, p. 396) apontam ainda como resistir à racionalidade dominante, que aprisiona o cidadão na “jaula de aço” que ele próprio construiu para si. Para os autores, o único caminho possível é promover desde já formas de subjetivação alternativas ao modelo de empresa. Nesse sentido, para ultrapassar a lógica disciplinar e antidemocrática do capital financeiro internacio-

nal é preciso desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação para atuar a partir das experimentações e das lutas do presente (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 09). O princípio do bem comum que emana das experiências dos movimentos sociais e das lutas emancipatórias por justiça social remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal, capazes de transformar o conjunto das relações sociais. Essa nova razão que emerge das lutas — a qual os autores denominam de outra razão do mundo — faz prevalecer o autogoverno democrático sobre a heteronomia do comando hierárquico.

Nessa conjuntura, a pesquisa tem por pressuposto que as práticas de planejamento insurgentes podem ser lidas como vetores de politização para a contínua democratização da produção do espaço, no seu sentido radical, para levar a democracia e a inclusão para além da formalidade. Tais práticas abrem um campo de experimentação para que diferentes coletividades ampliem os repertórios de ação e construção de narrativas, no processo contínuo de tentativa e erro. Ainda que de forma pontual e temporária, os processos de auto-organização de coletivos urbanos podem desafiar tanto as relações capitalistas quanto a condução dos processos de planejamento heterônomo, criando condições para que os moradores urbanos participem das tomadas de decisão que afetam suas vidas, de forma coletiva e autodeterminada. Essa autodeterminação não desculpa o Estado de suas responsabilidades, nem mesmo o defende diante das ondas de neoliberalização, mas o disputa com o capital, para que volte a se colocar sob o controle democrático do povo (HARVEY, 2014). Para compreender esses processos, a pesquisa parte de uma experiência local, para refletir sobre as possibilidades e os desafios das diversas formas de ação coletiva ligadas ao direito à cidade.

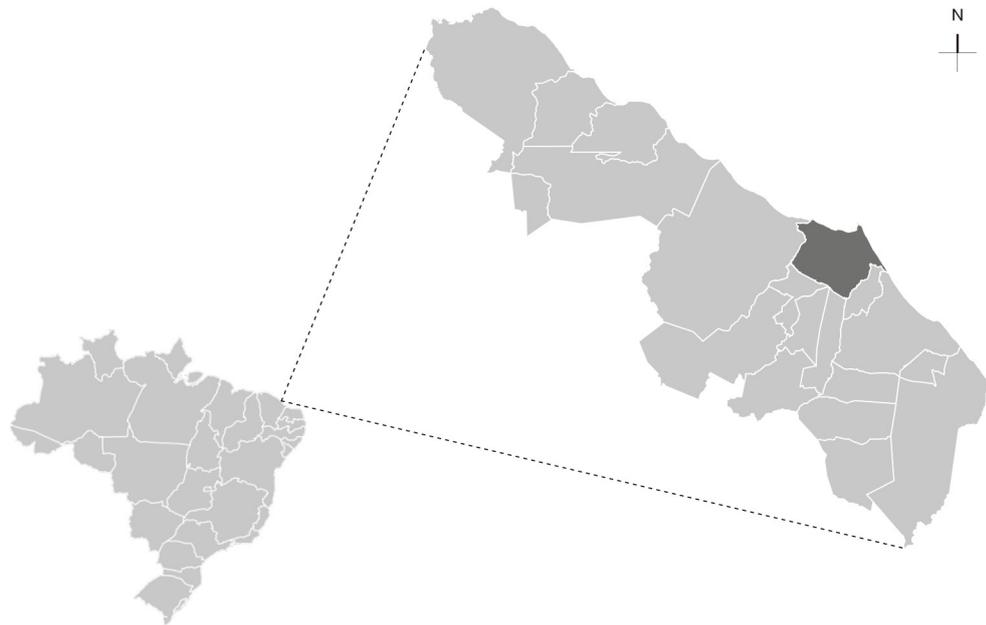


capítulo 2

PLANEJAMENTO URBANO E EXCLUSÃO TERRITORIAL: OS CASOS DE FORTALEZA E DO POÇO DA DRAGA

Fortaleza é a capital do estado do Ceará, localizada na região nordeste do Brasil, e a mais populosa dentre os 18 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (Mapa 01). A cidade possui aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, segundo estimativas do IBGE (2018), sendo a 5ª maior cidade do Brasil em termos populacionais e a mais densamente povoada, com 7.786,44 habitantes por km² (IBGE, 2010). Dos 711.470 domicílios contabilizados na cidade, 109.122 foram categorizados como subnormais¹, abrigando 396.370 pessoas, aproximadamente 16% da população (IBGE, 2011a). Estes números tornam-se ainda mais expressivos à luz do conceito de assentamento precário trazido pelo Ministério das Cidades, que avança no dimensionamento destes espaços. O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS-FOR/2011), alinhado com este conceito, mapeou que 32% dos domicílios da cidade são assentamentos precários, que abrigam o expressivo número de 1.077.059 habitantes, aproximadamente 44% da população (Mapa 02). Atualmente, Fortaleza também figura como a quinta cidade mais desigual do mundo, de acordo

¹ O IBGE define Aglomerado subnormal como “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa” (IBGE, 2011a). Estes dados, porém, findam por subdimensionar os assentamentos precários com menos de 51 unidades habitacionais, além de não incluir a maioria dos loteamentos irregulares de periferia e conjuntos habitacionais deteriorados, bem como são restritos pela falta de informações fornecidas pelos municípios ao IBGE sobre estes espaços (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010). Além de considerar estes aspectos inexplorados pelo IBGE, os dados do Ministério das Cidades avançam por considerar o perfil socioeconômico dos moradores.



Mapa 01. Localização de Fortaleza na Região Metropolitana de Fortaleza.

Fonte. elaborado pela autora.

com o relatório das Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide. A dolorosa anatomia das desigualdades socioterritoriais da cidade é expressa pelos seus indicadores de precariedade habitacional, informalidade produtiva, pobreza e violência. Esse quadro alarmante é condicionante e reflexo dos processos de produção do espaço urbano, marcados pela assimetria de poder político e econômico entre as diferentes classes sociais no acesso à cidade.

Para compreender as principais causas do processo histórico de segregação sócio-espacial em Fortaleza, a primeira parte deste capítulo analisa o processo de urbanização da cidade, em paralelo ao desenvolvimento urbano informal, e os primórdios da ocupação do Poço da Draga, iniciando a caracterização da comunidade. A segunda parte relata os principais discursos sobre informalidade que orientaram a atuação do Estado no planejamento urbano, e os efeitos provocados na dinâmica sócio-espacial de Fortaleza. Tal foco busca desconstruir algumas falácias recorrentes a respeito dos arranjos urbanos informais: de que os mesmos seriam produzidos pela ausência de planejamento, ou por situações de pobreza cuja solução estaria, portanto, além do escopo de atuação do planejamento urbano (ROY, 2009). Retomando os ele-

Mapa 02. Assentamentos informais precários em Fortaleza.

Fonte. elaborado pela autora, com base em dados do PlhisFor (FORTALEZA, 2016b).



■ assentamentos precários

mentos da lente teórica, o suposto fracasso do Estado e do planejamento em organizar o “caos urbano” é, frequentemente, um êxito na teia política que arbitrariamente privilegia os grupos dominantes, e funcional para a manutenção das relações de poder e exclusão (ROLNIK, 2015). Salienta-se ainda que, embora o fenômeno da informalidade urbana não se limite às populações de baixa renda, a exemplo dos loteamentos ilegais de classe média e alta em desacordo às regulações de uso e ocupação do solo, o poder econômico de quem a pratica parece ter papel decisivo para definir que tipologia de informalidade é aceita como legítima e que tipologia é reprovada, com efeito: para os pobres, a ilegalidade; para os ricos, a flexibilização (FREITAS, 2009; COSTA LIMA, 2017).

Nesse sentido, Magalhães (2013, p.174) reitera que os assentamentos informais não devem ser vistos como resultado da ausência do Estado, pois até em casos em que estes foram “abandonados à sua própria sorte”, a ausência “deve ser, analiticamente, interpretada como uma forma de agir e não como uma mera ação nula sobre esses territórios”. Conforme a revisão da literatura, a própria regulação urbanística, ao adotar parâmetros urbanísticos elitistas e descontextualizados da realidade local, coloca na ilegalidade grande parte das ocupações de baixa renda e provoca um aumento do preço da terra urbanizada e da propriedade, que impossibilita o acesso ao mercado formal à maior parte da população, retroalimentando o ciclo da informalidade (SMOLKA, 2003; BIDERMAN, 2008). Sob essa perspectiva, o fenômeno da informalidade urbana é entendido não como objeto de regulação, mas como produto da atuação seletiva do Estado (ROY, 2005). Elucida-se, entretanto, que na engrenagem neoliberal de desresponsabilização do Estado e celebração da informalidade, tais argumentos podem ser utilizados para justificar uma desregulação dos assentamentos informais, prática ainda mais perversa que as restrições normativas, sobretudo, para os grupos sociais excluídos. Assim, faz-se necessário assinalar que não é a regulação em si que provoca a informalidade urbana, mas a rede de arbitrariedade e exclusão que a envolve (COSTA LIMA, 2017).

Por fim, será apresentado o estudo de caso da comunidade Poço da Draga e como as análises e os planos desenvolvidos pelo poder público agem no sentido de deslegitimar a presença da comunidade no território valorizado. Neste tópico, a crítica é entendida como uma importante epistemologia políti-

ca para lidar com a informalidade e com a própria prática do planejamento, como uma forma de práxis social que pode ter um intuito transformador e emancipatório. Confrontar as limitações dos modelos força o planejamento a enfrentar as consequências de sua própria ação na sociedade e incorporar essa reflexão em suas abordagens, desestabilizando o status quo. Ao fim do capítulo, será apresentado uma linha do tempo sobre o território, trazendo os principais eventos promovidos tanto pelo Estado como pelo capital imobiliário.

2.1 Processo de urbanização e segregação sócio-espacial em Fortaleza

O início da ocupação do litoral cearense se caracteriza pelo conflito com os povos indígenas, os quais foram, em grande parte, dizimados pelos portugueses que ocuparam o Ceará a partir do século XVII. Na ausência de interesse econômico na costa, os núcleos populacionais não constituíram de início núcleos urbanos ou vilas, mas apenas feitorias e fortificações (ALMEIDA, 2015). Foi no sertão, e não no litoral, que o efetivo processo de colonização e povoamento da capitania do Ceará floresceu. A partir do século XVIII, a economia da capitania baseava-se na pecuária extensiva e no comércio de charque e outros produtos derivados, subsidiados pela expansão da atividade açucareira na zona da mata nordestina. O caráter itinerante do ciclo da pecuária, embora repercutisse na ocupação rarefeita do território cearense, induziu a formação dos primeiros núcleos urbanos, como Icó, Aracati e Sobral (JUCÁ, 2003).

À época, a Vila da Fortaleza de N. S. d'Assumpção² — nome do Forte que deu origem à cidade — não tinha expressão no cenário econômico cearense, concentrando ao longo do tempo apenas funções administrativas e relativas à defesa do território (CASTRO, 1977). Sua ocupação intensifica-se apenas na virada do século XVIII sob a influência de dois fatores: a independência administrativa da capitania do Ceará, em 1799, a qual estava até então sob jurisdição da capitania de Pernambuco, e o início da produção algodoeira (ANDRADE, 2012). Após a abertura dos portos das colônias portuguesas às nações amigas, em 1808, a cidade emerge como centro de coleta e exportação do algodão, atraindo investimentos e convergindo todas as energias econômicas da província (CASTRO, 1982, p. 42). Essa consolidação, em detrimento das demais

² Em 1726, Fortaleza foi elevada à categoria de Vila, tornando-se a segunda do estado.

vilas litorâneas, decorre da proximidade da cidade com as regiões produtoras de algodão localizadas nas serras de Baturité e Uruburetama, e das mudanças econômicas internacionais, decorrentes da demanda provocada pelo crescimento da indústria têxtil britânica (CASTRO, 1982; ANDRADE, 2012). Esse processo de desenvolvimento foi análogo a outras cidades brasileiras, como Villaça observa:

[...] expandiu-se em função do ponto escolhido para o porto, a partir do qual começa a se desenvolver a aglomeração e seu centro. [...] A ferrovia, ao ser implantada, veio a formar com os portos um binômio altamente articulado (VILLAÇA, 2001, p.131).

Ao longo do século XVIII, a cidade assistiu à longa querela entre os que defendiam a localização do porto da vila de Fortaleza na baía do Mucuripe — de águas mais tranquilas, à leste da cidade, por onde escoavam a produção para o Porto de Recife, desde o século XVII, e os que defendiam sua localização na Praia do Peixe, contígua à vila. Com a separação administrativa de Pernambuco, o governo do Ceará solicita à metrópole recursos para a melhoria do Porto do Mucuripe, mais especificamente para a construção de uma ponte em madeira, a feição de cais, para propiciar o desembarque mais seguro de pessoas e de mercadorias (GIRÃO, 1997; JUCÁ, 2003). Entretanto, o interesse dos comerciantes na proximidade com o núcleo urbano, atrelado a outros condicionantes, provocou o deslocamento das atividades portuárias para a Praia do Peixe, onde se localiza hoje o Poço da Draga (GIRÃO, 1997; CASTRO, 1997). Como solução, em 1805, foi construído um trapiche de madeira, mas com condições de embarque e desembarque ainda muito precárias. Vários trapiches sucederam àquele primeiro antes que se concretizasse a construção de um cais de embarque e desembarque, que permitisse a aproximação de navios maiores e contivesse a força do mar contra os trapiches já existentes (BEZERRA DE MENEZES, 1992).

Em 1823, a vila é alçada à categoria de cidade, sendo denominada Fortaleza de Nova Bragança, e posteriormente redenominada de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Nessa época, surgem as primeiras plantas da cidade elaboradas pelo engenheiro Silva Paulet. O plano de organização física desenvolvido consistia na implantação de ruas e travessas perpendiculares a oeste do riacho Pajeú, que partiam dos muros do Forte em direção ao sul, além da abertura de uma rua a leste do riacho, que nascia no pé da antiga Matriz (Praça da

Sé), possivelmente com a intenção de balizar um novo sistema ortogonal para o trecho leste da cidade (CASTRO, 1994, p. 49). Em seguida, entre as décadas de 1840 e 1860, são realizadas obras de urbanização que dão início ao processo de modernização de Fortaleza, com a construção de praças por iniciativa de Boticário Ferreira, então presidente da Câmara Municipal (ANDRADE, 2012).

Com a valorização do algodão no mercado internacional durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), o progresso material cearense alcançou níveis mais elevados, tornando Fortaleza o principal centro político, econômico, social e cultural da província (PONTE, 2010, p. 28). Nesse contexto, a partir da década de 1860, ocorre a modernização da infraestrutura de transportes para o melhor escoamento da produção, com a construção da ferrovia Fortaleza-Baturité e das melhorias implementadas em seu porto. A Estrada de Ferro de Baturité, primeira ferrovia do Ceará, ligava inicialmente cidade de Fortaleza à cidade de Pacatuba, e em seguida passou a ter como ponto final a cidade de Baturité, produtora de café. Os trilhos que atravessam a comunidade Poço da Draga resultam de 1879, quando foi instalado um ramal ferroviário que fazia a ligação com o porto da cidade e transportava as mercadorias do interior para o litoral fortalezense (OLIVEIRA, 2006). Os trilhos foram desativados no início da década de 1980 e percorriam toda a rua Gerson Gradvol e terminavam na Cidal. No perímetro urbano, a via férrea partia da praça da Estação, antiga Praça Amélia, e seguia na direção sul, atravessando as áreas do Sítio Benfica, enquanto o transporte urbano, também implantado à época, se dava por meio de bondes de tração animal (CASTRO, 1982).

O primeiro trecho dos trilhos da ferrovia está presente na planta da cidade elaborada pelo engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster, em 1875, a qual representa o plano de expansão para Fortaleza. Conforme Castro (1982), influenciado pelas intervenções de Haussmann em Paris, Herbster propõe a expansão da malha quadriculada delimitada por três bulevares que constituirão os limites leste (da Conceição, atual Av. Dom Manuel), oeste (Av. do Imperador) e sul (Av. Duque de Caxias), que servirão para o novo cenário da Belle Époque no início do século XX (PONTE, 2010). Na mesma época, inicia-se a implantação dos primeiros serviços públicos, tais como calçamento nas ruas centrais, iluminação pública e canalização de água, concentrados prioritariamente nas áreas nobres da cidade.

Em 1875, o engenheiro inglês John Hawkshaw foi convidado para dar um pa-

recer sobre as obras dos portos brasileiros. No relatório sobre o porto de Fortaleza, o inglês propõe a construção de um quebra-mar de 670m de extensão, paralelo à linha de recifes existentes, para servir de cais ao longo do qual os navios poderiam carregar e descarregar. Sobre ele se instalaria uma via férrea singela, ficando o conjunto ligado à praia por meio de um viaduto aberto sobre estacas e sua articulação com os trilhos da Estrada de Ferro Fortaleza-Baturité. Um novo prédio da alfândega foi inaugurado em 1891, atual Caixa Cultural, em frente ao viaduto de Hawkshaw (BEZERRA DE MENEZES, 1992). As atividades no novo porto, entretanto, não foram significativas e a estrutura já estava comprometida pouco tempo após a conclusão, no final do século XIX. O depósito de areias por baixo da estrutura do viaduto, sem ser acompanhado das devidas dragagens regulares propostas no projeto, levou ao assoreamento de todo conjunto, formando uma pequena bacia de águas paradas, popularmente conhecida como “Poço da Draga” (CASTRO, 1982a; GIRÃO, 1997).

No começo do século XX, após o fracasso da proposta de Hawkshaw, inicia-se construção de um viaduto em frente ao novo prédio da Alfândega, composto de estrutura de ferro e lastro de madeira, que ficou popularmente conhecido como Ponte Metálica. De caráter emergencial, a ponte foi construída entre 1902 e 1906, sendo uma versão atualizada dos trapiches existentes no passado. A estrutura contava com guindastes para transporte de mercadorias e uma escada móvel para embarque e desembarque de passageiros. Os navios se aproximavam, mas ficavam ao largo, enquanto barcos e alvarengas faziam o percurso entre eles e a ponte. Sobre esta existiam trilhos para possibilitar o transporte de materiais pesados dos armazéns até o guindaste, e vice-versa. No centro da Praça da Alfândega havia um quiosque estilo art-nouveau, chamado Pavilhão Atlântico, onde os passageiros aguardavam os embarques ou desembarques dos navios. Anos depois, devido ao comprometimento da estrutura metálica, a ponte precisou ser reconstruída em concreto e reinaugurada em 1929, com o nome Viaduto Moreira da Rocha (Figura 01).

Antes mesmo de promover a reforma, ainda no início da década de 1920, o governo estadual decidiu construir uma segunda ponte, a barlavento da primeira, para substituí-la e finalmente resolver a questão portuária. O projeto foi elaborado pelo engenheiro Lucas Bicalho e consistia na construção de uma muralha de 300m de extensão, no qual o cais ligar-se-ia à terra por um viaduto construído sobre estacas de concreto armado, de modo a garantir o livre



Figura 01. Reconstrução da Ponte Metálica em concreto.

Fonte. Acervo Nirez.

movimento das águas. A obra da nova ponte teve início em 1923 e foi confiada a uma empresa britânica, daí a denominação popular Ponte dos Ingleses. A sua construção, no entanto, foi suspensa em 1925 por falta de pagamentos e a ponte restou inacabada, figurando como capítulo final de longas tentativas de estruturação do porto na Praia do Peixe. A despeito do avançado estado de deterioração nos anos que se seguiram, a Ponte Metálica continuou sendo o ancoradouro da cidade até meados da década de 1940, quando o porto foi finalmente transferido para a enseada do Mucuripe.

No entorno do ramal ferroviário existente, nas proximidades da ponte velha, formou-se a comunidade litorânea Poço da Draga, constituída principalmente por famílias de pescadores, estivadores, portuários e ferroviários, muitos deles migrantes do sertão, que, conforme relatos orais, precisavam morar próximo às fontes de renda, pois não havia transporte acessível para os trabalhadores (GASPAR, 1970; OLIVEIRA, 2006). Embora não haja precisão sobre o início da ocupação, os moradores decidiram adotar a data de 26 de maio de 1906, o dia da inauguração da Ponte Metálica, como um marco simbólico, que caracteriza a resistência dos moradores para permanecer no local, bem como a forte relação da comunidade com o mar e com a própria história da cidade. Nesse contexto, entre o fim do século XIX e início do século XX, a Praia do Peixe era local de moradia, trabalho e lazer de uma faixa mais pobre da população e mostrava-se isolada do restante da cidade, que crescia dando as costas para

a orla marítima (SILVA, 1992).

A partir da década de 1920, a comunidade de pescadores passa a conviver com novas formas de ocupação, na porção imediatamente à leste da ponte. A descoberta do banho de mar como prática terapêutica, de recreação e de lazer desperta o interesse da elite fortalezense pela Praia do Peixe, caracterizada até então apenas por usos insalubres (gasômetro, depósito de lixo), pela pesca e pelos casebres dos pescadores (Figura 02). A partir de então, surgem as primeiras casas de veraneio erguidas por famílias de alta renda, à feição de bangalôs. Ademais, conforme Castro (1988, p. 42), os anos de 1930 a 1945 registram outras obras significativas no bairro, tais como: a pavimentação das vias públicas com paralelepípedo e concreto; o uso de meios fios de pedra para nivelar as calçadas; a iluminação elétrica de logradouros públicos; a arborização das ruas centrais; o controle do sistema de tráfego; e o surgimento dos primeiros arranha-céus com o uso do concreto armado. Durante esse período, o nome Praia do Peixe foi substituído para Praia de Iracema³, como forma de promover a apropriação da região pelas elites locais (SCHRAMM, 2001). A imagem da praia passa a ser associada ao bucólico, sendo também chamada pelos boêmios como “Praia dos Amores”. Nos anos seguintes, a segregação espacial começa a se acentuar e, sob o discurso de embelezamento e modernização, a Praia de Iracema transforma-se em produto de consumo da elite local, com o fomento do mercado imobiliário e a expulsão dos pescadores que ali residiam para outras áreas da cidade (CASTRO, 1987).

Na década de 1930, o longo período de estiagem no interior do estado provoca a primeira grande explosão demográfica da capital, com a chegada dos “flagelados” da seca em busca de trabalho ou qualquer outro tipo de assistência (BRUNO, FARIAS, 2012). À época, as manchetes dos jornais exigiam quase que diariamente uma atitude capaz de manter a ordem vigente e de afastar os retirantes das principais áreas de convívio social com as classes dominantes, temerosas diante do flagelo que se aproximava (NEVES, 1995). Entre as medidas adotadas, o governador da época, influenciado pelas políticas higienistas, providenciou a construção de sete “campos de concentração”⁴, distribuídos

³ Em referência à personagem indígena do romance Iracema, de José de Alencar.

⁴ Embora não fossem campos de extermínio, como logo depois seriam criados na Alemanha, os campos de concentração espalhados pelo Ceará tinham ao menos um objetivo equivalente

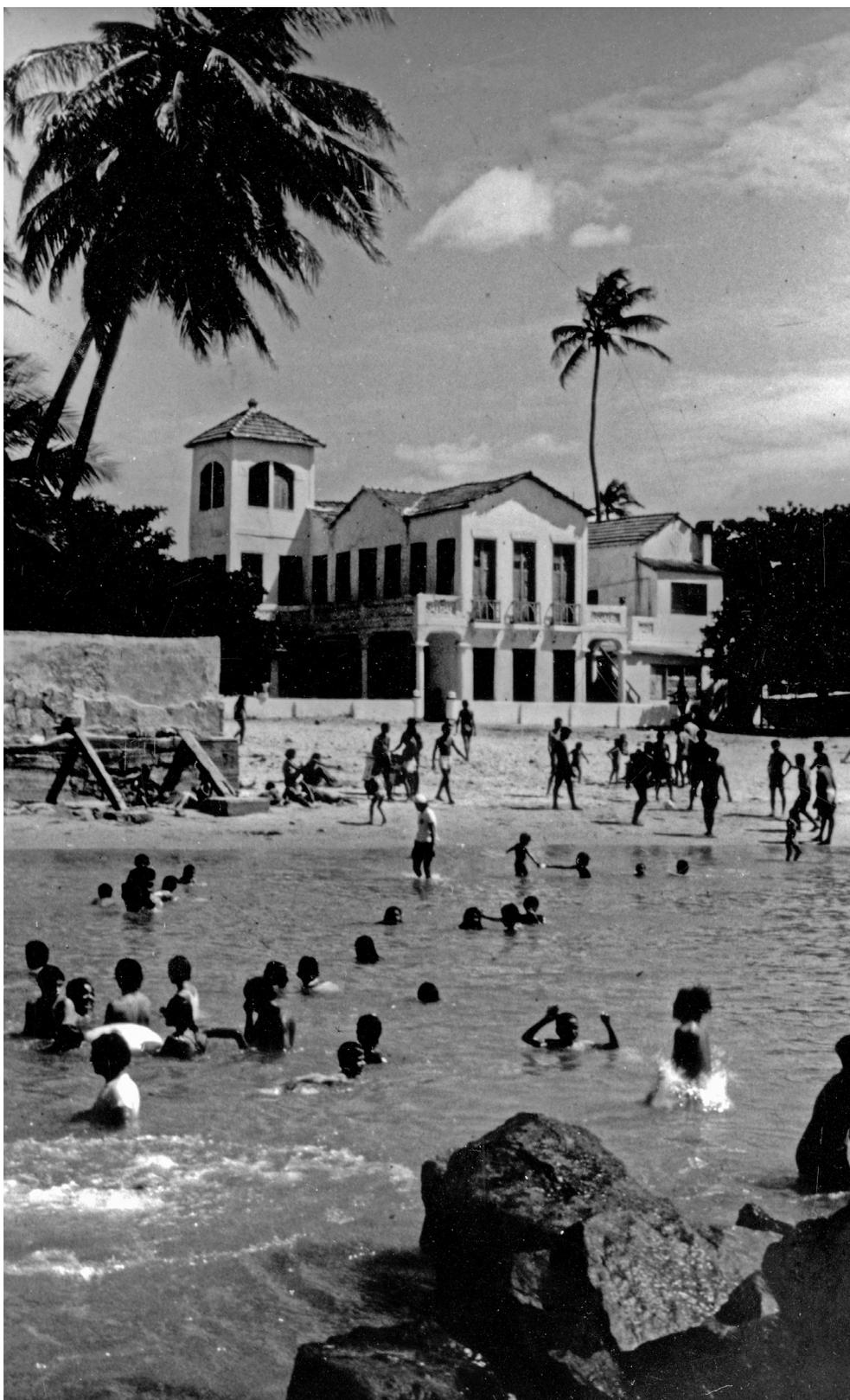


Figura 02. Balneabilidade da Praia de Iracema pelas elites da época e, ao fundo, Estoril, reduto da boemia na primeira metade do século XX.

Fonte. Acervo Nirez.

nas proximidades das estações de trem para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes, sendo dois em Fortaleza e os outros em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus e Crato (REIS, 2002). De acordo com dados oficiais, com pouco mais de um mês após abertos, os campos já somavam mais de setenta mil pessoas aprisionadas, a morrer de fome, varíola e de outras doenças. Com as primeiras chuvas de 1933, muitos sertanejos desejaram retornar aos seus lugares de origem, pressionando do governo passagens e sementes para recomeçar o plantio. Alguns retornaram ao sertão, mas, apesar do rígido controle, muitos permaneceram engrossando as fileiras da pobreza na capital, fixando-se ao longo da orla marítima, onde localizavam-se as últimas estações férreas de Fortaleza. Nesse movimento, Reis (2002) revela que os retirantes deixaram de ser “flagelados” da seca e passaram a ser “favelados”, dando origem às primeiras favelas de Fortaleza, tais como Pirambu, Otávio Bonfim e Morro do Moinho, atual Arraial Moura Brasil (BRUNO, FARIAS, 2012).

Ao revelar a constituição desses campos como formas de isolamento e poder em face da pobreza, torna-se perceptível a prática de confinamento como parte de uma tradição das elites cearenses, seja com discursos mais explícitos ou dissimulados (REIS, 2002). A ideia de isolar e “encurrular” a população indesejada em locais “apropriados” já tinha acontecido na seca de 1877, com os abarracamentos em torno de Fortaleza, e em 1915 com a construção do primeiro campo de concentração da história do Ceará, na região do Alagadiço, atual São Gerardo, como alternativa para evitar que os flagelados adentrassem à capital (REIS, 2002). O “depósito de humanos”, nas palavras de Rodolfo Teófilo (1980), ou “curral do governo” como chamado pelos retirantes, chegou a aprisionar 8 mil pessoas permanentemente vigiadas e mantidas em péssimas condições de higiene. Parte desse cenário de dor e miséria foi retratado por Raquel de Queiroz na sua primeira obra, *O Quinze*, publicada em 1930. Com a crescente aglomeração de pessoas no centro da cidade, desde o início do século XX, observa-se o desejo das classes dominantes de espacializar as distâncias sociais e intensificar o processo de segregação sócio-espacial. As habitações começaram a se deslocar do Centro em direção a novos bairros exclusivos das “elites”, como Jacarecanga ou Benfica, e posteriormente Praia de Iracema, Aldeota e Meireles (RUFINO, 2012).

ao nazista: confinar e isolar dos demais a população indesejada.



Figura 03. Edificações na orla da Praia de Iracema destruídas em decorrência do avanço das marés, após a transferência do porto para a Praia do Mucuripe.

Fonte. Acervo Nirez.

Na década de 1940, a transferência do porto para a Praia do Mucuripe causou grande impacto socioambiental na região da Ponte Metálica (Figura 03). Além da desativação das atividades portuárias e aduaneiras ali existentes, as obras do novo porto provocaram a erosão da faixa de terra e o avanço das marés na Praia de Iracema, destruindo a maior parte das edificações na orla e expulsando os moradores do local (OLIVEIRA, 2006). Ademais, a malha ferroviária sofreu alterações e o trecho que fazia ligação entre a Estação Ferroviária e o antigo porto tornou-se obsoleto. Os armazéns e casas comerciais, antes ativos e diretamente vinculados à atividade portuária, foram abandonados e a maioria dos galpões se manteve fechada em processo de deterioração. Alguns bares e prostíbulos permaneceram frequentados por boêmios e, muitos anos depois, por intelectuais e artistas, com destaque para o bar-restaurant Estoril (SCHRAMM, 2001, p. 46).

Após a explosão demográfica de Fortaleza, na década de 1950, devido aos fluxos migratórios do interior para a capital, acentuados pelas grandes secas de 1951 e 1958, a população urbana quase dobra, atingindo uma taxa de crescimento de 90,5% (BRUNO, FARIAS, 2012). Nas décadas seguintes, a taxa de

Mapa 03. Eixos e manchas urbanas do crescimento da cidade nos dois últimos séculos.

Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados da Mostra Virtual Fortaleza 2040: Fortaleza Hoje.

crescimento decenal mantém-se acima dos 50% até a população da cidade alcançar 1.307.611 habitantes em 1980. Nesse cenário, a precarização do trabalho e da renda de grande parte da população combina-se ao desinteresse do Estado em prover infraestrutura urbana e serviços públicos para o conjunto da cidade, atendendo prioritariamente aos interesses da classe dominante. Com efeito, intensifica-se o processo de precarização da moradia, com o adensamento de algumas ocupações nas áreas centrais e a expansão das periferias autoconstruídas, principalmente na zona oeste da cidade, em áreas ambientalmente mais frágeis e sem infraestrutura, dando continuidade a um amplo processo de segregação sócio-espacial (COSTA, 2009). Em movimento complementar, as classes de alta renda deslocaram-se gradativamente para os novos bairros de elite na zona leste da cidade, tais como Aldeota e Meireles, provocando a valorização imobiliária da orla após a abertura da Av. Beira Mar e deslocando o centro na sua mesma direção.

Nesse sentido, a análise da distribuição espacial das atividades econômicas aponta para algumas dinâmicas socioespaciais que caracterizam a produção do espaço urbano na cidade de Fortaleza em suas transformações e deslocamentos (PEQUENO; PINHEIRO, 2019). Com relação ao setor secundário, observa-se, a partir dos anos 1970, a saída de muitas indústrias de Fortaleza para municípios periféricos da RMF. Assim como a formação de distritos industriais de diferentes portes, de corredores ao longo das vias regionais e de complexos industriais portuários. Esses processos, na maioria das vezes, assinalam a apropriação de subsídios públicos para atender o setor privado produtivo, com investimentos em infraestrutura e logística. A partir do mesmo período, verifica-se um amplo crescimento do setor terciário ao longo de eixos viários convergentes para o centro tradicional, evidenciados pela crescente implantação de shopping centers. Estes, atrelados à localização de edificações institucionais, deslocaram-se do centro tradicional, inicialmente para a zona leste da cidade e, posteriormente, para o eixo sudeste, em direção aos novos loteamentos e condomínios fechados. Quanto às atividades turísticas, observa-se ainda o seu espraiamento por toda a extensão do litoral, de leste à oeste, acarretando fortes impactos sobre comunidades tradicionais.



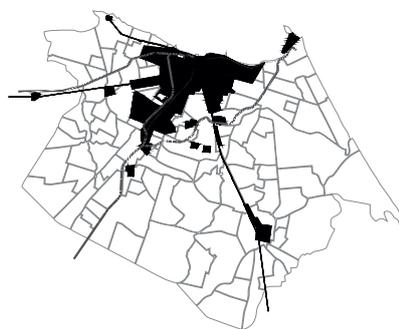
1813



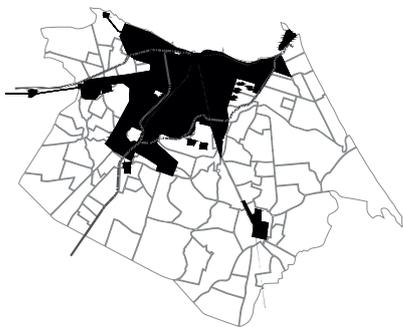
1880



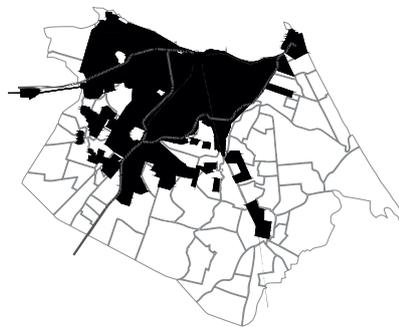
1932



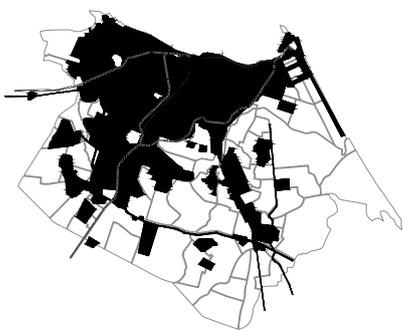
1945



1955



1965



1970



2010

Geralmente, esses empreendimentos turísticos se apropriam de forma indevida dos recursos naturais, privatizando seu acesso e reforçando padrões de segregação. Via de regra, essas atividades são induzidas pela realização de obras de infraestrutura e equipamentos construídos pelo Estado, com recursos obtidos mediante empréstimos junto a organismos internacionais.

2.2 Planejamento seletivo e informalidade urbana em Fortaleza

Observa-se, assim, que o processo de urbanização de Fortaleza torna nítido o desejo das classes dominantes de espacializar as distâncias sociais e intensificar o processo de segregação sócio-espacial. Em nome do domínio da localização, segundo as condições de segurança, salubridade e beleza no contexto de cada situação histórica, estas classes tendem a se concentrar na mesma região e se apropriar das vantagens do espaço construído. Nesse sentido, Villaça (2001, p.335) ressalta que as elites nacionais controlam a produção hegemônica do espaço intra-urbano das metrópoles brasileiras através de três táticas: uma de natureza política, o controle do Estado; uma de natureza econômica, o mercado imobiliário; e outra através da ideologia. Por intermédio da ideologia, o planejamento urbano serve de instrumento para dominação. A partir do discurso cientificista de um plano formal produzido por técnicos especializados, as periferias foram sendo consideradas expressões de ilegalidade e desconformidade se comparadas aos pressupostos estéticos e culturais afirmados pelos grupos hegemônicos que exercem o poder político e econômico nas cidades. De acordo com esse discurso, divergir desses planos é ir de encontro à ordem racional, aos estudos que comprovam “o melhor” para a cidade. Ao passo que para a cidade “ilegal” não há ordem, nem planos, mas ela é funcional para a manutenção do baixo custo de reprodução da força de trabalho, como para um mercado imobiliário especulativo (MARICATO, 2013, p. 147). Villaça descreve ainda três mecanismos de subordinação do Estado aos interesses do capital privado: as localizações dos centros administrativos do poder público sujeitas às leis do mercado; a distribuição desigual de investimentos em infraestrutura urbana, beneficiando os bairros de maior padrão econômico; e a legislação urbanística, que põe na clandestinidade a maioria dos bairros e das edificações das cidades. Em Fortaleza, o uso desses três mecanismos torna-se evidente.

Conforme o primeiro mecanismo, os centros administrativos do poder público seguem os percursos territoriais das camadas de mais alta renda, da mes-

ma forma que o comércio e os serviços privados. Para citar alguns exemplos: a construção do Centro Administrativo do Cambéba, do Fórum Clóvis Beviláqua, as obras de infraestrutura na Av. Washignton Soares, mais recentemente, a construção do Centro de Eventos, dentre tantos investimentos públicos que valorizaram as terras e os empreendimentos das famílias dominantes da cidade. Nesse sentido, de acordo com o segundo mecanismo, o planejamento seletivo do Estado têm provocado, em vez de reverter, espaços de segregação sócio-espacial na cidade, ao alocar verbas públicas de maneira diferenciada e intensificar a exclusão social. Seguindo projetos de requalificação urbana, o Estado investe na remodelação estética das cidades para fins comerciais e turísticos e privilegia intervenções espetaculares como forma de atrair capital e pessoas, em detrimento das carências básicas de grande parte da população. Ademais, criam novas centralidades urbanas para expandir as fronteiras do capital financeiro e imobiliário, transferindo subsídios públicos para o mercado. As consequências sociais desses investimentos são desastrosas, reforçando ainda mais a desigualdade social urbana ao fomentar a especulação imobiliária e o processo de mercantilização das cidades. De acordo com o terceiro mecanismo, através da legislação urbanística, o Estado toma para si a função de estabelecer uma ordem racional apartada da cidade existente. O instrumento que hegemoniza essa prática de planejamento é o zoneamento, que significa a divisão do conjunto do território em zonas diferenciadas, para as quais são aplicados parâmetros de uso e ocupação específicos, mas que são inacessíveis para grande parte da população.

Como consequência, a adoção de parâmetros urbanísticos restritivos, copiados dos países desenvolvidos e descontextualizados da realidade local, associada à alocação desigual de investimentos urbanos, impossibilita a oferta de terrenos urbanizados a preços acessíveis à maior parte da população (MARI-CATO, 2010; ROLNIK, 2015), retroalimentando o ciclo vicioso da informalidade (FREITAS, 2017b). Cabe ressaltar que o fenômeno da informalidade urbana não se limita às populações de baixa renda — a exemplo dos loteamentos ilegais de classe média e alta em áreas de proteção ambiental, em desacordo às regulações de uso e ocupação do solo, como no entorno do Rio Cocó. No entanto, o poder econômico parece ter papel decisivo para definir a soberania e a legitimidade sobre que tipologia de informalidade é aceita, seja pela anuência do Estado ou mudança nas regulações, e que tipologia é reprovada (ROY, 2005, p. 149). Sob essa perspectiva, o fenômeno da informalidade é entendido

não como objeto de regulação, mas como produto da atuação seletiva do Estado (ROY, 2005). Nessa lógica, as áreas de expansão periféricas se tornam cada vez mais desreguladas (SMOLKA, 2003). Mais recentemente, observa-se ainda a disseminação de marcos regulatórios voltados para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPPs), para facilitar investimentos privados e licenciamentos de projetos. Como consequência, torna-se evidente o desenvolvimento de um processo de regulação da desregulamentação, nos termos de Aalbers (2016), em que setores do mercado imobiliário passam a interferir mais diretamente no planejamento urbano e no conteúdo das normativas urbanísticas. Com isso, aumenta-se o número de Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), projetos especiais, Outorga Onerosa do Direito de Construir, Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo e mesmo o uso de zoneamento especial, ampliando o potencial construtivo e os ganhos dos setores imobiliários. Simultaneamente, o número de remoções forçadas e violentas aumenta progressivamente (PEQUENO; PINHEIRO, 2019).

Em resposta ao problema da moradia, os discursos que orientaram a atuação do Estado no planejamento urbano variaram entre avanços e contradições, provocando efeitos na dinâmica sócio-espacial da cidade e repercutindo, muitas vezes, o crescimento da informalidade urbana. Dos programas habitacionais realizados pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), financiados pelo BNH, na década de 1960, até os dias atuais, com a institucionalização da função social da cidade e da propriedade, os assentamentos populares de Fortaleza foram submetidos a diferentes posturas frente aos processos de intervenção do Estado. Apesar de termos avançado quanto ao entendimento do fenômeno da informalidade urbana, observa-se que o déficit habitacional, em Fortaleza, continua a crescer. Enquanto, em 1973, foram contabilizadas 81 favelas, com o total de 34.000 domicílios onde residiam 205.000 pessoas, aproximadamente 20% da população, em 1991 os números avançam para 314 favelas, com 108 mil famílias, representando 30,75% da população (PEQUENO; FREITAS, 2012) e, em 2010, chegam a 622 ocupações, 162.311 domicílios e 711.784 pessoas (FORTALEZA, 2013). Nesse período, várias gestões municipais se sucederam, mas nenhuma política habitacional foi efetivamente implementada e os planos diretores desenvolvidos continuaram desvinculados das políticas públicas e da ação do Estado, servindo mais como um “plano-discurso”.

Na década de 1960, a política habitacional adotada pelo BNH, efetivada através da Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), apoiava a remoção de favelas das áreas centrais e a transferência dos moradores para conjuntos habitacionais, em áreas periféricas e maldotadas de infraestrutura, tais como o Conjunto Palmeiras, em Messejana, e o Marechal Rondon, em Caucaia, fora dos limites do município (ALDIGHERI, 2017). O objetivo era reforçar o processo de aquisição da casa própria e injetar capital no setor da construção civil, para atenuar os efeitos da crise econômica e abrir novas oportunidades de emprego. A partir da década de 1970, os recursos federais oferecidos pelo BNH passam a beneficiar, principalmente, a construção de moradia para classes sociais de alta e média renda, bem como financiar grandes obras de infraestrutura. Como consequência, a especulação imobiliária decorrente desse processo provoca a inflação do preço da terra urbanizada. Em paralelo, o Programa Integrado de Desfavelamento previa a erradicação de 32 favelas situadas em áreas mais centrais, como exigência de “forças intrínsecas do desenvolvimento urbano de Fortaleza”, vinculadas a projetos de ampliação do sistema viário, ou à mudança do uso do solo (FORTALEZA 1973). Em meio a insatisfação dos setores populares, observa-se a emergência de sucessivas invasões de terras urbanas e o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos, apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Assim como em outras cidades brasileiras, os efeitos nefastos das políticas públicas implementadas pelo BNH intensificaram o processo de expansão dos assentamentos precários em Fortaleza, na direção sul e sudoeste, ao praticamente duplicar a área ocupada por estes, entre o início da década de 1970 e meados da década de 1980⁵. Essa proliferação se deu majoritariamente pela autoconstrução de moradias em áreas periféricas, protegidas por restrições de uso — por razões ambientais, de segurança ou de insalubridade — e excluídas pelo mercado imobiliário.

Na escala nacional, as práticas tradicionais de planejamento urbano passam a ser fortemente questionadas com a emergência de movimentos sociais urbanos, cada vez mais abrangentes (ROLNIK, 2000). A articulação em torno do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) politiza o debate sobre a

⁵ Conforme dados ados retirados do documento “Levantamentos das favelas e núcleos da Região Metropolitana de Fortaleza”, desenvolvido pela Fundação Programa de Assistência as Favelas da Região de Fortaleza (PROAFA), em 1985.

informalidade urbanística e cria o contexto favorável para algumas transformações das políticas urbanas, para assegurar a justiça social e o direito à cidade. De início, destaca-se a criação do Programa de Erradicação dos Aglomerados de Sub-habitações (PROMORAR), formulado pelo BNH como programa “alternativo”, que tinha como objetivo financiar projetos de construção de moradias, de infraestrutura urbana e de melhoria nas condições de vida nas comunidades de baixa renda. Embora não tenha alcançado resultados quantitativos significativos, o PROMORAR teve sua relevância ao retificar a ideia, ainda generalizada, de que as favelas precisam ser erradicadas. Com efeito, em 1979, foi instituída a Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA), voltada principalmente para a urbanização de favelas com reassentamentos parciais, priorizando as que estavam em situações de risco ou em áreas mais centralizadas. No total, foram implementadas seis intervenções associadas à construção de novas unidades habitacionais para o reassentamento de algumas famílias, em terrenos próximos ao local de origem. Em 1987, a COHAB-CE assimila o PROAFA e inicia a elaboração do Programa Mutirões sob a influência das orientações do governo federal e pressão dos movimentos sociais (ALDIGHERI, 2017).

Posteriormente, a década de 1990 caracteriza-se pela “a redução do papel do governo estadual na produção habitacional; a chegada das ONGs como articuladoras dos movimentos sociais; a delegação de responsabilidades ao município desde a Constituição Federal de 1988, o qual não apresentava condições estruturais” (PEQUENO; ROSA, 2015, p. 135). Quando se inicia a municipalização das políticas de moradia de interesse social, conforme prescrições constitucionais, observa-se um grande recuo na produção habitacional, com obras pontuais e parciais implantadas em pequenos fragmentos de tecido urbano, via de regra associadas às situações de risco ou às obras de mobilidade. Em 1992, a proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) inova ao apontar para a necessidade do uso de parâmetros urbanísticos diferenciados quanto à legislação para as favelas e ao levantar a possibilidade de regularização da cidade ilegal. Adota também a concepção de “função social da propriedade”, na intenção de reprimir a retenção especulativa dos vazios urbanos. Contudo, essa proposição não avança “visto que nem os meios foram viabilizados, nem os procedimentos para implementação dos instrumentos foram elaborados” (PEQUENO; FREITAS, 2012, p. 490). No final dos anos 1990, os organismos internacionais propõem a ampliação da escala dos

projetos de urbanização de favelas, e o Governo Federal, por meio do programa Habitar Brasil/BID, exige que os municípios elaborem o Plano Estratégico Municipal de Assentamentos Subnormais (PEMAS) para capacitar os gestores para o estabelecimento e implementação de uma política habitacional e de urbanização de favelas mais abrangente (DENALDI, 2003). Como resultado das orientações do PEMAS de Fortaleza, em 2003, através da Lei nº 8.810 de 30 de dezembro de 2003, foi criada a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor) e definida, em 2004, a Política Habitacional de Interesse Social de Fortaleza (PHIS), na tentativa de integrar a política habitacional e a política urbana.

Em 2009, o PDPFOR, ainda vigente, foi promulgado para atender os princípios e instrumentos do Estatuto da Cidade e, embora seja objeto de críticas, contou com mais participação popular do que qualquer outro processo de planejamento (FREITAS, 2015). Como ponto específico referente à favela, foram instituídas as ZEIS 1, priorizando-as como áreas a qualificar e consolidar como espaço de moradia, e a ZEIS 3, na tentativa de definir e reservar terrenos não edificados ou com imóveis subutilizados ou não utilizados para produção de moradia para população de baixa renda (Mapa 04). Conforme Pequeno (2015), entretanto, os instrumentos urbanísticos ligados à reforma urbana conquistados com o PDPFOR passaram a perder sua validade devido à lentidão na condução dos planos e leis complementares. Em 2013, o plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor) foi finalizado, apresentando um conjunto de diretrizes, estratégias e objetivos a serem executados até 2023, através de diversas linhas de ação, relativas à urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários, considerando como prioritários aqueles inseridos em ZEIS e situados em áreas de risco; à produção habitacional; ao acesso à terra urbanizada; à locação social; à assistência técnica; e ao desenvolvimento institucional (ALDIGHERI, 2017). O PLHISFor, no entanto, não foi transformado em lei, nem colocado em prática, sendo mais um entre tantos outros “planos-discursos”.

Com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009, observa-se um quadro de mudanças reorientando mais uma vez a política habitacional e enfraquecendo o desenvolvimento das estratégias e ações que vinham sendo trabalhadas nos últimos anos (PEQUENO; ROSA, 2015). Do mesmo modo, convém apontar o impacto das obras de urbanização de as-

Mapa 04. Delimitação das Zeis de Fortaleza.

Fonte. elaborado pela autora com base em dados do PDPFor (FORTALEZA, 2009).



sentamentos precários pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), beneficiando, ainda que parcialmente, cerca de 111 comunidades em Fortaleza. O PAC foi lançado, em 2007, pelo governo federal, voltado para o investimento em obras de infraestrutura econômica e social, como forma de alavancar a indústria da construção civil (MARICATO, 2015). Em 2009, foram lançados o PAC II e o PMCMV, desenhado por empresários da construção civil em parceria com o governo federal, para articular a oferta de moradia e ativo eleitoral, com uma estratégia keynesiana de crescimento econômico e geração de empregos (ROLNIK, 2015). O programa apresenta condições específicas para diferentes faixas de renda, de até 10 salários mínimos por rendimento familiar. Para a primeira faixa, entre 0 a 3 salários mínimos, oferece habitação quase totalmente subsidiada, construída por empresas privadas e distribuída pelas prefeituras. A segunda faixa, entre 3 a 6 salários mínimos, é beneficiada de subsídios com recursos do FGTS, que contemplam cerca de 20% do limite de preço da unidade, e por linhas de crédito com baixas taxas de juros. A terceira faixa, entre 6 a 10 salários mínimos, é beneficiada por crédito mais barato e não recebe subsídios. Em ambos os casos, há um teto de valor por unidade, que deve ser cumprido para que o projeto se beneficie dos subsídios e das condições de crédito. Como demonstra Raquel Rolnik:

Se por um lado, o programa foi desenhado para incentivar empresas privadas a se comprometerem com a produção habitacional para moradores de baixa renda, por outro, permaneceu altamente dependente de recursos públicos. Esse arranjo financeiro ambivalente implica a transferência de riscos para instituições públicas, ao mesmo tempo que mantém os lucros com agentes privados, reiterando padrões históricos de apropriação de fundos públicos por atores privados no país. (ROLNIK, 2015, p.309)

Além disso, o programa concede aos agentes privados a concepção dos projetos e o poder de decisão sobre a localização dos conjuntos habitacionais, ambos sob critério de decisão da rentabilidade. Como resultado, para faixa 1, observa-se a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas periferias mais afastadas, às margens da cidade, onde o preço da terra é mais barato. Dessa forma, embora o programa tenha incluído uma camada da população historicamente renegada das iniciativas federais na área habitacional, não alterou o lugar ocupado por elas nas cidades, repetindo o padrão periférico, de baixa qualidade urbanística, oferecendo poucas oportunidades de desenvolvimento econômico e social aos seus moradores. Observa-se tam-

bém que o PMCMV, assim como a política habitacional adotada nas décadas de 1960 e 1970, favorece a provisão de moradia claramente à uma faixa estreita do déficit habitacional.

Em Fortaleza, alguns projetos foram contemplados com recursos do PAC, principalmente em obras para receber a Copa do Mundo de 2014. Observa-se, no entanto, que os recursos disponibilizados para produção de moradia através do MCMV foram, muitas vezes, utilizados para reassentar famílias removidas de “áreas de risco” ou no meio do caminho de grandes projetos, que garantiriam “maior rentabilidade dos investimentos no que se refere à valorização imobiliária” (PEQUENO, 2015, p. 19). Isto fica evidente no caso das 1.985 famílias atingidas pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que atravessa 17 comunidades situadas em bairros de classe média alta na cidade, dotados de infraestrutura, equipamentos sociais, postos de trabalho, comércio e serviços. Às famílias foram oferecidas unidades habitacionais do PMCMV no Residencial Cidade Jardim, um grande conjunto habitacional na periferia da cidade, situado em uma gleba classificada pelo PDPFOR como Zona de Ocupação Restrita, justamente pela falta dos elementos existentes nos bairros de origem dessas comunidades (OLIVEIRA, ALDIGHERI, 2019). Essa postura de retirar os moradores de localizações mais centrais e reassentá-los em conjuntos habitacionais, muitas vezes nas franjas da cidade, desconsidera os diversos avanços institucionais na área de desenvolvimento urbano bem como a interlocução com outros setores da sociedade civil. Por trás do discurso redistributivo e dos bilhões investidos em subsídios públicos, o programa produziu, em vez de reverter, espaços de segregação sócio-espacial na cidade, impulsionando o espraiamento urbano e a divisão territorial entre ricos e pobres, repetindo o mesmo erro de políticas das décadas de 1960 e 1970 (NOGUEIRA, 2019). A experiência do Programa MCMV na cidade de Fortaleza, bem como em outras cidades brasileiras, releva as incongruências entre seu discurso e seu alcance. Na prática, o programa não resolve o grande gargalo do déficit habitacional do país, causado, em grande parte, pelo domínio privado do solo urbano e das dinâmicas imobiliárias nas cidades, reiterando e mantendo intocada a essência do sistema. Vale salientar também que o MCMV não fez uso de nenhum dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade para garantia da função social da propriedade urbana, como a categoria de vazios urbanos (ZEIS 3), tornando expressivo a visão de moradia como mera mercadoria e não direito.

No começo de 2017 foi aprovada a nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza (LUOS), sob a responsabilidade da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Dentre várias questões apresentadas, cabe destacar a flexibilização dos parâmetros urbanísticos, em especial o índice de aproveitamento e altura máxima das edificações, com forte viés mercadológico, através da delimitação de 20 novas Zonas Especiais de Dinamização Urbânica e Socioeconômica (ZEDUS), que abrangem 12% do território do município (GÓIS, 2017). Por outro lado, instrumentos como as Zonas Especiais de Interesse Sociais e o IPTU progressivo, que teriam um viés redistributivo, encontram dificuldades para a sua regulamentação. Em paralelo à revisão da LUOS, e dissociado desse processo, temos a elaboração do plano estratégico Fortaleza 2040, a cargo do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), que visa orientar todas as ações das políticas urbanas conduzidas pelo município e ações do setor privado na cidade, com estratégias a serem implementadas em curto, médio e longo prazo, até o ano de 2040. Conforme estudo apontado por Góis (2017), apesar de serem promovidas por órgãos diferentes da administração municipal e terem estratégias, agendas e projetos distintos, a revisão da LUOS de 1996 e a elaboração do Fortaleza 2040 assemelham-se na designação de recortes espaciais para a flexibilização de parâmetros de uso e ocupação do solo e realização de grandes intervenções urbanísticas. Para viabilizar esses projetos, a atual gestão do prefeito Roberto Cláudio empenha esforços para ampliar o número e o porte das OUCs, em prol prioritariamente dos interesses privados. Até então, segundo Holanda, Rosa e Pequeno (2017), as sete⁶ OUCs aprovadas em Fortaleza já não atendiam ao conteúdo mínimo exigido pela Lei do Estatuto da Cidade. Dentre as incompatibilidades, destacam-se os seguintes aspectos: nenhuma das sete apresenta programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada; inexistência de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); estas foram criadas sem conselho gestor e sem audiências públicas; não há uma divisão do ônus dessas operações, cabendo ao poder público assumir todos os riscos; o critério de escolha para a localização dessas operações também não está vinculado a uma demanda social, mas às áreas de interesse do mercado imobiliário.

6 São elas: Riacho Maceió e Dunas do Cocó, aprovadas na gestão do prefeito Juraci Magalhães, Jockey Clube, Sítio Tunga e Lagoa do Papicu, aprovadas na gestão da prefeita Luizianne Lins, Osório de Paiva e Lagoa da Sapiranga, aprovadas na gestão do prefeito Roberto Cláudio.

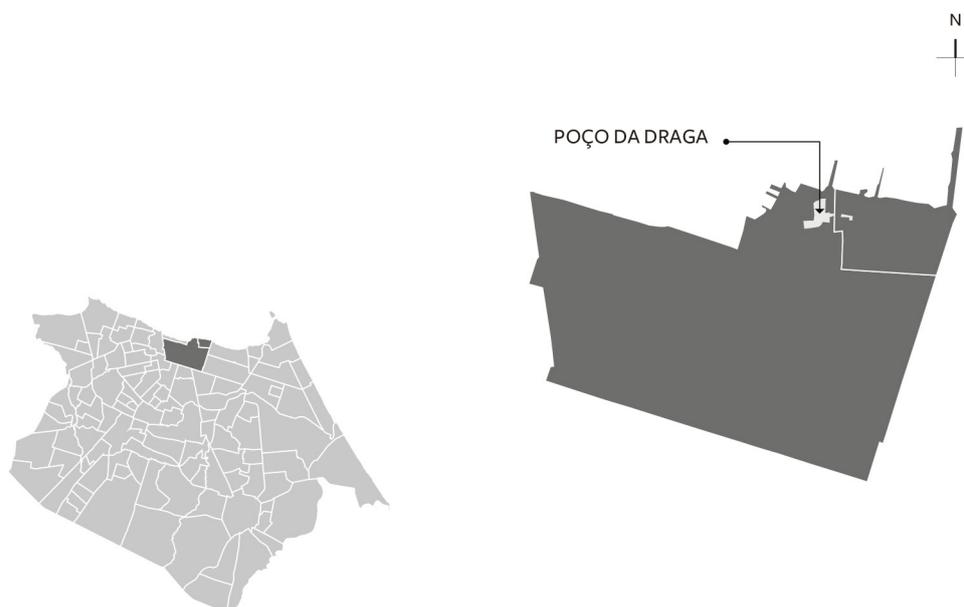
Ainda em 2017, o Programa Fortaleza Competitiva (PFC) propõe a delimitação de 15 novas OUCs, tornando ainda mais explícita a interferência de setores do mercado imobiliário no planejamento urbano e no conteúdo das normativas urbanísticas. Neste processo, ganha especial destaque a atuação do Sindicato da Indústria e da Construção Civil do Ceará (Sinduscon-CE) em conselhos e comissões, em especial a Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD) sob a coordenação da SEUMA. Dentre as 15, foram eleitas 6 áreas prioritárias para implementação e desenvolvimento da minuta da lei para cada OUC: Litoral Central, Leste Oeste, Rachel de Queiroz, Centro Oeste, Eduardo Girão e Papicu Maceió. Nelas, observa-se a alta incidência de assentamentos precários, bem como a proximidade e incorporação de um número considerável de ZEIS dentro dos seus limites. Paralelamente, o poder público municipal iniciou, recentemente, o processo de regulamentação de 10 ZEIS consideradas prioritárias, após mais de uma década de luta e pressão dos movimentos de moradia de Fortaleza. Esses processos revelam as disputas territoriais na cidade, mas principalmente a desigualdade estrutural de poder político e econômico na produção do espaço.

2.3 Ações e omissões do poder público no Poço da Draga

Localizado na faixa litorânea entre o bairro Centro e a Praia de Iracema⁷ (Mapa 02), o Poço da Draga⁸ é o retrato cruel das desigualdades de Fortaleza: a comunidade centenária está inserida em uma área de grande potencial turístico, que concentra diversos equipamentos culturais e de lazer, tais como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, mas segue sem saneamento básico e a Ponte Metálica em processo de desmoronamento (Mapa 05). Conforme D. Ângela, uma das guardiãs da memória da comunidade, o Poço da Draga é feito ferida nas imagens turísticas estereis da Praia de Iracema, do Meireles e da Aldeota (Figura 04). A moradora acrescenta: “parece que as periferias são como os índios que os portugueses fingiram não existir quando chegaram ao Brasil,

⁷ Até pouco tempo o limite político-administrativo da cidade inseria essa comunidade na Praia de Iracema, bairro com o qual a comunidade mais se identifica.

⁸ Outra antiga nomeação da comunidade é “Baixo Pau”, em referência aos estivadores e ao porto que ali existia. Apesar de sua origem histórica, o termo tornou-se pejorativo e é evitado pelos moradores. É comumente utilizado em programas de televisão, geralmente acompanhado do termo “favela”.



Mapa 05. Inserção urbana do Poço da Draga na cidade de Fortaleza.

Fonte. elaborado pela autora.

sabe? Tem gente que não sabe nem que isso aqui existe” (entrevista concedida ao Jornal O Povo, em 08 de abril de 2019).

A comunidade encontra-se “escondida” a oeste, atrás das instalações de grandes dimensões longitudinais da Indústria Naval do Ceará (INACE), a leste, atrás da Caixa Cultural de Fortaleza e dos antigos galpões⁹ na Av. Almirante Tamandaré, e ainda a nordeste, atrás das obras paralisadas do Acquario Ceará, equipamento turístico objeto de várias disputas, agora sem destino certo. Sua rua sinuosa desenha o espaço que sobrou entre o antigo trilho de trem, saindo da ponte velha em direção à antiga Alfândega (atual Caixa Cultural), e a INACE. O acesso à praia limita-se, atualmente, a um trecho de cerca de 100 metros, entre os tapumes da obra do Acquario Ceará e os limites da indústria

⁹ Os galpões e armazéns na Av. Almirante Tamandaré encontram-se desocupados, sem uso aparente há anos. Entre os moradores da comunidade, supõe-se que os proprietários estão aguardando a valorização imobiliária da área, em claro descumprimento constitucional no tange à função social da propriedade. Dentre eles, o prédio da antiga Companhia Industrial de Algodão e Óleo (CIDAO) já sediou a 13ª edição da Casa Cor, em 2011, estando completamente abandonado desde então.

2. planejamento urbano e exclusão territorial

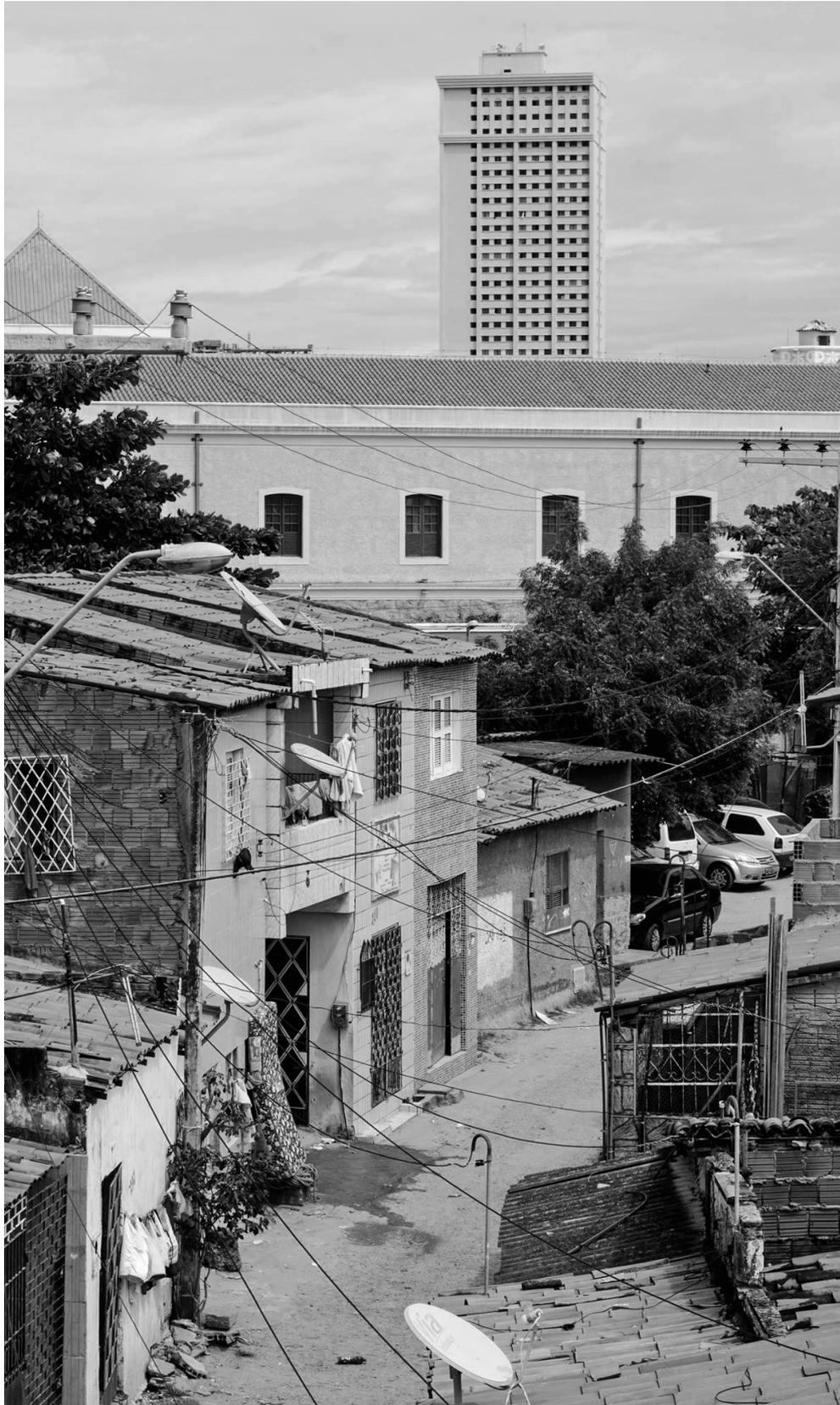


Figura 04. Contrastes entre a Praia de Iracema e o Poço da Draga, na cidade de Fortaleza.

Fonte. Acervo Luiz Alves.

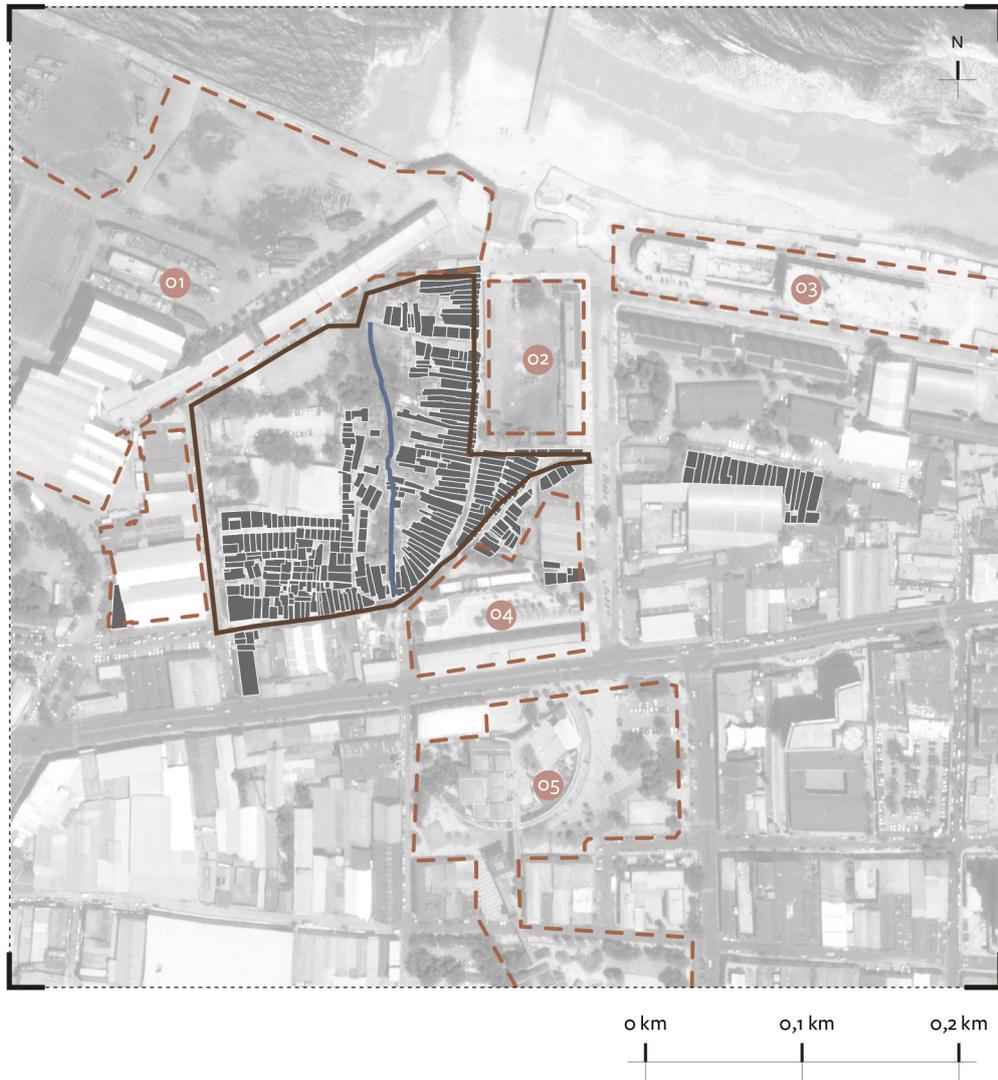
naval. Essas edificações herméticas provocam o isolamento da comunidade em relação ao seu entorno, limitando o seu acesso físico e a sua visibilidade (Mapa 06). Tal isolamento acentua-se ainda devido à área onde se encontra a comunidade ser de baixa cota altimétrica, separando-a do centro histórico, de cota mais elevada. Ademais, o processo de estigmatização do Poço da Draga como área de favela contribui para a segregação socioespacial da comunidade, agravada pela ausência de investimentos públicos concentrados diretamente na comunidade, na contramão dos realizados em seu entorno. As consequências socioambientais dessas decisões são altas e cumulativas ao longo do tempo (ALMEIDA, 2015). A imagem do Poço da Draga como território da pobreza, da precariedade e da marginalidade data de muito tempo, como apresentado na matéria a seguir:

Moafos é a sala de entrada da nossa capital. A decepção de quem pisa em Fortaleza. A segunda coisa ruim depois da ponte de desembarque. E aquele curral murado que há por detraz da alfandega, confinante com o Poço da Draga, onde uma outra cidade, pequenina e escondida, vive na lama e na imundice. E o mocambo cearense com as suas dôres ocultas e o seu silencio de resignação. E o pedaço mais triste e menos salubre da nossa vida urbana [...] Cortado de curtas e estreitas ruas, de ruazinhas anônimas, sem um patrono, sem um número indicador que oriente a quem quer que seja a triste casa de outro alguém. Moafos tem perto de meio milheiro de casinhas de madeira, do tamanho de um ôvo que fosse cúbico e medisse dez metros quadrados de área no máximo, de casebres de palha cobertos de palha residências remendadas com flandre e taboas de caixão. (O POVO, 1940).

Embora, em 2009, a comunidade tenha se tornado Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), através do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar nº 62/2009), o Poço da Draga ainda aguarda o processo de regulamentação do instrumento e continua em situação de irregularidade fundiária e urbanística, o que compromete a segurança jurídica da posse de seus moradores. Essa sensação de instabilidade se justifica na medida em que a aprovação do PDPFOR também passa a delimitar a área ocupada pela comunidade como Zona de Proteção Ambiental (ZPA1), em 2015, demarcando a foz do Riacho Pajeú dentro do Poço da Draga (Mapa 07). Contudo, séculos de documentação cartográfica, desde a planta da expedição de Mathias Beck, no século XVII, até mapas de meados do século passado, apontam a foz do Riacho Pajeú centenas de metros mais a oeste em relação ao corpo d'água existente na

Mapa 06. Macroestruturas e barreiras visuais do Poço da Draga.

Fonte. elaborado pela autora.



- 01 inace
- 02 terreno privado sem uso
- 03 construção do aquário
- 04 caixa cultural do ceará
- 05 dragão do mar de arte e cultura
- zeis poço da draga

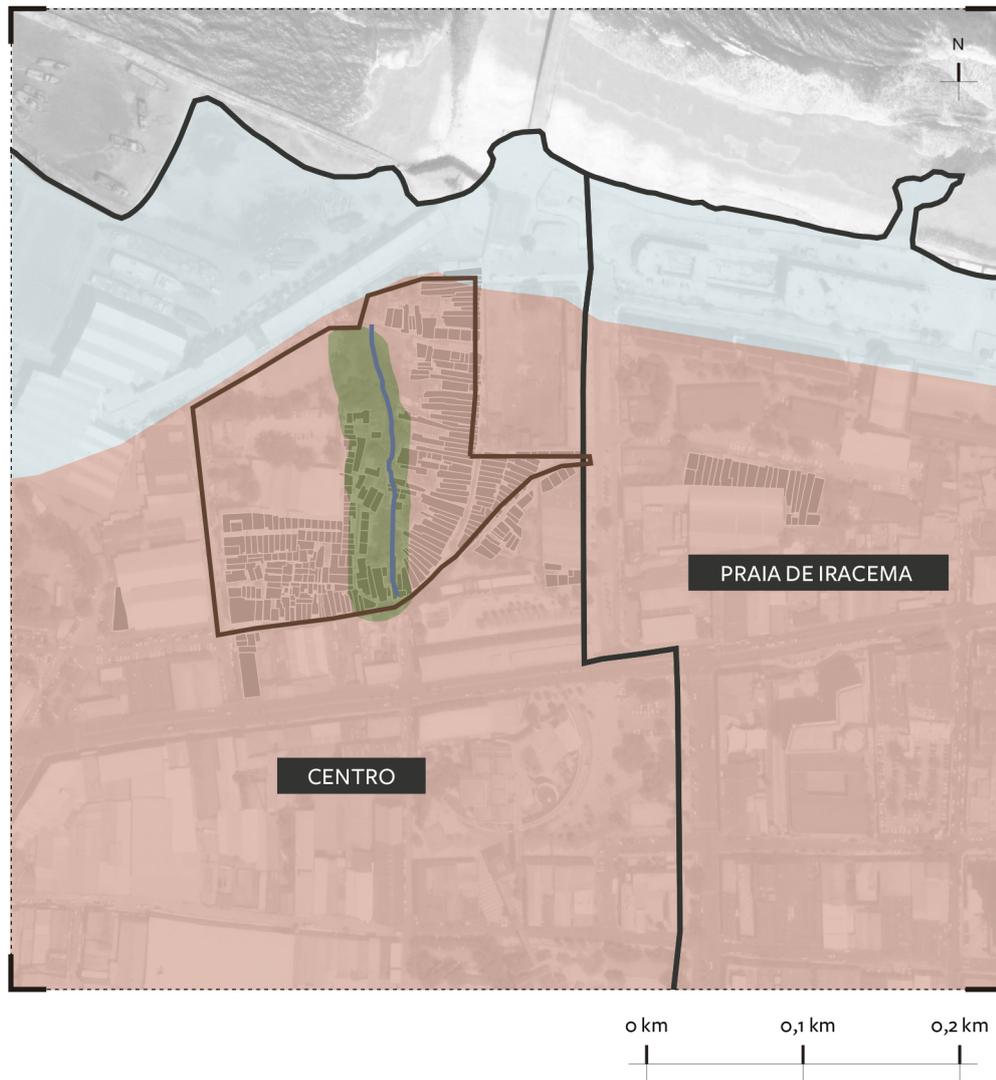
comunidade, estando assim dentro do terreno da INACE (TEIXEIRA, 2017).

Ao longo de sua história, o Poço da Draga sofreu inúmeras ameaças de remoção e seu histórico de resistência remonta a algumas décadas. Ainda em 1963, o Plano Diretor de Fortaleza, elaborado sob a coordenação do arquiteto Helio Modesto, propunha a erradicação da comunidade para a construção de um centro cívico como medida de modernização da área central da cidade, bem como da Praia de Iracema. Conforme Accioly (2008, p.152), o projeto previa o aterramento do Poço da Draga para compor um complexo paisagístico. Tal proposta não se concretizou, mas, desde então, as investidas do poder público e dos setores imobiliários não pararam. O plano propunha ainda a incorporação das zonas de praia à cidade, a partir da construção da Avenida Beira-Mar, na zona leste, e a partir da proposta de construção da Avenida Leste-Oeste, construída apenas em 1973, na zona oeste. Como consequência, o plano de Helio Modesto passa a sinalizar a ocupação do litoral como objeto de consumo das camadas de alta renda, provocando conflitos pela terra urbana e a expulsão paulatina de antigos moradores para a construção de edifícios de luxo na Av. Beira Mar. Algumas famílias removidas foram ocupar os espaços de pouco interesse imobiliário ao lado do porto do Mucuripe e outras foram relocadas para os conjuntos habitacionais construídos na década de 1970, tais como o Conjunto Palmeiras, no distrito de Messejana, e o Marechal Rondon, no Município de Caucaia, ambos na extrema periferia da cidade.

Em seguida, a criação da Indústria Naval do Ceará (Inace) em 1969, sob o comando do empresário Gil Bezerra, consolidou o isolamento físico da comunidade, ao impedir o acesso público à faixa de praia, configurando-se como verdadeiro enclave no tecido urbano. Tal fato deteriorou as graves condições socioeconômicas dos moradores, ao prejudicar a atividade de pesca, que na época constituía uma importante fonte de renda para a comunidade. Ademais, no início da década de 1980, com recursos da SUDENE, o grupo Gradwohl promoveu a expansão da INACE, triplicando a extensão do quebra-mar e aterrando mais 30.000m². À época, o grupo pressionou a remoção de parte da comunidade para o Conjunto Palmeiras, extrema periferia da cidade (GONDIM, 2008). Vale salientar que, atualmente, a INACE atua na construção e reforma de navios de guerra, rebocadores, iates de alto luxo e outros tipos de embarcações de pequeno e médio porte. Este uso, entretanto, vai de encontro à legislação vigente, que não admite uso industrial nessa faixa de

Mapa 07. Zoneamento PDP-FOR (Nº 62/2009).

Fonte. PDP-FOR (Lei Nº 62/2009), adaptado pela autora.



- zpa2 - faixa de praia
- zpa1 - preservação
- zo3
- zeis poço da draga
- limites dos bairros

praia, devido à Zona de Proteção Ambiental 2 (ZPA2) existente.

Durante o regime da ditadura militar, universitários, artistas, intelectuais e outros frequentadores tradicionais do bairro consolidaram, com a ajuda da mídia, a representação social da Praia de Iracema como reduto da boemia fortalezense, constituindo um patrimônio cultural e afetivo a ser preservado (BEZERRA, 2009; SCHRAMM, 2001). Schramm ressalta (2001), entretanto, que se tratava de uma construção identitária bastante seletiva, pois não incluía a região da Ponte Metálica, berço histórico da cidade, tampouco considerava as práticas dos moradores do Poço da Draga, e da classe média, que também fizera do bairro seu lugar de moradia e lazer. No final da década de 1980, a apropriação da Praia de Iracema pelo poder público e por segmentos do mercado turístico modificaram os parâmetros culturais vigentes, bem como a própria paisagem urbana, com o avanço da especulação imobiliária. As relações e práticas sociais até então estabelecidas foram transformadas, com o surgimento de novas significações sociais, concebidas pela indústria de produção de bens de serviço e consumo. A nova política de modernização foi introduzida na cidade pelo chamado “governo das mudanças”¹⁰, nas administrações do empresário Tasso Jereissati (1987-1990, 1995-1998 e 1998-2002) e de seu aliado político Ciro Gomes (1991-1994). Conforme Gondim (2004), tal processo de desenvolvimento pretendia inserir Fortaleza no mundo globalizado por meio de uma política cultural articulada à promoção do turismo. Oliveira (2006) ressalta, entretanto, que a construção da imagem turística de uma Fortaleza “moderna”, a Cidade do Sol, ocorreu sem que o poder público tenha estendido os direitos de cidadania às classes mais pobres. Revela-se assim que a própria ideia de modernização do espaço urbano, de acordo com o poder público e o capital privado, transcorre obrigatoriamente na supressão das diferentes temporalidades que o permeiam, adotando a uma concepção asséptica e higienista de produção da cidade. A partir de então, o Poço da Draga passa a ser alvo frequente de interesses privados e de políticas públicas voltadas para a “revitalização urbana” da Praia de Iracema, que ameaçam a permanência da comunidade, ao incitar a especulação imobiliária e o consequente processo de gentrificação (Mapa 08).

¹⁰ De 1962 a 1986, o governo do Estado do Ceará foi controlado pelos coronéis do exército Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, que em regime de acordos, trocas políticas e favores pessoais, dividiam o poder.

Mapa 08. Intervenções e projetos do poder público na Praia de Iracema.

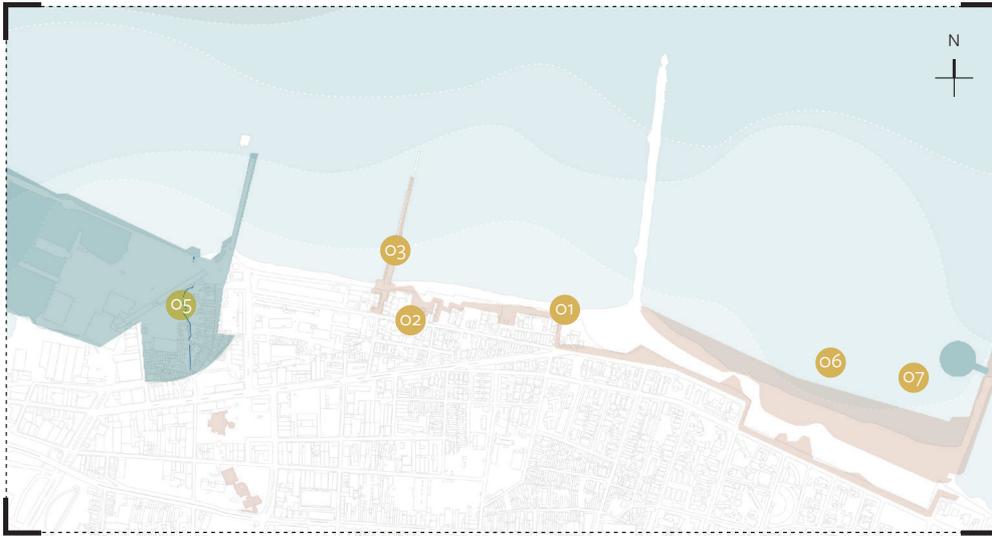
Fonte. elaborado pela autora.

Mapa 09. Setores da Zona Especial - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema.

Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza.

A mudança de uso e ocupação do bairro foi consolidada por uma nova legislação urbanística, aprovada em 1992. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza determinou a criação da Zona Especial (ZE) - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, cuja lei de regulamentação, aprovada em 1995, dividia o bairro em três setores distintos. O setor 1 abarcava a comunidade Poço da Draga, o prédio da Alfândega, onde passou a funcionar a Caixa Econômica Federal, e os antigos armazéns, onde foi construído o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Designado como área de revitalização urbana, o zoneamento incentivava os usos habitacional, cultural, de lazer e hotelaria, aprovando a construção de edifícios com até 16 pavimentos. O setor 2 abrangia a Rua dos Tabajaras, entre a Ponte dos Ingleses e a Igreja de São Pedro, e foi destinado à preservação urbana. O setor 3, definido pelas quadras ao norte da Avenida Historiador Raimundo Girão até a Rua Idelfonso Albano, foi definido como área de renovação urbana (Mapa 09). Contraditoriamente, o setor 1 que compreendia o berço histórico da cidade, com as antigas edificações vinculadas ao porto, foi destinado à revitalização¹¹, enquanto que o setor 2 foi considerado como patrimônio a ser preservado, cuja referência compreende apenas as vivências de determinados segmentos sociais (SCHRAMM, 2001, p. 46). Para o setor 1, o plano estimulava operações consorciadas, em parceria com a iniciativa privada, que se beneficiaria com o aumento do índice de aproveitamento, obtido mediante outorga onerosa. Para o setor 2, os parâmetros de uso e ocupação sugeridos permitiam a projeção de elementos decorativos nas fachadas, típicos do ecletismo, como forma de resgatar o passado miti-

¹¹ Schramm (2001) esclarece que a legislação não definia formalmente os termos requalificação, renovação e revitalização urbana.



- O1 calçadão
- O2 estoril
- O3 ponte dos ingleses
- O4 centro dragão do mar
- O5 centro de feira e eventos
- O6 aterro da praia de iracema
- O7 museu do mar
- executado
- projeto



- setor 1 - revitalização urbana
- setor 2 - preservação urbana
- setor 3 - renovação urbana

ficado e criar cenários próprios para a fruição turística. Nos anos seguintes, os investimentos públicos consagram a Praia de Iracema como um “bairro temático”, a partir da apropriação dos elementos do passado por agentes do setor privado, para rememorar a tradição idílica do lugar (BARBOSA, 2006).

Em meados da década de 1990, a imagem turística do bairro passa a ser associada também a uma disputa administrativa entre os governos estadual e municipal, os quais tentavam atrair a atenção da população local e dos turistas para as suas respectivas obras de intervenção urbana (BEZERRA, 2009). A prefeitura municipal esmerava-se no embelezamento da cidade e na construção de grandes obras, das quais destacam-se: a construção de um calçadão na orla da praia e a reconstrução de um dos edifícios mais significativos da história do bairro, o Estoril, reduto da boêmia na primeira metade do século XX, mas que fora parcialmente destruído em decorrência das fortes chuvas de 1994 e do péssimo estado de conservação. Em 1995, o edifício foi reinaugurado passando a abrigar, além de um restaurante, um pequeno centro cultural. Essas obras atreladas à liberação de alvarás de funcionamento, sem restrição alguma, desencadearam a crescente implantação de bares, restaurantes e casas noturnas pelo setor privado, alterando definitivamente os usos e as apropriações do bairro. Na gestão do prefeito Antônio Cambraia (1993-1996) foi divulgada a Operação Consorciada da Praia de Iracema, em parceria com a iniciativa privada, cuja execução implicaria a remoção dos moradores do Poço da Draga. A matéria publicada no jornal Diário do Nordeste, no dia 06 de fevereiro de 1995, apresenta explicitamente os interesses mercadológicos e as motivações contraditórias do projeto:

A iniciativa faz parte da filosofia da administração municipal de dotar a cidade dos equipamentos urbanos e paisagísticos necessários para explorar ao máximo o seu potencial turístico. Atualmente, essa região registra elevada desvalorização, em função do estado de degradação urbana verificada na área. Com isso, o valor do metro quadrado está cotado como um dos mais baixos de Fortaleza, se comparado a outras áreas equivalentes. Segundo dados do Instituto de Planejamento do Município (Iplam), o preço médio é de R\$ 100,00, contra os R\$ 850,00 por metro quadrado da Avenida Beira-Mar. (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fev. 1995).

A notícia continua com as justificativas referentes ao valor histórico do con-

junto de edificações existentes na área. Todavia, contraditoriamente, o projeto renega o passado histórico da Praia de Iracema ao considerar inadequada a presença na orla marítima dos armazéns e serviços remanescentes do antigo porto. Após os processos de resistência organizados pela comunidade, a Prefeitura Municipal de Fortaleza propôs a transferência dos moradores para um conjunto habitacional a ser construído nas proximidades da localidade. Parte dos moradores, no entanto, não aceitaram as condições impostas e continuaram reivindicando a permanência e a urbanização da comunidade, pressionando o poder público para a alteração do projeto (ALMEIDA, 2015). Por fim, este foi abortado após ação judicial. Logo em seguida, o prefeito Juraci Magalhães (1997-2005) anunciou novamente o reassentamento da comunidade para um terreno próximo, chamado “chácara das rosas”, com o objetivo de construir um parque ecológico na orla — como parte do projeto Baía de Iracema. A organização dos moradores, entretanto, conseguiu impedir o desenvolvimento da proposta.

No âmbito do governo estadual, na gestão de Ciro Gomes (1991-1994), a Ponte dos Ingleses foi reformada e reinaugurada, tornando-se cartão-turístico da cidade. Anos mais tardes, na gestão de Tasso Jereissati (1995-1998 e 1998-2002), ergueu-se o centro cultural denominado Dragão do Mar, em referência às narrativas mitológicas associadas ao herói abolicionista Chico da Matilde¹² e à Praia de Iracema, escolhidos propositadamente para reforçar a carga imagética e simbólica do equipamento e criar um marco identitário para a cidade. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) foi concebido a exemplo de experiências de Baltimore e Barcelona, para articular turismo, renovação urbana e política cultural (GONDIM, 2000). O projeto arquitetônico, concebido pelos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon após seleção pública, tem como elemento ordenador uma “rua aérea” que se estende no sentido norte-sul, interligando quatro blocos de edifícios, conectados à cota do chão a cada 25 metros, por meio de escadas, rampas e elevador. As-

¹² O jangadeiro cearense Francisco José do Nascimento, conhecido como “Chico da Matilde”, a pedido dos integrantes do movimento abolicionista cearense, liderou os jangadeiros que se recusaram a transportar escravos aos navios ancorados no porto. Tornou-se célebre por sua ida em uma jangada ao Rio de Janeiro, em 1884, onde recebeu homenagens amplamente divulgadas. A imprensa passou a se referir ao jangadeiro como “Dragão do Mar” (GONDIM, 2007).

sim como o monstro marinho, o centro cultural destaca-se pela escala monumental: 13.500 m² de área construída, ocupando terreno de 30.000 m², em meio aos sobrados e edifícios históricos do seu entorno, como a Casa Boris, o Seminário da Prainha e a antiga Alfândega (GONDIM, 2009). Após inúmeros percalços, o equipamento foi oficialmente inaugurado em 1999, recebendo diversas críticas de intelectuais, artistas e produtores culturais, por desrespeitar o patrimônio histórico-arquitetônico relacionado a atividade portuária original da área e acentuar a concentração socioespacial de equipamentos culturais. Por outro lado, o centro cultural teve aceitação positiva da mídia e dos usuários que consomem seus espaços, seus bens culturais e de lazer.

Apesar desse equipamento ter potencializado ocupações do entorno tanto para a gastronomia como para o lazer, não houve incentivos de adaptações de imóveis para fins culturais, como previsto no projeto original, tampouco integração social com os moradores do Poço da Draga. A valorização da área trouxe consigo a especulação imobiliária, que atrelada aos problemas criados ou agravados no entorno — tais como: trânsito caótico à noite, poluição sonora, predomínio de usos comerciais sobre usos culturais, ocupação desordenada do espaço público, aumento da delinquência e do turismo sexual, acabaram afastando os artistas e especialmente os moradores da classe média do local (BARBALHO, 2001). Em diversas reuniões promovidas por empresários com a colaboração do governo estadual, moradores do Poço da Draga também manifestaram seu temor de que a valorização turística e imobiliária da área provocasse a remoção da comunidade (GONDIM, 2001). O caso representa a tendência do Estado de direcionar os investimentos públicos a partir de interesses econômicos e políticos que privilegiam uma camada de alta renda, em detrimento das poucas ações para mudar a realidade social da comunidade, a poucos metros do complexo cultural. A mesma lógica se reproduz em diferentes cidades do mundo. Para tornar-se mais competitiva no turismo globalizado e atrair investidores internacionais, as cidades constroem novos equipamentos — denominadas “iscas culturais” por Otilia Arantes (1998) — de forte apelo imagético e icônico, utilizando a cultura como principal estratégia para as políticas e projetos urbanos contemporâneos. Predominantemente, os alvos de intervenção são justamente as áreas centrais urbanas, portuárias e industriais desativadas, que a princípio deveriam preservar a memória e a herança coletiva. Observa-se, todavia, que os financiadores dos grandes projetos de revitalização urbana buscam terrenos livres de qualquer conflito, es-

paços desencarnados, para poder implantar uma cidade genérica e homogênea. Criam-se entornos hiper-reais, cenários “sanitarizados” e apolíticos, e os habitantes transformam-se em simpáticos figurantes. Na maioria das vezes, inclusive, a população local, guardiã das tradições culturais, é expulsa da intervenção pelo processo de gentrificação.

Dessa forma, o processo contemporâneo de espetacularização das cidades é indissociável das estratégias de marketing urbano, que buscam criar uma imagem singular de cidade, mas também esquematizada e simplificada, como imagem de marca ou logotipo da cidade. O grande paradoxo é que quanto mais globalizada, mais essas cidades precisarão seguir um padrão internacional extremamente homogeneizador, visando o turista internacional — e não o habitante local — e anulando as possibilidades dessas cidades se diferenciarem cultural e socialmente (JACQUES, 2004). A tendência geral é o apagamento da memória plural e complexa (e sua substituição por uma falsa memória), o empobrecimento da experiência urbana e da vivência afetiva dos seus habitantes, com a intenção de enfraquecer as redes sociais que poderiam se opor a determinados projetos urbanos, políticos e econômicos. Novas identidades coletivas são criadas, simples, acríticas e segregadoras — fenômeno no qual Jacques (2004) denomina de espetacularização urbana. Segundo a arquiteta (2004), a transformação dos espaços urbanos em cenários para espetáculos turísticos está diretamente relacionada a uma diminuição tanto da participação cidadã quanto da experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana. Nesse sentido, conforme a geógrafa Ana Fani Carlos (1999), o turismo na cidade do capital é um dos principais vetores de produção do “não-lugar”, da construção de espaços sem identidade ou mesmo sem qualquer relação com o lugar onde se instalam, sendo cenários voltados ao espetáculo para assim serem consumidos como mercadorias. Essas obras espetaculares tendem a dissolver a dinâmica comunitária local, fazendo os moradores se sentirem “estrangeiros em sua própria casa”, promovendo estranhamento e não pertencimento ao lugar, a partir de processos de desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2004). Dessa forma, Carlos (1999, p.26) salienta que “o espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço vazio. Ausência. Não-lugares”.

Em 2001, após a consolidação do CDMAC, foi anunciado mais um grande

equipamento turístico para a Praia de Iracema: o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (CMFE), proposto pelo governo estadual, em parceria com a prefeitura municipal e a iniciativa privada. O projeto, com custo estimado de 200 milhões de reais, foi elaborado por 14 escritórios de arquitetura e seria executado pela Secretaria de Infraestrutura do Ceará (Seinfra), com financiamento do BID (OLIVEIRA, 2006). O programa de necessidades incluía auditórios, espaços para exposições, quadras esportivas, centro de convenções, pavilhão de feiras e teatro com capacidade para até duas mil pessoas, ocupando 55 mil m² como área construída. O projeto previa ainda a construção de uma marina e estrutura de apoio, além da instalação de usinas eólicas e a construção de um marco visual erguido em área circular adjacente à marina. Sua implantação se daria na orla da Praia de Iracema, na área ocupada pela comunidade Poço da Draga, aumentada por um aterro marítimo com dimensão da ordem de 19 hectares. O empreendimento tinha como objetivo atender a uma demanda crescente do mercado nacional e internacional de um turismo de negócios, bem como atenuar os períodos de estagnação ocasionados pela baixa estação. À época, a sua localização e os impactos socioambientais que o equipamento poderia causar foram contestados por representantes de entidades profissionais, como o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB - Ceará) e a Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB - Ceará), do movimento ambientalista, bem como por membros do próprio governo. Nesse contexto, conforme Gondim (2008), a retirada de três centenas de famílias do local parecia ser uma questão menor, a julgar pelo teor dos debates.

Até então, a atuação do poder público na comunidade adotava a postura *laissez-faire*¹³, as sistemáticas ações ostensivas da polícia, quando não acarretava perdas de equipamentos comunitários — tais como a perda de duas escolas mantidas pela Congregação da Irmãs Josefinas e pela Colônia de Pescadores Z-18, do posto de saúde que deixou de funcionar em 1993, e da escola infantil mantida pela prefeitura em parceria com o Rotary Clube, mas desativada em 2002. A partir de estudos socioeconômicos desenvolvidos pela Seinfra, o

¹³ Uma das poucas intervenções diretamente na comunidade foi a realização pelo governo municipal, em 1996, de obras de drenagem, necessárias para a construção do CDMAC. A reforma do Pavilhão Atlântico, em 2012, na gestão da prefeita Luizianne Lins, e a inauguração de uma quadra poliesportiva em frente à Ponte Metálica, em 2016, na gestão do prefeito Roberto Cláudio.

grupo formado pelos escritórios dos arquitetos Luiz Deusdará, Luciano Guimarães, Luiz Fiúza e Joaquim Cartaxo desenvolveu o projeto arquitetônico para reassentamento da comunidade do Poço da Draga. Cerca de 295 famílias seriam realocadas para um condomínio multifamiliar localizado na quadra delimitada pelas ruas Almirante Jaceguai, Senador Almino, Dragão do Mar e a avenida Pessoa Anta, a menos de 600 metros da comunidade. O imóvel, com área de 20.687,16 m², chegou a ser declarado de interesse social para fins de desapropriação pelo governo estadual, através do decreto no 26.460, de 11 de dezembro de 2001 (Arquivo Velaumar). Gondim (2008) salienta, entretanto, que os supostos beneficiários não participaram das tomadas de decisão referente ao projeto, definido previamente pelos técnicos e apenas apresentado durante assembleia geral para a comunidade.

A tipologia, desenvolvida em três pavimentos, apresentava no pavimento térreo, áreas para convívio dos moradores, serviços comunitários, garagens e pontos comerciais, os quais seriam alocados a cargo da Associação de Moradores segundo critérios definidos a posteriori “pela comunidade”. As 292 unidades habitacionais construídas foram localizadas no segundo e no terceiro pavimento, e configuravam apartamentos duplex cujo tamanho variava de um a três quartos, distribuídos de acordo com o número de pessoas da família, independentemente do tamanho da casa ocupada por estas na comunidade (OLIVEIRA, 2006). Esse critério, estabelecido pelos técnicos, foi amplamente questionado pelos moradores e alvo de discordâncias internas. Com efeito, dada a heterogeneidade socioespacial da comunidade, os moradores expressavam necessidades diversificadas, cujo atendimento demandaria soluções habitacionais mais flexíveis. Ademais, parte dos moradores demonstraram preocupação com as consequências da troca de casas por apartamentos. Destacavam como desvantagem as perdas associadas aos valores simbólicos e afetivos estabelecidos com o lugar e os custos que adviriam do novo padrão habitacional, como o pagamento de taxas e impostos e, sobretudo, a vulnerabilidade de remoção devido a pressões do mercado imobiliário. Apesar do extenso processo de negociação com a comunidade, em 2008, o governo estadual reformulou o projeto e decidiu construí-lo no bairro Edson Queiroz, para criar novas centralidades urbanas e expandir as fronteiras do capital financeiro e imobiliário.

Ainda no âmbito do governo estadual, na gestão do governador Cid Gomes

(2007-2015), o projeto para a construção do Acquário Ceará — conforme anunciado, o terceiro maior aquário do mundo, na adjacência da comunidade — pegou os moradores de surpresa. Trata-se de um empreendimento com área construída prevista de 21,5 mil metros quadrados, distribuído em quatro pavimentos. O projeto previa a instalação de um cinema 3D, dois cinemas 4D, simuladores de submarino, área para mergulho com navio naufragado, dois túneis de observação submersos que permitiria o acesso dos visitantes ao interior de trinta e oito tanques de exibição, com capacidade para 15 milhões de litros. A implantação do equipamento seria em terra da união, antes ocupada pelo prédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), à época abandonado. Conforme o governo estadual, o equipamento teria como objetivo dotar Fortaleza de um espaço apropriado para o entretenimento associado à educação ambiental, bem como revitalizar a Praia de Iracema e o Centro da cidade, com a finalidade de “ofertar e, até mesmo, devolver à população de Fortaleza, espaços tradicionais para a prática de lazer”. O empreendimento está associado também ao conjunto de intervenções urbanísticas relacionadas a realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). O projeto foi orçado inicialmente em 250 milhões de reais, cuja maior parte seria oriunda de um empréstimo concedido pela Export-Import Bank of the United States (Ex-Im Bank), e o restante seria financiado pelos recursos públicos. A trama que se constituiu em torno do projeto vai desde sua apresentação, em 2009, quando instigou muitas críticas da opinião pública e o surgimento do movimento “Quem dera ser um peixe”, formado por artistas, profissionais liberais, professores, estudantes, moradores e usuários do bairro. Questionava-se quanto as prioridades de investimento e os gastos vultuosos para construir um empreendimento turístico enquanto o estado vivia uma das secas mais impactantes dos últimos tempos, e à uma série de processos judiciais a partir de irregularidades no projeto.

Apesar da dimensão do empreendimento e do impacto paisagístico que certamente causaria na Praia de Iracema, o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do projeto Acquário do Ceará foi elaborado e aprovado celeremente, a cargo da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) e não do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), contrariando as recomendações do Ministério Público. Menos de três meses após a licença prévia dada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, a licença de instalação foi aprovada autorizando o início das obras, em

março de 2012 (ROMEIRO, FROTA, 2015). Contudo, não foi realizado estudo de impacto de vizinhança para dimensionar os efeitos negativos da obra quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, tais como a geração de tráfego e demanda por transporte público, emissão de ruídos, a valorização imobiliária, modificação na paisagem urbana e no patrimônio natural e cultural, dentre outros. Apesar do equipamento estar localizado a cerca de trezentos metros da ZEIS Poço da Draga, salienta-se que o referido EIA/RIMA faz pouca menção à comunidade, embora ainda ressalte que algumas moradias se encontram em áreas de risco e necessitam ser realocadas. Mesmo considerando que não haja nenhuma ação de desapropriação ou reassentamento das famílias em razão das obras do Acquário, a valorização imobiliária certamente ameaçaria a permanência da comunidade, dada a insegurança jurídica dos moradores. Ademais, a própria imagem publicitária do projeto é categórica ao ignorar a existência da comunidade, substituindo-a por uma área verde.

Outro ponto contestável diz respeito à contratação das empresas responsáveis pelo projeto arquitetônico e pela execução das obras.

Inicialmente, a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará repassou, por meio de convênio, ao Fortaleza Convention & Visitors Bureau, fundação privada, recursos no valor de R\$ 1,98 milhão (um milhão, novecentos e oitenta mil reais) visando à elaboração do projeto. Na ocasião, não foi realizado qualquer procedimento licitatório e o convênio foi celebrado mesmo sendo de amplo conhecimento que a conveniada não teria capacidade técnica para elaboração do projeto. Em razão disso, logo em seguida, o Fortaleza Convention & Visitors Bureau contratou os serviços da empresa IMAGIC!, que se autointitula a maior empresa de Arquitetura do Conteúdo da América Latina. A medida foi questionada pelo Ministério Público Federal, que identificou indícios de favorecimento à empresa contratada. [...] Após a elaboração do projeto, a Secretaria de Turismo, seguindo indicações da empresa IMAGIC!, contratou sem a realização de licitação a empresa norte-americana International Concept Management Inc. (ROMEIRO, FROTA, 2015, p. 111)

A contratação, no valor de 244.335.000,00 de reais, foi considerada ilegal pelo Relatório de Inspeção nº 0011/2012 da Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização de Obras de Grande Porte do Tribunal de Contas do Estado.

Após denúncia do movimento “Quem dera ser um peixe”, o órgão constatou não haver singularidade na obra ou exclusividade por parte da empresa contratada, dado que existem outras com capacidade técnica para realização do empreendimento. Ademais, conforme investigação conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas, a contratação da empresa ICM-Reynolds teria sido condição para que o governo estadual recebesse empréstimo do Ex-Im Bank no valor de 150 milhões de dólares. Outra denúncia relatada pelo movimento foi a ausência de um plano de negócios que detalhe a viabilidade econômica do empreendimento, bem como acerca dos custos de operação e manutenção do oceanário, tornando o investimento de alto risco financeiro para os cofres públicos. No final de 2013, o governo estadual anunciou ainda a construção de uma usina termoelétrica a gás para fornecer energia exclusivamente para o Acquário, com custo estimado de 16 milhões de reais. A medida foi alvo de várias críticas não apenas pelo volume de gastos envolvidos, mas também pelos impactos ambientais dela decorrentes. Do valor total, cerca de R\$ 1.158.619,11 foram repassados para empresa vencedora da licitação. Contudo, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará suspendeu o repasse, motivado por indícios de irregularidades por vícios no processo licitatório.

Outra irregularidade apontada é a ausência de prospecção arqueológica, necessário a qualquer obra de grande porte de acordo com a resolução 001/86 do Conama, que deveria ter sido enviada e aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) antes do início das obras. Tendo em vista que a área corresponde a um sítio histórico do início da ocupação do território de Fortaleza, na antiga zona portuária, o Iphan embargou a obra via processo administrativo, que permaneceu paralisada durante 83 dias. Ao todo foram nove ações judiciais, entre 2009 e 2013, que colocam em questionamento a ausência de procedimento licitatório e a forma como ocorreu a contratação das empresas, os impactos do empreendimento, a dificuldade de acesso a informações, o desrespeito a legislação ambiental e urbanística e a má utilização de recursos públicos, sendo: quatro ações civis públicas, uma ação popular, uma ação cautelar para exibição de documentos, uma ação declaratória incidental e uma ação de improbidade administrativa movidas contra o Estado do Ceará e seus agentes (ROMEIRO, FROTA, 2015). Na contramão, o governo estadual moveu ação judicial contra os integrantes do movimento “Quem dera ser um peixe” e contra o Iphan, alegando “litígio de má fé”, vi-

sando a anulação de embargo à obra. As ações ainda tramitam na Justiça, mas a obra foi paralisada definitivamente após a instituição financeira americana Ex-Im Bank perder a autorização para realizar novas operações no Brasil, em julho de 2015. No total, a obra já custou 130 milhões de reais aos cofres públicos, com 75% da estrutura de concreto concluída, mas apenas 25% do previsto em equipamentos e acabamento. Ainda em estado de latência, a intervenção entrou na lista de ativos a serem privatizados, e cria mais uma barreira de isolamento da comunidade, por fechar o principal acesso à praia, causando permanente indignação entre os moradores da comunidade.

Na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2005-2008), foi anunciado o Projeto de Requalificação da Praia de Iracema que previa mais de vinte intervenções públicas, dentre elas a construção do Parque da Cidade em terreno contíguo ao Poço da Draga, onde também seria construído a sede da Associação Comunitária do Poço da Draga (Ampodra). O projeto de urbanização da comunidade estava a cargo da Habitafor e tinha como premissa básica reassentar famílias em conjuntos habitacionais no próprio terreno, mas apenas em casos críticos, como em áreas de risco ambiental, em APP, ou de segurança para os residentes. Entre 2007 e 2009, os técnicos contratados pela prefeitura realizaram ações e oficinas com a comunidade a fim de definirem as principais premissas da intervenção. No entanto, o projeto a nível preliminar ainda não tinha recursos financeiros garantidos e não recebia prioridade da prefeitura e da própria Habitafor, comparado a outros projetos desenvolvidos. Na segunda gestão da prefeita (2009-2012), os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), pleiteados junto ao Governo Federal, não foram liberados e o projeto proposto para o Poço da Draga não foi executado. A equipe técnica, porém, continuou atualizando o diagnóstico social da comunidade e desenvolvendo o anteprojeto da proposta (ALMEIDA, 2015). Em, 2013, na gestão do prefeito Roberto Cláudio (2013-2016), parte da equipe técnica à frente do projeto permanece no órgão, sendo solicitado a revisão da proposta de intervenção de forma a adaptá-la às exigências do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). A versão mais atualizada do projeto previa melhorias habitacionais em 203 casas já consolidadas da comunidade, e 141 famílias a serem removidas e reassentadas em novas edificações do PMCMV no perímetro da comunidade, dentre elas: 63 habitações localizadas em área de APP, 71 habitações para readequação do sistema viário, 5 habitações com menos de 25m², 1 habitação com risco estrutural e 1 domicílio com densidade

excessiva. Por fim, o proposto para o Poço da Draga não foi executado, sendo abortado definitivamente.

Divulgado no final da primeira gestão do prefeito Roberto Cláudio (2013-2016), o projeto Fortaleza 2040 trata, segundo o discurso oficial, de um plano de desenvolvimento para a cidade com estratégias a serem implementadas em curto, médio e longo prazo, integrando eixos de ação urbanístico, social, ambiental, econômico e de mobilidade. O Plano foi entregue em dezembro de 2016, encabeçado pelo arquiteto Fausto Nilo e coordenado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (Iplanfor). Dentre os diversos cadernos apresentados pelo Fortaleza 2040, o Poço da Draga é representado graficamente em mapas e imagens em um único volume, o terceiro, cujas distorções vão desde o seu reordenamento espacial sem quaisquer diálogos com os moradores à omissão do assentamento existente em imagens que projetam um futuro turístico e midiático para o território, onde em seu entorno imediato consta um hotel cinco estrelas e um centro de convenções (Mapa 10 e Figura 05). O caso contribui para evidenciar o hiato entre a atuação do poder público, que adota mecanismos de participação institucionalizada, e as possibilidades de atuação da comunidade nos canais sancionados pelo Estado. De fato, os moradores continuam afastados dos processos de decisão da produção do espaço cotidiano, determinada por regras definidas a priori, que contrariam os interesses da comunidade. O plano não dá respostas aos processos de especulação e gentrificação que geraria e, conseqüentemente, de remoção dos moradores afetados. Mas, contrariamente, estabelece as Parcerias Público-Privadas e as Operações Urbanas Consorciadas como possíveis instrumentos para a implantação desses projetos. No contexto de Fortaleza, a cidade com o maior número de parcerias nesse modelo no Brasil, a adoção desses instrumentos intensificou o processo de mercantilização e segregação urbana e a promoção de práticas predatórias.

Esse mesmo órgão, o Iplanfor, atualmente, por meio da Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART), é responsável pelo processo de regulamentação de 10 ZEIS prioritárias: Bom Jardim, Lagamar, Moura Brasil, Mucuripe, Pici, Pirambu, Praia do Futuro, Serviluz, Poço da Draga e Vila Vicentina (Mapa 11). Apesar da prioridade explicitamente reconhecida no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Nº 62/2009), por muitos anos, pouco se caminhou no processo, pelo menos até meados de 2016. Nesse entretanto,

Mapa 10. Plano geral de Reurbanizações do Fortaleza 2040.

Fonte. IPLANFOR, adaptado pela autora.



- parques e áreas verdes
- reurbanização proposta
- limite do centro expandido



Figura 05. Perspectiva eletrônica de parte do projeto Fortaleza 2040 para os bairros Centro e Praia de Iracema.

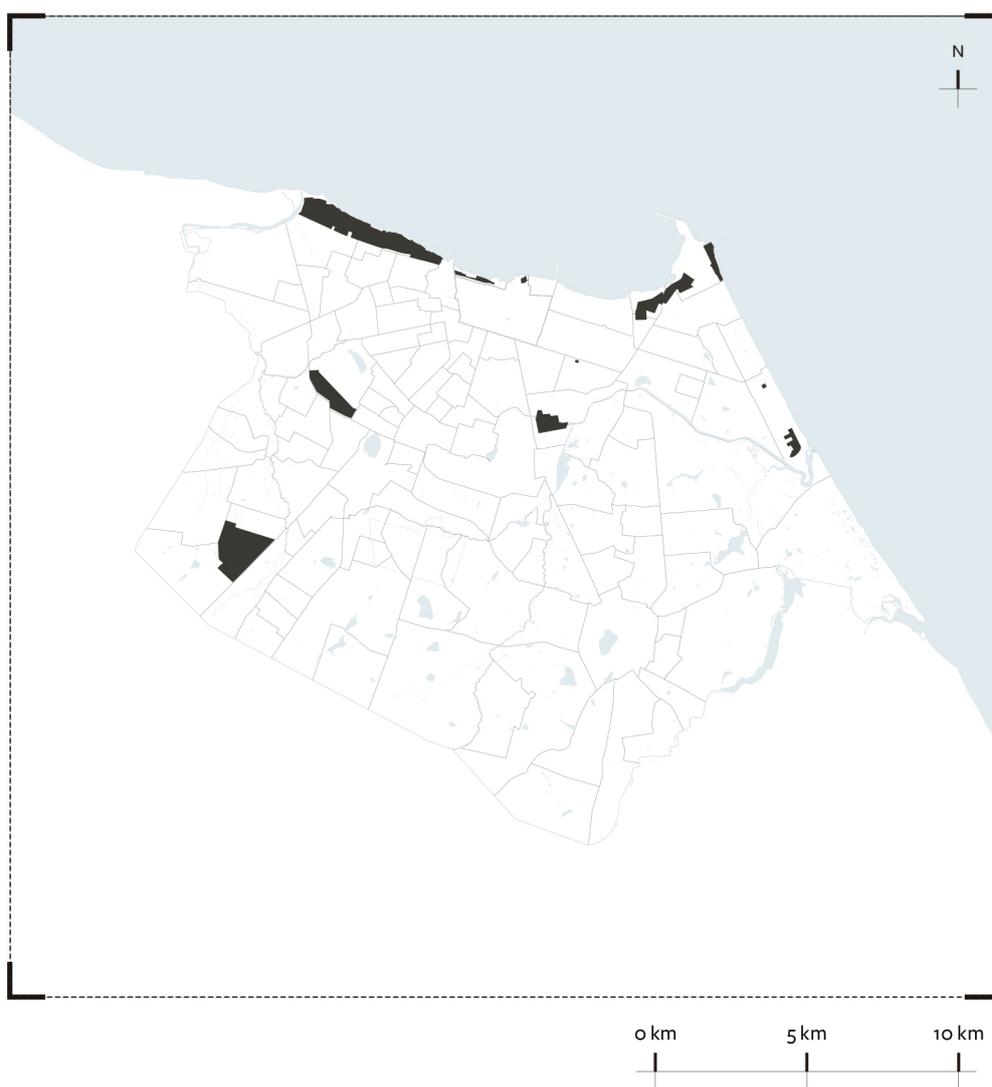
Fonte. IPLANFOR.

a sociedade civil se mobilizou e pressionou o poder público a regulamentar as ZEIS, com o apoio de assessorias e entidades, utilizando das mais diversas estratégias, como atos, audiências públicas, acampamentos, reuniões, notas de imprensa, entre outros. Apenas no final de 2013, a gestão cedeu à pressão e convidou representantes de nove comunidades escolhidas como prioritárias, entidades da sociedade civil e poder público para constituir o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social, instituído através do Decreto Municipal nº 13.241 (PEQUENO; PINHEIRO, 2019). O referido comitê é uma ferramenta de gestão participativa, criada com o objetivo de elaborar um relatório com o diagnóstico das áreas demarcadas como ZEIS e recomendações para subsidiar a prefeitura no processo de regulamentação e efetiva implantação das ZEIS no município de Fortaleza. O relatório final produzido pelo comitê foi entregue ao prefeito em outubro de 2015, com o diagnóstico situacional e as questões específicas referentes a cada área demarcada como ZEIS no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (e na Lei Complementar nº 76/2010, que instituiu a ZEIS do Lagamar);

Em seguida, mais uma vez a partir da pressão popular, foi publicado o Decreto Municipal nº 13.827, de 14 de junho de 2016, para a criação da Comissão de

Mapa 11. ZEIS prioritárias para Regularização.

Fonte. IPLANFOR, adaptado pela autora.



■ zeis prioritárias

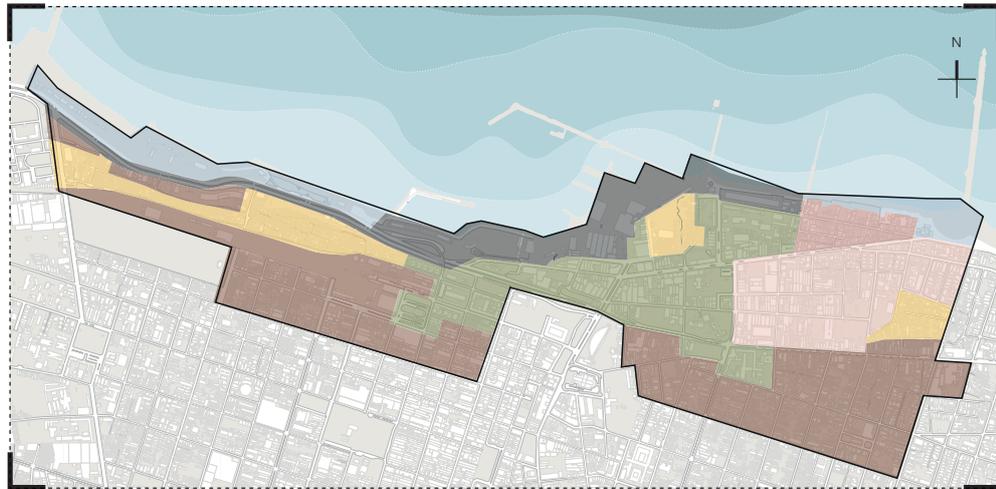
Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, coordenada pelo Iplanfor, por meio da DIART, e composta por membros da gestão municipal, representantes das nove ZEIS consideradas prioritárias pela prefeitura, dos movimentos sociais, das assessorias e entidades acadêmicas. Por meio da comissão, a Vila Vicentina foi incluída como a décima ZEIS prioritária, após uma forte pressão do setor imobiliário pela retirada dos moradores. No dia 23 de fevereiro de 2018, em ato público, a comissão entregou ao prefeito os cinco documentos elaborados relativos à: (i) proposta de decreto de funcionamento dos Conselhos Gestores das ZEIS e criação do Fórum Permanente das ZEIS, ambos com poder deliberativo; (ii) proposta de termo de referência para a capacitação dos conselhos gestores das ZEIS; (iii) proposta de termo de referência para contratação de Plano Integrado de Regularização Fundiária (Pirf); (iv) proposta de lei de habitação de interesse social em ZEIS 3, em substituição ao plano de intervenção previsto no Plano Diretor; (v) minutas de alteração de artigos do PDPFOR e da LUOS que ameaçam as ZEIS. Até o presente momento, apenas os três primeiros produtos tiveram algum avanço, apesar das graves alterações feitas pela prefeitura, sem qualquer comunicação prévia ou mesmo consulta a todos e todas que participaram da sua construção. Os outros produtos de suma importância para garantir que o instrumento não vá ser desmontado na revisão do Plano Diretor que se avizinha, ainda não foram encaminhados pela prefeitura.

No dia 22 de maio de 2018, o Decreto Municipal nº 14.211, que trata sobre a eleição dos conselhos gestores, foi publicado desrespeitando o que foi pactuado pela comissão e ignorando todo o esforço e dedicação empenhados em quase cinco anos de trabalho. As principais críticas às alterações da Prefeitura Municipal, dizem respeito a dois pontos fundamentais: a previsão do Fórum Permanente das ZEIS apenas como órgão de caráter consultivo; e a composição do Conselho Gestor, antes majoritariamente formado pela sociedade civil, retirando a participação de entidades acadêmicas, escolhidas pelos moradores, e inserindo um vereador, escolhido pela Câmara Municipal, em cada conselho. As entidades acadêmicas, principalmente através das assessorias técnicas, têm, desde o início das reivindicações pelas ZEIS, auxiliado as comunidades nas demandas pela efetivação do Direito à Moradia, participando, em sua maioria, dos trabalhos da Comissão das ZEIS. O termo de referência acordado pela comissão para contratação dos Pirfs também foi desconsiderado e passou a ser objeto de negociação com quatro universidades para que

elas fossem responsáveis pelos planos. Nesse modelo, a prefeitura investe pouquíssimo recurso para regulamentação deste instrumento, e ainda exige que as universidades prestem os serviços no prazo de quatro meses, e não nos dezoito meses previstos na proposta construída pela comissão (PEQUENO; PINHEIRO, 2019). Atualmente, os moradores, agora com seus conselheiros eleitos, tentam se articular com assessorias e entidades acadêmicas, muitos pertencentes à Frente de Luta por Moradia Digna, para pressionar, do poder público, respostas aos diferentes entraves produzidos pela gestão municipal.

Ainda em 2018, foi divulgada pela Seuma cinco OUCs prioritárias, dentre elas a Operação Consorciada Litoral Central. Nela, o zoneamento do terreno da INACE, que estava classificado como ZPA no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, foi alterado para Zona 6 (Mapas 12 e 13), elevando o potencial construtivo e tornando a área um excelente ativo imobiliário (Tabela 01). Apesar de morarem em uma Zona Especial de Interesse Social, os moradores não foram previamente informados dessa mudança, e temem ser expulsos de suas casas como resultado do processo de valorização imobiliária do entorno. A mudança foi aprovada na Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor de Fortaleza (CPPD), que se reúne frequentemente na Seuma para deliberar sobre projetos do interesse do capital imobiliário, não alinhados com as legislações vigentes, mas que são invariavelmente aprovados, por membros indicados. Ao longo das reuniões, os grupos de pesquisa e extensão, representantes da Universidade Federal do Ceará, denunciaram várias irregularidades, conluios, ausências e omissões, como na 101ª reunião da CPPD, na qual a ZPA1 dentro do Poço da Draga foi denominada como Praças e Áreas Verdes nos mapas produzidos para a OUC Litoral Central, estando bem maior à delimitação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, atingindo grande parte da comunidade. Nesse sentido, salienta-se que, mais de duas décadas após a sua criação pela Lei Municipal nº 7.813 de 1995, a CPPD segue funcionando como instância de consulta e assessoramento da gestão municipal em questões referentes à política de desenvolvimento urbano, apesar das graves denúncias que existem a respeito de sua atuação. Nesta comissão, estão presentes representantes de entidades ou órgãos pertencentes ao poder executivo municipal, entidades profissionais (IAB, AGB, ABES, ACEC, CREA), entidades empresariais (CDL, ACC, Sindionibus, Siduscon), uma entidade acadêmica (UFC), e, por parte do movimento popular, há apenas a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, que tem sempre se posicionado a favor dos projetos apresenta-

2. planejamento urbano e exclusão territorial



ZONEAMENTO OUC LITORAL CENTRAL

- | | |
|--------|---------------------|
| zona 1 | zona 5 |
| zona 2 | zona 6 |
| zona 3 | zeis |
| zona 4 | ouc litoral central |



PDPFOR (LC N° 062/2009)

- | | |
|------------------------|-------|
| zpa 1 - preservação | zo 4 |
| zpa 2 - faixa de praia | zop 1 |
| zo 2 | zoc |
| zo 3 | zeis |

OUC LITORAL CENTRAL

- | |
|---------------------|
| ouc litoral central |
|---------------------|

Mapa 12. Novo zoneamento proposto para OUC Litoral Central.

Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados de relatórios da Quanta Consultoria Ltda.

Mapa 13. Sobreposição do zoneamento do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei N° 62/2009) com as alterações propostas para OUC Litoral Central.

Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados do PDP-FOR (Lei N° 62/2009) e de relatórios da Quanta Consultoria Ltda.

**Plano Diretor Participativo de Fortaleza
Lei N° 62/2009**

Zona	Ia Máx.	Alt Máx.
Zo3	2	48
Zo2	1,5	24
Zoc	2,5	72
Zop1	3	72
Zpa	0	0

**Proposta Operação Urbana
Consorticiada Litoral Central**

Zona	Ia Máx.	Alt Máx.
Zona 1	0	0
Zona 2	2,5	10,5
Zona 3	4	72
Zona 4	4	s/gab
Zona 5	3	60
Zona 6	4	95

Tabela 01. Dados comparativos entre os parâmetros estabelecidos pelo PDP-FOR (Lei N° 62/2009) e os propostos para OUC Litoral Central.

Fonte. sistematizada pela autora, com base nos dados do PDP-FOR (Lei N° 62/2009) e de relatórios da Quanta Consultoria Ltda.

dos pela prefeitura e pelo mercado imobiliário. Setores organizados da sociedade civil e do Ministério Público demandam que a prefeitura cumpra a lei do Plano Diretor, destitua a CPPD e convoque eleições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, pleito que se arrasta por 10 anos, apesar de previsto na legislação, no seu artigo 305, inciso VIII.

Em agosto de 2018, o Governo do Estado Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o Grupo M. Dias Branco assinaram o protocolo de intenções para desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada no Litoral Central de Fortaleza, com expectativa de investimento de R\$ 600 milhões em obras de urbanização e empreendimentos, dando andamento às obras do Acquário Ceará. Como contrapartida, o grupo terá direito a explorar a região no entorno do Poço da Draga com iniciativas de ordem privada, conforme nota do Governo do Estado. No entanto, em janeiro de 2019, após estudos de viabilidade econômica, a empresa confirmou que não vai dar prosseguimento à proposta de investimentos na Praia de Iracema, optando por priorizar outros projetos. A partir de então, o Acquário foi objeto de muita especulação. Em julho de 2019, o titular da Secretaria do Turismo do Ceará (Setur), Arialdo Pinho, divulgou à imprensa que estudos estão sendo elaborados pelo governo estadual para avaliar os custos de uma nova obra, sinalizando que o equipamento poderá ganhar nova funcionalidade e assumir papel de museu. Em todas as ocasiões, os moradores, mais uma vez, foram pegos de surpresa pelos jornais locais, e ainda temem ser removidos, apesar de todos os reveses desse processo.

Observa-se, assim, que a mesma gestão do prefeito Roberto Cláudio tem oscilado entre um processo de expansão da democracia urbana, como consequência da pressão política dos movimentos de moradia ao longo de vários anos, através do desenvolvimento dos processos de regularização urbanística e fundiária das ZEIS prioritárias, e um processo de erosão, relacionado à ênfase na produção do espaço urbano como mercadoria. No entanto, vale destacar a velocidade diferenciada desses dois processos. De todos os mecanismos do Estatuto da Cidade incluídos no PDPFOR, a atual gestão parece procrastinar a aplicação de instrumentos urbanísticos ligados à reforma urbana e orientar a aplicação de instrumentos voltados para a implantação de Parcerias Público-Privadas, como as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs). Diante dessa atuação estatal claramente voltada para privilegiar os interesses das classes dominantes, os grupos vulneráveis tentam se organizar e influenciar

o processo desigual de desenvolvimento urbano de diversas formas. Existem uma miríade de coletivos, movimentos e associações com causas contra-hegemônicas em Fortaleza, alguns deles já mencionados neste trabalho. Se por um lado, estes colocam em risco a sua autonomia ao utilizar canais institucionais como parte de suas ações, devido ao risco de “cooptação estrutural”, por outro, Souza (2006, p. 17) salienta a possibilidade de cooperação crítica e seletiva com o Estado, para atuar em suas “brechas conjunturais”, na legislação e nas instituições vigentes, como tática complementar e subordinada à ação direta. Assim, para o autor (2012), os movimentos sociais urbanos podem atuar junto ao Estado, apesar do Estado e contra o Estado, colocando-o permanentemente sob pressão.

Face às frequentes ameaças de remoção, os moradores do Poço da Draga tentam se organizar para proteger não apenas a sua permanência nesse espaço valorizado e disputado, mas a sua existência enquanto coletividade, buscando fortalecer a memória da comunidade, a cultura da vizinhança e os laços de solidariedade, bem como estimular novas práticas e discussões sobre a produção do espaço urbano, com táticas que trazem consigo mensagens de resistência. Por outro lado, eles apostam no que Souza denomina de perspectiva estadocrítica. O capítulo seguinte analisa os processos de auto-organização e as práticas dos moradores, ao longo do tempo, a partir de suas ambivalências, considerando os limites inerentes das minhas interpretações, sem pretensão de neutralidade.

Figura 06. Linha do tempo trazendo os principais eventos promovidos tanto pelo Estado como pelo capital imobiliário.

Fonte. Projeto de ilustração Porão - Ateliê Criativo.



1906



Inauguração de um viaduto composto de estrutura de ferro e lastro de madeira, que ficou popularmente conhecido como Ponte Metálica;



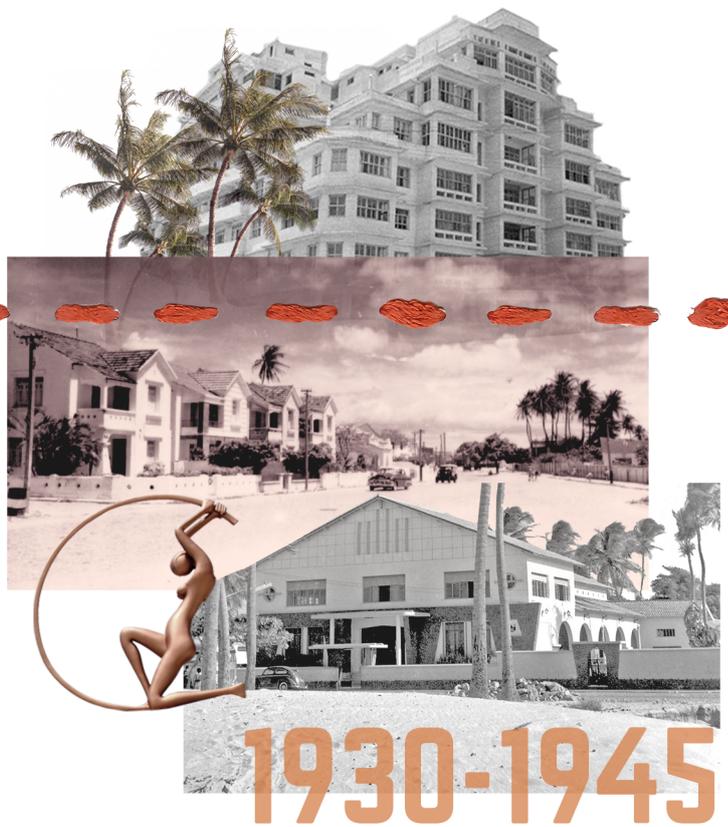
A descoberta do banho de mar como prática terapêutica, de recreação e de lazer desperta o interesse da elite fortalezense pela Praia do Peixe;

A Ponte Metálica precisou ser reconstruída em concreto e foi reinaugurada com o nome Viaduto Moreira da Rocha;



1923

Início da construção da Ponte dos Ingleses;



Obras significativas na Praia do Peixe, que foi renomeada Praia de Iracema, como forma de promover a apropriação da região pelas elites locais;

1963

Plano Diretor de Fortaleza, elaborado sob a coordenação do arquiteto Helio Modesto, propunha a erradicação da comunidade para a construção de um centro cívico;

A transferência do porto para a Praia do Mucuripe, em 1947, causa grande impacto socioambiental na região da Ponte Metálica com a desativação das atividades portuárias ali existentes e o avanço das marés na Praia de Iracema, destruindo a maior parte das edificações na orla;



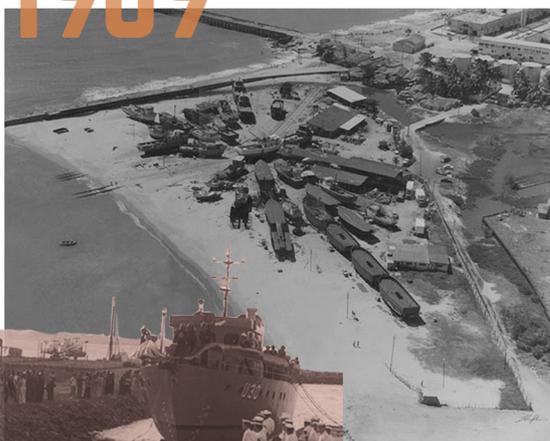
Início da Ditadura Militar;

1947

1964



1969



Criação da Indústria Naval do Ceará consolida o isolamento físico da comunidade, ao impedir o acesso público à faixa de praia, configurando-se como verdadeiro enclave no tecido urbano;

Chegadas da Irmãs Josefinas à comunidade e criação da escola Comandante Fernando Cavalcante;



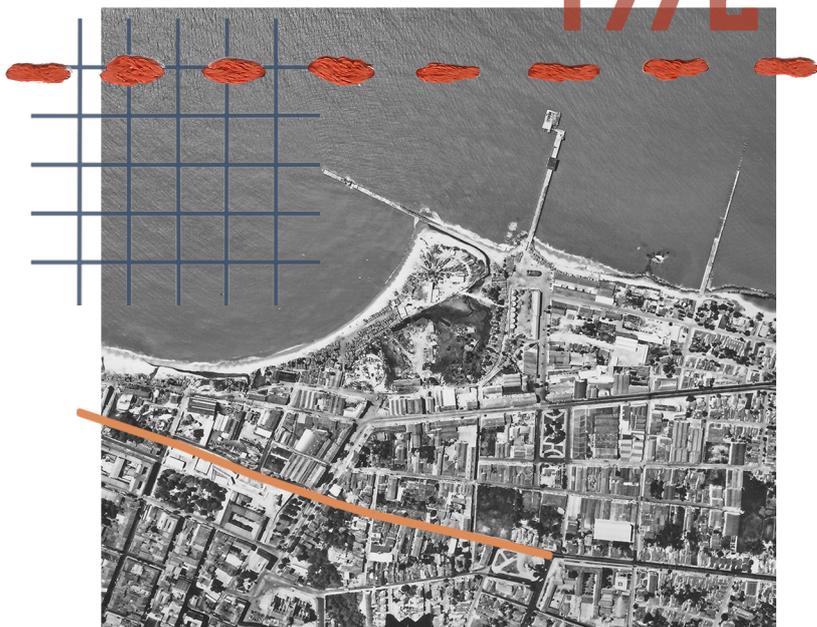
1970



Aprovação da Lei de Uso e Ocupação do Solo no. 5122-A passa a sinalizar a verticalização da Av. Beira Mar e a valorização imobiliária da faixa de orla, provocando a expulsão paulatina de antigos moradores e a construção de condomínios e hotéis de luxo;

1972

DÉCADA DE
1980



Abertura da Avenida Leste-Oeste, resultante de diretrizes do PLANDIRF, para permitir a geração de fluxos entre o porto do Mucuripe e a zona industrial da avenida Francisco Sá.



Expansão da INACE pressiona a remoção de parte da comunidade para o Conjunto Palmeiras, extrema periferia da cidade;

Desativação do ramal ferroviário que atravessava a comunidade;

Intensificação da vida noturna da Praia de Iracema ocasionada pelas aberturas de bares e restaurantes, tais como Cais Bar e o Bar Pirata.



Favela está abandonada há quase cinquenta anos



1994

Inauguração do calçadão da Praia de Iracema, uma das primeiras intervenções na área pelo poder municipal;

Reconstrução do prédio histórico do Estoril;

Nova ameaça de remoção da comunidade, com o anúncio da Operação Consorciada da Praia de Iracema pela Prefeitura Municipal, na gestão de Antonio Cambraia (1993-1996);

1983

Extinção do posto de saúde da comunidade, pela Prefeitura Municipal;



1985



Período de redemocratização com o fim da Ditadura Militar;

1993

Extinção do posto de saúde da comunidade, pela Prefeitura Municipal;

1992

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza determina a criação da Zona Especial (ZE) - Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema, cuja lei de regulamentação, aprovada em 1995, dividia o bairro em três setores distintos. O setor 1, que abarca a comunidade Poço da Draga, foi designado como área de revitalização urbana, elevando o potencial construtivo e alterando os usos permitidos para o local;

Reconstrução e reinauguração do prédio histórico do Estoril, passando a abrigar, além de um restaurante, um pequeno centro cultural; Nova ameaça de remoção da comunidade, com o anúncio da Operação Consorciada da Praia de Iracema pela Prefeitura Municipal, na gestão de Antonio Cambraia (1993-1996). Após os processos de resistência da comunidade, o poder público propôs a transferência dos moradores para um conjunto habitacional a ser construído nas proximidades da localidade;

No final da gestão Juraci Magalhães, a Prefeitura realiza obras de pavimentação e drenagem em parte do Poço da Draga, reduzindo os efeitos dos alagamentos;



Inauguração do CDMAC pelo Governo do Estado, concebido para articular turismo, renovação urbana e política cultural, durante a terceira gestão de Tasso Jereissati;

A Prefeitura Municipal de Fortaleza, na gestão de Juraci Magalhães, cancela o projeto da gestão anterior e anuncia a transferência da comunidade para um terreno próximo, a “chácara das flores”, com o objetivo de construir um parque ecológico na orla – como parte do projeto Baía de Iracema;



Apesar do extenso processo de negociação com a comunidade, o projeto original do CMEFC é cancelado, devido à resistência da prefeitura local e dos parceiros privados em apoiar o empreendimento;

Na gestão do Governador Cid Gomes, é anunciado o projeto para a construção do Acquário Ceará nas adjacências da comunidade;

Anúncio de mais um grande equipamento turístico para a Praia de Iracema: o CMFE, proposto pelo governo estadual, em parceria com a prefeitura municipal e a iniciativa privada. O projeto previa o reassentamento da comunidade para um condomínio multifamiliar nas proximidades da comunidade;

O imóvel para o reassentamento chegou a ser declarado de interesse social para fins de desapropriação pelo governo estadual, através do decreto no 26.460, de 11/12/01;



8 FORTALEZA (11/11/01) FORTALEZA-CE, TERÇA-FEIRA, 8 de dezembro de 2001

CENTRO DE CONVÊNIOS

Poço da Draga receberá megaprojeto

Tudo no Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará impressiona pela grandiosidade. O megaprojeto, que poderá ser erguido sobre o mar, terá capacidade para 25 mil pessoas e poderá gerar mais de 10 mil empregos, mas ainda se questionam os impactos ambientais e para a comunidade do Poço da Draga - que deverá ser remanejada.

Projeto e os números

Área total	15 mil m ²
Área de eventos	25 mil m ²
Área de feiras	370 a 655 mil m ²
Área de estacionamento	14 mil m ²

Veja os números estimados para o mega projeto Centro Multifuncional de Eventos e Feiras

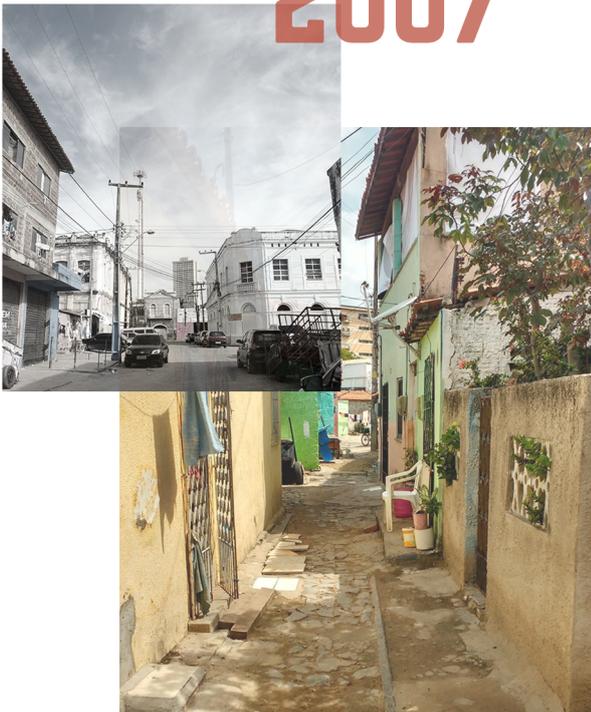
Área total	R\$ 200 milhões
Área de eventos	R\$ 10 milhões
Área de feiras	R\$ 95 milhões a R\$ 110 milhões
Área de estacionamento	R\$ 158 milhões

2007

2008

2007

2009



Aprovação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar no 62/2009), delimitando a ZEIS Poço da Draga, mas também parte da área ocupada pela comunidade como Zona de Proteção Ambiental (ZPA1);

Na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins, é anunciado o Projeto de Requalificação da Praia de Iracema que previa mais de vinte intervenções públicas, entre elas a construção do Parque da Cidade em terreno contíguo ao Poço da Draga e a construção de novas unidades habitacionais para famílias que seriam reassentadas no próprio terreno ocupado pela comunidade;



DEZEMBRO: O EIA/RIMA do projeto Acquário do Ceará é elaborado e aprovado celeremente, a cargo da SEMACE e não do IBAMA, contrariando as recomendações do Ministério Público;

2011

2010

DEZEMBRO: Audiência pública na Câmara dos Vereadores de Fortaleza para discussão dos impactos do Acquário sobre a comunidade de Poço da Draga;



2012

MARÇO: Menos de três meses após a licença prévia dada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, a licença de instalação já é aprovada autorizando o início das obras;

IPHAN contesta licenciamento ambiental do Acquário por falta de estudos arqueológicos necessários à concessão de licença prévia;

MPF recomenda suspensão de licenças e obras do Acquário até que IPHAN realize análise de estudos arqueológicos; IPHAN embarga a obra.

ABRIL: IPHAN suspende embargo, mas obras são novamente suspensas após contestação do MPF; Vereadores propõem plebiscito sobre o Acquário.

NOVEMBRO: Eleição do Conselho Gestor da ZEIS do Poço da Draga, inicialmente conduzido na gestão da Prefeita Luizianne Lins;

DEZEMBRO: TCE-CE confirma irregularidades no contrato firmado entre o Governo Estadual e a ICM;

Procuradoria Geral do Município embarga obra do Acquário;

Reinauguração do Pavilhão Atlântico, na gestão da prefeita Luizianne Lins, em 30 de dezembro.

MARÇO: Resultado da investigação conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e Ministério Público de Contas, com sérias acusações ao governo estadual. Segundo relatório de inspeção divulgado, a contratação da empresa ICM-Reynolds teria sido condição para que o governo estadual recebesse empréstimo do Ex-Im Bank no valor de 150 milhões de dólares.

JULHO: Câmara Municipal de Fortaleza aprova regime de urgência para a proposta de plebiscito sobre o projeto;

MP-CE ingressa com Ação Declaratória Incidental contra o Governo do Estado do Ceará e a Semace.



2013



FEVEREIRO: Obras do Acquário são paralisadas por determinação do secretário de Turismo do Estado do Ceará;

Decisão liminar suspende repasse de recursos para a empresa ICM.

MARÇO: MPE desarquiva pedido de investigação criminal contra o Acquario por indícios de irregularidades no projeto e contratação da ICM. **MAIO:** TCE pede suspensão de pagamentos para o empreendimento e multa para o ex-secretário do Turismo do Ceará, por terem iniciado as obras sem o alvará de construção.

2015

JULHO: O Ex-Im Bank perde autorização para realizar novas operações. Sem aprovação do Senado, financiamento da obra ainda é incerto;

OUTUBRO: Entrega do relatório final realizado pelo Comitê Técnico Intersectorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social, com o diagnóstico situacional e as questões específicas referentes a cada área demarcada como ZEIS.



#FORTALEZA2040



Apresentação do terceiro volume, resultado do projeto Fortaleza 2040, cujas distorções vão desde o reordenamento espacial do Poço da Draga sem quaisquer diálogos com os moradores à sua omissão em imagens que projetam um futuro turístico e midiático para o território;

2017

2016

Anúncio do projeto Fortaleza 2040. Supressão da ZEIS Poço da Draga nos mapas de zoneamento durante o transcurso de elaboração da LUOS.

JUNHO: Fruto da pressão popular, foi criada a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS.



Parceria entre governo, prefeitura e Grupo M. Dias Branco viabiliza retomada das obras do Acquário do CE

FEVEREIRO: Apresentação dos 5 documentos elaborados pela Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS;

MAIO: O Decreto Municipal no 14.211, que trata sobre a eleição dos conselhos gestores, é publicado com graves mudanças ao que foi pactuado pela comissão;

JULHO: Eleição dos membros da Comissão Eleitoral da ZEIS Poço da Draga; **AGOSTO:** O Governo do Estado Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o Grupo M. Dias Branco assinaram acordo de viabilidade para Parceria Público-Privada (PPP) para construção do Acquário e projetos na comunidade do Poço da Draga;

SETEMBRO: 101a reunião da CPPD, na qual a ZPA1 dentro do Poço da Draga é denominada como Praças e Áreas Verdes nos mapas produzidos para a OUC Litoral Central; Eleição e apuração dos votos para compor o Conselho Gestor da ZEIS Poço da Draga;

OUTUBRO: 102a reunião da CPPD para apresentação e aprovação das 06 OUCS prioritárias, dentre elas a Litoral Central;

Aula inaugural do curso de capacitação aos membros dos Conselhos Gestores das ZEIS;

NOVEMBRO: Posse dos conselheiros das 10 ZEIS prioritárias.

2018

2019



JUNHO: Publicação em Diário Oficial no 16.519 da contratação dos serviços de consultoria técnica prestados pela Fundação CETREDE, para coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas à elaboração dos PIRFs, para três ZEIS prioritárias: Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, pelo valor de R\$ 1.950.000,00.

JULHO: Data oficial do início da elaboração dos PIRFs das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, pelas equipes de professores e estudantes da Universidade Federal do Ceará.



ZEIS





capítulo 3

INSURGÊNCIAS

A primeira parte deste capítulo apresenta brevemente alguns moradores que se mantêm ativos na busca por preservar e transmitir a história do Poço da Draga e nas lutas pela sua permanência. A conservação dessa memória persiste através daqueles que ainda vivem nas primeiras moradas da comunidade e compartilham suas histórias, é o sentimento de uma construção coletiva do lugar, de laços de afeto e de identidade. Além dos “guardiões da memória”, há aqueles que ajudam a promover permanentes trocas em diversas práticas do cotidiano, as quais englobam diferentes idades e saberes, cultivadas à base de tradições e experiências de vida e provocadas por movimentos e coletivos de moradores mais jovens, empenhados no resgate da autoestima da comunidade. Na segunda parte, serão apresentadas as heterogeneidades do Poço da Draga, observadas não apenas nos aspectos materiais, mas nos vínculos identitários construídos pelos moradores, que definem tanto laços de sociabilidade e solidariedade, como conflitos e distensões, formando microterritórios e estabelecendo fronteiras.

Na terceira parte deste capítulo, serão apresentadas as rugosidades observadas ao longo da ocupação do Poço da Draga, o sentimento de pertença dos moradores que fortalece a dominação no seu sentido simbólico, de apropriação do espaço, e as resistências da comunidade que, no presente ano, comemora 113 anos em um território de tantas disputas por poder de decisão. Nota-se que, por atuarem diretamente na produção do espaço cotidiano, ainda que isso ocorra por falta de opção, os moradores estabelecem outras relações sociais e uma outra relação com o espaço, mais visceral e profunda. O território, neste caso, retomando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. Para compreender essa sobreposição de significados que ocorreram na comunidade ao longo de décadas, Santos (2012) apresenta um conceito que sintetiza a construção desses territórios:

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta de processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas de divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho (SANTOS, 2012, p.92).

Nesse sentido, são muitas as camadas que se sobrepõem e que reconstróem constantemente a história do lugar, são as memórias do morador de hoje, do pescador de ontem; do Pavilhão e de suas tantas feições, ora quiosque, ora escola das “irmãzinhas”, ora “Pavilhão Atlântico”, da Ponte Metálica e de suas diversas funções, ora território de trabalho, ora moradia, ora lazer. A memória dessas camadas e da relação delas com os moradores é também estratégia de luta por direitos, de legitimação dessa comunidade e de colaboração para a construção de uma identidade coletiva, que por reconhecer-se na história do lugar, luta por ela, uma vez que o lugar é uma construção que não envolve só a paisagem, mas também pessoas e as relações entre esses moradores e o espaço. Esse esforço temporal reconhece que a história não é um elemento imparcial e as diferentes formas de sua narrativa devem ser questionadas de maneira a revelar as injustiças e as segregações a serem denunciadas. Nesse sentido, a história da comunidade se enlaça com a própria história da cidade de Fortaleza, compondo seu tecido urbano e estando, portanto, integrada a esta. Se, por um lado, parte do sistema dominante de produção reforça os mecanismos de apagamento e substituição da memória, por outro, parte dos moradores questionam a memória construída pela narrativa oficial, elitista e excludente, em defesa da diversidade de outras memórias existentes, a memória plural e cidadã. Essa questão chave traz consigo muitas perguntas: quem possui o direito à memória? Que classe social tem o poder de definir o que deve ser preservado? Como cada cidade constrói seu imaginário à custa da ênfase em alguns aspectos e do esquecimento dos outros?

O último tópico aborda os processos de auto-organização da comunidade frente às pressões do Estado-capital, na medida que o poder público não dialoga com os moradores, e propõe planos segundo critérios de aparência neutra, mas que marginaliza uma parcela importante da sociedade. As narrativas

interpretadas aqui dão destaque a algumas discussões, para reflexão de como a ação auto-organizada dos moradores contesta e dialoga com o planejamento institucional, e como se apropria e reinventa instrumentos técnicos na sua resistência, e nas lutas que engendra pelos direitos à moradia e à cidade, como vetores de transformação, ainda que pontualmente. Nesse sentido, ao longo da história do Poço, em cada situação específica, a depender da conjuntura, os moradores envolvidos estabelecem um tipo de relação com o espaço, com o poder público, com os canais de participação institucionalizada, com os instrumentos legais, bem como com outros coletivos. Ao fim do capítulo, também será apresentado uma linha do tempo sobre o território, trazendo as principais práticas de resistência e insurgência dos moradores.

3.1 Os moradores e as organizações

A comunidade Poço da Draga apresenta um complexo sistema de relações sociais que expressa densos e ricos conjuntos de significados. Por essa razão, a valorização da observação participante no presente trabalho apresenta-se como uma posição ético-científica voltada para uma apreensão mais complexa dos fenômenos sociais da comunidade, tendo como premissa o respeito aos indivíduos e grupos investigados. Nesse sentido, conviver e colaborar com os universos pesquisados, compartilhando dramas e apreensões, por longos períodos de tempo, constitui um esforço para não ficar condicionada às representações das periferias — e de seus moradores — baseadas em estereótipos e preconceitos, estudando situações em que ambiguidades, nuances e contradições são características inevitáveis. No início, concentrei-me na tarefa de participar de alguma forma do cotidiano da comunidade e no decorrer da pesquisa, vi que me tornava quase uma “participante não-observadora”, por essa razão, tive poucas conversas formais com os moradores, apenas ocasionalmente quando sentia necessidade de novas informações sobre questões específicas. Nessa trajetória, muitos moradores se tornaram amigos e certamente os laços de afeto criados permanecerão ao longo dos anos. A seguir falarei brevemente sobre os moradores com quem mais convivi, atribuindo nomes fictícios a eles a fim de resguardar o sigilo de suas identidades e lhes garantir privacidade.

Acácio nasceu no Poço da Draga, tem 35 anos e é geógrafo formado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atualmente, atua como técnico na Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), na área

de Recursos Ambientais, com atribuições em cartografia. É um dos membros fundadores do coletivo ProPoço, sendo o idealizador do levantamento sócio-espacial da comunidade, realizado em 2016, com a colaboração de estudantes e pesquisadores da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e das “visitas guiadas”, dos quais falarei adiante. É bem conhecido pelos moradores, por participar de boa parte das práticas e ações comunitárias que acontecem no Poço, e por manifestar forte entusiasmo pelas questões ligadas à comunidade, sendo um dos conselheiros da ZEIS. À medida que passávamos o tempo juntos, Acácio se tornou verdadeiramente um colaborador da pesquisa e estimado amigo, expressando forte generosidade ao discutir com muita franqueza sobre a natureza do meu estudo. Muitas das interpretações que fiz são mais dele que minhas, embora seja impossível desenlaxá-las agora.

Sua mãe é natural de Itarema e seu pai de Tabuleiro do Norte. Acácio passou os primeiros anos de vida no bar de seu tio Zé Amarelinho, irmão de seu pai, e casado com uma irmã de sua mãe, na Av. Almirante Tamandaré. Em 1986, ainda com dois anos de idade, Acácio muda-se para Itarema, mas retorna para o Poço em 1989, quando passa a residir definitivamente na Rua Viaduto Moreira da Rocha, estudar nas “irmãzinhas” — antiga escola dirigida pelas Irmãs Josefinas, congregação católica subordinada à Arquidiocese de Fortaleza — e estabelecer um intenso convívio com a comunidade. Entre os anos de 2001 e 2003, Acácio e Erivaldo, também morador e neto de uma das “guardiãs da memória” da comunidade, cursaram audiovisual no Alpendre¹, o que forneceu a ele aparato técnico que o levou a trabalhar no Dragão do Mar, em 2005, mesmo período em que passa no vestibular da UECE para Geografia. Assim, como estagiário e bolsista, Acácio auxiliava na recepção de turistas estrangeiros e brasileiros, haja vista ter concluído o curso de francês. Com a incumbência de guia do Dragão do Mar, como “monitor volante”, ele sentiu a necessidade de se aprofundar sobre a história do seu próprio lugar, pesquisando desde então as singularidades encontradas no cotidiano da comunidade. Em 2008, Acá-

¹ A ONG Alpendre - Casa de Arte, Pesquisa e Produção foi palco para a expressão de diversas linguagens da arte contemporânea - da dança à literatura, das artes visuais ao cinema, do teatro à música. A casa foi aberta em 1999, após a restauração de um antigo galpão, na Praia de Iracema, tornando-se palco para incontável número de artistas cearenses e de outros lugares que por ali passaram. Em dezembro de 2012, a ONG encerrou, definitivamente, suas atividades.

cio, já desligado do Dragão do Mar, Erivaldo e Luciene, também moradora da comunidade, realizaram o primeiro festejo de aniversário da Ponte Metálica, de 102 anos, que se tornou tradição desde então. Os três citados são os moradores pioneiros a cursarem o ensino superior em universidade pública. Antes deles, em 2002, o irmão de Erivaldo, Plínio, havia acessado o curso de filosofia, mas não chegou a concluir. Acácio formou-se como bacharel em Geografia em 2009, completando a sua formação em licenciatura em 2011.

Os quatro moradores do Poço pioneiros de acesso à universidade pública: Plínio, Acácio, Erivaldo e Luciene, juntamente com Tereza, uniram-se em torno de atividades que buscavam resgatar a historiografia da comunidade e “validar a identidade da região”, segundo o próprio Acácio. Em 2012 e 2013, com o movimento “Quem Dera Ser um Peixe”, parte da comunidade integra-se em atos e manifestações ocorridos no entorno da construção do Acquário Ceará. Nesse período, atividades com a ONG Velaumar e com a participação de outros entusiastas, mantiveram viva a tradição de mobilização em torno do Poço da Draga. Em 2013, o grupo resolve comemorar o aniversário do Poço da Draga, apropriando-se simbolicamente da data de inauguração da Ponte Metálica. A partir de então o ato festivo virou tradição entre os moradores, e o argumento tempo virou uma tática de resistência que legitima a permanência da comunidade, bem como caracteriza sua forte relação com o mar e com a própria história da cidade. Novamente, o grupo organizou atividades e faixas para que fossem elucidadas as origens da comunidade e para fortalecer as relações de empatia dos moradores com a sua própria história. Em 2015, o grupo de moradores retoma com mais força as discussões, haja vista os tapumes do Acquário, mesmo depois da paralisação das obras, terem tornado aquela região segregada da praia e de espaços que outrora eram de reuniões e de lazer. A partir das reuniões desse ano surge o coletivo ProPoço.

O Propoço foi um coletivo que se organizou a partir de 2015, por iniciativa de alguns moradores, que se reuniram no Pavilhão para a realização dos festejos do aniversário do Poço. Ao longo da reunião, a qual a princípio ocorreu sem a pretensão de se formular um coletivo, o grupo avançou em discussões sobre a necessidade de uma identidade e um nome. A denominação Propoço sugere a ideia de “proposta”, “prol-Poço”, ou mesmo de “projeto” e “programação”. Desde o início, o principal objetivo do grupo foi reestabelecer o entusiasmo dos moradores de pertencimento à comunidade, para superar os estigmas.

Como enfatizado por Acácio, o coletivo foi possível porque os integrantes tinham disponibilidade para exercer as atividades propostas, as quais eram geridas sem hierarquia, uma vez que o grupo se organizou de maneira horizontal e voluntária. Ao tratar sobre estas, o grupo sentiu que deveria ir além da idealização de manifestações festivas para o aniversário do Poço, como também tornar periódica a realização de algumas atividades importantes, em especial a “visita guiada” e as rodas de conversa com os “guardiões da memória”, bem como propor novas práticas e rituais. Dentre essas, o grupo organizou eventos chamados de “Poço do Som”, que contavam com discotecagens e outras atividades musicais, “Poço das Artes”, o bloco carnavalesco “Cai no Poço”, o “Arraial no Poço”, o cineclube para expor materiais audiovisuais desenvolvidos pelos próprios moradores, as “Tertúlias”, para rememorar as festas dos anos 1970 e 1980, e as “Brincadeiras”, auxiliadas com a participação dos moradores envolvidos com esporte. Por fim, o Propoço organizou também atividades pedagógicas e um levantamento sócio-espacial da comunidade, denominado “Um olhar sobre o Poço”, para usar a cartografia como instrumento de contrapoder.

Tereza também nasceu no Poço da Draga, é pedagoga e tem especialização em Arte-Educação pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Atualmente, coordena a programação lúdica e infantil no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, tendo trabalhado no órgão desde sua inauguração em 1998, ingressando como estagiária. À frente da ONG Velaumar, sua trajetória de vida costura-se com a da própria comunidade. Segundo a mesma, seu envolvimento com as lutas da comunidade é herança materna, desde o tempo em que D. Madalena, sua mãe, estava à frente da Associação dos Moradores do Poço da Draga (Ampodra). Atualmente, Tereza é responsável por boa parte das atividades que ocorrem na comunidade, tais como cursos, palestras, eventos, práticas culturais e educativas, sendo também conselheira da ZEIS. Muitas vezes, Tereza é convocada pelo poder público como representante da comunidade em reuniões e audiências públicas pertinentes ao Poço, mas, segundo a mesma, evita participar pra não legitimar decisões das quais os moradores terão pouca participação. No Poço da Draga, chama atenção a sucessão de gerações quanto às suas lideranças, algo que em outras localidades é perceptível a ruptura (GOMES, 2013). A família de D. Madalena, sucedida por Tereza e Sandra, manteve-se no centro do reconhecimento comunitário e é exemplo do papel das mulheres nas lutas comunitárias.

Outro caso similar é percebido na família de D. Domingas, mãe de Darlene, avó de Daisy, Erivaldo e Plínio. D. Domingas é uma das guardiãs da memória do Poço da Draga, tendo chegado ao local há cinquenta e dois anos, ainda aos dezoito anos. Vinda do interior da Caucaia, a jovem se mudou para a comunidade, juntamente com seus pais, buscando melhores condições de vida. Nos primeiros anos de casada, morava numa casinha de tábuas, ainda na faixa de praia, até, finalmente, conseguir comprar uma casa na rua Viaduto Moreira da Rocha. Logo nos primeiros meses da tão sonhada casa, não obstante, começaram os primeiros rumores de remoção. Desde então, D. Domingas participa das mobilizações da comunidade, sendo uma das fundadoras da Associação de Moradores. Sua filha, Darlene, também é uma das principais mobilizadoras da comunidade e recentemente lançou o livro “Territórios da memória: Poço da Draga” na XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará. Seu trabalho, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Rastros Urbanos, com coordenação da Professora Cristina Silva, conta, através de uma coleção de santinhos, parte da história das pessoas que viveram no Poço. Plínio tem 35 anos, também teve formação em audiovisual pela ONG Alpendre, é conselheiro da ZEIS e atualmente estuda permacultura. O seu último vídeo produzido sobre o Poço, o “em_poçados”, aborda as incontáveis pesquisas acerca da comunidade, com a pretensão de inverter o lugar de fala onde o entrevistador se torna o entrevistado. Nesse sentido, fui convidada a conceder uma entrevista e discorrer sobre a relação que estabeleci com a comunidade, que ultrapassa os limites da investigação, tornando-me “em_poçada” daquele lugar de afeto. O vídeo foi exibido no Porto Iracema das Artes e na comunidade, sendo uma das experiências mais gratificadoras que vivi no decorrer da pesquisa. O projeto fez parte da oficina “Fotobiografia – Ensaio e filmes nos celulares do Poço da Draga”, realizada pelo Laboratório das Artes e das Juventudes (Lajus) da UFC, coordenado pela Professora Glória Diógenes, em parceria com o Programa de Fotopoéticas do Porto Iracema das Artes. A oficina foi facilitada por pesquisadores e por Damiano, outro morador do Poço.

Damiano também vem de uma família que conquistou a estima da comunidade. Seu avô, com mais de 85 anos, encontra-se há mais de 70 anos no Poço, sendo um dos primeiros moradores da comunidade. Apesar de Damiano não residir nas “ruas principais” da comunidade, vive com a família em uma das maiores casas. Documentarista e cinematógrafo, foi responsável por produzir vários curtas e documentários a respeito do Poço da Draga e atualmente

trabalha na UFC-TV. Além dessas produções, idealizou e escreveu o jornal comunitário com a ajuda de outros colaboradores da localidade. Uma das realizações que ainda pensa em produzir é a de uma rádio comunitária. Damiano é um dos moradores mais críticos, e frequentemente discorda da forma como as lideranças tradicionalmente atuam, e como o Poço é dividido. Em suas falas, conhecemos a “Aldeota” da Draga, denominação dada pelos próprios moradores ao microterritório da rua Viaduto Moreira da Rocha; e a “periferia”, onde mora, também conhecida como “favela baixa pau”.

Luciene é professora da rede estadual, tem 35 anos e é formada em Letras Inglês pela Universidade Federal do Ceará. Viveu com o seu pai em um pequeno casebre na Ponte Metálica até 2013. Após esse período, Luciene mudou-se, apesar de ainda manter-se perto da comunidade, residindo em uma avenida nas proximidades. Apesar da mudança, ela ainda mantém uma forte relação com a comunidade, e ajudou a fundar o coletivo ProPoço. Por outro lado, costuma relatar que em sua infância e em parte da adolescência não se sentia tratada como moradora da comunidade, mas como “alguém de fora”. Seus familiares foram removidos de lá devido a enchentes e à expansão da Indústria Naval do Ceará (Inace).

Cláudio tem 50 anos e é morador da Vila dos Correios, ainda considerada parte do Poço da Draga. Atualmente, ele trabalha no Museu do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, e teve participação bastante relevante no levantamento sócio-espacial do Poço a partir do diálogo com as famílias e esclarecimento a respeito dos questionários que deveriam responder. Sua desenvoltura, propensão de se relacionar e sua personalidade extrovertida somam-lhe atributos de liderança, já que possui componentes empáticos capazes de mobilizar moradores em prol da causa da maioria. Contudo, assim como Tereza e outros potenciais líderes da comunidade, não se sente à vontade ao serem apontados como lideranças. Talvez estejam certos, e tenham que ser pensados como um todo, como uma organização, onde cada componente tem sua função, sem que isso tenha que lhe distinguir dos demais.

D. Ângela, com seus 72 anos, é considerada a “Madrinha do Poço”, lá onde criou seus seis filhos e na qual é considerada uma das guardiãs da memória da comunidade. Sua história com o Poço da Draga começa quando ela se mudou do Jardim América, aos 24 anos, determinada a evitar o exaustivo deslocamento diário que o marido traçava até o trabalho, na faixa litorânea. Por outro

lado, desde sua chegada ao Poço, em 1971, percebeu que haveria conflitos, pois no mesmo ano, agentes municipais ameaçaram-na de remoção. Contudo, sua vida compõe o quadro de resistência da comunidade, contra o esquecimento, na medida em que sua memória, sua voz, seus filhos, seus netos, são a força que ora concentra nas histórias que conta sobre a comunidade, ora concentra em quem lhe escuta e que reconhece sua própria identidade através de suas origens e, portanto, do sentimento de pertencimento a um lugar e suas relações. Muito afetuosa, mensalmente, ela organiza saraus em sua casa, sempre com a presença de outros guardiões, onde recita versos de poesias e tem no Poço uma família. Em suas próprias palavras, “quem mora no Poço não pensa em sair daqui. É como árvore, se mexer na raiz morre”. Esse sentimento de pertencimento dos moradores fortalece a dominação no seu sentido simbólico, de apropriação do espaço. Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaison e Cambrèzy (1996), “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. Assim, no enfrentamento do modo de produção urbana capitalista hegemônico, a comunidade estabelece outras relações sociais e uma outra relação com o espaço, enraíza-se e permanece.

3.2 Ocupação, pertencimento e resistência

Embora não haja precisão sobre o início da ocupação, a vila de pescadores que deu origem ao Poço da Draga é identificada por alguns pesquisadores como sendo da década de 1920 (OLIVEIRA, 2006; BRUNO, FARIAS, 2012), ou mais precisamente de 1924 (SOUSA, 2004). Para Feitosa (1998), o início da ocupação remonta ao final da década de 1930, tendo sido formada nas imediações do antigo porto, em razão da concentração de oportunidades de trabalho ligadas às atividades portuárias e comerciais. Conforme o autor (1993, p.45), nos seus primórdios, a colônia de pescadores, de onde descende parte dos moradores da comunidade (segundo relatos dos próprios moradores), não tinha as características típicas de favelas, como elevada densidade e problemas de saneamento. As casas ainda eram basicamente de taipa e de madeira, muitas delas no formato de palafitas, para permitir o curso d’água em períodos de enchentes. As referências conservadas através da oralidade dos moradores remontam ao testemunho de vida de Dona Geralda, primeira moradora a chegar ao local, ainda menina, em 1936, quando a Rua Viaduto Moreira da Rocha começava a se formar. Nas palavras de Feitosa (1998), ela e outros moradores

mais antigos são os “guardiões da memória” da comunidade, ou “sujeitos-memória”.

A comunidade, por sua vez, resolveu adotar a data de 26 de maio de 1906, o dia da inauguração da Ponte Metálica, como tática de resistência² e marco simbólico dos primórdios da sua ocupação. Para os moradores, o discurso identitário e o argumento tempo legitimam a permanência do Poço da Draga, bem como caracteriza a forte relação da comunidade com o mar e com a própria história da cidade. Nas memórias construídas e reconstruídas pelos moradores mais antigos, estão cenas que as novas gerações nem mesmo imaginam: a locomotiva escoando mercadorias pela linha férrea, o vai-e-vem dos *trollers* sobre os trilhos, transportando os materiais pesados dos armazéns até os guindastes da ponte, passageiros chegando e partindo, a agitação comercial na boca dos navios, homens trabalhando em armazéns asfixiantes, mulheres tecendo redes, barris de combustíveis aguardando as embarcações, todas as miudezas diárias do labor portuário, além das recordações de terríveis naufrágios. Nas palavras do geógrafo e morador Acácio (2014):

O advento de uma grande obra sempre traz impactos ao seu entorno. Não seria diferente com a instalação de uma alfândega e o principal alavancador de mudanças de um lugar: um porto. Porto tal — a Ponte Metálica — que trazendo barcos e mercadorias de todo lugar, trouxe também ao lugar os genuínos filhos da Draga. As dragas, embarcações que retiram areia do fundo das águas do mar, ficavam atracadas numa espécie de “poço”. Na verdade, uma língua de mar que dava para o nascedouro de Fortaleza, o riacho Pajeú. Surge, então, em meio às dragas, aos barcos, aos botes, aos embarcações, aos alfandegários, às mercadorias, a comunidade do Poço da Draga. O tempo passa, o porto muda, os hábitos dos pescadores se transformam, e as estruturas de suas casas mais ainda. E assim vai se forjando nas suas formas disfor-

² Tal apropriação é relatada no documentário “Poço 110 anos: a reinvenção do tempo”, dirigido por Alexandre Vale e Débora da Costa, em parceria com Acácio, com registros da comemoração dos proclamados 110 anos do Poço da Draga. O filme foi produzido durante a execução do Projeto Poéticas de Poço juntamente com mais cinco filmes: “Nos Pódios da Draga”; “Jô à Draga”, dirigido por Acácio, sobre a memória das brincadeiras infantis na comunidade; “Ponte Terapia”, dirigido por Valdo Siqueira e o morador Damiano; “João e o Mar”; e por fim, “A Imagem Pretendida: de dentro e de fora”, de Mario Luís, sobre a trajetória de três moradores formados em projetos sociais de audiovisual.

mes a comunidade, que já ganha uma rua principal com o nome do porto, quando da sua última inauguração em 24 de janeiro de 1928, o Viaduto Desembargador Moreira da Rocha.

Apesar das divergências quanto à data da ocupação, é certo, contudo, a existência de jangadeiros na Praia do Peixe já no final do século XIX (ALMEIDA, 2015). Salienta-se que tais jangadeiros tiveram grande importância para o movimento abolicionista no Ceará pois se recusaram a transportar escravos aos navios ancorados no porto. O jangadeiro Francisco José do Nascimento, o “Chico da Matilde”, posteriormente conhecido como “Dragão do Mar”, tornou-se uma das figuras históricas mais ilustres do Ceará, célebre por sua ida em uma jangada até o Rio de Janeiro no ano de 1884 (GONDIM, 2007, p. 100). Em 1941, mais uma saga dos pescadores da Praia do Peixe obteve grande repercussão na imprensa nacional e internacional³. O jangadeiro Manuel Jacaré, morador da vila de pescadores da Praia do Peixe, liderou a histórica viagem, juntamente com os companheiros Mestre Jerônimo, Manoel Preto e Tatá, de Fortaleza até o Rio de Janeiro, a bordo da jangada São Pedro, para levar as reivindicações dos pescadores locais a Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo. Ao longo da viagem, os jangadeiros perceberam que as condições de pobreza e exploração não eram exclusivas dos pescadores cearenses, mas uma realidade comum em todos os estados: o trabalho infantil, a impossibilidade da aposentadoria, a dificuldade em conseguir crédito para a compra de equipamentos, a exploração dos intermediários, a falta de moradia.

Até então, a região portuária não apresentava atrativos às classes mais abastadas, sendo considerada indesejada para a ocupação em virtude dos seguintes aspectos: (1) por ser conhecida por usos insalubres (gasômetro, depósito de lixo), pelas atividades portuárias e pela habitação dos pescadores; (2)

³ A revista Time (no artigo intitulado Four Men on a Raft, de 8 de dez. 1941) reproduziu toda a odisséia dos jangadeiros e despertou o interesse do cineasta Orson Welles de registrar a saga de Jacaré e seus companheiros. As primeiras filmagens do filme *It's All True* aconteceram em Fortaleza e os quatro jangadeiros viajaram novamente ao Rio de Janeiro para os termos das filmagens. Já no final das gravações na Barra da Tijuca, aconteceu um trágico acidente: a jangada São Pedro se separou da lancha à qual estava ligada por um cabo, quando uma onda mais forte os lançou ao mar. Só Jacaré não retornou e o seu corpo jamais foi encontrado. Em 2004, foi lançado um documentário sobre a história dos pescadores e do filme de Orson Welles, com o título de *O Cidadão Jacaré*, dirigido por Firmino Holanda e Petrus Cariry.

pela ausência do hábito social de ir à praia, inexistindo, portanto, a busca pela ocupação da orla marítima por habitações ou casas de veraneio; (3) e o isolamento em relação ao restante da cidade, pelas barreiras físicas existentes, tais como as edificações portuárias e aduaneiras, a linha férrea, a baixa cota em relação ao Centro, a presença do mangue formado pelo riacho Pajeú e o risco de enchentes (ALMEIDA; GONDIM, 2014). A ampliação da vila de pescadores, conforme Gaspar (1970), deu-se em decorrência da necessidade de mão de obra de estivadores, portuários e ferroviários que ali se instalaram para atender às demandas do antigo porto. A linha ferroviária da cidade, que fazia a conexão do porto com o interior do Estado, dava visibilidade às correntes migratórias. Ali, muitos retirantes fugidos das grandes secas do sertão, que não tinham condições de acesso à cidade formal, encontravam lugar propício para fixarem-se. Posteriormente, mediante a transferência do porto para o Mucuripe, no início da década de 1950, a situação da comunidade agravou-se, já que a fonte de renda de boa parte das famílias ali reunidas desapareceu, não dissolvendo, todavia, o aglomerado urbano que continuou sendo constituído por pescadores, portuários e seus descendentes.

Logo em seguida, em 1969, a área alagadiça antes ocupada pelas dragas que deu origem ao povoado foi ocupada pela Indústria Naval do Ceará (Inace), um estaleiro, que tensionou a ocupação do solo na região, ao mesmo tempo em que não correspondeu ao aumento de empregabilidade (Figura 07). Na década de 1980, quando a Inace expandiu suas instalações ocupando parte da área ocupada pelo Poço da Draga, vários moradores foram removidos para o Conjunto Palmeiras, na extrema periferia de Fortaleza. O grupo ofereceu valores baixíssimos às famílias, com os quais não era possível adquirir outra moradia nem mesmo em condições mais precárias, não dando outra alternativa. Muitas dessas famílias aceitaram, por não acreditar que teriam meios de exigir algo mais, visto que assumiam a condição imposta de “invasora”. Destaca-se, no entanto, que muitas ainda mantêm fortes vínculos afetivos com a comunidade, e nunca solicitaram a mudança de suas zonas eleitorais⁴, justamente para aproveitar a data e visitar parentes e amigos. A partir da década de 1970, a comunidade passa por um processo de favelização, ocasionado pela

⁴ Tal fato foi retratado no documentário Dia de Vo(l)tar (2017), produzido pelo professor de antropologia da Universidade Federal do Ceará Alexandre Flemming com a colaboração de Damiano.



Figura 07. Foto aérea de 1972, antes da construção da INACE e da abertura da Av. Leste-Oeste. Observa-se residências populares em toda faixa de praia.

Fonte. Acervo Nirez.



falta de política habitacional condizente com as novas demandas por moradia, em decorrência do crescimento da população, e a um processo desigual de acesso a bens e serviços (FEITOSA, 1998, p. 110). Schramm (2002, p. 94) cita uma matéria de jornal que descreve o Poço da Draga à época:

[...] A área é suja, o mau cheiro está no ar, o local se alaga frequentemente, as condições de vida dos moradores é (sic) a pior possível [...] alguns passam dias e dias [no mar] e o apurado não dá sequer para a alimentação da família. Vender? Só quando sobra. [...] e assim, vão passando pela vida, sempre ligada ao mar... [...] as mulheres consertam as velas que chegam rasgadas. Meninos e cachorros (como tem) brincam no pano branco, de muitos remendos. O cheiro de peixe está no ar, está no estômago, na vida de todos eles. (Jornal O Povo, 13 de julho de 1976).

De lá pra cá, a realidade construtiva da comunidade mudou radicalmente com as melhorias realizadas pelos próprios moradores: as casas de madeira foram substituídas por construções de alvenaria, o chafariz deu lugar à água encanada e as inundações foram amenizadas após obras de drenagem. Conforme relato do morador Acácio, nas últimas décadas, observa-se o aumento do acesso à educação e a bens de consumo, como veículo próprio, e melhorias habitacionais consideráveis, visto que a quase totalidade das casas passaram a ter revestimentos de piso e parede, realidade impensável décadas atrás. Nesse sentido, segundo levantamento realizado pela SEINFRA em 2001, 92% das casas tinham paredes de tijolos, mas em 83,27% delas, o piso era de cimento e em apenas 8,75% dos casos era de cerâmica. Já na década de 1970, conforme Gaspar (1970), as condições de moradia eram ainda mais precárias, 70% das casas eram construídas de madeira, 20% de taipa e apenas 34% tinham piso de cimento, a grande maioria sem serviço de esgoto, água encanada, instalações sanitárias e coleta pública de lixo. Para os moradores, essas melhorias e a estética da autoconstrução se tornaram textos legíveis que atestam não só o sucesso econômico das famílias, mas ciclos de vida e personalidade. Ao construir e ao lutar para desenvolver e legalizar suas casas, compartilhando os signos da parte nobre da cidade, os moradores passaram a se ver como cidadãos produtores e consumidores da vida urbana e, assim, portadores de direitos.

Ao longo dos anos, porém, muitos benefícios se perderam. Em 1970, a comunidade possuía duas escolas: a Comandante Fernando Cavalcante, dirigida pelas Irmãs Josefinas, congregação católica subordinada à Catedral de Forta-

leza, com apoio do Padre Tito; e a Escola São Pedro, associada à Colônia de Pescadores Z-18, que congregava os pescadores do local (GASPAR, 1970). O prédio em que moravam as freiras é o antigo Pavilhão Atlântico, onde outrora funcionava um quiosque estilo art-nouveau, onde os passageiros se abrigavam à espera do embarque e/ou desembarque dos navios, no início do século XX. No mesmo prédio funcionava a escola Comandante Fernando Cavalcante dirigida pelas “irmãzinhas”, um posto de saúde, o qual deixou de funcionar em 1993, apesar da forte resistência da comunidade, e uma delegacia. Ainda hoje, muitos moradores se referem ao Pavilhão Atlântico como “as irmãzinhas” e sentem saudades dessa ausência ainda presenciada repetidamente nas narrativas de resistência do Poço da Draga. Conforme a coordenadora do projeto à época, as freiras deixaram a comunidade no final da década de 1990, alegando falta de condições de moradia e dificuldades com o custeio das despesas. Após a saída das “irmãzinhas”, o prédio passou a abrigar a escola infantil Francisca Fernandes Magalhães, mantida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em parceria com o Rotary Clube. Essa escola foi desativada em 2002 pela Prefeitura Municipal, alegando que poucos alunos estavam matriculados e reservando o local para guardar materiais de construção. Mais recentemente, funcionava a sede da Ampodra e a casa de uma das moradoras, até a Prefeitura Municipal, na gestão de Luizianne Lins, solicitar o edifício para a reconstrução da edificação original do Pavilhão Atlântico, a ser transformado novamente em café como parte do projeto de Requalificação da Praia de Iracema, iniciado em 2007⁵. Para Tereza, o prédio tinha uma “simbologia muito grande para a comunidade e por essa razão as pessoas não conseguem se ver no pavilhão tal como é hoje, pois não conseguem reconhecer lá a escolinha, [...] esse processo criou uma resistência por parte dos moradores de comparecer a algum evento lá, bem como de se apropriar do espaço”. Soma-se a essas perdas de equipamentos comunitários, anos de omissão do poder público na comunidade e as sistemáticas ações ostensivas da polícia, já desde a ditadura militar.

Quanto à infraestrutura urbana, cansados de solicitar e esperar por saneamento básico, os moradores continuam improvisando soluções temporárias

⁵ Antes do prédio ser demolido, os moradores e membros de alguns movimentos sociais de moradia abraçaram a edificação, como ato de resistência à sua demolição. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=iuQH8sWWE78>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

para seus problemas, enquanto assistem o desenvolvimento à volta, resultado dos investimentos públicos voltados ao turismo e à construção de novos equipamentos, mas sem rebatimento na comunidade⁶. Ressalta-se, entretanto, que assim como em outras cidades brasileiras, mesmo as famílias de classe média não costumam frequentar as novas instalações culturais construídas, nem os parques e praças de seus bairros, estando apartadas do espaço público pelo crescente medo do crime e por suas próprias medidas de segurança. Nessa mesma lógica, enquanto as classes médias e altas preferem viver entre muros, em “enclaves fortificados”, como forma de se proteger da insegurança “provocada” pelo convívio com pessoas de diferentes grupos sociais (CALDEIRA, 2000), a comunidade, ao contrário, vive entre muros para se proteger dos grupos sociais que tem poder de ameaçar sua permanência no bairro, como forma de garantir uma sobrevivência maior e resistir, mesmo que temporariamente, à gentrificação. Assim, vivem próximas umas das outras, mas são mantidas separadas⁷ por barreiras físicas e sistemas de identificação e controle. De modo perverso, essa segregação espacial e relativa invisibilidade permitem também que o restante da sociedade civil e o poder público façam de conta que a comunidade não existe.

Essa segregação também se dá no campo da memória, ou seja, a construção do simbolismo da Praia de Iracema é sustentada apenas nas memórias de uma elite econômica, referendadas como o “patrimônio histórico” do bairro, em detrimento de outras memórias existentes, plurais e cidadãs, como as dos moradores do Poço da Draga, que são excluídas e ignoradas (SCHRAMM, 2001). Enquanto certos espaços são consagrados como lugares de memórias, os moradores Poço da Draga ainda aguardam o reconhecimento de serem legítimos moradores da Praia de Iracema. Nesse sentido, a defesa contra o esquecimento pode ser tomada como estratégia de reconhecimento dos vínculos de pertencimento ao bairro e de construção de uma memória coletiva que

⁶ Nesse sentido, é forte o vídeo produzido pelos moradores, na primeira enchente de 2011. Muitos perderam boa parte de seus móveis e eletrodomésticos e tiveram que se mobilizar pra ajudar uns aos Outros. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pgk4ekpUF2Y&list=UUz3bb97TG4cRB7wYY5Jh_Cw&index=4>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

⁷ Vale salientar que embora tentem se distanciar o máximo possível, os encontros públicos cotidianos da diferença ocorrem de forma inescapável, forjando as incivildades que se tornaram rotina na vida diária da cidade.

lhes possibilite reclamar seus direitos de cidadania e, de alguma forma, permanecer. Ao longo das sucessivas ameaças de remoção, a luta para legitimar suas moradias autoconstruídas e sua comunidade, para validar sua posição de construtores da cidade e de cidadãos portadores de direitos, fortaleceram a resistência dos moradores e a auto-organização da comunidade. Igualmente importante foi o envolvimento com a lei para enfrentar as ameaças de remoção com argumentos legais, lutando pela regularização fundiária tanto na esfera federal, como municipal, desde a década de 1980, criando novos entendimentos e novas práticas de direitos.

Não obstante, assim como Holston (2013) observou entre os moradores do Jardim das Camélias e do Lar Nacional, quando questionei a alguns moradores o que entendiam como direito e por que se achavam cidadãos portadores de direitos, algumas falas apareciam de forma reiterada: por serem “trabalhadores honestos”, “pagadores de impostos” e pela compreensão que “a constituição nos dá direitos”. Nesse sentido, o ter direitos costuma depender de uma outra modalidade de direito, a de “ser direito” e alcançar certos status reconhecidos publicamente, como os de ser trabalhador, provedor da família e pessoa honesta. Assim, essas exclusões da cidadania diferenciada parecem resultar, para muitos moradores, mais de fracassos pessoais do que de causas políticas e jurídicas, perpetuando assim os mesmos mecanismos que os discriminam e ao que se opõem. Enquanto contribuidores e consumidores, podem exigir o reconhecimento público de sua posição como partes interessadas da cidade. Nessa questão, muitos moradores das “ruas principais” alegam ser proprietários de suas casas e ter inscrição no Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), cadastro mantido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), acerca dos imóveis sob sua responsabilidade, de modo a autorizar o exercício da posse dos mesmos por seu titular. A existência de tal cadastro implica o pagamento de foros ou taxas de ocupação, a menos que periodicamente os moradores requeiram à SPU sua isenção⁸. Apesar de não resolver seus problemas de títulos, a maioria exhibe esse documento como o reconhecimento legal de seus direitos de propriedade. Após a Constituição, a lei passa a ser um ativo para os moradores ao propor que os cidadãos tenham um valor in-

⁸ Usuários de imóveis da União com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, que utilizem o imóvel para fim de moradia, têm direito à isenção no pagamento de foros e taxas de ocupação, nos termos do Decreto-Lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981.

condicional em termos de direitos, que não dependa de suas posições sociais. No entanto, observa-se uma lacuna entre o texto legislado e a realização da cidadania democrática, sendo a violência policial sua maior expressão. Nesse sentido, a fala de Tereza é salutar:

Todo dia se criam leis em cima de uma Constituição Federal que já nos dá esse suporte de leis, mas se você me perguntar se essas leis contribuem para melhorar a vida dos moradores hoje, principalmente quem mora em periferia, eu vou ser bem exata: não. Vou te dizer o porquê. Não vai ser uma lei que vai mudar a atitude de uma pessoa, não vai ser uma lei que vai contribuir pra você mudar o modo de pensar de uma pessoa. [...], mas ela nos dá uma garantia e uma esperança que é possível você viver numa sociedade mais humana e mais justa. Pelo menos é pra ser. Porque se você for levar em consideração que hoje quem mais morre são os jovens negros da periferia, essa expansão do intolerância contra quem pensa diferente, a perversidade da homofobia [...], vejo que ainda temos muito chão para absorver essa cidadania na prática e o respeito mútuo entre os cidadãos. (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019).

3.3 Microterritórios na vida cotidiana: sociabilidades e conflitos

Assim como o Estado e a própria sociedade, o Poço da Draga não é uma estrutura monolítica, sem contradições e conflitos. A heterogeneidade da comunidade é perceptível não apenas nos aspectos materiais, como renda familiar e condições de moradia, mas na própria vida comunitária e nos vínculos identitários construídos pelos moradores, frente às transformações do espaço urbano e às ameaças de dissolução do território em comum. Estes vínculos de pertencimento, ao mesmo tempo em que emergem do grupo, definem laços de sociabilidade e solidariedade, bem como conflitos e distensões entre os moradores, formando microterritórios e estabelecendo fronteiras a serem evitadas. Nesse sentido, observa-se que, assim como o Poço da Draga permanece “escondido” dos espaços mais abastados da cidade, as casas com portas e janelas de ferro das “ruas principais” escondem estratificações sociais internas à comunidade, configurando uma segregação no interior de outra (OLIVEIRA, 2006; ALMEIDA, 2015). À vista disso, muitos moradores denominam a “rua principal”, a Viaduto Moreira da Rocha, de “Aldeota” da Draga, em referência a um dos bairros mais nobres de Fortaleza (Figura 08), e de

Mapa 14. Microterritórios no Poço da Draga.

Fonte. elaborado pela autora.



- | | | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| ■ galdinos | ■ vila dos correios | 01 av. alm. tamandaré | 04 rua viad. mor. da rocha |
| ■ portelinha | ■ cidal | 02 rua dos tabajaras | 05 tv. cidal |
| ■ pocinho | ■ pavilhão | 03 beco do estaleiro | 06 rua guilherme bluhm |

“favela”, ou “periferia”⁹ da comunidade, os casebres de dentro do mangue, localidade também conhecida como “Pocinho” (Figura 09). Trata-se de uma área mais estigmatizada como locus de violência e marginalidade, formada por becos e vielas alagáveis, invisível para os transeuntes que passam pelas “ruas principais”.

Conforme relatos de moradores e de outros pesquisadores, antes da sua ocupação, ali existia uma mata nativa muito rica e já foi uma grande área de lazer, o qual incluía partes dos terrenos da INACE e do Marina Park Hotel (OLIVEIRA, 2006; GOMES, 2019). A partir dos anos 1990, quando já não havia mais espaço para a construção de moradias na área compreendida pelas “ruas principais”, familiares e conhecidos dos primeiros moradores se mudaram dessa área para o “Pocinho” (OLIVEIRA, 2006). Posteriormente, o mangue foi “invadido” por pessoas “de fora”, “desconhecidas”, em sua maioria sem renda fixa, vindas do interior ou de outras favelas de Fortaleza, sem quaisquer vínculos de parentesco e laços de vizinhança com a comunidade. Aos moradores do “Pocinho” foram atribuídas, com o passar do tempo, características de desordem, violência e marginalidade, e as razões para isso são tanto sociais quanto geográficas (GOMES, 2019). Sociais, porque a maioria dos moradores do “Pocinho” não são originários do Poço da Draga, o que vem carregado de diversos atributos morais. E geográficos, por ser uma área alagável, de becos mais estreitos que, por sua vez, dificultam o acesso e o próprio controle da polícia, tornando a área mais propícia para atividades ligadas ao tráfico de drogas. Ainda segundo os moradores das “ruas principais”, a saída das Irmãzinhas também teria contribuído para a diminuição da coesão social, do respeito, da educação e da “moral” imposta pelas freiras. Nesse sentido, conforme Oliveira (2006), a tensão com a chegada dos novos moradores ocorre porque a imagem de comunidade “calma” e “pacífica” do passado, idealizada pelos antigos moradores, foi quebrada por um presente de “violência” e “marginalidade”. Assim, de um modo ou de outro, os moradores mais antigos se ressentem com a “invasão” dos moradores que se estabeleceram mais recentemente e estes se ressentem desse ressentimento.

⁹ Nesse sentido, a fala de um dos entrevistados é esclarecedora: “Só que aonde eu moro é ‘periferia’ né, aqui o Poço da Draga ainda tem essa segregação e eu tento brigar pra tirar isso. [...] Da Mara pra cá é Aldeota e da Mara pra cá é a ‘periferia’, que é a parte esquecida do Poço da Draga”. (Entrevista com Damiano, agosto de 2019).



Figura 08. Registro do cotidiano da comunidade, na rua Viaduto Moreira da Rocha.

Fonte. Acervo Revista Somos Vós.



Figura 09. Registro do “Pocinho”, feitos por uma moradora, como parte do ensaio Filhos do Poço, exposto nos tapumes do Acquário, no aniversário de 110 anos do Poço da Draga.

Fonte. Acervo Djeyne Rudolf.

Acácio e outros pesquisadores acrescentam, no entanto, que a chegada do tráfico de drogas e o aumento da violência no Poço da Draga coincidem com as tentativas de revitalização urbana na Praia de Iracema, articuladas à promoção do turismo pelo poder público e pelo capital privado, nos meados da década de 1980 e início da década de 1990. Encravada na Praia de Iracema, a comunidade foi testemunha da crescente implantação de bares, restaurantes e casas noturnas na sua vizinhança, sem que essas transformações trouxessem benefícios concretos para a população local (SCHRAMM, 2001). Como consequência, muitos problemas foram agravados no entorno, tais como o crescimento da especulação imobiliária, a poluição sonora, o tráfico de drogas e o turismo sexual, com o aumento da prostituição e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Essas mudanças, de caráter local e global, atingiram diretamente as relações de sociabilidade e o cotidiano da comunidade, particularmente no que se refere à clivagem entre os moradores das “ruas principais” e os do “Pocinho” (OLIVEIRA, 2006). As divergências também foram intensificadas ao longo do tempo, pois muitos moradores do “Pocinho” se sentiam excluídos da participação nas tomadas de decisão e nas reuniões da associação, bem como da convivência comunitária. Nesse tocante, a fala de Damiano, um dos moradores do “Pocinho”, é esclarecedora:

Aqui, a comunidade é igual igreja tem de todo tipo, mas Deus é um só. Assim é a briga pela moradia. Se esses grupos todos se juntassem, [...] se chegassem pra tentar se unir..., mas não. É uma briga por uma causa só, mas várias cabeças separadas. Por isso a dificuldade de conciliar, [...] não tem uma conversa. (Entrevista com Damiano, agosto de 2019).

Atualmente, as crianças são ensinadas desde cedo a não andar “por lá”, nas ruas “lá de dentro” e mesmo entre os moradores adultos a ida ao “Pocinho” só é motivada em raríssimos casos. Nesse sentido, comumente, a referência geográfica “lá” se contrapõe ao “cá”, como estratégia para distinguir os micro-territórios e legitimar a distinção social entre “nós” e “eles”, deslocando, assim, os estigmas da violência e da precariedade para outros sujeitos (GOMES, 2019). Ao longo da pesquisa, no entanto, os moradores com quem convivi demonstraram forte receio de falar abertamente sobre o “Pocinho”, mesmo a portas fechadas, possivelmente como forma de evitar conflitos e retaliações. Tive a oportunidade de ir ao local duas vezes, quando ajudei a realizar o censo comunitário, com a presença dos moradores Acácio e Cláudio. No entanto, a

partir de 2016, a violência e o medo se intensificaram com a chegada de algumas facções criminosas à cidade, e após a disputa do crime organizado pelo controle do tráfico de drogas — guerra encabeçada pelo Comando Vermelho (CV) e pelo Guardiões do Estado (G.D.E)¹⁰, em lados opostos, em todo estado do Ceará. Desde então, o acesso ao “Pocinho” foi dificultado, inclusive com a construção de barreiras físicas e visuais. Muitos moradores comerciantes colocaram grades e câmeras de vigilância nos seus estabelecimentos, e operações policiais na comunidade tornaram-se mais frequentes. Em todas as vezes que presenciei, estes estacionaram suas viaturas no cruzamento entre a “rua principal” e o Beco do Macaqueiro, mas não adentraram o mangue, formando uma fila de policiais com armas em punho e olhares de desconfiança a todo e qualquer morador. Por essa tensão latente, a presença ostensiva da polícia é questão ambivalente e controversa na comunidade: para muitos é vista com ressalvas, para outros como positiva e necessária para garantir a “segurança dos cidadãos de bem”. Para um dos entrevistados, no entanto, essa ambivalência é reflexo das limitações da própria democracia e do desenvolvimento de políticas de segurança que não reconhecem o morador como cidadão¹¹:

Não é porque eu moro dentro de uma favela que eu vendo droga. 90% de quem mora não vive disso, sai 4 da manhã pra trabalhar. Tem pessoas aqui que trabalham no [município da RMF] Eusébio, que sai 3 da manhã pra chegar lá às 7, que passa por vários terminais, pra quando chegar em casa o cidadão ser abordado por policial como bandido porque mora em favela? (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019).

No discurso oficial, é comum ouvir “somos todos uma comunidade”, mas observa-se que mesmo estando em microterritórios tão próximos fisicamente, os moradores tentam se tornar socialmente e moralmente distantes. Algo inverso ocorre em relação aos moradores da Vila dos Correios (ou “Vila dos come pão”¹²), que constitui um pequeno aglomerado de casas do outro lado da

¹⁰ O G.D.E é uma facção criminosa originária da cidade de Fortaleza, aliada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), fazendo assim linha de frente contra o Comando Vermelho.

¹¹ Nesse sentido, o trabalho serve como um antídoto à estigmatização da “favela” como lócus de criminalidade.

¹² Nas visitas guiadas, Acácio relata que há muitos anos a única padaria próxima era dentro da comunidade e os moradores da Vila compravam pão lá, muitas vezes bem mais cedo que

Av. Almirante Tamandaré. Embora não faça parte dos limites físicos do Poço da Draga, conforme cadastros do poder público, os moradores da vila são considerados como parte da comunidade. Nesse sentido, nota-se que a sensação de pertencimento está correlacionada com as relações sociais existentes e são estas que dão os limites da comunidade, e não apenas seu espaço físico. Esses microterritórios são ainda como espaços de memória, visto que as principais lembranças dos moradores dizem respeito a fatos ocorridos em suas casas ou nas casas de seus vizinhos. Nesses círculos mais estreitos, os moradores costumam andar com tranquilidade, ficar até tarde nas calçadas ou nas casas de seus compadres, muitas vezes deixando até a porta de casa aberta, como presenciei algumas vezes. Por essas razões e pelos laços de solidariedade e consanguinidade entre os moradores é comum ouvir que o Poço da Draga é uma “comunidade tranquila”, diferente das outras. A condição de “tranquilidade” afirmada parece contraditória face aos episódios de violência e à construção de fronteiras simbólicas, mas o domínio dos moradores dos códigos internos possibilita saber onde se localiza o “perigo” e com isso compor a atitude necessária à vida comunitária. Para os de fora, os conflitos — intrínsecos de toda e qualquer relação social — dificilmente emergem a olhos vistos. Somente com a presença contínua no cotidiano da comunidade, através de um “olhar de perto e de dentro” como referido por Magnani (2002, p. 17), é que podemos compreender as sutilezas que constroem a realidade social e apreender os padrões de comportamento dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais.

Além da comentada diferenciação entre as famílias das “ruas principais” e as das áreas mais vulneráveis, tais como o “Pocinho”, outros conflitos fazem parte do cotidiano do Poço da Draga. Dentre eles, nota-se a insatisfação dos católicos frente ao crescimento do número de evangélicos na comunidade, no qual coincide com o momento de expansão das igrejas neopentecostais em todo Brasil. Durante muitos anos, a Igreja Católica manteve forte influência religiosa e política na localidade, tendo apoiado os processos de organização comunitária e a criação da Associação dos Moradores do Poço da Draga (Ampodra). A presença das Irmãs Josefinas — congregação católica subordinada à Arquidiocese de Fortaleza, desde a década de 1970 até o final da década de

os moradores do Poço, acabando toda fornada de pães, por essa razão estes atribuíram à Vila a alcunha de “Vila dos come pão”.

1990, teve um caráter mobilizador da comunidade. Além de ministrarem aulas de educação infantil, as irmãs organizavam as festas de comemoração de datas religiosas, casamentos, dia das mães, dia das crianças, festas juninas e de fim de ano, sempre com a colaboração da comunidade. Cada data comemorativa reforçava os laços de solidariedade e as trocas simbólicas entre os moradores, bem como o controle social da Igreja. Conforme Oliveira (2006), com a saída das freiras da comunidade, as festas foram aos poucos perdendo seu caráter aglutinador, visto que a Ampodra, como organização política, provocava um nível maior de divergências do que ocorria quando a organização tinha conotação religiosa. Em meados da década de 1990, a comunidade contou também com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), que atuava como mediador entre os órgãos públicos e os moradores, assessorando as associações comunitárias. Em 2003, no entanto, a eleição para presidente da Ampodra marca o fim da hegemonia dos líderes comunitários apoiados pela Igreja Católica e a saída do CDPDH do cotidiano do Poço da Draga, uma vez que o novo presidente, associado a grupos evangélicos, não apoiava a filiação da entidade à Igreja Católica (OLIVEIRA, 2006).

Ainda sobre a Ampodra, as últimas disputas pela liderança comunitária, em 2003 e em 2005, também geraram grandes conflitos na comunidade, invadindo a vida privada dos moradores e desfazendo alguns laços de amizade. Os opositores mais ferrenhos acusavam a presidente da gestão anterior de usar indevidamente a associação em favorecimento próprio, e de defender a remoção da comunidade à época do projeto do Centro de Eventos, não considerando a possibilidade de resistir ao reassentamento ou de reivindicar a urbanização da comunidade. A partir de então, contudo, a associação foi se esvaziando. A respeito das discordâncias políticas entre os líderes locais, cabe destacar que o termo “liderança” não parece gozar de muito prestígio na comunidade, sendo evitado pelos moradores que exercem o papel de centralidade política. Como salienta uma das entrevistadas:

As pessoas me chamam de liderança eu não me considero uma líder, eu me considero uma pessoa questionadora e acho que os direitos têm que ser iguais para todos. Liderança é outra coisa, liderança é quando você tem o poder de argumentar e convencer uma pessoa pelo que você está dizendo. Eu busco esse direito através da legitimação do que está aí proposto: juridicamente a cidade é de todos, a cidade não

é de uma parcela. E uma das coisas que me incomoda é quando as pessoas me chamam pra falar sobre a comunidade. **Me incomoda porque eu não posso falar sozinha pela comunidade.** Existe mais de 2028 pessoas que moram aqui que podem não aceitar a minha versão sobre a comunidade. Quando me convidam eu sempre digo “falar sobre o que? Falar sobre a ONG? Sobre as atividades da ONG? Eu posso falar tranquilamente”. Mas falar pelo Poço da Draga... eu preciso saber qual é o teor [...] porque acho muito perigoso estar expondo toda uma situação comunitária se isso não é pra mim, [...] até porque eu não sei quais são as intenções dessas instituições com esses informes. (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019, grifos meus).

Não obstante, as irmãs que são responsáveis pela ONG Velaumar desempenham um papel que normalmente se atribui às lideranças clássicas (GOMES, 2019). Elas deram continuidade ao legado da mãe e têm grande reconhecimento na comunidade, sendo quase sempre elas as procuradas e indicadas pelos demais moradores quando um veículo de comunicação chega ao local, bem como por grupos de pesquisa ou interessados em conhecer ou contribuir com o Poço. No entanto, parte dos moradores se queixam da desmobilização da comunidade, por reproduzir procedimentos que são próprios das práticas institucionais, como a representação e a alienação, presentes no discurso “basta ter o líder e conseguir”. Para Tereza, trata-se de “uma desmotivação grande do ser humano em acreditar em dias melhores, em ter uma esperança ou uma perseverança mesmo de tentar de novo” (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019).

3.5 Processos de auto-organização dos moradores do Poço da Draga

No início, ainda nas décadas de 1970 e 1980, as estratégias utilizadas pelos moradores indicavam uma tendência ao confronto, em oposição ao Estado, como marchas, abaixo-assinados e ocupações. A partir da Constituição Federal de 1988, a nova relação com o Estado exigiu dos movimentos sociais — não só em Fortaleza, como em outras cidades brasileiras — o aprendizado de diferentes formas de atuação, com ênfase na negociação e na formação de “parcerias”, inclusive para ter acesso a recursos públicos (GONDIM, 2008). Nesse novo contexto democrático, a resistência da comunidade se fortalece quando inúmeros movimentos sociais e políticos oriundos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passam a atuar mais livremente nas lutas pela so-

brevivência de muitas comunidades populares, em Fortaleza. Os moradores do Poço da Draga passam então a reivindicar mais fortemente por melhores condições de vida e o direito de permanecer no bairro, diante da primeira concretização das intenções de remoção da comunidade a que se tem registro. Em 1993, firmaram parceria com o Centro de Defesa e Proteção aos Direitos Humanos (CDPDH), organização não governamental ligada à Arquidiocese católica em Fortaleza, que tinha como arcebispo o Cardeal Dom Aloísio Lorscheider (1924-2007), franciscano e conhecido como defensor dos direitos humanos. A partir de então, o CDPDH passa a assessorar a comunidade e apoiar a Ampodra em seu pleito junto à União para obter a regularização fundiária da comunidade através da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) da área ocupada (ALMEIDA; GONDIM, 2014).

Na gestão do prefeito Antônio Cambraia (1993-1996) foi divulgada a Operação Consorciada da Praia de Iracema, em parceria com a iniciativa privada, cuja execução implicaria a remoção dos moradores do Poço da Draga. O projeto visava a reformulação paisagística da região para explorar ao máximo o seu potencial turístico e elevar o valor dos imóveis da Praia de Iracema. Para envolver a comunidade, a prefeitura adotou mecanismos de participação institucionalizada a partir da abertura de canais de diálogo com os moradores através da Ampodra. Não obstante, essa “participação” foi extremamente limitada, na grande maioria das vezes com tônica meramente informativa, servindo mais para legitimar um plano formal já definido a priori pela equipe técnica do que para o efetivo diálogo com a comunidade. A fim de se contrapor à ameaça de remoção, a Ampodra recorreu na Justiça com uma ação de Interdito Proibitório, em 1994, com a assessoria do CDPDH (GONDIM, 2008). Após reivindicações dos moradores, a prefeitura propôs o reassentamento do Poço da Draga nas proximidades da localidade. O projeto habitacional seria composto por cinco modelos de residências, implantados em pequenos núcleos urbanos a fim de manter os laços de vizinhança e “as condições mais satisfatórias para comércio e demais atividades profissionais” (DIÁRIO DO NORDESTE, 06 fevereiro de 1995). Conforme as promessas do poder público, o posto de saúde e a Escola Municipal Elvira Pinho, ainda em funcionamento à época, seriam transferidos para a nova área residencial.

Apesar de parecer positiva à comunidade, a proposta apresentada desconsiderava as preexistências locais e indicava a completa remoção das famílias,

sem que essas tivessem o poder de decisão sobre as premissas iniciais de projeto (ALMEIDA, 2015). Consciente disso, parte dos moradores e a Ampodra solicitaram apoio do IAB, em agosto de 1995, pressionando pela alteração do projeto, a permanência e a urbanização da comunidade. Por fim, este foi abordado após ação judicial. Nesse sentido é salutar um dos depoimentos de D. Madalena, à época dirigente da Ampodra, a Feitosa (1998, p. 132):

[...] se a gente parar de lutar um só dia que seja, eles botam prá quebrar. Ora, a gente ficando o tempo todo alerta, quando dá fé, chega o pessoal da prefeitura aqui, medindo tudo e dizendo que não tarda a gente ser mandado embora daqui, imagine se nós ficasse [sic] parados. (D. Madalena em entrevista concedida a Feitosa, 12 de dez. 1995)

Na gestão do prefeito Juraci Magalhães (1997-2005), a ameaça de remoção retornou, motivando a retomada do interdito proibitório, interrompido durante as negociações com a gestão municipal anterior (GONDIM, 2008). Conforme relatos dos moradores, à época a Ampodra organizava frequentemente protestos contra a nova proposta de reassentamento da comunidade e ações reivindicatórias para solicitar melhorias urbanas na comunidade, como saneamento básico. Ainda no início dos anos 2000, a construção do Centro Cultural Dragão do Mar, erguido na terceira gestão do governador Tasso Jereissati (1998-2002), teve sua face perversa e acarretou sérios transtornos para o cotidiano do Poço da Draga. A esperada urbanização limitou-se a obras de drenagem e pavimentação realizadas pela Prefeitura Municipal, mas sem incluir todas as ruas da comunidade, dando continuidade a carência de saneamento básico e serviços urbanos. A valorização da área trouxe consigo a especulação imobiliária, atrelada a outros problemas criados ou agravados no entorno, tais como: trânsito caótico à noite, poluição sonora, predomínio de bares, restaurantes, danceterias e casas de show em detrimento de usos culturais como galerias de arte, ateliês e teatros, ocupação desordenada do espaço público e aumento da delinquência e do turismo sexual (GONDIM, 2008). Nas palavras de uma ex-dirigente da Associação de Moradores do Poço da Draga:

[O Poço da Draga] nunca foi urbanizado, nunca botaram um cano de água, lá, para urbanizar. Nós não temos saneamento, nós não temos pavimentação, nós não temos [garantia de] permanência no lugar, nós não temos posto médico, nós não temos

geração de emprego, nós não temos educação profissionalizante, violência urbana é só o que tem lá, poluição sonora, nem se fala (informação verbal)¹³.

Por ocasião da elaboração do Plano Estratégico de Fortaleza (Planefor), promovido por empresários com a colaboração do governo estadual, foram realizadas diversas reuniões, ao longo de 2001 e 2002, com vistas a equacionar os reveses decorrentes do centro cultural. Representantes do Poço da Draga manifestaram seu temor de que a valorização turística e imobiliária da área implicasse o recrudescimento das ameaças de remoção (GONDIM, 2001). Ao mesmo tempo, afirmavam o seu direito de permanecer na localidade, argumentando que teriam a concessão do direito real de uso, embora tivessem apenas solicitado o instrumento, em 1999, mas não obtido resposta. Essa relativa segurança decorria, provavelmente, dos fortes vínculos sociais e espaciais desenvolvidos na luta pela sobrevivência e pela permanência no local (GONDIM, 2008). Essas lutas urbanas, assim como em outras cidades brasileiras, são corporificadas nas práticas espaciais do cotidiano, com a expansão das reivindicações da população de baixa renda, mas também, contrariamente, pela emergência de novas formas de violência e de segregação, como modo de estigmatizar e excluir aqueles que acabaram de forçar seu reconhecimento como cidadãos. Assim, observa-se de um lado, a mercantilização da cidade e da cultura, por meio de projetos de revitalização de áreas centrais e/ou frentes marítimas, contribuindo para a especulação imobiliária e o consequente processo de gentrificação. Do outro, a escalada da violência e a criminalização racista das classes mais baixas criando “cidades de muros” e “enclaves fortificados”: condomínios fechados e shopping centers protegidos por seguranças particulares e vigilância de alta tecnologia, espaços públicos cercados (CALDEIRA, 2004).

Conforme Gondim (2011), a construção do centro cultural tinha como um dos objetivos a recuperação do espaço público em Fortaleza. Por essa razão, o projeto arquitetônico foi concebido de forma a permitir a livre circulação a seus equipamentos, contribuindo para o encontro e a convivência de diferentes grupos sociais: turistas e fortalezenses, jovens e idosos, pobres e ri-

¹³ Fala de D. Madalena, em uma das reuniões promovidas por um dos “grupos de impulsão” do Planefor (05 set. 2000), registrada por Oliveira (2006, p. 60).

cos, famílias e consumidores individuais. Para a autora (2011), em parte esse objetivo foi atingido, tanto que é notória a presença de diversos grupos nos espaços abertos do edifício. No entanto, apesar da retórica democrática, a frequência às atividades culturais não tem a mesma diversidade, devido a vários fatores, tais como a desigual distribuição de capital cultural entre o público do CDMAC e as barreiras simbólicas que se erguem contra a população de baixa renda. No entanto, Gondim (2011) salienta, seguindo a abordagem de alguns autores como Rogério Proença Leite (2004) e José Guilherme Magnani (2002), que a situação do espaço público no entorno do CDMAC é ambígua, pois nele convivem “usos” e “contra-usos”. Assim, a permanência de jovens nas ruas e calçadas, fora dos espaços internos dos restaurantes e casas de show, promove contato com o comércio informal, onde se compram comidas e bebidas a preços reduzidos — evidência de um “contra-uso” que se opõe ao que foi planejado pelo governo e ao que é desejado pelos empresários do setor formal. Essas práticas cotidianas podem potencializar formas de interação a partir das ressignificações que esses “contra-usos” realizam, bem como se transformar em táticas capazes de alterar, manipular ou mesmo desviar as estratégias tecnocráticas e homogeneizadoras impostas por cada projeto (DE CERTEAU, 1999).

Ainda em 2001, os moradores da comunidade foram comunicados da proposta do Governo do Estado de construir o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará. O projeto previa a realocação da comunidade para um conjunto de apartamentos que seria construído na própria Praia de Iracema. No decorrer dos meses e anos subsequentes, ocorreram diversas reuniões, audiências públicas e seminários para discutir pautas específicas relativas apenas ao projeto habitacional, bem como atividades para preparar os moradores para a nova forma de morar (GONDIM, 2008). Os técnicos dos escritórios contratados contaram com a parceria de professores da Universidade Estadual do Ceará e com a participação de representantes da Ampodra e do CDPDH, que assessorava a comunidade à época. Dentre as atividades propostas, os moradores solicitaram uma viagem à Nova Jaguaribara¹⁴, em dezembro de 2001, para conhecer a experiência de remoção e transferência da popula-

¹⁴ Construído no local da antiga cidade de Jaguaribara, o Açude Castanhão foi projetado para garantir o abastecimento do Vale do Jaguaribe, da área de influência do Porto do Pecém e de 2.750.000 pessoas da Região Metropolitana de Fortaleza.

ção da antiga para a nova Jaguaribara — primeira cidade planejada do Ceará — em decorrência da construção do Açude Castanhão. Ao final da experiência, os moradores do Poço da Draga ficaram impactados com os relatos das lideranças locais, que embora morassem em casas maiores e mais modernas, já demonstravam saudade da antiga cidade, pequena e típica do interior, às margens do Rio Jaguaribe. Voltaram à comunidade reivindicando por mais informações quanto ao escopo do projeto habitacional, mas ainda tendendo a incorporar como natural a centralização das decisões nas mãos dos técnicos. Os representantes do CDPDH, por sua vez, cobravam a “participação” e atitudes propositivas da comunidade, mas, paradoxalmente, para viabilizar um projeto não solicitado por esta e concebido pelo governo na esteira de um megaprojeto, cuja localização foi decidida sem qualquer consulta prévia às pessoas mais diretamente afetadas (GONDIM, 2008). Por vezes, nas reuniões promovidas pela Ampodra, os representantes do CDPDH superestimavam o poder de decisão dos moradores, a ponto de lhes sugerir que poderiam alterar o projeto do CMFE:

[nome do representante do CDPDH] falou na proposta de ter comércios no novo centro de convenções e que seria importante decidir como ficaria isso, então os moradores decidiram que é interessante ter comércio em casa e no centro de convenções, explicando que no centro de convenções não deve ter [de pagar] aluguel e que sejam administrados pela associação de moradores. [...] os moradores decidiram que deve ter trinta boxes no centro. (CDPDH, 2001, s/p)

Conforme apontado por Gondim (2008), os representantes da Ampodra e do CDPDH apontavam como prova do poder de barganha da comunidade a aceitação, por parte do governo, das condições apresentadas pelos moradores: construir o conjunto habitacional na Praia de Iracema; entregar título de propriedade do imóvel a cada morador; e somente remover a comunidade após a conclusão das novas moradias. Entretanto, os moradores não participaram das tomadas de decisão a respeito do projeto arquitetônico do conjunto habitacional, que lhes foi apenas apresentado em assembleia geral. Ademais, o CDPDH destacava entre os moradores a expectativa de que a nova forma de morar significaria uma oportunidade de progresso social, como evidenciado no documento “Preocupações e Recomendações do CDPDH”:

[...] tornam-se imprescindíveis inclusões de garantias para alte-

rar a condição socioeconômica, no tocante à mudança radical de vida de cada habitante, necessária e obrigatória na nova condição de morar, isto é, **passar da condição de pobre para a de classe média**. (CDPDH, 2002, p.1, grifos meus).

As diferenciações socioeconômicas internas à comunidade se refletiam nos diferentes graus de aceitação ou rejeição do projeto habitacional. Conforme levantamento realizado pelo CDPDH (2002a), a comunidade estava dividida: 33% dos moradores relatavam acreditar no projeto, 31% não acreditar e 30% estar em dúvida (CDPDH, 2002a, p. 8). Segundo Gondim (2008, p. 107), muitas das objeções eram causadas por aspectos específicos do projeto, tais como: a distribuição dos tipos de unidades habitacionais (cujo tamanho variava de um, dois ou três quartos) de acordo com o número de membros da família, desconsiderando o tamanho da casa ocupada por esta na comunidade; a falta de flexibilidade das unidades para atender ao crescimento natural das famílias; a falta de acessibilidade para pessoas portadores de necessidades especiais, como paraplégicos e idosos; os custos que adviriam do novo padrão habitacional, como o pagamento de taxas e impostos; as perdas associadas aos valores simbólicos e afetivos estabelecidos com o lugar; e a vulnerabilidade de remoção devido a pressões do mercado imobiliário. De fato, muitos especialistas enfatizam que os programas de regularização baseados na concessão de títulos de propriedade individual tendem a facilitar esse processo, já que não têm se prestado a garantir a permanência dos moradores nas áreas ocupadas e estimulam uma série de processos especulativos (SMOLKA, 2003; FERNANDES, 2009). Em muitos casos, os beneficiários desses programas estão efetivamente mais vulneráveis a ameaças de despejo e/ou remoção do que moradores de assentamentos informais consolidados, visto que o direito social à moradia não se reduz ao direito individual de propriedade plena (FERNANDES, 2009). De forma geral, as preocupações de parte da comunidade foram expressas no documento apresentado aos organizadores do projeto:

O tamanho das casas e o modelo não convence os moradores de que seja uma moradia de qualidade; [...] os reais prazos para o início da construção das obras [não foram definidos]; o terreno é pequeno em relação ao terreno atual da comunidade; não está claro o que significa melhoria da qualidade de vida; os técnicos do projeto não estão conversando o suficiente com os comerciantes; os custos tarifários com a nova moradia precisam ficar claros; o título de propriedade e o repasse do Estado causam inquietação. (CDPDH, 2002, p.05).

A atitude de desconfiança ou descrença de parte dos moradores, calejada pela não realização de promessas anteriores, divergia da postura de dirigentes da Ampodra, fortemente encorajados pelo CDPDH que se apresentava como defensor dos direitos da comunidade, mas atuava também como promotor do projeto e parceiro do Estado (GONDIM, 2008). Na verdade, o projeto do CMFE colocava os moradores na situação de “pegar ou largar”, visto que os gestores responsáveis insistiam que este deveria ser implantado na área ocupada pela comunidade e não discutiam sobre o valor da indenização a ser pago aos que decidissem não aceitar a proposta. Conforme Gondim (2008), a opção pela luta institucional garantiu benefícios a curto prazo, como a escolha do terreno onde seria construído o conjunto habitacional, mas contribuiu para que os moradores tivessem um papel subalterno em outras decisões. Ademais, provocou cisões na comunidade e ácidas críticas à direção da associação de moradores, cuja presidente era acusada, por seus adversários mais ferrenhos, de ser favorável ao projeto em troca de “boxes” no futuro centro de convenções, bem como por sua atitude conformista de negociar com o governo, ao invés de resistir à remoção. Acusavam-na também de ter usurpado, sem eleições, a presidência da associação, que controlava há vários anos. As divergências culminaram com a inesperada vitória de uma chapa da oposição nas tumultuadas eleições para a diretoria da Associação, ocorridas em 2003. Para Tereza, contudo, esses conflitos foram provocados pelos próprios gestores à época do projeto, à medida que este se tornava mais concreto:

Quando eles vêm aqui e percebem que não vai sair da forma como querem, vem o boato da discórdia. **Não é o boato para melhorar a qualidade de vida é pra desconstruir toda aquela força de luta da comunidade.** [...] Esse processo criou uma desarmonia no grupo muito forte. (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019, grifos meus).

Até então, D. Madalena estava à frente da associação há oito anos, aparentemente sem conflitos evidentes na gestão. Todavia, a atuação tecnocrática dos agentes de planejamento era responsável por estabelecer na comunidade uma rotina administrativa e institucional — com maratonas de audiências públicas, assembleias e reuniões sem hora marcada para terminar, bem como por instrumentalizar o engajamento dos moradores, criando um ambiente interno de tensão. As divergências eram alimentadas ora por boatos de favorecimentos pessoais, ora de conformismo nas negociações. Na referida eleição, o

conflito evoluiu para um confronto com agressão física entre a chapa derrotada e a oposição. A antiga presidente D. Madalena, mãe de Tereza, não aceitou o resultado e logo após, seguindo orientações do CDPDH, resolveu criar uma organização não-governamental (ONG), chamada Velaumar, em 28 de janeiro de 2004, para continuar exercendo sua liderança comunitária, promovendo os atos festivos da comunidade e realizando trabalhos sociais com crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2006). Ao fundar a ONG, D. Madalena contava também com a participação de outras mulheres da comunidade, como D. Domingas e Darlene. Na última eleição de 2005, os conflitos se intensificaram, desfazendo laços de amizade. Durante alguns anos as duas organizações coexistiram, mas ao longo do tempo a Ampodra foi perdendo a centralidade política e as poucas reuniões foram sendo esvaziadas (GOMES, 2019). Atualmente a Ampodra ainda existe, mas apenas formalmente, pois não há sequer atividades. A respeito da Velaumar, D. Madalena esteve na presidência até seu falecimento em 2011, a partir de então suas filhas Sandra e Tereza assumiram o controle da ONG, assim permanecendo até então. Sandra é a presidente, aparecendo mais publicamente em falas oficiais sobre a ONG, porém é Tereza que organiza as atividades cotidianas da ONG e da comunidade, tais como cursos, oficinas, palestras e programas socioeducativos e de inserção profissional, em parceria com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e o Sindicato dos Fazendários do Ceará (SINTAF), bem como atividades pertinentes à comunidade.

Ao final de 2007, na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins (2005-2008), a Habitafor inicia os estudos para um projeto de urbanização do Poço da Draga. O órgão buscava adotar metodologias participativas, para atender às necessidades dos moradores, buscando manter a estrutura socioespacial da comunidade e respeitar o patrimônio arquitetônico vernacular e imaterial existentes (ALMEIDA, 2015). Os técnicos contratados pela prefeitura buscaram conceber a proposta com a participação dos moradores, mas desde as primeiras reuniões, a comunidade se mostrou desacreditada das ações públicas. Mesmo assim, os moradores colocaram-se novamente à disposição para dialogar, abrindo canais de comunicação entre as “lideranças locais” e os representantes da Habitafor. Entre 2007 e 2009, foram realizadas ações e oficinas com a comunidade a fim de definirem as diretrizes principais da intervenção. No entanto, o projeto não tinha recursos financeiros garantidos e não recebia prioridade da prefeitura, em comparação com outros projetos desenvolvidos.

Por essas e outras razões, os moradores tinham receio de legitimar, através da “participação”, intervenções posteriores sobre os quais não teriam poder de decisão. A proposta se arrastou de 2007 a 2013, sem nenhum resultado efetivo para a comunidade, demonstrando a falta de interesse político e econômico dos gestores. Não obstante, conforme Damiano, a promessa de urbanização ainda teve consequências perversas, pois intensificou o processo de ocupação do “Pocinho”: “a galera que morava na casa dos pais construía só para ganhar uma casa melhor quando eles viessem [a prefeitura], como não ganhava, eles acabavam vendendo porque quando chovia a água chegava até a telha, aí cansavam de esperar e vendiam” (Entrevista com Damiano, agosto de 2019). Tal realidade foi abordada por Smolka (2003), que conclui que os períodos de maior afluência de novas ocupações coincidem, em muitos casos, com a realização — ou a promessa de realização — de programas de regularização de qualquer natureza. Tereza ao refletir sobre as principais dificuldades dos moradores, relata:

Eu acho que a maior dificuldade que temos até o dia de hoje é o diálogo com o poder público e [...] com essa forma imposta de projeto goela abaixo sem permitir que o morador se coloque dentro dessa situação bem mais ampla que não é só a casa, mas toda uma estrutura. Um projeto que a [prefeita] Luizianne [Lins] apresentou aqui dentro da comunidade mostra muito bem isso. Era um projeto muito bonito de blocos de apartamentos, mas em compensação o projeto não via a garagem como direito do morador e na hora que foi apresentado foi uma das primeiras coisas que o morador disse: “olha, eu compro um carro em 72 parcelas. Hoje eu coloco dentro da minha casa, boa ou não, eu me sinto bem, tá lá o meu bem que eu estou pagando mas, dentro do projeto que vocês pensam, o meu carro, que eu pago 72 parcelas com muita dificuldade, vai ficar no sol à mercê do ladrão e à mercê dos meios ambientais, e aí?”. “Ah, mas não tem terreno pra isso” [representantes do poder público]. “Mas nós estamos vivendo bem sem esse terreno todo que vocês têm”. Porque a proposta tá dentro da cabeça do gestor e não está a serviço do morador. **Então o que eu vejo é esse diálogo, essa falta do diálogo e de pensar o projeto desde a base. [...] A maioria dessas casas aqui dentro era tudo de madeira. Hoje a gente tem casa de três andares aqui dentro. Então você não pode pensar no Poço como uma caixa engessada.** (Entrevista com Tereza, moradora, em julho de 2019, grifos meus).

Ainda em 2009, na gestão do Governador Cid Gomes (2007-2015), foi apresentado o projeto para a construção do Acquário Ceará nas imediações da comunidade, no terreno antes ocupado pelo prédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). De um lado da Av. Almirante Tamandaré, estaria o maior oceanário da América Latina, com 21,5 mil metros quadrados de área construída e tanques de exibição com capacidade de 15 milhões de litros d'água; do outro, a comunidade centenária, ainda sem saneamento básico, nadando contra a maré da exclusão e da invisibilidade. Ainda que não haja nenhuma menção à remoção dos moradores do Poço da Draga no projeto do Acquário, a valorização imobiliária da área certamente ameaçaria a permanência da comunidade. Desde a sua apresentação, o projeto instigou vários questionamentos, especialmente quanto às prioridades de investimento e aos gastos vultuosos para construir um equipamento turístico, de retorno econômico incerto, enquanto o estado atravessava um grande período de estiagem. Questionavam-se também os efeitos sobre a fauna marinha e orla marítima, bem como para a mobilidade urbana, com o aumento do fluxo de veículos em uma área tão congestionada como a Praia de Iracema. Não obstante, apesar das críticas, até o início de 2012, as manifestações contrárias ao Acquário não foram tão contundentes e sistemáticas (GONDIM, 2014). Entre os críticos parecia prevalecer a descrença na execução do projeto, haja vista o grande intervalo de tempo transcorrido entre o anúncio do empreendimento e o início de sua construção.

A emergência da mobilização coletiva foi desencadeada apenas em fevereiro de 2012 através de uma publicação de um morador da Praia de Iracema, em sua rede social no Facebook, com uma foto do terreno onde se localizaria o Acquário já terraplanado. A postagem teve dezenas de compartilhamentos e centenas de comentários a uma provocação aparentemente simples: “será que a gente vai mesmo aceitar que 250 milhões de reais sejam gastos sem uma discussão mais séria?! Será que essa obra trará riqueza que promete? Será que essa riqueza será distribuída?”. Como resultado das interações virtuais, foi organizado o primeiro encontro de pessoas contrárias ao Acquário, realizado no dia 11 de fevereiro de 2012, logo após o “Encontro contra as remoções” — evento convocado por movimentos sociais, ONGs, assessorias e comunidades atingidas por projetos voltados para a Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014). Após 4 dias desse primeiro encontro, surgia a página do movimento “Quem dera ser um peixe” no Facebook, formado, sobretudo,

por artistas, profissionais liberais, professores e estudantes, em geral universitários, usuários do bairro e algumas lideranças do Poço da Draga. A primeira manifestação de rua do movimento foi a criação de um bloco de carnaval, o “Unidos contra o Acquário”, que percorreu as ruas do bairro Benfica junto ao tradicional bloco “Sanatório Geral”, no dia 22 de fevereiro. Os brincantes se fantasiaram de peixe, sob um longo pano azul que simulava o mar.

Ao longo de sua trajetória de luta, o Quem dera ser um peixe (QDSP), definido por seus integrantes como um “movimento cidadão, apartidário e político”, construiu diversas táticas e estratégias conduzidas apesar do Estado e, principalmente, contra o Estado, incorporadas via uso intenso de tecnopolíticas. O grupo utilizava certos canais institucionais com advertência e precaução para denunciar as diversas irregularidades das obras do Acquário, mas priorizando também a ação direta, tal como Souza (2012) defende. Os integrantes fizeram alusão à música interpretada por Raimundo Fagner, “Borbulhas de amor”, cujos versos “quem dera ser um peixe para em teu límpido aquário mergulhar” foram ressignificados pelo movimento para indicar que até os peixes do oceanário estariam sendo mais bem tratados que a população, embora em águas aparentemente turvas (GONDIM, 2015). Na seção “quem somos” do site #AcquarioNao, o QDSP defende uma cidade justa, pensada por e para os seus cidadãos, como destaca o seguinte trecho:

O que nos mobiliza é o desejo por uma nova perspectiva de socialização da cidade; por outra visão da fruição artístico-cultural dos espaços públicos; por um conceito diferente de gestão governamental (com participação efetiva nas decisões); por uma lógica ambientalmente sustentável para a orla marítima da nossa aldeia urbana, entre outras questões tão ou mais relevantes. (QUEM DERA SER UM PEIXE, 2012)¹⁵.

Assim, desde as primeiras provocações do movimento aos primeiros meios de organização, observa-se a importância da mediação das novas tecnologias de informação e comunicação, como promotoras de redes de encontros e debates, tanto virtuais como presenciais. Manuel Castells (2012), tratando dos levantes simultâneos que se alastraram em diversas cidades ao redor do mun-

¹⁵ Sessão “quem somos” do site do Movimento “Quem dera ser um peixe”. Disponível em: <acquarionao.wordpress.com>. Acesso em: 10 junho 2019.

do, discorre sobre a potência das redes de indignação conectadas globalmente, que assim como no caso do QDSP foram desencadeadas por algum evento mobilizador, tornando-se “possível pela superação do medo, mediante a proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano” (CASTELLS, 2013, p.23). Do mesmo modo, no caso do QDSP, as redes virtuais foram instrumentalizadas para ampliar o apoio para suas causas e facilitar a manutenção de formas de organização mais horizontais e participativas, apoiadas na capacidade de integração a partir de um eminente desenvolvimento tecnológico, que suprime tempo e espaço entre ideias e ações. Nesse sentido, os integrantes do QDSP podem ser considerados ciberativistas, definidos como: “[...]alguém que utiliza Internet, e, sobretudo, a blogosfera, para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições”(UGARTE, 2008, p. 59).

Ugarte (2008) apresenta duas etapas de ciberativismo: a campanha e o *swarming*. Na primeira, tem-se a escolha do tema, a apresentação de propostas e estratégias para viabilizar as ideias. Na segunda, são feitas interações sucessivas até que haja mudanças na agenda pública. No caso do movimento QDSP, o grupo organizava diversas ações, que costumavam ser divididas entre os seus integrantes, de acordo com as ferramentas que cada um dispunha: havia quem analisasse o EIA/RIMA; quem elaborasse e compartilhasse conteúdos informativos e memes nas redes sociais; quem mobilizasse os encontros semanais e as manifestações; quem colaborasse com as articulações dos moradores do Poço da Draga para regulamentar a Zeis; o Comitê da Copa definindo estratégias e se reunindo em assembleias; alguns jornalistas tentando abrir espaço nos veículos conservadores e assim por diante. Nesse sentido, nas palavras do movimento, o sentimento de que “nossa autonomia ganha força quando compartilhada, de que nossas ações são sempre coletivas, deve ir se ampliando e dando visibilidade a essa rede que é muito maior do que podemos abarcar” (QUEM DERA SER UM PEIXE, 2012)¹⁶.

Uma das primeiras denúncias veiculadas pelo movimento, foi que o EIA/RIMA do empreendimento estaria irregular devido à ausência de estudo de

¹⁶ Sessão “quem somos” do site do Movimento “Quem dera ser um peixe”. Disponível em: <acqurionario.wordpress.com>. Acesso em: 10 junho 2019.

impacto arqueológico sobre a área de influência do Acquário, que deveria ter sido aprovado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) antes do início das obras. Como consequência do reconhecimento desta lacuna, o Iphan encaminhou ofício à Semace questionando a concessão do licenciamento ambiental e solicitando a suspensão do processo até que a prospecção arqueológica fosse feita e aprovada pelo órgão licenciador. Ao mesmo tempo, o QDSP, tendo como referência os movimentos internacionais de protestos genericamente denominados de *Occupy*, realizou um ato de ocupação na Praia de Iracema, no dia 18 de março, tentando angariar apoio da população e dos frequentadores da praia à oposição ao empreendimento. No dia seguinte, o grupo denunciou as irregularidades no empréstimo concedido pelo Ex-Im Bank ao Governo do Estado do Ceará, ao descumprir a Constituição Federal que determina que operações semelhantes devem ser autorizadas pelo Senado Federal. Paralelamente, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou a suspensão da eficácia das licenças ambientais já expedidas, bem como das obras do Acquário até que Iphan se pronunciasse formalmente.

Não obstante, apesar das solicitações do Iphan e das recomendações do MPF, a Setur iniciou as obras do Acquário naquela mesma semana. Após mais uma denúncia do movimento, o MPF solicitou uma vistoria dos técnicos do Iphan, o qual decidiu embargar administrativamente a obra. Embora a construção tenha sido retomada, o movimento obteve uma vitória importante, ainda que parcial, por ter atrasado o andamento da obra e atraído a atenção da mídia e da sociedade. Em abril do mesmo ano, o QDSP protocolou junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), ao MPF e ao Ministério Público Estadual (MP-CE) um extenso documento¹⁷, com 37 páginas, denunciando vários indícios de irregularidades encontrados nos processos de licitação e contratação destinados à construção do Acquário Ceará. Além de publicar todas as denúncias nas redes sociais, o movimento enviou cartas ao Ex-Im Bank¹⁸, com todas as irregularidades e impactos sociais que o Acquário causaria. Em to-

¹⁷ Bomba: movimento reúne documentação e denuncia o governo por irregularidades na licitação do Acquario. 11 abr. 2012. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/2012/04/11/bomba-movimento-reune-documentacao-e-denuncia-o-governo-por-irregularidades-na-licitacao-do-acquario/>>. Acesso em: 15 junho 2019.

¹⁸ Carta ao Ex-Im Bank. 18 abr. 2012. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/2012/04/18/carta-ao-ex-im-bank/>>. Acesso em: 12 junho 2019.

das as ações, o movimento demonstrou ter o domínio da linguagem técnica e jurídica, beneficiando-se do apoio de assessorias e entidades, bem como da experiência de alguns ativistas atuantes nas áreas de direito, meio ambiente, urbanismo, entre outras.

Ademais, o QDSP adotava uma linguagem lúdica e de humor, presentes desde a denominação do movimento às suas primeiras manifestações, bem como traduzia as informações coletadas para uma linguagem mais simples por meio da utilização de montagens satíricas, infográficos, vídeos e charges humorísticas. O grupo organizou diversas ações de caráter performático, estético e convidativo, denominadas “inundações”, que ocorreram no calçadão da Praia de Iracema, entre a Ponte Metálica e a Ponte dos Ingleses, geralmente nas tardes de sábado entre os meses de março e julho de 2012. A partir desses eventos, buscou-se articular as resistências atuantes no Poço de Draga e no QDSP, bem como dialogar com outros movimentos e possibilitar debates sobre a “cidade em que vivemos e a que queremos”. As “inundações” foram amplamente divulgadas nas redes sociais através da *hashtag* #OcupePI, em referência às ocupações de espaços públicos ocorridas em vários países do mundo. A programação dos encontros era diversificada e composta por:

aulas públicas com professores universitários; rodas de conversa sobre histórias do Poço; leituras de poesia; oficinas de grafite, reciclagem e cartazes; estamparia de camisetas, entre outras atividades que modificaram, mesmo que momentaneamente, a paisagem da Praia de Iracema. Essa ruptura do status quo tem uma finalidade - a intervenção urbana é repleta de significados, seja da fruição ao protesto por meio de ação direta. (OLIVEIRA, 2016)

As táticas de resgate da história da comunidade tinham como objetivo mobilizar os moradores, bem como fortalecer a defesa de sua permanência no local. O grupo passou então a promover uma série de vídeos, “Histórias do Poço”, para disseminar os relatos dos moradores, suas memórias, anseios e laços de sociabilidade. D. Domingas¹⁹ foi a primeira entrevistada e lembrou o passado em que a comunidade era formada apenas por pescadores, e como

¹⁹ Roda de conversa com D. Domingas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bL-Xhbm9SYY>>. Acesso em: 19 setembro 2019.

a ameaça de remoção esteve presente desde a sua juventude. Em outro vídeo, D. Teresa²⁰, moradora da comunidade há mais de 74 anos, reclamou da falta de diálogo do poder público com a comunidade e da falta de informações generalizada sobre os projetos desenvolvidos, promovendo temor entre os moradores quanto à sua continuidade no local. No dia 26 de maio, a comunidade organizou também a comemoração dos 106 anos da Ponte Metálica (tradição criada ainda em 2010), e o movimento convidou o ilustre arquivista e colecionador Nirez para desenvolver uma aula pública sobre a história da Praia de Iracema. Na interação com outros coletivos e grupos universitários, os moradores do Poço foram inseridos em redes nacionais de direito à moradia, possibilitando contato, por exemplo, com a Prof. Raquel Rolnik, que visitou a comunidade em junho de 2012, na condição de Relatora Especial da Organização das Nações Unidas para o Direito a Moradia Adequada. O morador Acácio fez uma visita guiada, apontando a trajetória de luta pelo direito à cidade travada pelos moradores frente aos interesses do Estado-Capital. Além da rotina de mobilizações, ainda em novembro, foi realizada uma chamada pública dentro da comunidade para eleger o Conselho Gestor da Zeis Poço da Draga, inicialmente conduzida na gestão da prefeita Luizianne Lins. Foram eleitos cinco representantes da comunidade, com acompanhamento e assinatura do representante da Prefeitura de Fortaleza. O referido conselho, no entanto, nunca chegou a ser efetivado e o processo foi arquivado. Essa experiência frustrou e desgastou a confiança dos moradores, mais uma vez, em relação aos mecanismos democráticos e ao instrumento ZEIS.

Nesse período, várias resistências atuantes no Poço de Draga se tornaram bastante ativas nas discussões dos efeitos do Acquário sobre os moradores do bairro, estabelecendo articulações com instituições e entidades acadêmicas. A partir de 2012, foram elaborados mapas e cartografias sociais, com a colaboração do Coletivo Urucum e do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), do Departamento de Geografia da UFC. Cabe destacar que a comunidade, ao longo do tempo, vem estabelecendo relações com muitos grupos universitários. Apesar de ambivalente, a colaboração com agentes externos pode ampliar o repertório dos moradores na argumentação com o poder público e o seu escopo de práticas no cotidiano do Poço. Nesse sentido, muitos

²⁰ Roda de conversa com D. Maria. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=X-EYjS31yyIM&t=152s>>. Acesso em: 19 setembro 2019.

filmes e documentários vêm sendo produzidos na comunidade, concebidos por ou com a participação de moradores que tiveram formação em audiovisual seja pela ONG Alpendre - Casa de Arte, Pesquisa e Produção, ou em instituições públicas, como a Escola Vila das Artes e a Escola Porto Iracema das Artes.

No final de 2012, a omissão do Estado foi destaque no blog Combate Racismo Ambiental²¹, que apresentou a grave situação de D. Alzira, que foi removida de sua casa, em 2010, à época um casebre em cima da Ponte Metálica, devido ao projeto de requalificação da Praia de Iracema, na gestão da prefeita Luizianne Lins. Até então, embora vivesse em condições muito simples, sem água e sem luz, alimentando-se muitas vezes apenas dos peixes que pescava ali de cima da Ponte, foi assim que Dona Alzira expressou sua relação de amor com o mar:

Felicidade... O mar alevanta meu astral. A brisa do mar é maravilhosa. Perto dele eu não hei de sair não, sair nunca de perto dele. Quero sempre estar ao lado do pai oceano 'Atrântico'. Deus me defenda sair... Pra longe eu não vou. Se for pra um lugar perto que eu possa vir pegar meu peixinho eu vou, mas se for pra longe eu prefiro a casa caída no mar e eu ir pra boca dos peixes, pra barriga dos peixes que nem Jonas [em referência ao mito bíblico de Jonas e a baleia]. Jonas não passou três dias na barriga do peixe. Pois aí eu vou morar dentro dum peixe desse, mas daqui não saio. (vídeo Pai Oceano "Atrântico", dirigido por Plínio, também morador do Poço da Draga, 2010)²².

Apesar de removê-la, o governo municipal não ofereceu outra opção de moradia para a senhora. Foi a partir da iniciativa de amigos que D. Alzira foi transferida para a antiga sede da Ampodra, permanecendo até a Prefeitura iniciar a demolição do prédio para a reconstrução do Pavilhão Atlântico, no final de 2010. Após as reivindicações dos moradores, a referida gestão alugou uma pe-

²¹ LOPES, Júlia. "Do Poço da Draga vem o apelo: a casa da dona Alzira está afundando" ... E o Acquario do sr. governador, vai bem? Combate Racismo Ambiental, 10 dez. 2012. Disponível em: <<https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/12/10/ce-do-poco-da-draga-vem-o-apelo-a-casa-da-dona-alzira-esta-afundando-e-o-acquario-do-sr-governador-vai-bem/>>. Acesso em: 21 setembro 2019.

²² Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=TMoUHKUSI-4>>. Acesso em 21 set. 2019.

quena residência para ela dentro da comunidade. Não obstante, após poucos anos morando ali, D. Alzira viu sua casa afundar e parte do piso ceder, representando um grande risco para a sua vida (GOMES, 2019). O silêncio do poder público diante de tal emergência foi o estopim para que a história de D. Alzira fosse amplamente compartilhada nas redes sociais como forma de denunciar a histórica negligência do Estado na localidade.

Em dezembro de 2012, o movimento obteve importante vitória: o TCE-CE confirmou uma série de irregularidades apontadas no documento entregue pelo Quem Dera Ser um Peixe em abril de 2012. Ainda no referido mês, a Procuradoria Geral do Município (PGM) acatou a recomendação do MPF e embargou novamente a obra do Acquário. Em fevereiro de 2013, a Câmara dos Vereadores de Fortaleza atendeu a reivindicação dos moradores do Poço da Draga e convocou uma audiência pública para abrir um canal de diálogo entre os representantes do poder público e a comunidade. Na ocasião, os moradores contestaram a execução das obras do Aquário, exigiram a regulamentação da ZEIS, bem como saneamento básico e outras melhorias para a comunidade. Em março de 2013, foi divulgado o resultado da investigação conjunta do MPF, MP-CE e Ministério Público de Contas, com sérias acusações ao governo estadual. Segundo relatório de inspeção, a contratação da empresa ICM-Reynolds teria sido uma condição estabelecida pelo Ex-Im Bank para conceder empréstimo no valor de 150 milhões de dólares ao governo estadual. Na ocasião, o QDSP mobilizou sua rede de contatos nos meios de comunicação convencionais, conseguindo grande divulgação das acusações, tanto na imprensa local como nacional. Em maio, os moradores do Poço da Draga comemoraram os 107 anos da comunidade.

Em meados de 2013, as ações de confronto do QDSP coadunaram com os inúmeros protestos que eclodiram Brasil afora durante a Copa das Confederações — nas chamadas Jornadas de Junho de 2013. As pautas contra a privatização dos espaços públicos pelo Estado-capital, envolvendo grandes projetos urbanos que reforçam práticas de segregação e exclusão social, eram recorrentes nestas manifestações. Em Fortaleza, entre os dias 12 e 14 de julho de 2013, centenas de pessoas ocuparam o entorno imediato do canteiro de obras do Acquário. No #OcupeAcquario, os manifestantes realizaram diversas atividades, tais como oficinas de histórias em quadrinhos, malabares, apresentações de teatro, dança e música, rodas de capoeira, visitas guiadas ao Poço

da Draga, exposição de livros, entre outras. O jornalista Aguirre Talento, em reportagem para o jornal Folha de São Paulo, registrou a presença de diferentes grupos e entidades no acampamento, como estudantes, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e moradores do Poço da Draga. Na chamada divulgada pelo QDSP na rede social Facebook, o movimento descreveu o evento da seguinte forma:

É hora de mobilizar, de ocupar, de pressionar. O #OcupeAcquario é uma virada criativa e cultural que chama a atenção da sociedade para o velho fazer político que não nos representa. #Nãoé-sópeloAcquario, mas sim por tudo que esta megalomaníaca obra simboliza e que repudiamos: a distorção das prioridades, a falta de transparência e de fiscalização, o autoritarismo governamental, o desrespeito às histórias e ao meio ambiente. Vamos nos juntar, acampar e fazer uma bela virada, da noite de sexta até a noite do sábado, com conversas, esportes, música, apresentações artísticas, comidinhas e intervenções urbanas na Praia de Iracema. Traga sua galera, sua barraca, seu instrumento, sua voz, proponha algo. O #OcupeAcquario é o espaço de todas as criatividades, de todos os debates, de toda a cidade. Porque rejeitamos, sim, o Acquario, mas a luta #Nãoé-sópeloAcquario. (QUEM DERA SER UM PEIXE, 2012)²³.

Em clara referência à *hashtag* #Nãoé-sópelos2ocentavos, levada à frente pelo Movimento Passe Livre (MPL), na cidade de São Paulo. Em setembro de 2013, novos protestos contra o Acquário foram realizados, como parte do tradicional Grito dos Excluídos — manifestação popular realizada anualmente no dia 07 de setembro com a finalidade de resgatar a soberania nacional diante do contexto crescente de exclusão social, em contraste com o discurso nacionalista hegemônico. Em dezembro de 2014, o Coletivo Urucum e o movimento QDSP lançaram o Relatório dos Processos Judiciais Sobre o Acquario Ceará, documento para fundamentar as 26 ações judiciais e administrativas relativas aos impasses técnicos e legais observados na construção da obra. As ações ainda tramitam na Justiça, mas a obra foi interrompida definitivamente em 2015,

²³ Descrição do evento criado pelo movimento QDSP #OcupeAcquario | Virada-acampamento-criativo-cultural, na rede social Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/606640102713787/?ref=3&ref_newsfeed_story_type=regular>. Acesso em 10 junho 2019.

na primeira gestão do governador Camilo Santana (2015-2018), após a instituição financeira americana Ex-Im Bank perder a autorização para realizar novas operações no Brasil. No total, o empreendimento já custou 130 milhões de reais aos cofres públicos, com 75% da estrutura de concreto concluída, mas apenas 25% do previsto em equipamentos e acabamento. Ainda em estado de latência, a intervenção entrou na lista de ativos a serem privatizados, e cria mais uma barreira de isolamento da comunidade, por fechar o principal acesso à praia, causando permanente indignação entre os moradores da comunidade. Ao longo dos últimos anos, o QDSP reduziu suas atividades e passou a ter uma dinâmica mais pontual. Alguns integrantes mantiveram o contato através das redes sociais, mesmo após a paralização da obra, participando de algumas atividades no Poço da Draga e na formação de novos coletivos.

Nesse contexto em que os planos e análises desenvolvidos pelo poder público para o território desconsideram a existência da comunidade, surge o coletivo ProPoço, idealizado por Acácio e Luciene, respectivamente morador e ex-moradora, com o objetivo de fortalecer a sensação de pertencimento, valorizar a história da comunidade e salvaguardar a autoestima dos moradores frente aos estigmas de pobreza e marginalidade. O grupo foi formado em 2015, durante os preparativos para a realização do aniversário de 109 anos da comunidade e, ao longo de sua trajetória, contou com a colaboração de apoiadores, estudantes e pesquisadores. Entre 2015 e 2017, o Propoço realizou diversas atividades na comunidade, atuando principalmente em duas frentes: uma relacionada à produção cultural, como fio condutor para o fortalecimento do sentido de coletividade na comunidade; e outra relacionada à produção de conhecimento, atrelada ao empoderamento político dos moradores através da informação e da cartografia. Apesar dos desafios estabelecidos para o engajamento coletivo, o Propoço almeja contribuir para disseminar novas práticas, desencadeando um processo de conscientização entre os moradores acerca de suas possibilidades de ação. No início de 2016, tive a oportunidade de juntar-me ao grupo²⁴, participando da elaboração e realização de atividades culturais,

²⁴ No contexto do meu trabalho final de graduação, intitulado *Práticas alternativas: Um ensaio para o Poço*, realizado entre 2015 e 2016, sob orientação do professor Almir Farias da Universidade Federal do Ceará. Nas minhas primeiras visitas à comunidade, conheci a Tereza que, logo de início, me contagiou com o entusiasmo e a força com que narra as histórias de luta do Poço. Nas visitas seguintes, ela me apresentou ao Acácio, que à época estava orga-

pedagógicas, bem como na formação de grupos de discussões sobre assuntos relevantes à comunidade. A presença contínua no cotidiano do Poço ao longo de um ano possibilitou-me um “olhar de perto e de dentro” como referido por Magnani (2002, p. 17), na tentativa de confrontar o saber acadêmico com o saber popular, rompendo com a dicotomia entre teoria e prática.

De modo geral, os integrantes do movimento refutavam a visão reducionista e estigmatizada do Poço da Draga e, por conseguinte, refutavam também as denominações utilizadas pelo Estado, pela mídia e pela própria comunidade acadêmica, como os termos aglomerados subnormais, assentamentos precários e comunidades carentes, destinados às mais diversas formas de informalidade urbana. O sentido pejorativo encontrado nesses termos impõe a instabilidade da existência desses territórios e da permanência de seus sujeitos. Nesse sentido, para Acácio, o “Poço da Draga” não deveria suceder de nenhuma categoria, da mesma forma que “não chamamos a Aldeota de bairro Aldeota”. Compreendo os receios do grupo, tendo em vista que o mero jogo de palavras é uma forma de exercício do poder simbólico, com fortes consequências para os sujeitos nomeados e as práticas sociais que dizem respeito (BOURDIEU, 1989). Dessa forma, o coletivo defendia que a comunidade fosse reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas estabelecidas e como território constituinte da cidade, estando, por tanto, integrada a esta. Por sua vez, que os moradores também fossem reconhecidos como “entes legítimos dos processos de formação e desenvolvimento da cidade de Fortaleza”.

Em 2015, a maioria das atividades comunitárias promovidas pelo ProPoço era de cunho cultural, como os saraus na casa de D. Ângela, o ato festivo “Para não dizer que não falarei das flores”, no dia 7 de setembro, o evento Porto do Sol, roda de conversa dos moradores ao longo da praia, a idealização do bloco de carnaval Cai no Poço, desenvolvido ao longo do ano de 2017, com recurso arrecadado das atividades de bazar solidário na comunidade, dentre outras.

nizando o levantamento sócio-espacial da comunidade. Juntei-me ao grupo, formado pelo Movimento ProPoço, por alguns moradores, estudantes e pesquisadores universitários, nessa tarefa. Foi uma experiência transformadora, na qual tive oportunidade de compreender o papel dos moradores não como objetos de estudo, mas como agentes do planejamento, e não somente como objetos de políticas públicas, mas como sujeitos ativos na construção da paisagem urbana. Os desdobramentos desse trabalho, concluído em 2017, foram cruciais para a formulação do problema aqui abordado.

A partir de então, o coletivo tornou periódica a realização das visitas guiadas, que ocorriam todos os anos nas comemorações de aniversário da comunidade. Trata-se de uma caminhada, em que um grupo de pessoas, orientado por Acácio, visita lugares específicos e relevantes à identidade do Poço da Draga, denominadas estações (1ª parada - Estação Cidal, 2ª parada - Estação Alfândega, 3ª parada - Estação Galdinos, 4ª parada - Estação Moreira da Rocha, 5ª parada - Estação Pavilhão, 6ª parada - Estação Ponte Velha). Em 2016, as visitas passaram a denominar-se “Expressos”, em referência à presença de antigos trilhos no Poço da Draga, por onde eram transportadas as mercadorias dos navios até os armazéns. Nesse contexto que envolve movimento, viagem e história, o nome da atividade passa por mudanças a cada ano, de acordo com a idade representativa da comunidade.

Em todas as vezes que acompanhei os “Expressos”, ao longo dos últimos quatro anos, a caminhada sempre desvenda novos olhares, novos lugares, entrecruza as histórias e trajetórias dos moradores que, muitas vezes, sentados nas calçadas ou andando a pé pela comunidade, contribuem com esse ato de escritura, nos dizeres de Michel de Certeau, reescrevendo e sobrevoando o espaço a partir de suas narrativas e memórias (Figura 10). Essas enfatizam as questões da experiência, do corpo a corpo, das microresistências e da alteridade na cidade e, assim, reafirmam a enorme potência e intensidade da vida coletiva, em oposição à cidade do “pensamento único”. A intenção do coletivo era que a visita fosse reconhecida internamente, para fortalecer o sentimento de pertença dos moradores, principalmente dos mais jovens, contra o estereótipo da violência. Este, nas palavras de Acácio, “afeta o entusiasmo do morador enquanto identidade”, principalmente por conta da mídia. Outra intenção dessa atividade é que ela seja reconhecida também por visitantes e entusiastas curiosos em conhecer a história de parte da cidade, através do contato com as práticas cotidianas dos moradores do Poço e da relação profunda e visceral que desenvolvem com o lugar. Assim, essas caminhadas seriam como táticas de resistência para aumentar a quantidade de “apoiadores externos”, reverter os estigmas territoriais e legitimar a identidade da comunidade. Nesse sentido, cresce o número de acadêmicos, artistas e frequentadores dos equipamentos culturais vizinhos que simpatizam com a permanência da comunidade naquele território, e que, ao fazer a visita saem com um sentimento de que ela tem sido “espremida” pelo desenvolvimento do entorno.



Figura 10. Registro do Expresso 113 no dia 05 de outubro de 2019.

Fonte. Arquivo pessoal.

Em outubro de 2015, o Serviço Social do Comércio (SESC) realizou um evento com os moradores e apresentou um diagnóstico sobre a realidade social do Poço, até então visto sob os olhos da vulnerabilidade e da necessidade. A apresentação indignou alguns moradores, tendo em vista que o diagnóstico realizado fortalecia apenas as noções de ausência e carência, concebendo a comunidade como espaço precarizado, expressão da ilegalidade, e seus moradores, prosaicamente, tratados de forma exotizada e não como sujeitos políticos. Essas representações estereotipadas iriam orientar investimentos sociais privados na comunidade, frequentemente, referenciados em pressupostos estéticos e culturais colonizadores, vinculados às classes sociais dominantes que exercem o poder político e econômico nas cidades. Neste sentido, não eram reconhecidos as inventividades e os saberes ali construídos, bem como os avanços sociais que os próprios moradores promoveram. Esse evento poderia ter sido apenas mais um diante de tantos outros, mas se mostrou um forte mobilizador para a idealização de uma pesquisa minuciosa, produzida pelos próprios moradores, sobre o local em que vivem, com alto grau de participação da comunidade.

A partir de então, o movimento materializou uma de suas motivações iniciais: a realização de um levantamento sócio-espacial da comunidade como instrumento de contrapoder, frente às eventuais políticas públicas que ameacem a permanência da comunidade, representadas tanto por grandes projetos urbanos, como o Acquário Ceará, como pela regulação, que estabelece que parte das casas está em área de proteção ambiental, demarcando a foz do Riacho Pajeú dentro da comunidade, a despeito de séculos de documentação cartográfica (TEIXEIRA, 2017). A busca por retratar a realidade local a partir de uma pesquisa minuciosa tinha como objetivo superar as representações da comunidade baseadas em estigmas, como lócus de violência e precariedade — que, como tal, dever ser erradicado — para ressaltar as potencialidades do Poço da Draga. Nesse sentido, os dados produzidos pelos moradores, em parceria com estudantes e pesquisadores, contrastariam com os dados oficiais que possam vir a ser usados (e/ou manipulados) para justificar a remoção das famílias. Dessa forma, o mapeamento desafiaria as narrativas dominantes sobre o território para transformar a invisibilidade de saberes e experiências cotidianas dos moradores em narrativas críticas autoconstruídas. Outro ponto importante seria a própria demarcação territorial do Poço da Draga, a partir das relações de pertencimento existentes, e não pela definição estatal de demarcação dos limites físicos da comunidade.

Tão logo decidiram realizar a pesquisa, o grupo entrou em contato com a professora Améria Brasil, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor), através da indicação de amigos, para estabelecer parcerias com a universidade e contribuir com a troca de saberes. No início de 2016, começaram as primeiras reuniões entre os pesquisadores e os membros do ProPoço. Embora a Unifor não tenha aceitado formalizar o grupo de pesquisa, a professora decidiu dar continuidade ao projeto, contando com a participação de alguns alunos voluntários (GOMES, 2018). A ideia do grupo era compartilhar conhecimentos acadêmicos e conhecimentos práticos dos moradores no cotidiano, para atribuir ao levantamento tanto legitimidade técnica quanto legitimidade popular, por ser uma produção comunitária, através de metodologia participativa. Nesse sentido, o idealizador do projeto, Acácio, geógrafo por profissão e exímio pesquisador sobre seu próprio lugar, teve participação decisiva para a concepção e realização do levantamento, comportando-se como um morador-pesquisador.

O movimento ProPoço formulou uma ficha de questionários, contendo os tópicos fundamentais para compreender o perfil socioeconômico e cultural da comunidade: habitantes, histórico, escolaridade, emprego, residência, esporte, relação com a praia e com o Acquário. No item “habitantes”, informa-se a quantidade de moradores de cada residência, o gênero do entrevistado, sua etnia e o estado civil do chefe da família. No item “histórico”, informa-se o tempo de chegada à localidade pelos moradores mais antigos, a razão pela escolha do Poço da Draga como local de morada, seu município de origem e se o entrevistado tem pretensão de permanecer no local, e o porquê. No item “escolaridade”, informa-se o grau de escolaridade do responsável financeiro pela residência, bem como das crianças e jovens da família. No item “emprego”, informa-se o tipo de ocupação, a quantidade média de salários mínimos por família e se há participação em programas sociais. No item “residência”, informa-se se há título de propriedade, a existência da cobrança do RIP (Registro Imobiliário Patrimonial), os materiais construtivos utilizados no domicílio, a existência de saneamento básico (redes de água, luz, esgoto e coleta de lixo) e a quantidade de compartimentos e pavimentos na residência. No item “esporte”, informa-se se a família pratica esporte e qual modalidade. No item “relação com a praia”, informa-se se qual a relação do entrevistado com a praia e de qual tipo, assim como o questionamento se o Poço da Draga perderia a sua identidade caso perdesse o acesso direto à praia. No item “Acquário”, informa-se a opinião do morador em relação aos possíveis impactos do equipamento na comunidade. Por fim, em “observações”, informa-se a percepção do morador quanto à sensação de segurança na vizinhança.

Através de um mapa fornecido pelo Iplanfor, com o auxílio de imagens de satélites do Google Earth e distorções corrigidas pelos moradores, o grupo montou um mapa norteador da pesquisa, que foi sendo atualizado ao longo do levantamento de acordo com qualquer alteração espacial percebida. De janeiro a junho de 2016, normalmente aos sábados, o grupo percorreu todas as ruas da comunidade, visitando a ampla maioria das casas. Para a aplicação dos questionários, as equipes foram divididas da seguinte forma: um membro do movimento, um jovem morador e um aluno universitário. Devido a essa composição, observou-se no decorrer do levantamento a efetiva colaboração dos entrevistados, que sentiam mais confiança nos entrevistadores, em sua maioria residentes da comunidade, do que em recenseadores do IBGE ou contratados pelos governos locais. Conforme Acácio, os moradores tinham receio

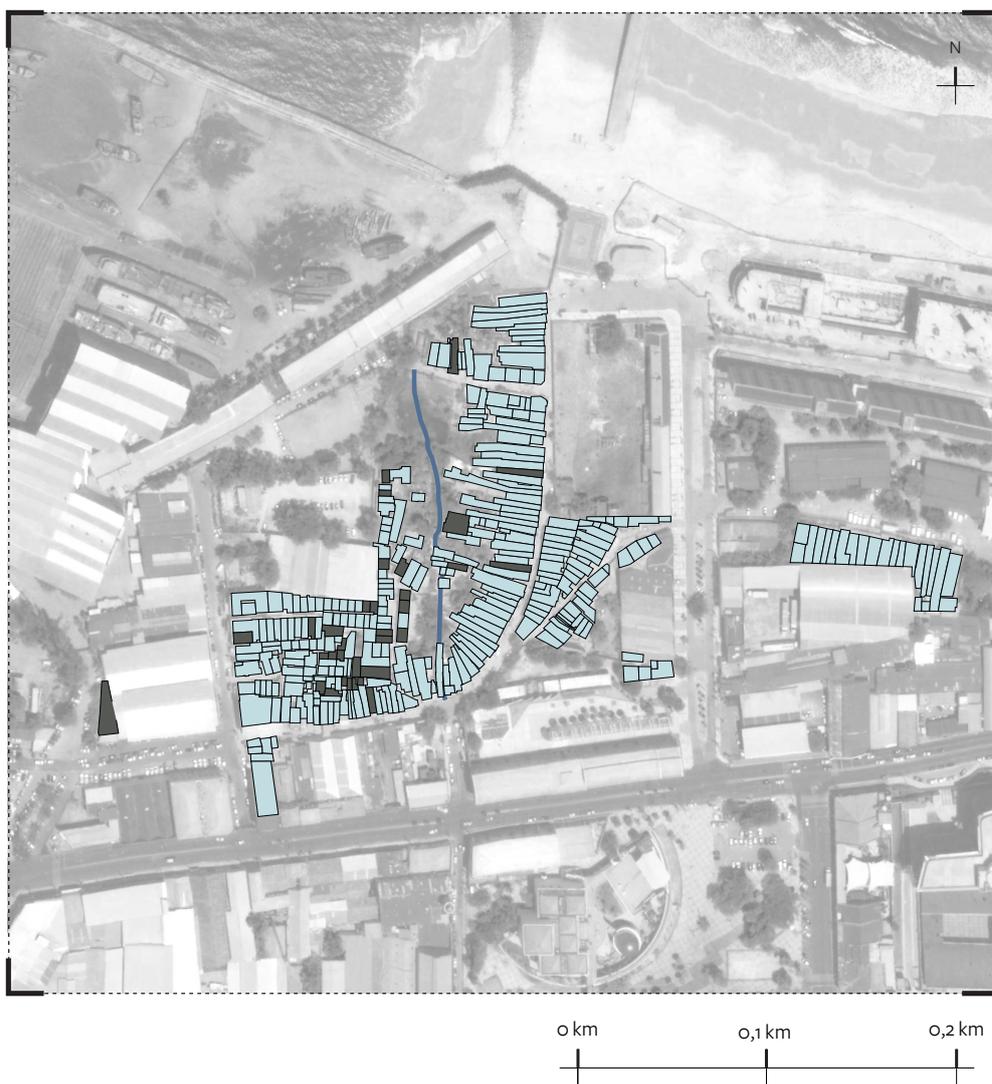
de responder a determinadas questões, como as relativas à renda familiar, e perder benefícios sociais ou ter a sua permanência na comunidade, de alguma forma, ameaçada. Por essa razão, tenderiam a mentir ou omitir algumas informações para os agentes censitários, ampliando a margem de erro desses censos. Nesse sentido, era notável o receio dos entrevistados de que o levantamento sócio-espacial da comunidade fosse de iniciativa do Estado, sendo comum ouvir a pergunta “para quem são esses dados?”.

Conforme as equipes iam avançando, os dados eram processados a partir de uma planilha colaborativa, atualizada frequentemente por responsáveis pela aplicação das fichas em campo. Além disso, o grupo montou uma base vetorial da comunidade utilizada em um Sistema de Informação Geográfica (SIG), para serem gerados mapas temáticos para cada item do questionário. Quanto aos resultados gerais, mais de 350 imóveis foram identificados, com aproximadamente 373 famílias e cerca de 1600 moradores residentes na comunidade, naquele presente ano (Mapa 15). Esse resultado total diverge de alguns dados oficiais, como os do IBGE (2010), o qual identificara 318 imóveis, os quais continham 1032 pessoas, e do Plano de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor), em 2010, que apresentara dados mais aproximados em relação ao número de moradores, 1132 pessoas, mas distantes quanto ao número de habitações, 284 imóveis, e somente 257 famílias. Quando perguntados acerca do ano de chegada à comunidade pelo morador mais antigo, 73% dos entrevistados responderam que suas famílias residiam há mais de 40 anos na comunidade, sendo 8% há mais de 76 anos, 9% de 40 a 26 anos e 18% a partir da década de 1990. Assim, esse resultado demonstra que o início da ocupação remonta ao início do século XX, ao contrário do PLHISFor, que julga ter sido na década de 1970.

Quanto à origem do primeiro morador da residência, os relatos da memória trazem consigo processos de ruptura com outros lugares, cidades do interior que passaram por escassez de água, emprego, e a promessa de uma nova vida na capital. Observa-se 42 cidades cearenses como ponto de partida do processo migratório indicado pelos moradores entrevistados, além de 12 estados brasileiros. Cabe destacar, no entanto, que algumas famílias compartilham da mesma linhagem e, como os questionários foram aplicados em cada residência, deram as mesmas respostas mais de uma vez, ocasionando uma dilatação na contagem. Em outro momento, quando questionados quanto à vontade de

Mapa 15. Mapa de Questionários Aplicados.

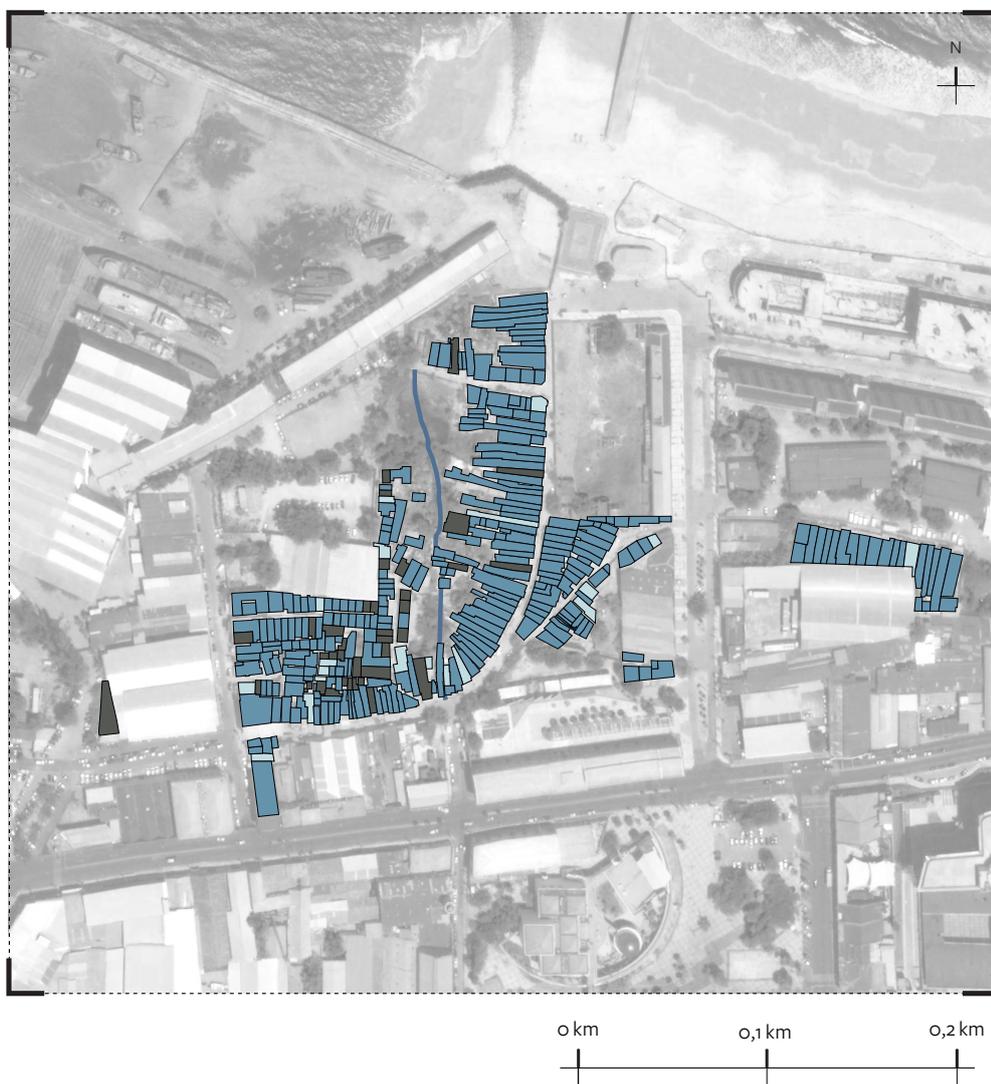
Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados do levantamento sócio-espacial.



- questionários aplicados
- questionários não aplicados

Mapa 16. Mapa dos moradores que pretendem permanecer no Poço da Draga.

Fonte. elaborado pela autora, com base nos dados do levantamento sócio-espacial.



- não
- sim
- questionários não aplicados

permanecer na comunidade, 94% dos entrevistados afirmaram que sim, haja vista a localização privilegiada, os laços de vizinhança e, principalmente, o apego ao local e às suas memórias (Mapa 16). Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento de D. Ângela, que declarou “quem mora no Poço não pensa em sair daqui. É como árvore, se mexer na raiz morre”. O levantamento tornou perceptível também as relações de convivialidade entre os moradores, marcadas por grande consanguinidade.

No item “escolaridade”, verifica-se o grau de escolaridade do responsável financeiro da família, a qual espelha a condição de segregação social existente em nossa cidade, onde, por conta disso, lhes são limitadas as oportunidades de trabalho. A grande maioria dos moradores foi identificada como trabalhadores autônomos (42%), além de trabalhadores com e sem carteira assinada (34% e 6%, respectivamente), e aposentados e/ou pensionistas (18%). Quanto à renda dos moradores, os dados obtidos expressam as disparidades socioeconômicas internas à comunidade. Mais da metade das famílias (53%) alegam receber entre 1,5 a 3 salários mínimos, 39% entre 0,5 a 1 salário, 5% entre 3,5 a 4 salários e 3% acima de 4 salários. No item “residência”, 85% das famílias alegam ter casa própria e 58% das famílias afirmam ter inscrição no Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), cadastro mantido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), acerca dos imóveis sob sua responsabilidade, de modo a autorizar o exercício da posse dos mesmos por seu titular. De forma geral, a espacialização desses imóveis coincide com as casas mais antigas e mais consolidadas do Poço, localizadas na Rua Viaduto Moreira da Rocha. Apesar de não resolver seus problemas de títulos, a maioria exibe esse documento como o reconhecimento legal de seus direitos de propriedade. No que tange aos materiais construtivos das moradias, 88,8% das casas levantadas eram constituídas por alvenaria com reboco, 7,8% por alvenaria sem reboco e 3,4% por materiais mistos. Quanto à infraestrutura básica, os dados coletados mostram que a comunidade é bem servida quanto a abastecimento de água e coleta de lixo, estes contemplando, respectivamente, 97,5% e 98,7% da população. No entanto, apenas 12% possuem esgotamento sanitário atendido pela rede municipal, o restante utiliza fossas sépticas ou lançam os dejetos no próprio rio, agravando a fragilidade ambiental da área.

No que tange às práticas esportivas, o local é propício para diversas atividades físicas, haja vista a quadra de futebol, os equipamentos de ginástica implanta-

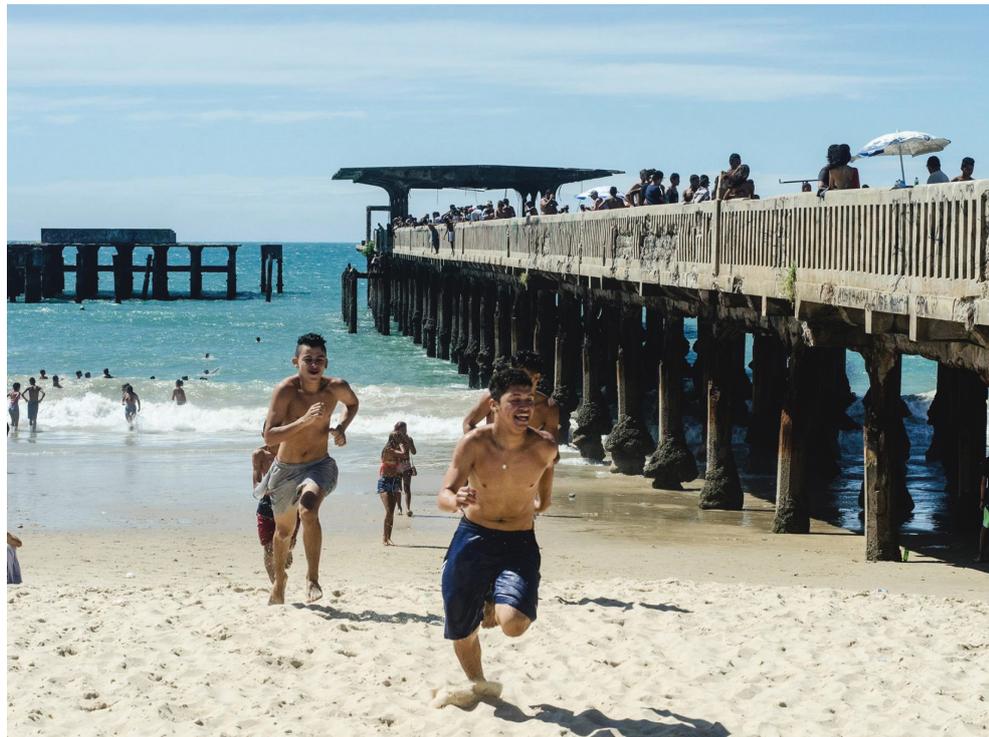
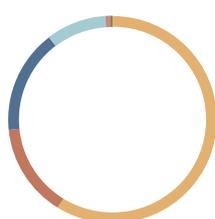


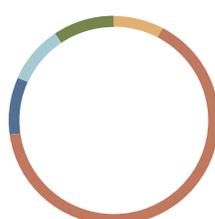
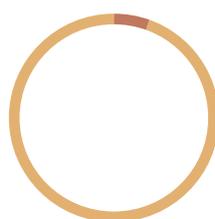
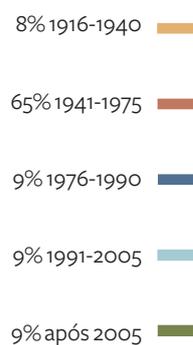
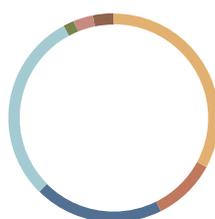
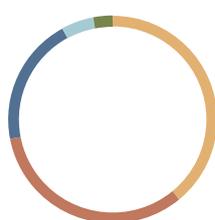
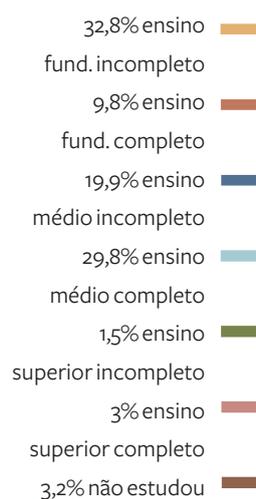
Figura 11. Relação do moradores com a praia, na cobertura fotográfica da comemoração dos 110 Anos da Comunidade Poço da Draga.

Fonte. Acervo Luiz Alves

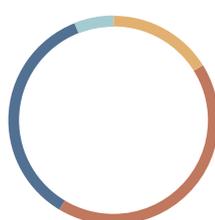
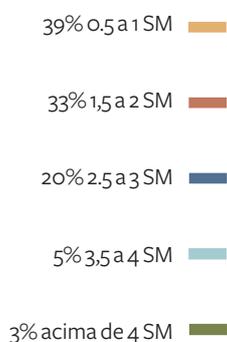
dos no Pavilhão, e toda a relação com a orla, que permite a prática de caminhada e outras modalidades esportivas, como natação, surfe e triathlon, sendo este ensinado e incentivado pelo programa Atitude Atletas, voltado às crianças e adolescentes. A relação de identidade com o território também é perceptível quando muitos dos moradores (89%) ao serem questionados sobre a importância da praia para a identidade da comunidade, afirmam ter uma relação de pertencimento com esta e remetem a histórias, recordações, experiências de vida e emoções ali vividas (Figura 11). Conflitando com essas relações, a instalação de tapumes nas obras do Acquário do Ceará dificulta o acesso dos moradores à orla, criando uma barreira física e visual por tempo indeterminado, haja vista a obra encontrar-se parada e com poucas perspectivas de retorno imediato. Nesse sentido, ao serem questionados sobre os possíveis impactos do equipamento na comunidade, 61% alegaram que estes seriam negativos, devido à ameaça de remoção das famílias e aos gastos vultosos com uma obra deste porte, enquanto a comunidade ainda carece de saneamento básico. Do restante, 26% dos entrevistados acreditam que o equipamento poderá oferecer possibilidades de emprego e visibilidade para a comunidade.



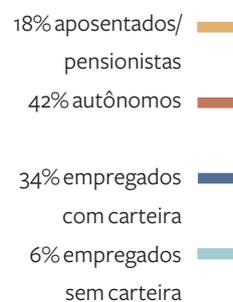
[1] etnias

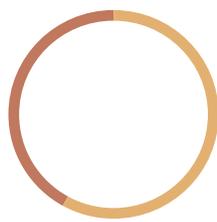
[2] ano de chegada
à comunidade[3] moradores que pretendem
permanecer na comunidade[4] escolaridade
dos moradores

[5] renda



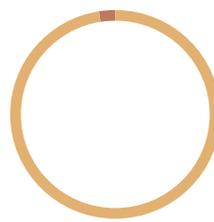
[6] função trabalhista





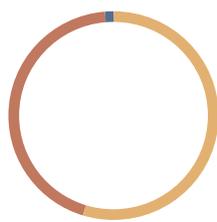
58% sim
42% não

[7] rip



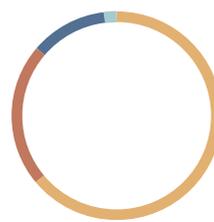
97,5% cagece
2,5% outros

[8] abastecimento de água



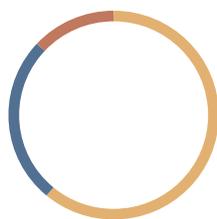
54,7% em local estabelecido pela PMF
44% coleta na porta
1,3% outros

[9] coleta de lixo



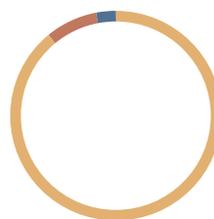
64% fossa
22,2% joga no rio
12% rede municipal
1,8% outros

[10] rede de esgoto



61% não
26% sim
13% indiferente

[11] o acquário será bom para a comunidade?



89% sim
8% não
3% indiferente

[12] a comunidade perderia a identidade sem acesso à praia?

No aniversário de 110 anos do Poço, em maio de 2016, o grupo apresentou os dados preliminares do levantamento, apresentado na programação como “Encontro 110, Um Olhar sobre o Poço”. Na ocasião, foram exibidos também dois documentários produzidos durante a execução do Projeto Poéticas do Poço: “Nos Pódios da Draga”, dirigido por Elisa Alencar e Débora da Costa, sobre os conflitos territoriais e de gênero no uso da quadra de futebol da comunidade por jogadoras e jogadores, e “Jô à Draga”, dirigido por Acácio, sobre a memória das brincadeiras infantis na comunidade. Por fim, após a coleta de dados, os estudantes de Arquitetura e Urbanismo escreveram em parceria com a professora Amíria Brasil, e os moradores Acácio e Luciene, um artigo científico apresentado no II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – II UrbFavelas no Rio de Janeiro em novembro de 2016 (BRASIL et al., 2016). A partir de então, várias apresentações foram desenvolvidas para expor os resultados do levantamento sócio-espacial, mas sempre tendo em conta que o conhecimento produzido, se cair em mãos erradas, pode ser utilizado para vulnerabilizar os moradores. A ideia inicial de Acácio era oferecer aos jovens da comunidade cursos de formação em cartografia e geoprocessamento, para formar um grupo de moradores e alimentar o banco de dados já existente com informações atualizadas a cada seis meses. Para isso, elaborou um projeto a ser apreciado e submetido a editais, mas até o presente momento ainda não logrou êxito.

Ao longo dos últimos anos, após várias reivindicações pela tentativa de regulamentação da ZEIS, nota-se que a comunidade se tornou mais reticente quanto ao instrumento, a partir das frustrações do processo de eleição do Conselho Gestor, em 2012, ainda na gestão da prefeita Luizianne Lins. Os conselheiros eleitos não tomaram posse, o que gerou grande descrença naquela altura. Nota-se também a dúvida dos moradores quanto a titularidade da área, se a comunidade estaria em terreno de marinha já que muitos possuem cadastro no SPU e se, por conseguinte, o instrumento mais adequado para o caso específico do Poço da Draga seria a Concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) ou a ZEIS. Por trás dessa questão, está o maior desgaste da relação entre os moradores e a prefeitura. Outra reivindicação importante é a respeito da poligonal da ZEIS, conforme o PDPFOR, a qual exclui várias áreas reconhecidas como pertencentes à comunidade, tais como a Vila dos Correios. Atrelado a essas razões, muitos dos moradores não participaram da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das

ZEIS, por um certo cansaço quanto aos canais institucionais. Não obstante, em 2018, a partir da assinatura do Decreto Municipal nº 14.211, que trata sobre a eleição dos conselhos gestores, os moradores passaram a ter uma participação mais ativa em torno da regulamentação das ZEIS.

Em julho desse mesmo ano, os moradores escolheram os membros da comissão eleitoral, da qual fiz parte como representante do Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (ArqPet/UFC), juntamente com três representantes da comunidade, dois representantes do Iplanfor e um representante da Secretaria Regional do Centro. Na ocasião, debatemos a respeito do processo eleitoral, e tentei tirar algumas dúvidas referentes ao instrumento da ZEIS, pois para muitos não se tratava de um processo de confiança. De fato, em agosto do mesmo ano, os moradores foram pegos de surpresa: o poder público e o Grupo M. Dias Branco assinaram o protocolo de intenções para desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada Litoral Central, com expectativa de investimento de R\$ 600 milhões em obras de urbanização, dando andamento às obras do Acquário Ceará. Essas informações não foram transmitidas oficialmente para os moradores, que foram informados através de jornais locais, que citavam a comunidade em suas manchetes. A partir de então, as resistências atuantes no território, juntamente com colaboradores, criaram o coletivo Poço Vivo para fazer frente a possíveis ameaças decorrentes da OUC, utilizando o WhatsApp como ferramenta de comunicação e articulação. Na presença contínua nas reuniões semanais do grupo, procurei colocar minhas habilidades a serviço dos interesses da comunidade, tendo os moradores como protagonistas desse processo e a escuta como estratégia poderosa para a construção afetiva, de trocas e de fortalecimento da luta.

O coletivo começou suas atividades organizando encontros itinerantes pela comunidade, apresentando as notícias que foram divulgadas na mídia local, e incitando a reflexão dos moradores para exercerem o seu direito à cidade. No último encontro, foi apresentado também um vídeo sobre o processo de remoção e resistência da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro. Os encontros itinerantes tinham como objetivo expandir a quantidade de moradores dispostos a questionar os investimentos advindos dos “planejamentos oficiais”, buscando meios para o fortalecimento político da vizinhança. A partir de então, os integrantes passaram a reconhecer o instrumento ZEIS como tática

de defesa, diante do jogo de forças da produção do espaço vigente, ao mesmo tempo que passaram a desconfiar ainda mais das reais intenções da gestão municipal, ao dar cabo da regulamentação da ZEIS e de grandes projetos apresentados concomitantemente para o entorno. Os criadores do coletivo Poço Vivo, cerca de 13 pessoas, demonstraram uma clara consciência da necessidade de coletivização das posições dos moradores perante os órgãos estatais, para diminuir possíveis divergências oriundas de uma abordagem individual de interesses pessoais e políticos. Valendo-se de suas experiências em episódios anteriores, eles já perceberam que, quando interessado na viabilização de investimentos no entorno, os agentes Estatais se valem de estratégias de “dividir para conquistar”. Assim, a construção da união e coesão do grupo é uma forma de se antever a um problema futuro, ou seja, uma modalidade de planejamento.

Durante o processo de mobilização para eleição do Conselho Gestor, a falta de informação dos moradores contribuiu para diminuir o engajamento coletivo. Destaca-se que o Iplanfor deveria oferecer materiais informativos e disponibilizar carro de som como meios de divulgar a eleição do Conselho Gestor que ocorreria no dia 14 de setembro de 2018. No entanto, o órgão não disponibilizou o suporte técnico necessário, incidindo mais uma vez sobre a comunidade a responsabilidade de engajar os moradores a participarem da votação, de forma que a eleição alcançasse o quórum desejado. Apesar das dificuldades, muitos moradores compareceram nesse dia. Nesse período, a comunidade também foi informada, através de jornais e fontes secundárias, que a prefeitura estaria a sondar quatro universidades para o desenvolvimento dos Planos Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs), todavia, mais uma vez, sem qualquer diálogo prévio com os conselheiros das ZEIS. A situação foi agravada quando os moradores foram informados que um dos professores que estava à frente do desenvolvimento do PIRF para o Poço da Draga prestava consultoria ao escritório de arquitetura contratado pelo grupo M. Dias Branco. Preocupados, os moradores solicitaram, junto ao Iplanfor, uma reunião com o professor. Na ocasião, não estive presente, mas segundo relatos dos moradores em suas falas a comunidade não parecia integrada à cidade.

Em seguida, os moradores foram informados por representantes da UFC que, na 101ª reunião da CPPD, a ZPA1 dentro do Poço da Draga foi denominada como “Praças e Áreas Verdes” nos mapas produzidos para a OUC Litoral

Central, estando bem maior à delimitação do PDPFOR, atingindo grande parte da comunidade. De posse dessa informação, alguns moradores buscaram participar da reunião seguinte, no dia 10 de outubro — na qual foram apresentadas e aprovadas as 06 OUCS prioritárias, dentre elas a Litoral Central — para questionar o que estava acontecendo e, com a participação do morador Damiano, gravamos a reunião. Na ocasião, a representante do Iplanfor, Juliana Sena, apontou a importância de considerarem o processo de regulamentação das ZEIS, dos quais seis estão dentro das OUCs que foram apresentadas. Ressaltou que os conselheiros já foram eleitos, na confiança que os Conselhos Gestores das ZEIS terão poder deliberativo, e que algumas comunidades já se sentem ameaçadas. Apontou que nos relatórios da Quanta Consultoria²⁵ não há referência aos Pirfs, e questionou qual será o papel dos Conselhos Gestores das Zeis no processo das OUCs. A professora Clarissa Freitas, representante da UFC, reiterou sua posição de que a parceria entre o público e o privado não seria a melhor solução para resolver problemas sociais, pois as ZEIS que estão situadas em áreas de elevado interesse imobiliário são as mais ameaçadas. Questionou qual seria a contrapartida dada pelo poder público, e como a comissão poderia votar e aprovar as OUCs sem isto claro. Destacou as irregularidades denunciadas na reunião anterior e também apontou mudanças no zoneamento do terreno da Inace, que estava classificado como ZPA2 no PDPFOR, mas que foi alterado para Zona 6, elevando o potencial construtivo e tornando a área um excelente ativo imobiliário. No entanto, apesar das denúncias e dos questionamentos apontados, as operações foram aprovadas.

Após uma semana, no dia 17 de outubro, houve uma audiência pública solicitada pela Promotora Dr^a. Giovana Araújo, no Ministério Público. Participaram da mesa seis representantes do poder público e quatro representantes da sociedade civil, dos quais: Rogério Costa, representando a Frente de Luta por Moradia Digna; Valéria Pinheiro, representando o Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab); Mayara Justa, representando o Escritório Frei Tito de Alencar; professora de Direito Lígia Melo da UFC. A Frente de Luta por Moradia Digna deu início as falas. O Rogério Costa recapitulou um pouco como foi todo processo de luta pela ZEIS e levantou alguns questionamentos que afligem os moradores, tais como: “qual o orçamento para a regulamentação das

²⁵ Consultoria que realizou estudo de prospecção para identificação de áreas de interesse para o desenvolvimento de OUCs, através do edital nº 2090/2015.

Zeis?” “Qual será o papel da Seuma e da Habitafor?” “Quais são os outros projetos de impacto nas comunidades e por que não estão sendo dialogados com os moradores e os conselheiros eleitos?” “Qual a data da eleição do Fórum das Zeis?” “Qual o papel das universidades na elaboração dos PIRFs?” “Por que os conselheiros ainda não têm acesso ao que está sendo desenvolvido por estas?” “Como a Câmara dos Vereadores se envolverá?” Bem como levantou a importância da proteção das Zeis Vazio na revisão do Plano Diretor, dentre outras questões. Valéria Pinheiro, do Lehab, trouxe alguns “golpes” que aconteceram por parte do poder público em relação ao que foi pactuado na Comissão das Zeis, como a mudança na composição do Conselho Gestor²⁶ e a vaga ocupada para um representante da Câmara; a mudança no Fórum das ZEIS, de deliberativo para consultivo; a saída da Universidade como assessoria junto às comunidades, compondo o conselho; a falta de licitação para elaboração dos PIRFs e o convite às Universidades, feito sem esclarecimento; a redução do tempo de capacitação dos conselheiros, dentre outros pontos.

Mayara Justa, do Escritório Frei Tito de Alencar, reforçou a importância de escritórios de campo dentro das comunidades durante todo o processo e a seleção remunerada de mobilizadores sociais. Questionou como está sendo a elaboração das propostas das Universidades, principalmente UECE e IFCE, que mal se manifestaram até então, e quanto à redução do tempo de execução dos PIRFs. Na ocasião, a representante do Iplanfor fez uma espécie de desabafo, da necessidade das ZEIS serem reconhecidas e abraçadas por outros órgãos e secretarias, assumindo uma briga de força interna dentro da gestão. Defendeu a redução do tempo da capacitação para antecipar a posse dos conselheiros e resguardar o processo. Ressaltou que o Fórum das Zeis deveria ser deliberativo e que as propostas das Universidades ainda estão sendo elaboradas. A Dra. Giovana Araújo questionou por que já foram feitos convites às Universidades antes da posse dos conselheiros e se, desta forma, não estariam atropelando os processos. A representante da Seuma, por sua vez, não conseguiu responder nenhum questionamento, não soube se pronunciar, o que levantou vaias da plateia. A Dra. Giovana expressou como tem sido praxe a postura desres-

²⁶ O Decreto Municipal nº 14.211, que trata sobre a eleição dos conselhos gestores, alterou a composição do Conselho Gestor, antes majoritariamente formado pela sociedade civil, retirando a participação de entidades acadêmicas, escolhidas pelos moradores, e inserindo um vereador, escolhido pela Câmara Municipal, em cada conselho.

peitosa da Seuma de se omitir e se ausentar. Disse que o MP irá levantar questões jurídicas quanto às OUCs e ao Plano Diretor que está sendo revisado a portas fechadas e sem participação popular. Solicitou como encaminhamento uma audiência na Seuma, com a presença da Secretária Águeda Muniz.

No dia seguinte, deu início à capacitação aos membros dos Conselhos Gestores das ZEIS, após forte mobilização dos moradores, todavia sem a presença dos vereadores, nem dos demais representantes nomeados pelo poder público. Cabe destacar que alguns integrantes do Poço Vivo e da Frente de Luta por Moradia Digna participaram também de oficinas e cursos promovidos por entidades acadêmicas, como o curso “A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências”, realizado pelo Lehab, fortalecendo a capacidade de articulação dos movimentos e coletivos. A turma formada contava com trinta alunos necessariamente oriundos de movimentos populares de diversos territórios, seis vagas para entidades de assessoria aos movimentos, sendo do total, mais de vinte mulheres. A aula inaugural do curso foi com a professora Ermínia Maricato, aberta a mais de 400 pessoas, com o título “O Estado-capital: quem são os donos da cidade?”. Na ocasião, fui com alguns moradores do Poço da Draga, que foram provocados quanto ao impacto de grandes projetos urbanos, de Parcerias Público-Privadas e da financeirização do desenvolvimento urbano em Fortaleza na sua comunidade. A partir dessa aproximação com outras resistências populares, os moradores do Poço da Draga se sentiram também mais seguros para utilizar canais institucionais como parte de suas ações, como em audiências públicas, reuniões com órgãos de planejamento e órgãos legislativos, e para exercer pressão para que se amplie o poder de decisão dos moradores na produção do espaço urbano.

Os integrantes do Poço Vivo tentam também se articular com outras resistências atuantes na cidade. Este é o caso da aproximação deles com a Frente de Luta por Moradia Digna, que reúne entidades, movimentos e comunidades — classificadas como ZEIS e/ou submetidos à ameaça de remoções — que foi formada a partir da desarticulação do Comitê Popular da Copa, em 2014, e de um incipiente Fórum das Ocupações. O movimento se reúne periodicamente para antecipar pautas e criar estratégias de ação coletiva frente à financeirização do desenvolvimento urbano, às contradições internas do governo municipal na regulamentação das ZEIS, à priorização das OUCs na política urbana, às decisões arbitrárias das comissões técnicas enquanto o Con-

selho Municipal de Desenvolvimento Urbano ainda não foi regulamentado, passados 10 anos desde o limite estabelecido pelo PDPFOR para a sua criação, dentre outras questões. Por meio da formação de redes, tanto presenciais como virtuais, solidificam-se os laços de solidariedade entre as comunidades, aumentando a percepção dos moradores de que os processos que os ameaçam são processos estruturais do desenvolvimento urbano, e não algo pontual que os atinge isoladamente. Além disso, outro aspecto da participação em rede no fortalecimento da resistência dos moradores do Poço da Draga é o contato com o resgate histórico da luta pela ZEIS na cidade de Fortaleza: vários dos integrantes da Frente de Luta por Moradia Digna acompanham a questão da implementação dos direitos urbanos dos moradores informais desde a proposição das ZEIS no PDPFOR, ainda em 2004²⁷. Dessa forma, nota-se que a atuação coletiva, juntamente com outras comunidades, assessorias e entidades acadêmicas, fortalece o grupo, ampliando o escopo de estratégias, linhas de ação, práticas de resistências contra remoções e pela regulamentação das ZEIS, promovendo a integração de diferentes frentes de luta e a disseminação de informações sobre as dinâmicas urbanas e seus agentes.

Ainda em outubro, a diretora do Observatório de Fortaleza de Governança Municipal do Iplanfor, Cláudia Leitão, sugeriu aos moradores a criação de um observatório na comunidade, como tática de resistência para “enfrentar a invisibilidade” e produzir informação sobre o próprio território, tendo em vista a experiência dos moradores no levantamento sócio-espacial da comunidade. Essa possibilidade foi reforçada com a visita de Jailson Sousa, fundador do Observatório da Maré e do Observatório das Favelas do Rio de Janeiro. Na ocasião, Jailson defendeu que a definição de periferia não deve ser construída em torno do que esta não possui em relação ao modelo dominante na dinâmica socioterritorial ou da distância física em relação a um centro hegemônico. Ao contrário, ela deve ser reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências criativas, formas diferenciadas de ocupação do solo e arranjos comunicativos próprios de cada território. Jailson ressaltou também a importância das periferias formarem massa crítica para enfrentar a lógica da precariedade e do processo de extermínio da juventude. Na ocasião, Cláudia Leitão colocou-se a

²⁷ Para uma descrição mais detalhada desse histórico de lutas locais ver Cavalcante e Freitas, 2015.

disposição da comunidade, caso os moradores desejassem criar o observatório e Jailson Sousa chegou a convidar dois moradores para uma visita à Maré, no Rio de Janeiro, financiados pelo Observatório das Favelas. Apesar do aspecto positivo de um observatório, o coletivo Poço Vivo viu-se em um dilema: tratar-se-ia de um coletivo ou de um observatório? Nas reuniões seguintes, os integrantes do Poço Vivo utilizaram o método *Dragon Dreaming*, com a mediação de um colaborador externo, para chegarem a um senso comunitário, a partir da seguinte questão: “O que precisa acontecer no projeto Observatório do Poço da Draga para que reconheça que esse projeto é seu?”. Ao longo desse processo, os moradores dividiram sonhos e apreensões sobre caminhos alternativos de desenvolvimento urbano, para florescer uma nova concepção de cidade mais justa e democrática. No entanto, as ambivalências desse processo colaboraram para que membros do Iplanfor participassem de reuniões do coletivo, o que tornava a articulação em torno da ZEIS comprometida em muitos aspectos. Isso ocorreu também devido ao excesso de reuniões, às poucas deliberações resultantes desses encontros e a incompatibilidade de horários entre os moradores e os técnicos do Iplanfor.

Em junho de 2019, foi publicado no Diário Oficial nº 16.519 a contratação dos serviços de consultoria técnica prestados pela Fundação CETREDE, para coordenar, supervisionar e executar as atividades relativas à elaboração dos Pirfs, para três ZEIS prioritárias: Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. A partir de julho de 2019, as equipes de professores e estudantes da UFC deram início, oficialmente, à elaboração dos Pirfs das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga. Esse processo tem estabelecido na comunidade uma rotina administrativa intensa, com a realização de várias reuniões na mesma semana, haja vista o tempo ser extremamente escasso para a elaboração do PIRF, apesar de envolver situações tão complexas como a de reassentamento. Os moradores, por sua vez, receiam que as diretrizes previstas no plano sejam usadas para a definição de obras estruturais que serão realizadas em outro momento sobre as quais não terão poder de decisão. Ou mesmo que esse plano não saia do papel, frustrando mais uma vez a confiança dos moradores nos mecanismos democráticos. Ademais, os conselheiros demonstram receio da presença da universidade, bem como da participação dos conselheiros, legitimarem ações do poder público que não necessariamente irão beneficiá-los. Nesse sentido, alguns moradores ainda levantam o questionamento se o Conselho Gestor não seria somente uma ferramenta para respaldar a remoção de moradores com o

consentimento derivado de uma confusão forjada. Esta questão inquieta de sobremaneira alguns conselheiros, pois em algum momento a prefeitura e a universidade sairão do cotidiano da comunidade, mas eles permanecerão lá e seus nomes estarão em jogo perante à vizinhança. A maneira como esses processos vão se desdobrar em médio e longo prazo é imprevisível, mas pode-se dizer que são frutíferos para o surgimento de diferentes frentes de atuação.

Figura 12. Linha do tempo sobre o território, trazendo as principais práticas de resistência e insurgência dos moradores.

Fonte. Projeto de ilustração Porão - Ateliê Criativo.

Inauguração da Ponte
Metálica, marco simbólico do
início da ocupação do Poço
da Draga.

1906

Ampliação da vila de pescadores que deu origem ao
Poço da Draga em decorrência da necessidade de
mão de obra de estivadores, portuários e
ferroviários para atender as demandas do antigo
porto. A linha ferroviária que fazia a conexão do
porto com o interior do Estado dava visibilidade às
correntes migratórias.



DÉCADA DE 1930

Viagem histórica dos jangadeiros Manuel Jacaré, Mestre Jerônimo, Tatá e Manuel Preto na jangada São Pedro da antiga Praia do Peixe até o Rio de Janeiro para levar a Getúlio Vargas as reivindicações dos pescadores.



1941

1936

Chegada da família de Dona Geralda, primeira moradora a chegar ao local, quando a Rua Viaduto Moreira da Rocha começava a se formar.

DÉCADA DE 1970

Chegada das Irmãs Josefinas na comunidade. Ao longo de duas décadas, as freiras ministraram aulas de educação infantil, organizavam festas nas datas comemorativas, sempre com a colaboração da comunidade, reforçando as trocas simbólicas entre os moradores, bem como o controle social da Igreja.

DÉCADA DE 1980

Criação da Associação de Moradores do Poço da Draga (Ampodra).

O dirigente da Associação dos Moradores à época, Sr. Valmir Mesquita, inicia a luta pela regularização fundiária da comunidade junto à União e cadastra as primeiras casas da Rua Viaduto Moreira da Rocha no SPU.



Mecanismos de participação institucionalizada;

Após os processos de resistência da comunidade, o poder público propôs a transferência dos moradores para um conjunto habitacional a ser construído nas proximidades da localidade;

Parte dos moradores e representantes da Ampodra solicitam apoio do IAB, em agosto de 1995, pressionando pela alteração do projeto de forma a proporcionar à permanência e a urbanização da comunidade.

Início da assessoria do CDPDH, que atuava como mediador entre os órgãos públicos e os moradores.

Luta para obter a regularização fundiária da comunidade junto à União através da Concessão de Direito Real de Uso da área ocupada.

1995

DÉCADA DE 1990

Organização de protestos, na gestão de Juraci Magalhães (1997-2005), contra a proposta de reassentamento da comunidade e ações reivindicatórias para melhorias na comunidade, como saneamento básico.

1994

Na gestão do prefeito Antônio Cambraia (1993-1996), resistência às remoções, protestos e tentativa de participar das tomadas de decisão da intervenção proposta;

Parte dos moradores e representantes da Ampodra recorrem ao Judiciário, em 1994, com a assessoria do CDPDH.



Aprovação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei Complementar no 62/2009), delimitando a ZEIS Poço da Draga.

2009

Mecanismos de participação institucionalizada para viabilizar proposta de reassentamento da comunidade à época do CMFE, com dissidência de parte dos moradores.

2001

Participação no nas reuniões do Plano Estratégico de Fortaleza (Planefor), promovido por empresários com a colaboração do governo estadual, ao longo de 2001 e 2002, com vistas a equacionar os reveses decorrentes do CDMAC.

Criação da ONG Velaumar, 28 de janeiro.

2004

ANOS

2000

A partir dos anos 2000, com o aumento do poder aquisitivo dos moradores, a realidade construtiva da comunidade muda radicalmente com consideráveis melhorias habitacionais.

2007

Na primeira gestão da prefeita Luizianne Lins, mecanismos de participação institucionalizada para viabilizar diagnósticos da comunidade e propor diretrizes para projeto de urbanização.





Memórias vivas da Praia de Iracema

MAIO: Comemoração dos 105
anos da Ponte Metálica.

OUTUBRO: Draga da Cor

2011

2010

MAIO: Comemoração dos
104 anos da Ponte Metálica.



2012

Luta institucional pela regularização da ZEIS Poço da Draga e disseminação dos processos de auto-organização para resistir à construção do Acquário;

Entre março e junho de 2012, o Movimento Quem Dera Ser um Peixe organizou seis intervenções na Praia de Iracema, chamadas de “inundações”.

FEVEREIRO: Bloco de Carnaval Unidos contra o Acquário.

MARÇO: Movimento Quem Dera Ser um Peixe realiza ato de ocupação na Praia de Iracema tentando angariar apoio da população à oposição ao empreendimento;

Movimento Quem Dera Ser um Peixe denuncia irregularidades no empréstimo concedido ao governo cearense pelo Ex-Im Bank.

ABRIL: Movimento Quem Dera Ser um Peixe encaminha documento ao TCE-CE denunciando irregularidades no empréstimo concedido ao governo cearense pelo Ex-Im Bank e na contratação da ICM para obras do Acquário Ceará;



2012

#AQUARIONAO



MAIO: Comemoração dos 106 anos da Ponte Metálica, com aula pública do ilustre arquivista e colecionador Nirez;

JUNHO: Visita da Prof. Raquel Rolnik, à época Relatora Especial da ONU para o Direito a Moradia Adequada;

NOVEMBRO: Eleição do Conselho Gestor da ZEIS do Poço da Draga, inicialmente conduzido na gestão da Prefeita Luizianne Lins;

DEZEMBRO: Moradores denunciam descaso da Prefeitura com situações de emergência na comunidade. O caso de D. Alzira se torna emblemático;

2013

Elaboração de mapas e cartografias sociais, com a colaboração da associação URUCUM e do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), do Departamento de Geografia da UFC;

FEVEREIRO: Ações reivindicatórias para estabelecer um canal de diálogo entre a prefeitura, o governo estadual e comunidade através de uma Audiência Pública. Na ocasião, os moradores questionaram a implementação da obra do Aquário, cobraram a efetivação da ZEIS do Poço da Draga, saneamento básico, áreas de lazer e um plano de regularização fundiária e melhorias para o local;

MAIO: Comemoração dos 107 anos da comunidade, ocorrendo a apropriação simbólica da data de inauguração da ponte; Início das rodas com os “Guardiões da Memória”;





MAIO: Comemoração dos 108 anos da comunidade, “Narrativas em volta do fogo” como parte da programação;

DEZEMBRO: O coletivo Urucum e o Movimento Quem Dera Ser um Peixe lançam o Relatório dos Processos Judiciais Sobre o Acquário Ceará, documento para fundamentar as 26 ações judiciais e administrativas envolvendo a construção da obra.

Criação do Movimento ProPoço, formado por um grupo de amigos durante a preparação do aniversário de 109 anos da comunidade. O grupo elabora diversas ações de cunho histórico-cultural, de junho a dezembro de 2015, como saraus, festas no Pavilhão Atlântico nas datas comemorativas, como “Para não dizer que não falei das flores”, no 7 de setembro, “Poço do Som”, visitas guiadas, dentre outras;

MARÇO: Conquista do Movimento Quem Dera Ser um Peixe: MPE desarquiva pedido de investigação criminal contra Acquário por indícios de irregularidades no projeto e contratação da ICM;

MAIO: Conquista do Movimento Quem Dera Ser um Peixe: O TCE pede suspensão de pagamentos para o empreendimento e multa para o ex-secretário do Turismo do Ceará; Comemoração dos 109 anos da comunidade;

OUTUBRO: Entrega do relatório final realizado pelo Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social, com o diagnóstico situacional de cada área demarcada como ZEIS.

DEZEMBRO: Feira Massa e oficinas com o rapper Erivan Produtos do Morro como parte da programação;

2014



2015

2013

JUNHO: Manifestações e atos contra a Copa;

JULHO: Câmara Municipal de Fortaleza aprova regime de urgência para a proposta de plebiscito sobre o Acquário;

Manifestantes ocupam obras do Acquário #OcupePI;

SETEMBRO: Protestos contra o Acquário integram atividades do Grito dos Excluídos;





Criação do grupo Poço Vivo pelas resistências atuantes no território, juntamente com colaboradores, para fazer frente a possíveis ameaças decorrentes da Operação Urbana Litoral Central e da Parceria Público Privada firmada com o grupo M Dias Branco.

Entre agosto e setembro o grupo realiza encontros itinerantes pela comunidade, apresentando as notícias que foram divulgadas nos jornais locais, e incitando a reflexão dos moradores. A partir de então, o grupo passa a se reunir quinzenalmente, buscando meios para o fortalecimento político da vizinhança;

Articulação de parte dos moradores com a Frente de Luta por Moradia Digna; Dois moradores participaram do curso "A produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências" promovido pelo LEHAB-UFC;

FEVEREIRO: Apresentação dos cinco documentos elaborados pela Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS;

MAIO: Comemoração dos 112 anos da comunidade;

2018



2016

Luta institucional para denunciar o sumiço do Poço da Draga durante o transcurso de elaboração da nova LUOS.

Realização do Censo Comunitário.

MAIO: Comemoração dos 110 anos da comunidade, transformação das visitas guiadas em Expressos;

JUNHO: Fruto da pressão popular, foi criada a Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS.

NOVEMBRO: Apresentação do artigo sobre a experiência do Censo no II UrbFavelas - Seminário Nacional Urbanização de Favelas, Rio de Janeiro.



2017



Comemoração dos 111 anos da comunidade;

FEVEREIRO: Bloco de Carnaval "Cai no Poço";

JULHO: Eleição dos membros da Comissão Eleitoral da ZEIS Poço da Draga;

SETEMBRO: Eleição e apuração dos votos para compor o Conselho Gestor da ZEIS Poço da Draga;

OUTUBRO: Participação na 102ª reunião da CPPD, onde foi apresentada e aprovada a OUC Litoral Central;

Participação em audiência pública para tratar da regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);

Curso de capacitação aos membros dos Conselhos Gestores das ZEIS;

NOVEMBRO: Posse dos conselheiros das 10 ZEIS prioritárias;

Diálogo com Jailson Souza, fundador do Observatório da Maré e Observatório de Favelas;

Início das discussões para a criação do Observatório do Poço da Draga;



2018



Tentativa de articulação dos moradores, agora com seus conselheiros eleitos, para pressionar o poder público frente aos diferentes entraves do processo de regulamentação das ZEIS.

MAIO: Comemoração dos 113 anos da comunidade;

JULHO: Data oficial do início da elaboração dos PIRFs das ZEIS Bom Jardim, Pici e Poço da Draga, pelas equipes de professores e estudantes da UFC.





capítulo 4

PROCESSOS DE APRENDIZAGEM SOCIAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS DE PRÁTICAS INSURGENTES

Esse capítulo apresenta algumas reflexões críticas sobre práticas insurgentes de grupos de moradores urbanos, desencadeadas em contextos de conflitos de interesses, a partir do cruzamento da análise do estudo de caso com alguns elementos do referencial teórico proposto no capítulo 1. Essas práticas emergem na ação política, na auto-organização frente às ameaças de remoção, na luta pela urbanização e regularização fundiária, nas narrativas contra-hegemônicas, na elaboração de contrapropostas ao planejamento institucional, nas ocupações de espaços públicos, na autoprodução de infraestruturas urbanas e nas resistências do cotidiano. São processos de tentativa e erro, conduzidos frequentemente por cidadãos excluídos ou vulnerabilizados, que se aliam a outros coletivos e assessorias técnicas, utilizando o próprio planejamento como instrumento de contestação a um projeto urbano que não reconhece seus direitos, instaurando, assim, um campo de disputa territorial. A partir das situações de conflito, os “grupos sociais dominados constituem-se enquanto sujeitos coletivos no espaço público — isto é, enquanto sujeitos políticos”, gerando identidades e práticas coletivas capazes de desafiar políticas urbanas que promovem ativamente a cidade-mercadoria (VAINER, 2007). Essas práticas podem ser lidas como vetores de politização para a contínua democratização da produção do espaço, na medida em que viabilizam esferas de discussão coletiva e de tomada de decisão sobre o próprio território. Todavia há diferentes entraves para que tal democratização aconteça, tanto na relação desses processos com as práticas institucionais quanto no seu próprio desenvolvimento.

O contexto do conflito impõe limitações e distensões às atividades de planejamento insurgente, haja vista o tempo disponível ser limitado, muitas vezes,

fora do alcance de grupos desfavorecidos. Ademais, as situações de conflito exigem tomadas de decisão rápidas, mas o ato de planejar demanda tempo para auto-organização coletiva, troca de informações e de saberes, elaboração de contrapropostas e engajamento participativo. Assim, coletivos recém-formados, como o Poço Vivo, se veem diante da pressão de mobilizar politicamente os moradores para se defenderem de um projeto que não tiveram acesso, mas os ameaça diretamente, enquanto ainda estão se reconhecendo enquanto coletivo político. Nesse sentido, ao mesmo tempo que o conflito potencializa as condições necessárias para formação de um coletivo e de uma identidade política, impõe **limitações temporais**, que reforçam a tendência de **concentração das informações e dos processos de tomada de decisão nas lideranças comunitárias**, dificultando métodos de aprendizagem social e a ampla participação dos moradores. Assim, no lugar da ação do coletivo ser vista como uma prática coletiva possível, o protagonismo de um pequeno grupo pode fazer com que a grande maioria dos moradores tenda a incorporar e reproduzir, em menor escala, a relação de heteronomia que se costuma ter com o Estado e seus representantes. Com efeito, processos de mobilização que se adiantam correm riscos de se enfraquecer ou de produzir um resultado contrário de desarticulação política, necessitando, assim, de um trabalho contínuo de diálogo, de tentativa e erro, para que possam romper com essas relações heterônomas. Não obstante, observa-se que tanto a ameaça de remoção como as opressões que se fazem presentes no dia-a-dia são fatores para a união das resistências atuantes nas lutas populares e para o **fortalecimento dos laços de solidariedade** entre os moradores, embora fragilizem ainda mais a situação de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, são fatores para a **potencialização de alianças políticas** com outros coletivos, movimentos, ONGs, entidades acadêmicas e colaboradores, que se identificam com a luta e reivindicam espaços políticos de deliberação coletiva, como no caso da Frente de Luta por Moradia Digna e do Quem Dera Ser um Peixe.

As representações das periferias baseadas em estigmas, concebidas como espaços precarizados e expressões de ilegalidade, transformam-se em argumento para sua erradicação quando os interesses econômicos apostam na valorização imobiliária do território. Mas a remoção desconsidera os anos de trabalho coletivo depositados na autoconstrução habitacional e na proposição de soluções urbanísticas solidárias, como respostas à ausência de investimentos do Estado, desconhece a cultura de vizinhança, os laços de sociabilidade estabelecidos, a

pluralidade de formas e a relação de identidade com o lugar, mais visceral e profunda, permeada de valores materiais e simbólicos. A remoção nega também as narrativas coletivas que testemunham a capacidade de cidadãos comuns de planejar em seu próprio nome, apesar das forças de exclusão e marginalização. Cabe destacar, no entanto, que essa autodeterminação nas periferias não desculpa o Estado, nem impõe a aceitação das condições de precariedade, mas, ao contrário, reconhece a legitimidade de práticas do cotidiano que, ao longo tempo, promovem melhorias progressivas nas condições de vida, consolidando o território através de um histórico de luta. No estudo de caso analisado, observa-se que essas melhorias se tornaram textos legíveis que atestam não só o sucesso econômico de cada família, mas narrativas coletivas de desenvolvimento comunitário através de negociações e relações de solidariedade. Ao construir e ao lutar para superar as desvantagens e as péssimas condições de vida, compartilhando os signos da cidade legal, os moradores passaram a se ver como sujeitos ativos na produção da vida urbana e, assim, portadores do direito a direitos, como qualquer outra classe de cidadãos. Nesse sentido, a atuação dos “guardiões da memória” pode ser um ponto de partida para disseminar a cultura e a pluralidade de histórias da comunidade, com ênfase na insurreição de conhecimentos subjugados, para entender as suas possibilidades de ação e constrangimentos, bem como inspirar o surgimento de novas práticas para além do seu escopo. Os moradores parecem compreender que reestabelecer o entusiasmo dos moradores de pertencimento à comunidade, através de diversas práticas no cotidiano, fortalece a dominação no sentido mais simbólico, de apropriação do espaço, carregado das marcas do “espaço-tempo vivido”.

Para os “hegemonizados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaison e Cambrèzy (1996), “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais. (HAESBAERT, 2004, p.04)

Com efeito, constata-se no Poço da Draga que, atualmente, os moradores se re-

conhecem como **sujeitos de direitos** ao fazerem a defesa de sua moradia, da memória da comunidade e de sua identidade. Mas lutam pela realização substantiva desses direitos no cotidiano de suas vidas, mobilizando recursos e deslocando-se por espaços políticos em busca de apoios e alianças, embora, se vejamos, muitas vezes, fragilizados a aceitarem processos de destituição de direitos. Ao longo do tempo, assim como em outras comunidades, frequentemente os moradores começaram a se organizar sem uma mobilização interna prévia. Em outros momentos, contavam com as lideranças políticas eleitas para associação de moradores, e, em seguida, com integrantes da organização não governamental que atua na comunidade, iniciando os processos de mobilização ou de negociação política, que, no entanto, nem sempre são favoráveis. Como o caso demonstra, o sujeito da ação coletiva é complexo e contraditório, e, dessa forma, não está isento de conflitos internos. Quanto aos colaboradores, sua permanência depois de passado o risco iminente, depende tanto de fatores internos como externos, tanto da coesão e união do coletivo criado, como da ação de forças políticas opostas, que atuam para a fragmentação e desmobilização do grupo. Nesse ponto, cabe destacar a presença de integrantes do Quem Dera Ser um Peixe no coletivo Poço Vivo, bem como no ProPoço, reforçando, assim, os laços de solidariedade criados e necessários para a luta.

Destaca-se, todavia, algumas questões pertinentes para futuros debates envolvendo processos de auto-organização sócio-espacial: como grupos e comunidades excluídas e vulnerabilizadas ganham a experiência, a confiança e as habilidades necessárias para provocar mudanças sociais e políticas significativas? Como conseguem capitais econômico, político e social para dar início a um processo de planejamento insurgente, principalmente em contextos de violência institucional? A partir da análise do estudo de caso, torna-se perceptível a ambiguidade das relações entre o poder público e a comunidade, como reconhecidas **formas de cooptação, clientelismos e trocas de favores**, e as matizes entre o caráter das ações dos moradores em momentos distintos, ora mais “colaborativa”, na participação em arenas sancionadas pelo Estado, ora mais contestadora politicamente, quando a conjuntura é mais oportuna para tal. Apesar da prática de autoconstrução acontecer há mais de oito décadas, a comunidade se mostra inicialmente desarticulada para resistir às ameaças de remoção, precisando gerar um modo coletivo de agir para defender seus interesses. Vale ressaltar, no entanto, que a pesquisa não busca enquadrar as ações dos moradores quanto a seu potencial contra-hegemônico, pois não objetiva julgar as práticas locais a partir

de parâmetros externos e desconhecidos aos sujeitos coletivos em ação. Mas admite que no avanço dessas lutas travadas e com **processos de aprendizagem social**, os moradores podem organizar forças para uma “ação insurgente” que desafie as relações sócio-espaciais vigentes no âmbito do capitalismo e da democracia representativa. Ademais, podem mobilizar recursos que estão a seu alcance, como parcerias e alianças com movimentos sociais, lideranças políticas e grupos locais de poder, voltados para a superação da lógica heterônoma ao assumirem funções que lhes foram retiradas da prática política, como a tomada de decisão sobre o espaço urbano. Nesse sentido, ao longo do tempo, considerando a dialética da perspectiva estadocrítica apresentada por Souza (2012), o estudo de caso mostra processos de auto-organização sócio-espacial que oscilam entre ação direta e luta institucional.

No caso do Quem Dera Ser um Peixe, através da ação planejadora se questiona e interrompe um grande projeto em curso, mesmo que temporariamente, colocando em cheque o sentido público e consensual do planejamento estratégico — como se este fosse “para o benefício de todos”, enquanto uma parte expressiva da população não fora sequer informada do projeto que a ameaçaria, para, assim, revelar sua face perversa. O coletivo político apropria-se da linguagem técnica como instrumento de dominação para disputar interesses legítimos e **confrontar o Estado nos seus termos**, tendo consciência da desigualdade estrutural de poder entre as diferentes classes sociais e reconhecendo que a atuação do Estado está frequentemente a serviço de interesses privados. Atravessando esses jogos de poder, a luta do movimento reivindica um sentido de “interesse público” verdadeiramente democrático, buscando desenvolver alternativas construídas no decorrer do processo, através da mobilização política, de amplas campanhas na mídia e nas redes sociais, da ocupação tanto de espaços públicos, como de espaços institucionais — ampliando também a luta no campo jurídico — e da formação de redes de apoio em escalas maiores. Nesse sentido, o coletivo construiu diversas táticas conduzidas apesar do Estado e, principalmente, contra o Estado, incorporadas via uso intenso de tecnopolíticas, desenvolvendo práticas contra-hegemônicas, imaginativas e emancipatórias que transitam entre espaços de cidadania “convidados” e espaços de cidadania “inventados”, como as “inundações” que ocorreram em 2012, tal como prefigura MirafTAB (2009).

Nesse sentido, segundo a autora (2009), as práticas insurgentes não se li-

mitam aos espaços de cidadania “convidados”, arenas de participação sancionadas pelo Estado, mas vão além para tomar decisões e atuar em espaços de cidadania “inventados” pela ação direta coletiva, a partir de contextos e questões específicas. Observa-se que no Brasil, os espaços “convidados” são limitados, frequentemente ocupados por apoiadores políticos, ou por organizações que já possuem relações privilegiadas com o poder, voltados para a cooptação de posicionamentos dissidentes. Ao passo que se tenta controlar a entrada de coletivos contestatórios, que muitas vezes precisam forçar a entrada e conquistar espaços de fala através da mobilização política. Não obstante, costumam ser desqualificados, acusados de representar partidos políticos de oposição, de não ter as informações mais atualizadas ou de defender apenas os seus interesses particulares e não ponderar os interesses maiores “de toda a cidade” no projeto em curso. Tais argumentos foram extremamente utilizados contra o Quem Dera Ser um Peixe, tanto por jornalistas¹ como por representantes do poder público. Nesse sentido, observa-se no estudo de caso, que muitos moradores entendem que as reuniões e audiências públicas são perda de tempo, por não resolverem os problemas imediatos da comunidade, configurando-se ainda como risco, pois a presença dos moradores nesses espaços “convidados” pode legitimar decisões que já foram tomadas previamente por agentes externos. Já os espaços “inventados”, fortalecem as lutas populares e a constituição de sujeitos políticos, forçando as autoridades públicas a reconhecê-los como cidadãos portadores de direitos (MIRAFTAB, 2009). Podem emergir de manifestações culturais e políticas, protestos, assembleias populares e diversas formas de ocupação do espaço público, a partir da ação direta dos cidadãos, reivindicando condições democráticas nas tomadas de decisão que afetam suas vidas. Esses espaços são frequentemente criminalizados por instituições de poder, tais como o Estado, a grande mídia

¹ Em abril de 2012, um articulista do Diário do Nordeste levantou a suspeita que os ativistas contrários ao Acquário agiam por interesses eleitorais e político partidários. Esta suposição foi imediatamente rechaçada pelo movimento QDSP. Em nota divulgada em sua página na internet, o coletivo afirma que: “é um movimento suprapartidário, composto por cidadãos de Fortaleza. Mas somos SIM, um movimento político, porque estamos interessados em questionar o investimento de um alto montante de recursos públicos feito em uma obra que não consideramos prioritária para a cidade, além de se constituir num processo repleto de irregularidades”. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/2012/04/30/esclarecimento-do-movimento-quem-dera-ser-um-peixe-ao-jornalista-roberto-maciel/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2019.

e as corporações dominantes, e, por essa razão, são espaços transitórios, reinventados constantemente.

Diante desse quadro, observa-se que, por mais que existam técnicos e planejadores interessados em democratizar a produção do espaço e representantes dispostos a dialogar com a população, os grupos auto-organizados não são considerados agentes de planejamento. Suas práticas podem ainda ser incorporadas por estratégias neoliberais que visam envolver a sociedade civil na governança urbana, para passar responsabilidades do Estado para os cidadãos, sem que isso signifique o compartilhamento do poder de decisão e ação sobre o espaço. Ademais, podem acabar involuntariamente contribuindo para incrementar o interesse imobiliário e a valorização do território disputado, a partir de estratégias de marketing urbano da própria administração pública. Harvey (2014) alerta sobre esse poder de capitalização em cima das iniciativas coletivas, pois, quanto melhor a qualidade do comum criado, maior será o interesse em sua apropriação e na maximização do lucro privado. Pode-se citar como exemplo, no contexto da Praia de Iracema, o crescente interesse pelo termo indústria criativa, que se apropria das atividades político-culturais desenvolvidas no local para estreitar laços com o mercado, enquanto simulado motor de desenvolvimento e de inserção das “cidades criativas” no cenário geopolítico global. Dessa forma, uma prática inicialmente questionadora pode ser enquadrada tanto na lógica institucional, via mecanismos de participação, quanto na lógica capitalista de desenvolvimento urbano, a ponto de se tornar aceita e inofensiva para as estruturas de poder da produção do espaço, tendo sua capacidade de interferência nos processos que questiona muito limitada. Por essas razões, segundo Souza (2006a), os coletivos devem optar pela ação direta, sendo profundamente críticos e seriamente exigentes no que se refere a qualquer utilização de canais estatais. Esse enfoque não significa ignorar o uso eventual de instrumentos institucionais que possam ampliar as condições de ação dos moradores no contexto vigente, mas subordinar essa luta institucional à ação direta, com apurado senso crítico e advertência para os riscos de enquadramento e reprodução das relações de poder no cotidiano.

Cabe ainda destacar que o planejamento insurgente pode culminar na elaboração de **planos populares** como ferramentas de contra-argumentação, mas não oferece um produto pronto, **e práticas e recursos mobilizados pelos moradores** para legitimar seus direitos que são fundamentais para obstruir a ganância

urbana. Nesse sentido, a opção por adotar determinadas formas de planejar depende de cada contexto específico, de como a ameaça se apresenta, das relações entre os sujeitos coletivos em ação e seus aliados, da urgência por soluções, da relação com agentes institucionais e dos próprios espaços políticos inventados. No caso analisado, durante o levantamento sócio-espacial do Poço da Draga, quando decidem buscar o apoio da universidade, os integrantes do ProPoço iniciam um processo de colaboração que apresenta particularidades distintas do tipo de relação que geralmente se estabelece entre comunidades e pesquisadores, muito provavelmente pela posição polivalente de Acácio enquanto morador-pesquisador. No tipo mais frequente de parcerias, são os estudantes que abordam as comunidades com uma agenda predeterminada que pode não estar clara para os moradores, e que não necessariamente visa ampliar o seu poder de ação. Com efeito, é perceptível em suas falas um certo cansaço de serem apenas objetos de estudo, e um certo ressentimento daqueles que estabelecem laços de confiança com a comunidade, mas que depois da pesquisa desaparecem, sem contribuir de fato para o fortalecimento político dos moradores. Ao mesmo tempo, nota-se que a comunidade conseguiu conquistar importantes apoiadores externos, que contribuíram para dar visibilidade ao Poço da Draga no ambiente acadêmico e para ampliar o escopo de práticas dos moradores no próprio cotidiano. Essas pesquisas, quando encravadas de ética e pensamento crítico, podem contribuir para confrontar o conhecimento especializado, por mais crítico que seja, e o conhecimento extraído da luta dos moradores, rompendo com as fronteiras tradicionais de hierarquia entre o saber acadêmico e o saber popular. Não obstante, torna-se perceptível a **ambivalência das parcerias**, bem como questionável em que medida elas são necessárias para legitimar a ação coletiva dos moradores diante do poder público, dos próprios vizinhos e do restante da sociedade.

Assim como o caso do levantamento sócio-espacial da comunidade, idealizado e construído pelos próprios moradores, observa-se o uso crescente da cartografia como instrumento de luta por movimentos sociais e coletivos políticos socialmente desfavorecidos e como uma forma de saber-poder em disputa. O professor Renato Emerson dos Santos (2011) considera que estes processos constituem um “campo dialógico, complexo e múltiplo”, identificado como “**ativismos cartográficos**”. Tal campo pode ser motivado por objetivos e estratégias diversas, tais como: (i) para dar visibilidade aos conflitos socioambientais vivenciados e os sujeitos envolvidos; (ii) para ser ferramenta de pressão e denúncia de violações de direitos; (iii) para auxiliar no diagnós-

tico local; (iv) pelo caráter educativo que possibilita “novas formas de pensar para agir”, o “pensar no espaço” e o “pensar com o espaço”; (v) para confrontar dados oficiais e representações hegemônicas, que viabilizam a execução de mecanismos biopolíticos orientados para organizar, dominar e disciplinar os que habitam o território; (vi) para contribuir no planejamento de alternativas emancipatórias e na constituição de sujeitos políticos.

Esse processo de (auto)mapeamento rompe com a passividade inerente à “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), além de transformar a invisibilidade de saberes em narrativas coletivas críticas. Vale ressaltar que esse processo não está isento de ambiguidades, podendo inclusive ser capturado por atores e interesses hegemônicos, e, por essa razão, é preciso consenso prévio antes de difundir o conhecimento produzido publicamente. No estudo de caso analisado, salienta-se que o levantamento vem sendo utilizado na elaboração do PIRF pelas equipes de professores e estudantes da UFC, tendo disputado, assim, as representações da realidade que servem como base para tomada de decisão e ações, contrapondo-se às leituras que impõem a instabilidade da permanência da comunidade no território valorizado. Ademais, para os moradores, o levantamento constrói uma ferramenta útil em suas lutas, além de transmitir aprendizados sobre como elaborar mapas e como raciocinar através do espaço sobre as disputas em curso e as problemáticas mais prementes do território.

Outro elemento importante do levantamento, denominado “Um olhar sobre o Poço”, é a possibilidade de construção de um observatório na comunidade. Apesar das ambivalências, os moradores compreendem que a formalização e o aprimoramento dessa estrutura ao longo do tempo podem propiciar o desenvolvimento de atividades que exigem uma maior coordenação e articulação com outros agentes de diferentes escalas, de modo mais sistemático, desdobrando os processos de auto-organização. Nesse sentido, Harvey (2014) parece coadunar com esse tipo de visão, ao apontar que dificilmente as práticas alternativas microlocais resolveriam problemas em outras escalas, devido principalmente a aversão às estruturas hierárquicas por parte de certos movimentos anticapitalistas. O desafio é negar a tendência de reprodução das estruturas heterônomas, mas sem negar toda e qualquer estrutura política.

Apesar das contradições, por deixar emergir tantas possibilidades, optamos por encerrar as atividades desta pesquisa com uma última oficina no Poço da Draga,

de mapeamento coletivo, como instrumento lúdico-político e dinamizador de novas práticas. Colocou-se à disposição dos participantes vários tipos de linguagem, como símbolos e fotos, que estimulam a criação de colagens e a identificação de rugosidades, a partir da heterogeneidade de vozes, olhares e memórias (Figuras 13 e 14). Haja vista a reflexão crítica ativar-se a partir da conversa, da troca de experiências, saberes e conhecimentos entre os moradores, na prática da escuta, o momento, segundo os próprios moradores, foi fundamental para relevar diferenças, expor narrativas e assinalar resistências, imprescindíveis para a proteção dos bens comuns. Cabe destacar, no entanto, que os mapas serão sempre recortes sobre realidades em permanente mudança, onde as fronteiras são continuamente alteradas pelas subjetividades. Mas somam-se a essas experiências de mapeamento coletivo, as derivas urbanas realizadas nos “Expressos”, que sempre desvendam novos olhares, novos lugares e entrecruzam a pluralidade de narrativas dos moradores; os rituais construídos pelos “guardiões da memória” que recusam o discurso hegemônico, a “história oficial”, e fortalecem o sentimento de pertença nos moradores; bem como as práticas de resistência de coletivos políticos que podem disseminar outras iniciativas no cotidiano e reforçar laços de solidariedade.

Mesmo com todas as dificuldades e limitações essas práticas abrem um **campo de experimentação**, no processo contínuo de tentativa e erro, e ampliam o escopo de ação dos moradores. Assim, no Poço da Draga, as resistências atuantes lutam pelo reconhecimento da comunidade como parte constituinte da cidade, pela contestação de grandes projetos urbanos, pela retirada da condição de informalidade, que impõe a instabilidade da existência desses territórios e da permanência de seus sujeitos, pelo reconhecimento de sua posição como cidadãos, portadores de direitos, e de um modo de habitar a cidade. Compõem, assim, as lutas pela democratização da cidade, ancorada na reivindicação da vida cotidiana, no direito à imaginação e realização do espaço social. Nesse sentido, conforme Harvey (2013), é imprescindível questionarmos, enquanto cidadãos, que cidade desejamos construir, da mesma forma como questionamos o que desejamos nos tornar, para explorarmos cenários futuros em que possamos ser sujeitos ativos, agentes do planejamento e não apenas receptores passivos, consumidores, para concebermos cidades mais livres e justas, onde a democracia direta tenha chance de florescer.

Por fim, vale ressaltar que os processos de auto-organização no estudo de



Figura 13. Registro da oficina de mapeamento coletivo, assinalando precariedades, práticas de controle, repressão e exclusão, bem como práticas culturais, ao longo do tempo.

Fonte. Acervo Pessoal.



Figura 14. Registro da oficina de mapeamento coletivo, assinalando práticas de exploração e gentrificação, bem como práticas de resistência dos moradores.

Fonte. Acervo Pessoal.

caso apresentado no capítulo 3 se realizaram em diferentes contextos de disputa territorial, dentro dos limites locais, mas, na maioria das vezes, orientados por questões temporárias e pontuais. Apenas quando tiveram conectados a grupos sociais diversificados em redes de cooperação política, alcançaram maior potencial transformador, por meio da expertise de utilizar **estratégias diversas e tecnopolíticas** como novos horizontes de luta, como no caso da articulação com o Quem Dera Ser um Peixe e com a Frente de Luta por Moradia Digna. Nesse sentido, a criação de alternativas depende da compreensão de como uma disputa específica se relaciona com uma dinâmica institucional mais ampla de regulação, planejamento, gestão e de valorização dos espaços urbanos, bem como do reconhecimento das diferentes escalas que estão em jogo, seus agentes e agendas. Dessa forma, os coletivos políticos auto-organizados poderão atuar de modo estratégico para confrontar as estratégias escalares institucionalizadas e construir, quem sabe, solidariedades transnacionais de pessoas marginalizadas. Ainda a respeito dessa questão, cabe destacar, que no caso do QDSP, parte dos integrantes do movimento é escolarizada, de classe média e têm capital cultural e social para se organizar e se apropriar da linguagem técnica e jurídica, bem como conquistar adeptos do restante da sociedade, mediante as estratégias construídas nas redes do ciberespaço. Considerando que os moradores do Poço não apresentam as mesmas oportunidades de acesso a educação formal e a contatos influentes, bem como do usufruto de tempo disponível para a luta, eles encontram mais dificuldades e menos suporte para a atuação política, principalmente a de viés institucional. Por sua vez, ao mobilizar recursos de diferentes parceiros, enfrentam o risco de estabelecer uma relação de dependência, ou até de subordinação, com grupos de classe média que não vivem na vizinhança, ou, até mesmo, com as lideranças comunitárias que acumulam os capitais favoráveis à experiência política, através da formação em universidades.

Para Friedmann (1987, p. 303), a prática transformadora ocorre, inerentemente, em comunidades locais, para evitar uma organização burocrática, e garantir uma relação íntima entre os sujeitos, que tenham como premissa o diálogo e o aprendizado mútuo. Marcelo Lopes de Souza (2013) também aponta que a escala microlocal favorece processos de transformação social, viabilizando a discussão e a deliberação coletiva por parte dos moradores da cidade na produção do espaço cotidiano. Mas questionamos: de que forma coletivos políticos podem superar os limites da ação local e se projetar enquanto movimentos mais amplos?

Como alcançar transformações para além das margens do sistema e enfrentar o capitalismo cognitivo? Conforme Miraftab (2016), o elemento chave das experimentações e lutas do presente é a busca pela **descolonização do futuro** frente à **fragmentação imposta pela racionalidade neoliberal**, veiculando valores de solidariedade e de construção do bem comum para concepção de uma sociedade mais justa e democrática. A dificuldade, no entanto, é como assinalar, a partir de experiências locais, aquelas que apenas reproduzem as condições sociais e os procedimentos que são próprios das práticas institucionais, e as potencialmente transformadoras que podem atuar como catalisadoras de uma democratização da produção do espaço urbano. Responder a essas questões, não cabe nos limites desta dissertação, mas precisamos, urgentemente, ensaiar caminhos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho almejou-se investigar as possibilidades e os desafios enfrentados por grupos de moradores urbanos, econômica e politicamente desfavorecidos, em processos de auto-organização sócio-espacial, diante dos conflitos de interesses e das disputas por poder de decisão sobre o território. O planejamento como atividade exclusiva de planejadores formalmente treinados é cada vez mais questionado, tanto na teoria como na prática através das ações diretas de base. Os moradores passam a questionar o planejamento que segrega, que facilita os interesses da iniciativa privada, subordinando o interesse público às demandas de grupos hegemônicos. Neste sentido, diante deste cenário, não seriam os moradores informais os verdadeiros planejadores urbanos?

A partir da problematização, a pesquisa volta-se para a experiência microlocal do Poço da Draga, para compreender a relação conflitual entre as práticas do poder público e as práticas auto-organizadas de moradores frente à forma antidemocrática de condução das decisões que afetam a comunidade. A intenção desse enfoque é observar se a resistência dos moradores, que, no presente ano, comemoram 113 anos de permanência em um território de tantas disputas territoriais, demonstra que as práticas auto-organizadas, apesar de pontuais e temporárias, podem desafiar os processos de planejamento heterônomo e questionar a produção hegemônica do espaço.

A análise crítica do estudo de caso foi iluminada pela lente teórica, apresentada no primeiro capítulo, que expõe cenários de crise das noções de cidadania, planejamento e democracia, para enfatizar a necessidade de novas formulações: uma alternativa radical à prática de planejamento, que re-centraliza o poder político na sociedade civil e que reconheça o campo de experimentação de práticas de cidadania insurgentes, para conceber cidades mais livres e justas, onde a democracia direta tenha chance de florescer. Esta é a utopia que

guia o trabalho e todas as atividades desenvolvidas.

No segundo capítulo, o foco volta-se para Fortaleza e os principais discursos sobre informalidade que orientaram a atuação do Estado no planejamento urbano e os efeitos provocados na dinâmica sócio-espacial da cidade, contextualizando questões relevantes para compreender a segregação sócio-espacial na capital cearense. O principal objetivo é tornar as contradições da produção do espaço explícitas para o debate coletivo, bem como ressaltar a íntima relação histórica corporativa entre o Estado e as elites locais que remonta ao início da urbanização de Fortaleza. Por fim, foi apresentado o estudo de caso da comunidade Poço da Draga e como as análises e os planos desenvolvidos pelo poder público agem no sentido de deslegitimar a presença da comunidade no território valorizado. Nesse sentido, apesar de pertencer a uma ZEIS, a comunidade continua a ser palco de disputa territorial, e o instrumento uma trincheira na luta pelo direito à cidade.

O terceiro capítulo apresenta os sujeitos da ação política no Poço da Draga, o forte vínculo da comunidade com o bairro, com o mar e sobretudo com os microterritórios, bem como analisa os processos de auto-organização e as práticas dos moradores no cotidiano da comunidade, ao longo do tempo, face às frequentes ameaças de remoção e às pressões do Estado-capital. No decorrer da pesquisa, observou-se, no Poço da Draga, o estabelecimento de uma outra relação com o espaço, de dominação e apropriação no sentido simbólico, diferente do modo de produção urbana capitalista hegemônico na nossa sociedade.

No quarto capítulo, foram formuladas algumas especulações sobre a atuação auto-organizada da sociedade civil no planejamento urbano, a partir do cruzamento das possibilidades e desafios das práticas identificadas no estudo de caso com alguns dos elementos do referencial teórico proposto. Cabe ressaltar, que não se trata de um receituário, mas apenas de uma tentativa de trazer, para o debate, alguns pontos que podem ser interligados para fortalecer a atuação de coletivos políticos, como um livre exercício de reflexão. Nesse sentido, a intenção da pesquisa é contribuir para ampliar o repertório de práticas de planejamento insurgentes, a partir da consciência dos riscos encontrados na escala microlocal, pra evocar possíveis futuros alternativos na direção de cidades mais justas e democráticas.

Após a realização da pesquisa, foi possível observar que, apesar de todas as ambivalências, ao longo dos últimos anos, grupos de moradores do Poço da Draga foram capazes de se organizar e se posicionar coletivamente diante das ameaças de remoção, ampliando as condições de ação e apresentando uma postura mais crítica em relação à administração pública e aos interesses dos capitais sobre o território. A aprendizagem social difundida nesses processos de auto-organização contribuiu para ampliar o acesso à informação sobre as problemáticas que estão em jogo nas disputas, sendo, assim, um meio de politização da relação de diferentes moradores com as estruturas vigentes e de um processo gradual de experimentação da distribuição de poder de decisão sobre o espaço urbano. Não se trata de romantizar as práticas dos moradores, mas de reconhecer sua importância na criação de uma cultura política em lugares onde até então ela não existia, e, aprender a partir de suas experiências e de suas lutas, identificando problemas e contradições da produção hegemônica do espaço e possíveis entraves e possibilidades para o desenvolvimento do potencial criativo dos processos de auto-organização, como apresentado no quarto capítulo.

Espero que estudos futuros sobre o tema encontrem utilidade nesse trabalho, tendo como foco os limites e hiatos deixados, inerentes à prática acadêmica e às limitações das minhas interpretações enquanto pesquisadora, bem como as considerações finais e os apontamentos que não foram desenvolvidos. Pode-se investigar, por exemplo, possibilidades e desafios para a atuação do planejador profissionalmente treinado que reconheça o protagonismo de grupos de moradores auto-organizados, as suas experiências e lutas, bem como os seus próprios preconceitos de classe, gênero e raça. Como também compreender situações concretas mais abrangentes, definidas por um conjunto maior de grupos de moradores urbanos, que tenha a metrópole como principal mediadora entre as lutas coletivas, ainda mais necessárias em tempos sombrios.



REFERÊNCIAS

AALBERS, M. B. Regulated deregulation. In: SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MACLEAVY, J. (Eds). **Handbook of Neoliberalism**. Routledge, London, 2016.

ACSELHAD, Henri (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPPUR, 2008.

ALDIGUERI, Camila Rodrigues. **Metamorfoses da terra na produção da cidade e da favela em Fortaleza**. 2017. 304 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ALMEIDA, André Araújo. **Segregação Urbana na Contemporaneidade: o caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza**. 2015. 262f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

ALMEIDA, André Araújo; GONDIM, Linda Maria de Pontes. Espaços segregados como componentes da paisagem urbana: o caso da comunidade Poço da Draga em Fortaleza, Brasil. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 3, 2014.

ANDRADE, Margarida J.F.S. **Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade 1810-1933**. 2012. 316f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, 2012.

ARANTES, Pedro. Urban adjustment: World Bank and IDB policies for cities. In Valença et al., (eds.). **Urban developments in Brazil and Portugal**, v. 1, p. 25-34. New York, NY: Nova Science Publishers, 2012.

ARANTES, Pedro. **Anti-Reforma Urbana Brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades**. São Paulo, Editora Caio Prado Jr, 2014.

ARENDR, Hannah. **As origens do totalitarismo**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

BALTAZAR DOS SANTOS, Ana Paula; KAPP, Silke. **Por uma arquitetura não planejada**: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. *Impulso*, v. 17, nº 44, 93-103, 2006.

BARBOSA, Renata Horn. **Fortaleza**: arquitetura e cidade no final do século XX. 2006. 185 f. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BEARD, Victoria A. Learning Radical Planning: The Power of Collective Action. *Planning Theory*, v. 2, n. 1, p. 13-35, 2003.

BEZERRA DE MENEZES, A. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

BEZERRA, Roselane Gomes. **O bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boemia”**: usos, apropriações e representações de um espaço urbano. 2008. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BIDERMAN, Ciro. **Informality in Brazil**: Does Urban Land Use and Building Regulation Matter. Cambridge-MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2008.

BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. *Geographies et cultures*, Paris: L'Harmattan, n. 20, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, p. 15-16, 1998.

BRASIL. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Constituição (1988). Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/>

constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

BRASIL, Améria Bezerra et al. Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (II URB Favelas), 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016.

BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010 Características Urbanísticas do Entorno dos Edifícios. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. Censo Demográfico 2010 Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais. Rio de Janeiro, 2013.

BROWN, Wendy. “We Are All Democrats Now ...”. In: AGAMBEN, G.; BADIOU, A.; BENSID, D.; BROWN, W.; NANCY, J-L.; RANCIÈRE, J.; ROSS, K.; ŽIŽEK, S. **Democracy in What State?** New York, Columbia University Press, p.44-58, 2012.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton. **Fortaleza: uma breve história**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (orgs.). **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.25-28.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

_____. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. **A criação histórica** - o projeto da autonomia. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.

_____. The Problem of Democracy Today. **Democracy & Nature, The International Journal of Politics and Ecology**, v. 3, n. 2, p. 18-35, 1997.

_____. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTRO, José Liberal de. Cartografia Cearense no Arquivo Histórico do Exército. In: **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: tomo CXI, 1997.

_____. Contribuição de Adolfo Herbster à Forma Urbana de Fortaleza. In: **Revista do Instituto do Ceará**, v. 108, Fortaleza, 1994, p. 43-90.

_____. **Fortaleza, tempos de guerra**. Fortaleza, Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto de Estado do Ceará, 1988

_____. Cartografia urbana Fortalezaense na Colônia e no Império e outros comentários. In: **Prefeitura Municipal de Fortaleza**, Administração Lucio Alcântara, março de 1979 - maio de 1982. Fortaleza, p. 23-81, 1982.

_____. **Fatores de localização e expansão da cidade de Fortaleza**. Fortaleza, Imprensa Universitária - UFC, 1977.

CEARÁ. Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental. Acquário Ceará. Fortaleza: SETUR, set. 2011. Disponível em: <<http://tmp.mpce.mp.br/orgaos/CAOMACE/pdf/rima/RIMA-Acquario.do.Ceara.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

_____. Análise do Estudo de Impacto Ambiental do Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA do projeto Acquário do Ceará. Fortaleza: SEMACE, 09 dez. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/yTZYqA>>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

CDPDH. Documento de estudo, sensibilização, pesquisa de indicadores para negociação do projeto proposto pelo Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, 2001.

_____. Comunidade Poço da Draga: levantamento sócio-econômico das famílias. Fortaleza, 2002a.

_____. Preocupações e recomendações do CDPDH. Fortaleza, 2002b.

_____. Capacitação, reconhecimento e síntese dos moradores por blocos e apartamentos. Fortaleza, 2003.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Planejamento e expansão urbana. IN: SILVA, José Borzacchiello et al (org.). **De cidade a metrópole:** (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009

COSTA LIMA, Mariana Quezado. **Ver a cidade:** modelagem da informação para regulação de assentamentos informais. 2017. 260 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. **Planet of Slums.** Londres: New Left Review, nº 26, p. 5-34, 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DENALDI, R. **Políticas de Urbanização de Favelas:** evolução e impasses. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FEITOSA, Luiz Tadeu. **O Poço da Draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume, 1998.

FERNANDES, Edésio. Os desafios da regularização fundiária de assentamentos informais consolidados. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, v. 186, set. 2009.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **A frente marítima da área central de Fortaleza e a revalorização do projeto urbano como instrumento de intervenção**. 2012. 308 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FLYVBERG, Bent. Empowering civil society: Habermas, Foucault and the question of conflict. **British Journal of Sociology**, v. 49, issue 2, 1998.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Lei Orgânica do Município de Fortaleza. Fortaleza, 1990.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza - PDDU-For (Lei nº 7061, de 16 de janeiro de 1992).

_____. Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS (Lei nº 7987, de 23 de dezembro de 1996). Fortaleza, 1996.

_____. Plano Diretor de Fortaleza (Lei nº 062/2009). Fortaleza, 2009a.

_____. Projeto Vila do Mar: Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS). Fortaleza, 2009b.

_____. Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHIS-For). HABITAFOR, 2013.

_____. Decreto Municipal nº 13.241, de 21 de outubro de 2013. Institui o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de**

Fortaleza nº 15.146, Fortaleza, 23 out. 2013.

_____. **Relatório das ZEIS**: Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das ZEIS. Fortaleza: Iplanfor, 2015.

_____. Decreto Municipal nº 13.827, de 14 de junho de 2016. Dispõe sobre a instituição da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Fortaleza nº 15.801**. Fortaleza, 2016a.

_____. Plano de Habitação de Interesse Social. In: FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040**: equidade social, territorial, e econômica. Fortaleza: Iplanfor, 2016b. v. 2. (Coleção Plano Fortaleza 2040).

_____. Plano mestre urbanístico e de mobilidade, parte 1, v. 3. In: FORTALEZA. Prefeitura Municipal. **Plano Fortaleza 2040** : cidade conectada, acessível e justa. Fortaleza: Iplanfor, 2016c.

_____. Lei de Uso e Ocupação do Solo - LUOS (Lei Complementar nº 236 de 11 de agosto de 2017). Fortaleza, 2017.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal/Quanta consultoria. Relatório de desenvolvimento OUC Litoral Central (apêndice 1.1), 2018.

_____. Minuta de projeto de lei que institui a Operação Urbana Consorciada Leste Oeste, 2018.

FREITAS, Clarissa F. S. **Proteção Ambiental e Direito à Cidade no processo de expansão urbana do Distrito Federal**: Até que ponto existe um conflito? 2009. 152 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

_____. Copa do mundo 2014 em Fortaleza: segregação socioespacial e acentuação da informalidade urbana. In Costa, Maria Clelia Lustosa; Pequeno, Renato; Pinheiro, Valeria (org.). **Fortaleza: os impactos da Copa do mundo 2014**, Expressão Gráfica, 2015

_____. Undoing the right to the city: World Cup investments and informal settlements in Fortaleza, Brazil. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, nº 7, p. 953-969, 2017a.

_____. Regulações territoriais e a expansão urbana informal: é possível preservar e incluir? **Paranoá: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, FAU-UNB, 2017b.

_____. Insurgent planning? **City**, v. 23, p. 285-305, 2019.

FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain**: From knowledge to action. Princeton University Press, 1987.

_____. **The prospect of cities**. University of Minnesota Press, 2002.

GASPAR, Luciano Mota. **Integração Econômica e Social de uma Favela**: Estudo sobre o “Poço da Draga”. Fortaleza, 1970.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia estética de Fortaleza**. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2014.

GOMES, Marília Passos Apoliano. **Um mar de histórias**: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga. 2081 f. Tese (Doutorado) - Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. O dragão da cultura contra a cidade partida: o Centro Cultural Dragão do Mar e a problemática do espaço público em Fortaleza. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação

e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro, vol. 2, p. 922–935, 2001.

_____. Imagens da cidade, políticas culturais e desenvolvimento urbano: a produção imaginária de Fortaleza como “cidade global”. In: HERMANNNS, Klaus; MORAES, Filomeno (org.). **Reforma do Estado e outros estudos**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

_____. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**: cultura, patrimônio e imagem da cidade. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-CE). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 10, n. 2, nov. 2008.

_____. Espaço público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. **O público e o privado**, Fortaleza, v. 1, n. 17, p. 59–69, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. Do gerenciamento ao empresariamento: A transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, n. 39, p. 48–64, 1996.

_____. **O neoliberalismo**: História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. A liberdade da cidade. In: Ermínia Maricato (et al.) **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLANDA, Breno; PEQUENO, Renato; ROSA, Sara. Las asociaciones público-privadas y el desarrollo urbano: análisis de ilegalidades en la creación de operaciones urbanas consorciadas en Fortaleza, Ceará-Brasil. **Entretextos**, año 9, n. 26, p. 29–46. 2017.

HOLSTON, James. Spaces of Insurgent Citizenship. In: SANDERCOCK, Leonie (eds.). **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. Berkeley, CA: University of California Press, p. 37–56, 1998.

_____. **Cidadania insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 2, p. 191–204, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. In: FERNANDES, A.; JACQUES, Paola Berenstein (org.). Territórios urbanos e políticas culturais. **Cadernos PPG - AU FAUFBA**, ano II, n. especial, p. 23–30, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume, 2003.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; MORADO NASCIMENTO, Denise. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. **Field: (a free journal for architecture)**, v. 2, n. 1, 2008.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. O paradoxo da participação: um estudo de caso sobre planejamento urbano em favelas e um apelo à autonomia. **Boletim de Pesquisa Latino-Americana**, v. 1, p. 160–173, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio

de Janeiro: Zahar, 2018.

MAGALHÃES, Alex F. **O direito das favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; Orlando Alves dos Santos Junior (orgs.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, v. 1, p. 51–76, 2007.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, p. 121–192, 2013.

_____. The Future of Global Peripheral Cities. **Latin American Perspectives**, issue 213, v. 44, n. 2, p. 18–37, 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Citizenship and Social Class and Other Essays**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1950.

_____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti R. Globalização, Informalidade e Regulação em Cidades Latino-Americanas. **Cadernos PROLAM/USP**, São Paulo, ano 5, v. 1, p. 31-49, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições, 2018.

MILAGRES, Lígia Maria Xavier. **Processos de auto-organização sócio-espacial: ambivalências e desafios em situações de disputa por poder de decisão**. 2016. 169 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2016.

MIRAFTAB, Faranak; Wills, Shana. Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-Eviction Campaign in South Africa. **Journal of Planning Education and Research**, v. 25, n. 2, p. 200–217,

2005.

_____. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, nº 1, p. 32–50, 2009.

_____. Planning and Citizenship. In: WEBER, R.; CRANE, R. (eds.). **Oxford Handbook of Urban Planning**. Oxford, EN: Oxford University Press, p. 1180–1204, 2012.

_____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, 2016.

MOVIMENTO QUEM DERA SER UM PEIXE. Quem Somos. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 10 junho 2019.

_____. Inundação #OcupePI: primeiras impressões e fotos. 18 mar. 2012. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/2012/03/18/224/>>. Acesso em: 10 junho 2019.

_____. Bomba: movimento reúne documentação e denuncia o governo por irregularidades na licitação do Acquario. 11 abr. 2012. Disponível em: <<https://acquarionao.wordpress.com/2012/04/11/bomba-movimento-reune-documentacao-e-denuncia-o-governo-por-irregularidades-na-licitacao-do-acquario/>>. Acesso em: 15 junho 2019.

_____. Histórias do Poço Dona Zenir. 01 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bL-Xhbm9SYY>>. Acesso em: 19 setembro 2019.

_____. Histórias do Poço Teresa Batista da Silva. 18 mai. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XEYjS31yyIM&t=152s>>. Acesso em: 19 setembro 2019.

MUKHIJA, Vinit; LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia (eds.). **The Informal American City: Beyond Taco Trucks and Day Labor**. Cambridge-MA: MIT Press, 2014.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos bárbaros: os campos de concentração

no Ceará (1915 e 1932). **Revista Brasileira de história**, São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

NOGUEIRA, Amanda Máximo Alexandrino. **Práticas alternativas**: Um ensaio para o Poço. 2017. 169 p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2017.

_____. Da cidade democrática à cidade mercadoria. In: XVIII ENANPUR: Tempos de/em transformações - Utopias, 2019, Natal - RN. **Anais...** Natal, 2019.

_____. Possibilidades e Desafios das práticas insurgentes: o caso da comunidade Poço da Draga, Fortaleza, Brasil. In: XVIII ENANPUR: Tempos de/em transformações - Utopias, 2019, Natal - RN. **Anais...** Natal, 2019.

OLIVEIRA, Bruna. Expresso 110: narrativas orais em um percurso guiado na comunidade Poço da Draga. In: XI Encontro Regional Nordeste de História Oral – Ficção e poder: oralidade, imagem e escrita, 2017, Fortaleza - CE. **Anais...** Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, Heloisa M. A. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema**: Convivência, Conflitos e Sociabilidade. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

OLIVEIRA, Simone; ALDIGUERI, Camila. A contínua (des)regulamentação do planejamento urbano em Fortaleza A captura das Zonas Especiais de Interesse Social pelas OUCs. In: XVIII ENANPUR: Tempos de/em transformações - Utopias, 2019, Natal - RN. **Anais...** Natal, 2019.

PEQUENO, Renato; FREITAS, Clarissa. Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. **Cadernos MetrÓpole**, v. 14, p. 485–505, 2012.

PEQUENO, Renato; ROSA, Sara. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: **XVI ENANPUR**, 2015, Belo Horizonte.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e con-

trole social (1860 – 1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

RENA, Natacha. Arte, espaço e biopolítica. In: RENA, Natacha; OLIVEIRA, Bruno; CUNHA, Maria Helena (org.). **Arte e espaço**: uma situação política do século XXI. Belo Horizonte: Duo Editorial, p. 26 – 79, 2016.

RIOS, Kênia Souza. **Campos de concentração no Ceará**: Isolamento e poder. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2002.

RISLER, J.; & ARES, P. **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

ROCHA, Sergio. Um olhar sobre o Poço. **Revista Dragão do Mar**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <<http://www.dragaodomar.org.br/revista/1/revista-dragao-do-mar-no-1>>. Acesso em 12 set. 2019.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMEIRO, Paulo; FROTA, Henrique (org.). **Megaprojetos de impacto urbano e ambiental**: violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas. Colaboração de Nelson Saule Junior e Stacy Natalie Torres da Silva - São Paulo: IBDU, 2015

ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 71, nº 2, 2005.

_____. Strangely Familiar: Planning and the Worlds of Insurgence and Informality. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 7–11, 2009.

RUFINO, M. B. C. **A incorporação da metrópole**: centralização do capital no imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza. 2012. 334 p. Tese (Doutorado – Área de concentração: Habitat) – FAUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANCHÉZ GARCIA, Fernanda E. **Cidade espetáculo**: Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards Cosmopolis**. New York: John Wiley and Sons, 1998a.

_____. Introduction: Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, Leonie (eds.). **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. Berkeley, CA: University of California Press, p. 1–36, 1998b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: Reinventar as esquerdas**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2016.

_____. **Na oficina do sociólogo artesão: Aulas 2011-2016**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, p. 9–19, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, julho-diciembre, p. 1–17, 2011.

SCHRAMM, Solange Maria de Oliveira. **Território livre de Iracema: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema**. 2001. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

SEN, Amaartya. **O desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, José Borzachiello. **Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, Antonio (org.). **O Espaço da**

diferença. Campinas: Papirus, 2000. p.132-175.

SMOLKA, Martim. Regularização da Ocupação do Solo Urbano: O problema que é parte da solução, a solução que é parte do problema. In: Abramo, Pedro (org.). **A Cidade da Informalidade:** o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras: FAPERJ, 2003.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. Together with the state, despite the state, against the state – social movements as ‘critical urban planning’ agents’. **City**, v. 10, n. 3, 2006a.

_____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

_____. Em torno de um hífen. **Formação, Presidente Prudente**, n. 15, v. 1, p. 159–161, jan./jul., 2008.

_____. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? **Passa Palavra**, Lastro UFSC, 2012.

SVIRSKY, Marcelo. Introduction: Beyond the Royal Science of Politics. In: SVIRSKY, Marcelo (eds.). **Deleuze Studies:** Special Issue on Deleuze and Political Activism. Edinburgh: Edinburgh University Press, v. 4, p. 1–6, 2010.

TALENTO, Aguirre. Manifestantes acampam em obra contra construção de aquário em Fortaleza. **Folha de São Paulo**, 13 jul. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/kjQ8Gc>. Acesso em: 21 set. 2019.

TANAKA, Giselle M. M. **“Planejar para lutar e lutar para planejar”:** possibilidades e limites do planejamento alternativo. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2017.

TEIXEIRA, Ana Cecília de Andrade. **Parque ampliado do Pajeú:** uma abordagem site-specific com uso de locative media. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2017.

TURNER, Bryan S. Outline of a Theory of Citizenship. **Sociology**, v. 24, n. 2, p. 189–217, 1990.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, p. 75–105, 2013.

_____. Disseminating ‘Best Practices’: the coloniality of urban knowledge and city models”. In PARNELL, S.; OLDFIELD, S. **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. New York, 2014.

_____. **Conflitos Fundiários Urbanos**. Palestra proferida no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador, 6 a 8 de agosto de 2007. Mesa “Visão do Movimento Social, da Universidade e do Governo Federal sobre a Prevenção e Mediação dos Conflitos Fundiários Urbanos”. Disponível em: <<http://www.observaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/TextoVainer.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2019.

VALE, Alexandre Fleming Camara; ALENCAR, Elisa. Poéticas e políticas do território nos filmes ‘Dia de Voltar’ e ‘Nos Pódios da Draga’. In: 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília. **Anais...** Brasília, 2018.

VILLAÇA, Flávio. A crise do planejamento urbano. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 9, n. 2, 1995.

_____. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

YIFTACHEL, O. Critical theory and ‘grey space’: mobilization of the colonized. **City**, v. 13, n. 2–3, 2009.

YUVAL-DAVIS, Nira. Women, Citizenship and Difference. **Feminist Review Autumn**, n. 57, p.4–27, 1997.

